

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
CAMPUS MARECHAL CÂNDIDO RONDON
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO – MESTRADO EM HISTÓRIA
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: HISTÓRIA, PODER E PRÁTICAS SOCIAIS

LUANA MILANI PRADELA

Os Grupos dos Onze no Paraná: Trajetórias

MARECHAL CÂNDIDO RONDON

2019

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
CAMPUS MARECHAL CÂNDIDO RONDON
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO – MESTRADO EM HISTÓRIA
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: HISTÓRIA, PODER E PRÁTICAS SOCIAIS

LUANA MILANI PRADELA

Os Grupos dos Onze no Paraná: Trajetórias

Dissertação submetida à banca de defesa como requisito para a obtenção do título de mestre em História pelo Programa de Pós Graduação “História: Poder e Práticas Sociais”, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Campus de Marechal Cândido, sob a orientação da Prof. Dr. Carla Luciana Silva.

MARECHAL CÂNDIDO RONDON

2019

Ficha de identificação da obra elaborada através do Formulário de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da Unioeste.

Pradela, Luana Milani

Os Grupos dos Onze no Paraná: Trajetórias / Luana Milani Pradela; orientador(a), Carla Luciana Silva, 2019.

181 f.

Dissertação (mestrado), Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Marechal Cândido Rondon, Centro de Ciências Humanas, Educação e Letras, Programa de Pós-Graduação em História, 2019.

1. História do Paraná. 2. Ditadura Militar. 3. Grupo dos Onze. I. Silva, Carla Luciana . II. Título.



unioeste

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Campus de Marechal Cândido Rondon - CNPJ 78680337/0003-46

Rua Pernambuco, 1777 - Centro - Cx. P. 91 - <http://www.unioeste.br>

Fone: (45) 3284-7878 - Fax: (45) 3284-7879 - CEP 85960-000

Marechal Cândido Rondon - PR.



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO

Programa de Pós-Graduação em História

ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE LUANA MILANI PRADELA, ALUNO(A) DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE, E DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO DO PROGRAMA E O REGIMENTO GERAL DA UNIOESTE.

Ao(s) 30 dia(s) do mês de setembro de 2019 às 8h30min, no(a) Sala 60, realizou-se a sessão pública da Defesa de Dissertação do(a) candidato(a) Luana Milani Pradela, aluno(a) do Programa de Pós-Graduação em História - nível de Mestrado, na área de concentração em História, Poder e Práticas Sociais. A comissão examinadora da Defesa Pública foi aprovada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em História. Integraram a referida Comissão os(as) Professores(as) Doutores(as): Marcelo Badaró Mattos, Claudia Monteiro, Carla Luciana Souza da Silva, Gilberto Grassi Calil. Os trabalhos foram presididos pelo(a) Carla Luciana Souza da Silva, orientador(a) do(a) candidato(a). Tendo satisfeito todos os requisitos exigidos pela legislação em vigor, o(a) candidato(a) foi admitido(a) à Defesa de DISSERTAÇÃO DE MESTRADO, intitulada: "Os grupos dos 11 no Paraná: trajetórias". O(a) Senhor(a) Presidente declarou abertos os trabalhos, e em seguida, convidou o(a) candidato(a) a discorrer, em linhas gerais, sobre o conteúdo da Dissertação. Feita a explanação, o(a) candidato(a) foi arguido(a) sucessivamente, pelos(as) professores(as) doutores(as): Marcelo Badaró Mattos, Claudia Monteiro, Gilberto Grassi Calil. Findas as arguições, o(a) Senhor(a) Presidente suspendeu os trabalhos da sessão pública, a fim de que, em sessão secreta, a Comissão expressasse o seu julgamento sobre a Dissertação. Efetuado o julgamento, o(a) candidato(a) foi **aprovado(a)**. A seguir, o(a) Senhor(a) Presidente reabriu os trabalhos da sessão pública e deu conhecimento do resultado. E, para constar, o(a) Coordenador(a) do Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE - Campus de Marechal Cândido Rondon, lavra a presente ata, e assina juntamente com os membros da Comissão Examinadora e o(a) candidato(a).

r.

Orientador(a) - Carla Luciana Souza da Silva

Marcelo Badaró Mattos



unioeste

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Campus de Marechal Cândido Rondon - CNPJ 78680337/0003-46

Rua Pernambuco, 1777 - Centro - Cx. P. 91 - <http://www.unioeste.br>

Fone: (45) 3284-7878 - Fax: (45) 3284-7879 - CEP 85960-000

Marechal Cândido Rondon - PR.



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO

Programa de Pós-Graduação em História

ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE LUANA MILANI PRADELA, ALUNO(A) DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE, E DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO DO PROGRAMA E O REGIMENTO GERAL DA UNIOESTE.

Claudia Monteiro

Gilberto Grassi Calil

Luana Milani Pradela

Candidato(a)

Coordenador(a) do Programa de Pós-Graduação em História

AGRADECIMENTOS

Escrever é um processo desgastante, sofrido por mais gratificante que seja o resultado. Para tornar este processo mais leve foi essencial ter boas companhias. Pessoas que acompanharam minha trajetória, emprestaram-me um ombro amigo, compartilharam das minhas conquistas.

Como disse Henry Thoreau, “a felicidade só é real quando compartilhada”. Vou um pouco além, diria que a vida só é possível quando compartilhada. E por sorte ou destino, posso compartilhar a minha com pessoas maravilhosas.

Portanto, agradeço aos que estiveram comigo neste trajeto.

Agradeço a minha orientadora Carla Luciana Silva, a quem nutro um grande carinho e admiração, por ter me guiado neste percurso, pelas sugestões, “brincas” e por todo o incentivo. Foi um prazer desenvolver esta pesquisa contigo.

Agradeço a banca examinadora, Cláudia Monteiro, Gilberto Calil e Marcelo Badaró, por terem aceitado o convite e disponibilizarem seu tempo e conhecimento para contribuir com este trabalho.

Aos meus pais Amarildo e Edimarcia e minha irmã Juliana, todo o meu amor e gratidão por tudo o que fazem por mim e por me ensinarem sempre o caminho do respeito, da justiça e do amor.

À família formada num peculiar condomínio chamado “Andorinhas”: Talita, Elis, Maitê, Patrícia, Débora, Adri e ao sempre companheiro Yuri, obrigada por terem me acolhido e me permitido ter vocês por perto.

Aos meus queridos companheiros de trabalho do colégio Rui Barbosa.

A Ju, Re, Bru, Julia, Cleverton e Léo.

Aos “desinsubstancializados” por toda a energia positiva de sempre;

A Mariah, Paulinho, Nayara, Nicole, Raiane e todos os meus queridos amigos que levo da universidade para a vida.

As meninas da ONG Arca de Noé pela amizade e carinho.

Por fim, agradeço a assistência de Marina Braga, funcionária do Arquivo Público do Paraná e a Aline pelo auxílio com as fontes.

Os momentos compartilhados com vocês, as trocas de ideias, os desabafos, deram-me forças para seguir.

Obrigada.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos meus alunos e alunas, responsáveis por incentivarem minha busca ao conhecimento. Especialmente à memória daquele que estará sempre em meu coração, Christian Burg Niggermann.

Resumo

Os Grupos de Onze Companheiros ou Comandos Nacionalistas, foram grupos organizados no período pré-golpe militar de 1964, em toda as regiões do Brasil, com base nos discursos do político trabalhista Leonel Brizola, que “clamava” pelo apoio popular num contexto de tensão social e econômica que o país vivia. No entanto, pouco se explorou sobre a organização destes grupos no estado do Paraná. Quem eram esses sujeitos? O que defendiam? Sofreram represálias por parte dos órgãos de repressão ditatoriais? Os documentos produzidos e apreendidos pela Delegacia de Ordem Política e Social do Paraná, presentes no Arquivo Público Estadual nos permitirão, a partir de uma análise crítica, compreender melhor a organização e intenção destes sujeitos que se vinculavam aos Grupos de Onze Companheiros convocados por Brizola, num contexto de avanço dos discursos nacionalistas e da possibilidade de se aplicar as reformas de base propostas pelo governo João Goulart, em especial a defesa da reforma agrária, que surgia como uma alternativa às precárias condições de vida no campo.

Palavras-chave: Nacionalistas; Reforma Agrária; Leonel Brizola.

Abstract

Title: The Eleven Groups in Paraná: Trajectories

The Eleven Companions' Group or Nationalist Commands, were organized in the pre-blow military period of 1964, in Brazil, all regions are based on the speeches of the labor politician Leonel Brizola, who "claimed" for popular support in a context of social and economic tension that lived the country. However, little things were explored about these groups' organization in the state of Paraná. Who were these guys? What were you defending? Have they suffered reprisals on the part of dictatorial organization's repression? The documents produced and seized by the Department of Political and Social order of Paraná, present in the state public archives, will allow us, based on a critical analysis, to better understand the organization and intent of these people who were linked to Eleven Companions' Group summoned by Brizola, in a advancing nationalist context discourses and the possibility of applying the basic reforms proposed by the João Goulart government, in particular defense of agrarian reform, which emerged as an alternative to precarious living conditions in the countryside.

Keywords: Nationalists; Agrarian Reform; Leonel Brizola.

Sumário

INTRODUÇÃO	6
CAPÍTULO 1: A política Brizolista e a questão agrária: elementos presentes na formação dos Grupos dos Onze.....	12
1.1. Os Grupos dos Onze na historiografia.....	12
1.2. Política Trabalhista: de Getúlio Vargas a Leonel Brizola	21
1.3. Os “nacionalismos”	28
1.4. Questão Agrária no Brasil e no Paraná.....	34
CAPÍTULO 2: O cenário nacional: a atuação de Brizola na política, a prática repressora da DOPS e identificação das fontes.....	46
2.1. Brizola Convoca os Grupos dos Onze ou Comandos Nacionalistas.....	47
2.1.2. Brizola e a Campanha da Legalidade	54
2.1.2. O Governo Goulart e o Plebiscito de 1963: As pressões de Brizola pelas Reformas de Base	60
2.1.3. A atuação de Brizola durante o governo Goulart e o Golpe de 1964..	67
2.2. O DOPS e sua atuação política	78
2.3. As Fontes.....	82
CAPÍTULO 3: Os diferentes sujeitos presentes na formação dos Grupos dos Onze no Paraná.....	92
3.1. Os Grupos dos Onze na Mesorregião Oeste do Paraná	92
3.2. Mesorregião Sudoeste Paranaense.....	107
3.3. Mesorregião Noroeste, Norte Central e Norte Pioneiro.	119
3.3.1. Norte Central	124
3.3.2. Norte Pioneiro.....	152
3.3.3. Noroeste	162
CONSIDERAÇÕES FINAIS	167
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	172

INTRODUÇÃO

Os anos de 1960 no Brasil foram marcados por intensos conflitos políticos e de interesses econômicos. Em 1961, o então presidente eleito Jânio Quadros renunciara ao cargo, deixando os setores políticos brasileiros em frenesi. João Goulart, petebista de influência varguista, então vice-presidente, deveria assumir ao cargo, mas foi barrado num primeiro momento pelas forças conservadoras do país, que viam nele uma ameaça a seus interesses.

É nesta conjuntura que ascende a Campanha da Legalidade, liderada por Leonel Brizola, político do Rio Grande do Sul, do PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), demarcando também sua ascensão à política nacional. A campanha resultaria na ocupação do cargo por João Goulart, ainda que inicialmente num regime parlamentarista.

O cenário político também é marcado pelo crescimento dos movimentos nacionalistas, do desenvolvimento capitalista brasileiro e por questionamentos ao antigo regime oligárquico e latifundiário existente. Surgem como pauta as Reformas de Base, mudanças na estrutura econômica, social e política brasileira, que encontravam nos setores populares respaldo para sua implementação.

O clima de tensão e instabilidade política se estenderia pelos próximos anos. A oposição e o apoio às reformas de base, conforme as propostas do então presidente, cresciam lado a lado. Em 1963, Leonel Brizola – agora como deputado da Guanabara – convoca via rádio a formação dos “Grupos dos Onze” ou “Comandos Nacionalistas”, que segundo Brizola, deveriam lutar pela implementação das reformas da base, contra a espoliação internacional (o imperialismo) e pela democracia brasileira. Segundo Baldissera,

Os apelos de Brizola para a formação dos Grupos de Onze, através de uma cadeia de rádio, são levados às mais diversas áreas do Brasil, conseguindo grande adesão de pessoas de áreas urbanas e rurais, pois o hábito de ouvir o rádio era comum num universo de pessoas simples, sem acesso a outros meios de comunicação.¹

Formaram-se diversos grupos pelo Brasil. No entanto, com a implantação do golpe militar em 1964, inicia-se uma fase de perseguições e prisões a seus membros, mesmo sem ter havido uma ação efetiva por parte dos grupos. Muitos foram presos

¹ BALDISSERA, Marli de Almeida. **Onde estão os grupos dos onze?**: Os grupos nacionalistas na região do Alto Uruguai – RS. Dissertação (mestrado). Universidade de Passo Fundo, Rio Grande do Sul, 2003. p.12.

de forma arbitrária, sem julgamento e acusações formais, mas pela “suspeição”, lógica pela qual atuavam os órgãos de repressão durante o período ditatorial.

Mas quem eram estes sujeitos? O que queriam? – De acordo com os meios de comunicação de massa da época e os aparelhos repressores, comparavam-se a grupos de guerrilha, células comunistas em busca de promover a implantação de um novo regime político e econômico, alarmando a sociedade “que vivia em clima de Guerra Fria (...) e o grande medo do comunismo”². Mas além das interpretações e versões difundidas pelos repressores e meios de comunicação de massa, que serviam a interesses específicos, buscamos compreender os interesses e motivações dos próprios participantes, investigando a presença e formação dos grupos no estado do Paraná. São estas algumas das respostas que buscamos ao longo deste trabalho, além de procuramos saber quais eram os vínculos, características políticas e sociais destas pessoas.

Sobre estes interesses, motivações, o primeiro capítulo traz uma discussão mais ampla, abrangendo interpretações de diferentes historiadores, entre eles Marli de Almeida Baldissera³, analisando o estado do Rio Grande do Sul e Diego Pacheco⁴, focando em Santa Catarina.

Quanto ao Paraná, são poucos os trabalhos que se debruçaram na análise dos Grupos dos Onze. De forma mais aprofundada, encontramos o trabalho de conclusão de mestrado de João Paulo de Medeiros Reggiani⁵, focando na atuação repressiva no norte paranaense. Também foram encontrados dois artigos referentes à presença dos grupos no Sudoeste: o primeiro, dos historiadores Ismael Antônio Vannini e Ronaldo Zatta⁶, e o segundo, dos historiadores Antonio Marcos Myskiw e Guilherme Luís Adamczyk⁷. No entanto, são discussões mais breves e com base nos documentos produzidos pelos órgãos de repressão, arquivados entre os documentos da DOPS/PR Arquivo Público Estadual, em Curitiba.

² BALDISSERA, op. cit. 2003, p. 14.

³ Ibidem.

⁴ PACHECO, Diego. **Ecos da Resistência: Os Grupos dos Onze e os trabalhismos em Santa Catarina (1961-1964)**. Dissertação (mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

⁵ REGGIANI, João Paulo de Medeiros. **Repressão aos “Grupos dos Onze” na região norte do estado do Paraná (1963/1964)**. Dissertação – Universidade Estadual de Maringá (UEM). Maringá – 2015.

⁶ VANINI, Ismael A. ZATTA, Ronaldo. Sudoeste do Paraná – 1964: “Grupo dos Onze” no contexto da instauração do regime militar no Brasil. **Anais do XVI Encontro Estadual de História da ANPUH: História e Movimentos Sociais**. Santa Catarina, 2016. Disponível em: <http://www.encontro2016.sc.anpuh.org/resources/anais/43/1464572621_ARQUIVO_Trabalhocompleto.pdf> Acesso em Julho de 2019.

⁷ Fronteiras: Revista Catarinense de História. Dossiê História Indígena e estudos decoloniais, N. 31, 2018/01.

Buscamos um diferencial neste trabalho, trazendo além dos documentos oficiais (produzidos pelos órgãos de repressão), as cartas e atas escritas pelos próprios membros dos grupos, permitindo maior identificação sobre quem eram estes sujeitos e seus objetivos.

A pesquisa se fez a partir dos arquivos da Delegacia de Ordem Política e Social, hoje sob administração do Arquivo Público Estadual do Paraná, em Curitiba, com base nos documentos produzidos pelos órgãos de repressão e aqueles produzidos pelos próprios indivíduos, apreendidos no processo repressor. O tempo de existência dos Grupos dos Onze é relativamente curto: de novembro de 1963 a março de 1964. No entanto, muitos foram os registros deixados.

Além da repressão sobre os membros, a Rádio Mayrink Veiga também foi invadida. Esta servia como instrumento de difusão dos ideais Brizolistas durante sua atuação como governador da Guanabara e para onde eram enviadas cartas com pedidos de instruções para os grupos, manifestações de solidariedade ao governador, atas de formação dos grupos com nomes completos dos integrantes. Estes dados foram utilizados nas investigações contra Brizola, vinculando-o a uma possível “insurreição nacional”⁸ e submetendo os remetentes das cartas e atas à inquéritos policiais militares (IPM’s), sob acusação de subversivos.⁹

Enquanto governador da Guanabara, Brizola

Transformou a rádio em palanque de discursos inflamados a favor das reformas de base, contra o imperialismo estadunidense e a exploração do povo pelos “gorilas” antinacionais. A partir de 1963, Brizola ganhou intervenções semanais à frente dos microfones da rádio, sempre às sextas-feiras, normalmente às 21h30. Durante as palestras, algumas com até oito horas de duração, a conjuntura política brasileira era analisada, a história do país era debatida e a luta pelas reformas de base incentivada.¹⁰

Por ser Leonel Brizola um político de grande peso no PTB, não podemos ignorar a influência da corrente trabalhista sobre sua atuação política. Precisa-se, portanto, compreender o surgimento e desenvolvimento desta corrente política, com base nos autores Alessandro Batistella¹¹ e Miguel Bodea¹², ao longo do primeiro

⁸ PAULO, Diego Martins Dória. **Leonel Brizola e a Rede do Esclarecimento (1963-1964)**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, RJ, 2016. p.39.

⁹ Ibidem. p.38.

¹⁰ Ibidem.

¹¹ BASTITELLA, Alessandro. **O Partido Trabalhista Brasileiro no Paraná (1945-1965)** – Curitiba: Ed. UFPR, 2016. p. 28.

¹² BODEA, Miguel. **Trabalhismo e populismo no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Ed. Da Universidade/UFRGS, 1992. Setores de Base. Selecta, Brasília (DF), v.7, n.4, p.239–275, dezembro 2006. p.14.

capítulo. Também serão discutidos no primeiro capítulo o nacionalismo ascendente no Brasil e as Reformas de Base, pautas políticas comuns ao PTB no período histórico analisado. Conhecer estes aspectos, possibilita-nos averiguar os elementos presentes na atuação política brizolista, que teriam incentivado a formação dos grupos, os elementos de identificação entre estes discursos e seus modos de vida, as possibilidades de mudanças percebidas.

A leitura das fontes nos permitiu identificar um problema comum entre estes sujeitos: a questão da terra. Por meio da explanação sobre o contexto histórico de formação do estado do Paraná, o processo de reocupação territorial e a discussão sobre mudanças na estrutura agrária – que se fazia presente em todo o Brasil, tanto no âmbito institucional quanto nos espaços de mobilização popular – procuramos apresentar, ainda no capítulo 1, elementos que possam ter contribuído com a formação dos Grupos dos Onze no Paraná.

A conjuntura histórica da década de 1960 – renúncia de Quadros, Campanha da Legalidade e a liderança de Brizola, o plebiscito de 1963, o governo presidencialista de João Goulart e a ascensão dos movimentos sociais em defesa das reformas de base, em especial a reforma agrária e os diferentes projetos em disputa no congresso para sua efetivação – serão discutidos no segundo capítulo.

Diante desta conjuntura, foi-nos importante refletir sobre o posicionamento e medidas tomadas por Brizola diante dos desafios políticos e sociais que surgiam, entre elas a convocação dos Grupos dos Onze a partir de suas falas na rádio Mayrink Veiga e do jornal *Panfleto*, seguida do encaminhamento de uma cartilha de formação aos que solicitassem contendo as “instruções”, objetivos e motivos destes grupos.

Na sequência nos debruçamos sobre as fontes, não sem antes apresentar uma breve discussão sobre o surgimento e funcionamento do Departamento de Ordem Política e Social, órgão responsável pelo armazenamento e difusão dos documentos aos quais nos dedicamos explorar nesta pesquisa.

Foram verificadas pastas temáticas variadas, abrangendo períodos anteriores à formação dos grupos (a partir de 1963), por identificarmos que o histórico de luta pela terra antecede a data de sua formação. O Paraná foi palco de conflitos agrários bastante intensos em sua história, como o Conflito de Porecatu, no norte paranaense, e dos posseiros no Sudoeste. Os conflitos sociais no campo se alastraram pelos anos seguintes, decorrentes da estrutura agrária brasileira, desigual e exploratória. Ainda nos anos 1960, as condições de trabalho no campo e o acesso à terra eram bastante

precários, fazendo-se importante compreender esta conjuntura e a relação com a defesa da reforma agrária que se fazia presente.

Para conhecer mais profundamente os sujeitos e trajetórias analisados, procuramos explorar os dados registrados nas fichas e pastas individuais e autos de declaração (depoimentos prestados) nos quais foi possível identificar: nomes completos, localização à época, idade, profissão e se eram sindicalizados. Estes dados foram expostos em tabelas no capítulo 2.

Os documentos analisados correspondem a todo o Paraná, dessa forma, para facilitar a exposição da análise, dividimos nossa pesquisa a partir das mesorregiões geográficas paranaenses, sendo elas: Noroeste, Norte Central, Norte Pioneiro, Centro Oriental, Oeste, Sudoeste, Centro-sul, Sudeste, Metropolitana de Curitiba. Mesorregião se refere a uma subdivisão geográfica atual dos estados brasileiros – criada pelo IBGE – agregando diferentes municípios em uma área com similaridades econômicas e sociais¹³, sendo este o motivo da escolha de tal divisão para apresentar as localidades analisadas neste trabalho.

Expomos, a partir das mesorregiões, os municípios em que constatamos a formação de grupos, sendo que foram escolhidos para análise aqueles municípios e grupos que mais apresentaram informações disponíveis para a pesquisa.

O capítulo 2 nos traz algumas possibilidades de reflexão que serão melhor explorados no terceiro capítulo, como as características políticas e sociais identificadas.

As mesorregiões abordadas ao longo do terceiro capítulo serão: Oeste, Sudoeste, Noroeste, Norte Central e Norte Pioneiro, de acordo com a divisão territorial atual. Procuramos explorar as discussões sobre os antecedentes históricos de formação das regiões abordadas o que nos ajudou a perceber o contexto em que os homens e mulheres que organizaram os grupos estavam inseridos, as relações de trabalho predominantes, os interesses políticos e sociais que se faziam partícipes dessas realidades e que possam ter impulsionado tal organização.

Por meio da comparação e cruzamento das fontes encontradas e da historiografia crítica, procuramos responder aos questionamentos levantados e contribuir com a construção do conhecimento sobre este período da história brasileira, reparando historicamente e de forma questionadora os homens e mulheres presos,

¹³ <<http://www.geografia.seed.pr.gov.br/modules/galeria/detalhe.php?foto=1586&event>> - acesso em junho de 2019.

torturados e processados por terem participado dos Grupos dos Onze mesmo sem terem efetivado nenhuma ação contra o golpe que se instalou, tendo suas trajetórias silenciadas, anuladas ou resinificadas pelas historiografia oficial e por determinados aparelhos ideológicos com o propósito de construir narrativas atreladas aos seus próprios interesses de classe.

Mesmo com a instituição da Comissão Nacional da Verdade em 2011 e a extensão do projeto para os estados brasileiros, com vista a promover audiências públicas e permitir a abertura a depoimentos de vítimas da repressão do Estado e seus praticantes, elucidando graves violações de direitos humanos, não abrangeu todos os sujeitos que tiveram suas vidas marcadas pelo governo ditatorial.

Utilizamos, desta forma, os depoimentos prestados à Audiência Pública promovida pela Comissão Estadual da Verdade no Paraná, no município de Cascavel em 2014, ação que resultou na organização do livro *Combatentes: tempos de falar – Depoimentos da Audiência Pública da Comissão Estadual da Verdade do Paraná*¹⁴, o qual nos permitiu preencher lacunas e evidenciar os casos de repressão vivenciados pelos participantes dos Grupos dos Onze no Paraná.

¹⁴ *Combatentes: tempos de falar – Depoimentos da Audiência Pública da Comissão Estadual da Verdade do Paraná*. Organizado por Carla Luciana Silva, Alfredo Aparecido Batista e EDUNIOESTE. – Cascavel, PR: EDUNIOESTE, 2016.

CAPÍTULO 1: A política Brizolista e a questão agrária: elementos presentes na formação dos Grupos dos Onze

Este capítulo tem como objetivo apontar as diferentes análises sobre os Grupos dos Onze na historiografia, além de discutir conceitos próprios ao tema e o contexto específico de ascensão da política trabalhista e do nacional desenvolvimentismo.

Pretende-se também identificar e problematizar a inserção de Leonel Brizola diante de tal conjuntura, questionando a caracterização de “comunista”, “subversivo”, “revolucionário” que lhe era atribuído no contexto pré e pós golpe-militar pelos seus opositores.

1.1. Os Grupos dos Onze na historiografia

A historiografia que se remete ao estudo do golpe militar no Brasil em 1964, divide-se em suas análises. Como aponta Sonia Regina Mendonça.

Para uns, tratou-se do episódio final da crise do ‘populismo’ brasileiro, cuja última liderança de destaque, João Goulart, teria contado com bases político-sindicais cujo alcance teria sido a própria defasagem entre a cúpula e as bases dos sindicatos de esquerda a principal responsável pela desativação do ‘dispositivo sindical-militar’ que sustentara o último presidente civil. Outra vertente destaca a forte presença dos capitais norte-americanos como ‘financiadores’ do golpe, de modo a assegurar seus investimentos diretos no país.¹⁵

Concordamos com a autora quando aponta que “optar” por apenas uma dessas vertentes é partir para uma simplificação, já que o movimento resultou de uma “complexa imbricação de múltiplos fatores e interesses profundamente sobre determinantes pelas redefinições imprimidas, desde meados da década de 1950, ao padrão da acumulação capitalista no Brasil”¹⁶.

O período que antecede ao golpe militar de 1964 no Brasil foi de intensa mobilização popular e o papel destes movimentos populares naquele momento foi (e ainda é) interpretado de forma muito centralizada por alguns autores como determinante para que o golpe fosse aplicado, como uma reação às esquerdas que

¹⁵ MENDONÇA, Sônia Regina. O Campo vai ao Golpe. In. **Trabalhadores e ditaduras: Brasil, Espanha e Portugal**: Marcelo Badaró e Rúben Veiga (Org.) – 1. Ed. – Rio de Janeiro, Consequência, 2014, p. 35.

¹⁶ Ibidem, p. 36.

se fortaleciam e construía um golpe. Essa perspectiva é apontada por Mendonça como uma visão “equivocada e, sobretudo, conservadora” que imputa a responsabilidade ao golpe sobre estes segmentos populares que se identificavam e lutavam pela implantação das reformas de base.

Argelina Figueiredo, em seu livro *Democracias ou reformas? Alternativas democráticas à crise política – 1961-1964*¹⁷ aponta a perspectiva de que a radicalização das esquerdas teria proporcionado a radicalização da direita na constituição do golpe. Essa radicalização era difundida pela mídia empresarial, que detinha maior influência na sociedade, e segundo Righi¹⁸ “estava imbuída do liberalismo econômico”, assim, quaisquer movimentações populares em defesa de direitos eram consideradas alarmantes.

Mais recentemente, o jornalista Elio Gaspari¹⁹ em sua coletânea de livros referentes à ditadura militar, parte da perspectiva de que havia dois golpes em andamento, um da esquerda e um da direita.

Essas teorias vão ao encontro com o que Demian Melo²⁰ definiu como três teses essenciais do revisionismo sobre o golpe militar (2014:158): 1) “esquerda e direita foram igualmente responsáveis; 2) na verdade, havia dois golpes em curso nos idos de 1964; 3) a resistência à ditadura não passou de um mito”.

Esses elementos revisionistas denotam o que Eurelino Coelho chama de Golpe historiográfico, ou seja, um golpe que está “em andamento no presente e seu alvo imediato são certas memórias e maneiras de ver o passado que ele trata de proscrever”²¹. Ou seja, “designa uma prática interpretativa promovida por estudiosos cujas pesquisas chegam a resultados mais ou menos coincidentes com as explicações e justificativas dadas para o golpe ou para a ditadura pelos seus próprios agentes e defensores.”²².

¹⁷ FIGUEIREDO, Argelina. **Democracias ou Reformas?** – Alternativas Democráticas a crise política. São Paulo. Editora Paz e Terra, 1993.

¹⁸ RIGHI, Graziane Ortiz. **Leonel Brizola: O deputado federal da Guanabara e o Golpe civil militar (1962-1964)**. Dissertação. URGs, Porto Alegre – RS, 2015. p. 43.

¹⁹ GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

²⁰ MELO, Demian Bezerra de. **O plebiscito de 1963: inflexão de forças na crise orgânica dos anos sessenta**. Dissertação apresentada ao programa de pós-graduação e história na Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2009.

²¹ COELHO, Eurelino. Dois golpes, duas ditaduras. In: **Hist. R.**, Goiânia, v. 20, n. 1, p. 120–141, jan./abr. 2015. p. 121.

²² Ibidem, p. 122.

Indo pelo caminho inverso dos autores revisionistas, concordamos com a perspectiva de Dreifuss²³ (1981), também apontada por Eurelino Coelho de que:

a ação armada de abril de 1964, que pôs fim ao regime constitucional em vigor, não foi um ato isolado cometido por generais autoritários. Ao contrário, ela foi a alternativa política desejada e longamente planejada por segmentos importantes da classe dominante brasileira com os quais as cúpulas militares mantinham, de longa data, intensas relações²⁴

Ainda que não concordemos com a perspectiva de que havia dois golpes em andamento ou de que esquerda e direita foram igualmente responsáveis, não se pode ignorar a atuação dos movimentos populares. É preciso estudá-los e compreender quais eram seus objetivos neste momento, bem como os sujeitos envolvidos nas lutas.

Os Grupos dos Onze estão entre os movimentos populares que atuaram no período anterior ao golpe militar e que foram constantemente citados como responsáveis pela radicalização da direita, justificando o golpe militar.

Convocados por Leonel Brizola em 1963, os grupos se formavam e encaminhavam os nomes dos onze sujeitos vinculados ao político por meio de atas e listas. Identificavam-se com três objetivos principais: luta pelas reformas de base, contra a espoliação internacional (imperialismo) e a defesa da democracia. Foram intensamente citados como justificativa para o golpe militar, sendo representados como células comunistas, que buscavam a implantação de uma “guerra revolucionária”. Como aponta Righi:

A imprensa teve papel fundamental na construção do imaginário sobre os *Grupos de Onze*. Se por um lado o rádio ajudou a formá-los, por outro, os jornais impressos da grande mídia criaram o medo em torno da sua formação. Esta foi uma das principais ferramentas de disseminação do anticomunismo; dessa forma, **representavam os Comandos Nacionalistas como células comunistas que estariam se preparando para implantar a guerra revolucionária no Brasil.** (Grifos nossos)²⁵

Ainda conforme a autora, a imprensa teria dado um destaque para os grupos além de suas reais possibilidades. Assim, mesmo eles não correspondendo a “células comunistas” que pretendiam uma “guerra revolucionária”, os grupos sofreram intensa perseguição após o golpe militar.

²³ DREIFUSS, René A. **1964**: A conquista do Estado. Ação Política, Poder e Golpe de Classe. 3º Ed. Vozes, Petrópolis, Rio de Janeiro, 1981.

²⁴ COELHO, Eurelino. op. cit., 2015, p. 124.

²⁵ RIGHI, Graziane Ortiz, op. cit., 2015, p. 143.

O conceito guerra revolucionária utilizado pela autora refere-se a um termo difundido a partir da reformulação da Doutrina de Segurança Nacional pela ESG – Escola Superior de Guerra. A ESG atuou no desenvolvimento dos fundamentos da DSN baseados defesa da segurança, mesmo que sob sacrifício do “bem-estar” e da “liberdade e garantias constitucionais”. Baseava sua formação no pós Segunda Guerra, quando oficiais brasileiros começam a retornar ao Brasil, profundamente influenciados por uma nova concepção a respeito de como entender a “Defesa Nacional”. Nas escolas norte-americanas, tinham aprendido que “não se tratava mais de fortalecer o ‘Poder Nacional’ contra eventuais ataques externos, mas contra um ‘inimigo interno’, que procurará ‘solapar as instituições’”²⁶.

Samantha Quadrat , aponta que entre 31 de agosto e 5 de novembro de 1962, ocorreu no Brasil um curso de formação dentro da lógica da ESG para “sessenta oficiais das cinco seções do Estado-Maior do Exército (EME), vinte oficiais das quatro diretorias do Exército e cinco oficiais da Marinha e da Aeronáutica”²⁷, cujas palestras foram publicadas num livro intitulado “Guerra Revolucionária, 2ª Seção da EMAer” e que durante estas palestras, Danilo da Cunha E. Mello, tenente coronel, aponta que a “guerra revolucionária está desencadeada, praticamente, em todos os países do mundo”²⁸ . Está guerra revolucionária, refere-se ao combate ao inimigo interno, caracterizado no comunismo, que visava subverter a ordem e implantar uma revolução, que precisaria ser combatida pelas Forças Armadas, “a Igreja, as diferentes polícias de Ordem Política e Social, os Partidos Políticos realmente democráticos e as classes mais conservadoras”²⁹.

Caracterizar os grupos de oposição ao golpe militar como “subversivos”, fomentadores de uma “guerra revolucionária”, era uma forma dos grupos repressores e seus apoiadores legitimarem a repressão e a implantação de um golpe para barrar este processo. Sendo assim, mesmo grupos que não tinham necessariamente pretensões revolucionárias, poderiam ser incluídos nesta perspectiva, difundindo uma imagem distorcida sobre eles, imagem que foi reproduzida por algumas correntes historiográficas que apontam para as esquerdas a responsabilidade pelo golpe, como apontando no início deste capítulo. Ao longo deste trabalho, pretende-se verificar e

²⁶ ARQUIDIOCESE de São Paulo (org.). **Brasil nunca mais**. Petrópolis, 1990. p. 70.

²⁷ QUADRAT, Samantha Viz. A preparação dos agentes de informação e a ditadura civil-militar no Brasil (1964 – 1985). In: **Varia História**, Belo Horizonte, vol. 28, nº 47, p. 19-41, jan/jun 2012. p. 24.

²⁸ Ibidem.

²⁹ MELLO, 1962: p. 69 apud QUADRAT, op. cit., 2012, p.24.

problematizar a veracidade sobre o caráter revolucionário concedido aos Grupos dos Onze por algumas correntes historiográficas a partir da compreensão de sua atuação, dos objetivos traçados.

O próprio Brizola tinha sua imagem vinculadora a um movimento revolucionário, como evidencia o jornal *Correio da Manhã*³⁰, que fazia constantes críticas à sua figura, ao questionar negativamente a procedência do dinheiro que usaria em sua campanha afirma “é esse homem quem prega revolução no país”³¹.

Quanto ao trabalho de Righi, não há uma análise intensa sobre os grupos, mas parte de sua pesquisa recai sobre a atuação política de Brizola (objeto de sua pesquisa de mestrado) e suas intenções em convocar tais grupos, bem como na imagem que a grande mídia – servindo a interesses políticos e econômicos diretamente relacionados com o golpe militar – buscava passar sobre eles.

Outra perspectiva que aponta os interesses do próprio Brizola é a de Paulo Shilling, que foi assessor de assuntos agrários do político em seu governo no Rio Grande do Sul, bem como participou de sua atuação na Guanabara. Para ele, diferenciando da análise que faz Righi, Brizola realmente pretendia formar um partido “revolucionário”, “que teria inclusive um braço armado formado pelos setores nacionalistas da oficialidade, pelos sargentos e marinheiros”³², e com os próprios Grupos dos Onze. Denominava Brizola de líder do nacionalismo popular-revolucionário³³.

É preciso refletir sobre a criticidade de Shilling, pois o autor constrói sua narrativa de acordo com sua própria perspectiva diante dos acontecimentos que vivenciou na época. Estando diretamente envolvido nos acontecimentos daquele período, cabe questionar se sua intenção ao caracterizar as pretensões de Brizola enquanto “revolucionárias” não era a de construir uma memória específica para o político a posteriori como um autêntico revolucionário.

Afinal, o que significava ser “revolucionário” para Schilling? Ao analisar a trajetória de Brizola, o autor aponta a nacionalização das empresas estrangeiras concessionárias de serviço público no Brasil pelo político no Rio Grande do Sul e seu combate ao que chamava de espoliação internacional como atos revolucionários,

³⁰ Periódico do Rio de Janeiro, em funcionamento de 1901 à 1974.

³¹ *Correio da Manhã*, julho de 1962 apud RIGHI, Graziane Ortiz. op. cit., 2015, p:36

³² SHILLING, Paulo. **Como se coloca a direita no poder**. Global Editora. São Paulo – 1979. p. 243.

³³ *Ibidem*, p. 214.

afinal não se era comum tais atitudes no Brasil. Mas isso não caracteriza Brizola como um subversor da ordem estabelecida ou da hegemonia capitalista.

Schilling aponta que na luta contra o imperialismo, Brizola estava armado com um “arsenal de dados objetivos e inquestionáveis” para “a mais eficiente politização popular em massa já tentada no Brasil e na América Latina”³⁴. Até que ponto tal caracterização não pode ser considerada exagero por parte do autor? Ou sua luta contra o imperialismo vista como algo radical, resultado apenas da defesa de seus interesses e estratégias políticas? De qualquer forma, a perspectiva “revolucionária” de Schilling não foi confirmada, pois com o golpe militar os grupos não agiram, foram severamente reprimidos e Brizola se exilou do país, não aderindo a uma oposição mais radical ao golpe.

Porém, muito além dos interesses de Brizola em convocar tais grupos estão os interesses dos próprios sujeitos que se vincularam a eles, bem como as possíveis interpretações que tiveram sobre as intenções em formá-los. Não se pode traçar sobre eles um perfil único, especialmente porque se formaram ao longo de todo Brasil, em que as condições sociais, políticas e econômicas são diferentes. Mas é essencial refletir sobre algumas características acerca destes sujeitos e no que a historiografia crítica nos traz sobre eles.

Alguns historiadores nos ajudam nesta reflexão. Marli Baldissera, por exemplo, em seu trabalho de pesquisa sobre os Grupos dos Onze na região do Alto Uruguai, utilizou-se de depoimentos orais, inquéritos policiais militares, uma intensa pesquisa historiográfica e análise da imprensa hegemônica da época. Partiu da hipótese de que eram grupos que não se configuravam enquanto paramilitares, guerrilheiros ou revolucionários, como eram tratados pela mídia e pelos militares³⁵.

Ao mostrar que na região do Alto Uruguai prevalecia entre a população “a baixa escolaridade e a precária compreensão a respeito da política vigente, bem como uma credibilidade inabalável dessa parcela da população, conferiam-lhe certa ingenuidade”³⁶, a autora defende a hipótese de que os sujeitos vinculados aos Grupos dos onze acreditavam que apenas precisavam formar os grupos e que isto já lhes traria benefícios agrícolas, como sementes, implementos, terras e o alcance da própria reforma agrária e ainda que “não tinham a exata dimensão da complexidade

³⁴ Ibidem, p. 219.

³⁵ BALDISSERA, Marli de Almeida. **Onde estão os grupos dos onze?**: Os grupos nacionalistas na região do Alto Uruguai – RS. Dissertação (mestrado). Universidade de Passo Fundo, Rio Grande do Sul, 2003.

³⁶ Ibidem, p.17.

daquele momento político e nem de que atos como assinar uma lista de Grupos de Onze poderiam ter consequências nefastas”³⁷.

Para Baldissera, os sujeitos não tinham grande esclarecimento sobre as pautas levantadas por Brizola. Eram apenas “pessoas inocentes, ingênuas, pacatos colonos e sem espírito revolucionário”³⁸.

Assim como Graziane Righi, Marli Baldissera aponta que a atuação da grande mídia, publicando notícias que alarmavam a população, vinculando os grupos à células comunistas prontas para uma guerra revolucionária, teriam permitido a criação de um imaginário anticomunista e uma justificativa ao golpe³⁹ além disso, ressalta que muitos colonos habitantes da região possuíam armas de caça, e que isso era visto como uma real ameaça.

Compreende-se que o trabalho de Baldissera não tem como objeto todo o país, mas apenas uma região intensamente agrícola do Rio Grande do Sul, mas sua pesquisa tem grande relevância, pois foi uma das primeiras que buscaram desconstruir a imagem concebida pelo golpe de que os grupos correspondiam à uma tentativa de se instalar uma revolução comunista.

Na mesma perspectiva de Righi e Baldissera, está João Paulo Reggiani. O historiador, a partir de uma análise dos documentos da repressão no Norte do Paraná, aponta que os grupos estavam distantes de por em prática uma luta “mais acirrada para a conquista de direitos sociais e políticos”⁴⁰. Para o autor, “muitas pessoas que atenderam ao chamado de Brizola acreditavam simplesmente estar contribuindo para que viesse a ocorrer melhoras em suas condições sociais”⁴¹, identificando que a maior parte dos que compunham os grupos eram trabalhadores rurais e urbanos, tantos nos grandes centros quanto no interior do país.

A historiadora Elenice Szatkoski⁴², em sua pesquisa de mestrado também busca fazer uma discussão regional sobre os grupos. Instigada pelas disputas políticas na cidade de Frederico Westphalen (RS), a autora identifica que os sujeitos que se vincularam aos grupos – trabalhadores rurais e urbanos, vinculados ao movimento sindical – foram acusados por seus opositores de comunistas.

³⁷ Ibidem.

³⁸ Ibidem, p. 19.

³⁹ Ibidem.

⁴⁰ REGGIANI, João Paulo de Medeiros. op. cit. 2015. p. 84.

⁴¹ Ibidem.

⁴² SZATKOSKI, Elenice. **Os Grupos dos Onze**: Política, Poder e Repressão na região do Médio Alto Uruguai – RS 1947/1968. Dissertação – Passo Fundo, 2003.

No entanto, para a historiadora, os grupos seriam “treinados para a luta de guerrilha”⁴³ e “caso fosse deflagrada a guerra civil, os seus chefes comunicar-se-iam, formando núcleos combatentes de acordo com a necessidade”⁴⁴. Ela identifica um potencial “guerrilheiro”, “revolucionário” nos grupos – mesmo que tenham ficado apenas no planejamento – o que se diferencia das demais abordagens citadas.

Indo além de Szatkoski, Tânia dos Santos Tavares⁴⁵ afirma que de modo mais amplo, os grupos não possuíam postura ofensiva na busca de deflagrar uma guerra revolucionária, mas reconhece a possibilidade de haver grupos com um planejamento mais radical. Entretanto, como já apontado, não houve reação por parte dos grupos com a instituição do golpe.

Diego Pacheco, com o intuito de compreender o “alcance do projeto trabalhista em grupos populares com pouca participação política”⁴⁶, mas que durante a crise institucional e econômica da década de sessenta, buscaram um projeto de sociedade “que valorizasse as aspirações daqueles que dependem do trabalho para viver”⁴⁷, concluiu que os Grupos dos Onze eram constituídos por pessoas que buscavam aprofundar e garantir suas conquistas sociais, por vias institucionais ou não.

Em sua investigação sobre o estado de Santa Catarina a partir de entrevistas orais, processos gerados pelas vítimas da repressão militar e documentos da comissão de anistia do Ministério da Justiça, Pacheco parte de uma perspectiva thompiana para investigar as formas de organização dos grupos na busca de melhores condições de vida, atuando na sociedade a partir de uma compreensão de mundo particular destes sujeitos.

Em sua análise, aponta que a maioria dos membros eram homens, geralmente de classe média e baixa e sem ensino superior. Aponta ainda que esses homens teriam formado sua consciência política no processo de desenvolvimento do trabalhismo⁴⁸.

Percebemos como a formação e finalidade dos Grupos dos Onze levanta questionamentos no meio historiográfico. Afinal, os grupos tinham pretensões revolucionárias como apontam Paulo Shilling e Elenice Szatkoski ou eram apenas

⁴³ Ibidem, p. 102.

⁴⁴ Ibidem.

⁴⁵ TAVARES, Tânia dos Santos. Grupo dos Onze: a esquerda brizolista: (1963-1964). **Anais XXVIII do Simpósio Nacional de História**. Florianópolis, 2015.

⁴⁶ PACHECO, Diego. **Ecos da Resistência: Os Grupos dos Onze e os trabalhistas em Santa Catarina (1961-1964)**. Dissertação (mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012. p. 30.

⁴⁷ Ibidem.

⁴⁸ Ibidem.

grupos formados por trabalhadores na busca de melhores condições de vida? Eram sujeitos inocentes ou conscientes da realidade que viviam e por isso buscavam um projeto social que atendesse as suas condições de trabalhadores? Buscaremos preencher algumas lacunas referentes a estas questões ao longo desta narrativa, especificamente em relação ao estado do Paraná onde se centra esta pesquisa.

Porém, algo que não se pode ignorar nas análises é que todas trazem a popularidade de Brizola e de sua oratória na articulação dos grupos. Para Harres e Brandalise, sua “habilidade retórica e de interlocução” caracterizam-se como fatores de adesão aos grupos⁴⁹. Para elas, ele “Soube converter em oratória figurativa os momentos de crise por que passava a política brasileira, movendo-se e propondo coordenação para além de estruturas estatais e partidárias específicas em prol de objetivos específicos”⁵⁰.

Para Marta Lúcia Fittipaldi⁵¹ (2012), Brizola era um aglutinador, pois “seus discursos não atraíam apenas aqueles que se identificavam, mas também aqueles que repudiavam suas ideias, que passaram a acompanhar seus discursos para avaliar a repercussão”⁵².

Baldissera⁵³ aponta como um dos elementos que incentivaram a formação dos grupos a admiração a Brizola e por suas realizações enquanto governador do Rio Grande do Sul. Estes apontamentos nos fazem refletir sobre a figura de Leonel Brizola e seu carisma, mas muito mais, sobre suas propostas políticas, que de alguma forma, despertavam interesse da população e os convencia a formarem os grupos. Estas propostas estão inteiramente vinculadas com sua formação política, no interior do Partido Trabalhista Brasileiro.

Pacheco nos traz a influência do projeto trabalhista sobre os grupos dos onze. Ao se referir ao contexto que antecede a ditadura militar, apresenta-nos uma discussão sobre o projeto político deixado de herança por Vargas, caracterizado como trabalhista, buscando diferenciar tal projeto da política populista, categoria utilizada para designar fenômenos políticos na América Latina, entre eles o governo Vargas.

⁴⁹ BRANDALISE Carla; HARRES, Marluza Marques. O “povo nas ruas”: Brizola chama à organização dos Comandos Nacionalistas: A propósito da militância. In. **A razão indignada: Leonel Brizola em dois tempos (1961-1964 e 1979-2004)**. Américo Freire e Jorge Ferreira (Org) 1ª edição. Civilização Brasileira – Rio de Janeiro, 2016. p. 62.

⁵⁰ Ibidem.

⁵¹ FITTIPALDI, Maria Lúcia Lopes. **Um golpe e duas cidades**: memórias dos moradores de Carmo e Além Paraíba sobre o golpe civil-militar. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História. Niterói, 2012

⁵² Ibidem, p. 36..

⁵³ BALDISSERA, Marli de Almeida. op. cit, 2003.

Conforme Pacheco, o projeto trabalhista incentivaria a atuação de Brizola e Goulart, seus principais herdeiros políticos, bem como a consciência política dos sujeitos envolvidos nos grupos, como citado acima. É preciso refletir sobre os ideais difundidos por este projeto e de que forma eles estão presentes na consciência dos sujeitos que se vincularam aos Grupos dos Onze, que em sua maioria, conforme os autores citados tinham grande proximidade com a política Brizolista.

1.2. Política Trabalhista: de Getúlio Vargas a Leonel Brizola

Um dos elementos que nos permitem compreender a formação dos Grupos dos Onze é a atuação de Brizola, bem como os elementos que formavam sua percepção política. Identificamos como base de seus discursos a relação com o trabalhismo varguista e o nacional-desenvolvimentismo. Dessa forma, faz-se necessário esmiuçar os conceitos de acordo com a historiografia permitindo-nos identificar sua presença nos documentos sobre os grupos analisados.

Identificamos o termo trabalhismo como uma terminologia utilizada na época por parte dos sujeitos vinculados ao Partido Trabalhista e/ou a Brizola. A historiografia mais recente procura desenvolver uma análise sobre o trabalhismo como um movimento maior. Verificaremos como diferentes autores analisam esta terminologia.

O historiador Pacheco busca classificar o processo de desenvolvimento da política Varguista e seus herdeiros Goulart e Brizola enquanto um projeto trabalhista, visto por ele como uma cultura política, a partir das perspectivas de Patto Sá Motta e Serge Berstein, sendo um conjunto de valores, práticas, tradições e representações políticas presentes na identidade coletiva de um grupo que tenta agir politicamente através da organização social⁵⁴.

Almeida destaca que a discussão sobre trabalhismo é relativamente nova, “pois somente há pouco tempo esse conceito foi retirado daquilo que o traduzia somente como populismo, para ser realocado num contexto mais complexo e caracterizado pela especificidade”⁵⁵. É identificado, porém, enquanto uma ideologia política desenvolvida a partir da atuação de Getúlio Vargas, especialmente com a criação do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).

⁵⁴ PACHECO, Diego. op. cit., 2012, p. 36.

⁵⁵ DELGADO, Lucília Neves de Almeida. Brasil: 1954 – Prenúncios de 1964. In: **VARIA HISTORIA**, Belo Horizonte, vol. 21, nº 34: p.484-503, Julho 2005. p. 2.

Assim, o trabalhismo desenvolvido a partir de Vargas teria permitido a formação de uma cultura política, que se acentuaria com seu suicídio e seguido até o golpe militar, constituindo neste período um ideário político muito utilizado por Brizola durante suas campanhas e discursos. Conforme Pacheco:

Na década de 1950, parcelas significativas da população brasileira identificaram em um projeto de defesa da soberania nacional, de reformas das estruturas econômicas e sociais e na ampliação dos direitos dos trabalhadores, respostas aos problemas que experimentavam coletivamente. Essas experiências comuns definiram uma geração de brasileiros que partilhou de certa sensibilidade política, e por meio dela, plasmou um conjunto de estratégias e elementos de ação nos debates públicos.⁵⁶

Para Lucília de Almeida Delgado, o trabalhismo teria surgido enquanto um programa governamental, que incluía questões sociais e econômicas para o país a partir de uma essência, que seriam políticas trabalhistas, nacionalismo, estatismo e desenvolvimentismo⁵⁷.

Batistella também aponta o trabalhismo brasileiro enquanto a sintetização de uma perspectiva política a partir de Vargas, que se “utilizou dos meios de comunicação e da propaganda não somente para legitimar seu projeto político, mas também construir a sua imagem de protetor dos trabalhadores”⁵⁸, procurando ofuscar noção de classe entre eles.

O trabalhismo tomou proporções na medida em que o Estado Novo entrava em declínio, devido às pressões sociais que reivindicavam a volta à democracia e o contexto externo, pois conforme Miguel Bodea, com a derrota do nazi-fascismo, tornava-se cada vez mais inviável a sobrevivência de um regime ditatorial no Brasil ⁵⁹.

Assim, era preciso que Vargas e seus aliados buscassem uma nova base de apoio político, visto que os setores oposicionistas se reagrupavam e intensificavam as críticas ao seu governo. Esta nova base de apoio político, conforme Batistella (2012), visava os trabalhadores, buscando desenvolver um projeto político que seria difundido a partir da mídia, especialmente com a organização Rádio Mauá e a valorização de datas festivas, especialmente o dia do trabalhador⁶⁰.

⁵⁶ PACHECO, Diego. op. cit., 2012, p. 46.

⁵⁷ DELGADO, Lucília Neves de Almeida. op. cit., 2005. p. 489.

⁵⁸ BATISTELLA, Alessandro. **O Partido Trabalhista Brasileiro no Paraná (1945-1965)** – Curitiba: Ed. UFPR, 2016. p. 28.

⁵⁹ BODEA, Miguel. **Trabalhismo e populismo no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Ed. Da Universidade/UFRGS, 1992. Setores de Base. Selecta, Brasília (DF), v.7, n.4, p.239–275, dezembro 2006. p.14.

⁶⁰ BASTITELLA, Alessandro. O trabalhismo-reformista do antigo PTB e o “novo-trabalhismo” do PDT: continuidades e discontinuidades. In: **Aedos** no 12 vol. 5 - JAn/Jul 2013, p. 232-235.

Para Angela de Castro Gomes e Maria Soares D'Araújo,

A pregação estadonovista fundará, como sua ideologia, o trabalhismo e criará um movimento de opinião pública favorável, até mítico, à figura de Getúlio Vargas: o getulismo. Trabalhismo e getulismo são termos que se complementam durante a ditadura, à medida que a defesa e as conquistas do trabalho são diretamente associadas à imagem do chefe do governo⁶¹.

Assim, vemos o trabalhismo enquanto uma concepção política que se forma no seio do populismo⁶², permitindo a constituição de sua trajetória no Brasil, que ganhando novos atributos a partir de 1945, com o fim da ditadura Vargas e a criação do Partido Trabalhista Brasileiro, fundado nos moldes do Partido Trabalhista inglês, com intensa marca dos ideais getulistas e encarregado de difundir tais ideais em termos partidários, como a “luta anti-imperialista e a defesa do desenvolvimento nacional autônomo” e a “defesa e ampliação das conquistas sociais e trabalhistas”⁶³.

A inspiração no trabalhismo inglês dá-se principalmente “naquilo que diz respeito à organização do partido, ao caminho pacífico, constitucional e democrático, e ao programa de socialização de importantes setores econômicos, mediante indenização”⁶⁴.

Como aborda Pacheco, apesar de ser relacionado ao socialismo, “não tem necessariamente um caráter revolucionário”, vinculando-se às reformas dentro do sistema capitalista e não a mudanças estruturais “que visem a superação da sociedade de classes”⁶⁵.

Castro Gomes e D'Araújo apontam que a intenção inicial pós Estado Novo era reunir num grande e único partido todas as forças políticas do presidente, mas que tal possibilidade na prática era distante. Surgem então duas forças ligadas à Vargas, o PSD (Partido Social Democrático) e o PTB, não como um “cálculo Maquiavélico”, mas

⁶¹ D'Araújo, Maria Celina Soares; GOMES, Angela Maria de Castro. **Getulismo e Trabalhismo**: tensões e dimensões do Partido Trabalhista Brasileiro. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro – 1987. p. 3.

⁶² Populismo é percebido aqui a partir da perspectiva de Gilberto Calil, como um conceito que engloba uma série muito heterogênea de “movimentos nacional-populares dos países em vias de desenvolvimento (especialmente nas áreas latino-americanas e africanas) imbuídos por ideologias antiliberais de caráter híbrido nacionalista, socialista ou fascista” (CALIL, 2007:1). Portanto, vemos como um projeto hegemônico da burguesia, que busca restringir a participação dos trabalhadores, a partir dos elementos que ele apresenta como sendo “unidade de interesses entre as classes sociais; crença no nacionalismo; industrialização como sinônimo de libertação nacional” (CALIL, 2007:7), mas que na prática, ocorre um processo muito mais complexo. Neste sentido, o governo Vargas se associa à perspectiva de populismo, uma vez que buscou reunir e sistematizar a legislação trabalhista produzida no país após a “Revolução” de 1930, além de introduzir novos direitos e regulamentações, referentes a horários de trabalho, férias, descanso remunerado, condições de segurança e higiene, etc., buscando, também, o fortalecimento industrial no país.

⁶³ BASTITELLA, Alessandro. op. cit., 2016, p. 42.

⁶⁴ BODEA, Miguel. op. cit., 1992, p. 155.

⁶⁵ PACHECO, Diego. op. cit., 2012, p. 82.

como uma “solução pragmática possível num contexto em que as presenças de um significativo partido de oposição (UDN) e de uma forte esquerda organizada (PC) forçavam a tomada imediata de decisões políticas”⁶⁶.

O PTB, portanto, serviria para Vargas no pós Estado Novo como um “componente importante – porém não exclusivo – de um projeto político mais amplo de implantação de um modelo de desenvolvimento nacional autônomo”⁶⁷, o “nacional desenvolvimentismo”, trabalhado no tópico final deste capítulo.

Angela de Castro Gomes compreende o trabalhismo como uma ideologia, articulada e difundida a partir de 1942 e desde então,

(...) passou a ser propagada e fortemente vinculada à figura pessoal do então Chefe de Estado, Getúlio Vargas, além de traduzir a ideia capital de responder aos interesses dos trabalhadores, por meio do acesso a uma legislação trabalhista, previdenciária e sindical. Portanto, a ideologia trabalhista nasceu vinculada ao getulismo, ao nacionalismo e ao intervencionismo de um Estado protetivo que Vargas então encarnava. Do mesmo modo, a ideologia trabalhista nasceu vinculada a um modelo de organização sindical de extração corporativista, o que, naquele contexto político, significava uma forma de representação de interesses profissionais e não de ideias políticas, religiosas etc⁶⁸.

Entre 1945 e 1964, o trabalhismo foi sendo relido e apropriado por lideranças trabalhadoras e políticas, ganhando também novas possibilidades. Figuras como Goulart e Brizola se destacam, e mesmo que ainda marcada pela defesa de direitos do trabalhador, Gomes⁶⁹ aponta que surgem novos temas como a luta pelas reformas de base.

Vale ressaltar que a defesa dos direitos trabalhistas e das reformas não está deslocada de interesses de classe. O pensamento trabalhista não tinha em vista por fim ao capitalismo ou uma revolução dos trabalhadores, ou seja, não tinha viés socialista. Mas pretendia o desenvolvimento industrial do país e um movimento sindical organizado, porém, sob a tutela do Estado, distante das influências comunistas do PCB e evitando uma participação popular direta nas decisões políticas, econômicas e sociais.

⁶⁶ D'Araújo, Maria Celina Soares; GOMES, Angela Maria de Castro. op. cit., 1987, p. 12.

⁶⁷ BODEA, Miguel. op. cit., 1992, p. 141.

⁶⁸ GOMES, Angela Maria de Castro. **Brizola e o Trabalhismo**. Anos 90, Porto Alegre, v. 11, n. 19/20, p.11-20, jan./dez. 2004. p. 16.

⁶⁹ Ibidem.

O PTB, centro do trabalhismo, pretendia, de fato, “atrair e mobilizar as camadas populares, principalmente nos grandes centros urbanos”⁷⁰ para sua órbita, apresentando-se enquanto uma opção aos trabalhadores para alcançarem seus objetivos, no entanto, conforme Bastitella, não foi criado “para ser um partido dos trabalhadores, mas um partido para os trabalhadores”⁷¹. O combate às influências comunistas, representadas especialmente pelo PCB neste momento, era uma constante nos discursos de seus integrantes.

Miguel Bodea, ao analisar o desenvolvimento do trabalhismo no Rio Grande do Sul, identifica a ideologia enquanto um *partido político* na perspectiva Gramsciana, “embora de forma peculiar, decorrente da ambiguidade da visão de mundo que o orientou, determinando os limites da sua capacidade de organização e de expressão de interesses das classes subalternas”⁷².

Compreendemos partido a partir da perspectiva gramsciana enquanto uma organização de classe na sociedade civil responsável pela difusão de uma doutrina, uma perspectiva de mundo, que serve muitas vezes para dar sustentação ao status quo ou revertê-lo. Compreende “tanto as organizações estruturadas de massa quanto, por exemplo, os jornais”⁷³. É ele quem organiza sujeitos vinculados a uma visão de mundo e busca difundi-la e transforma-la em senso comum para manter-se hegemonia capitalista.

Dessa forma, apesar de identificarmos o trabalhismo como um conjunto de elementos em comum, que visavam estabelecer práticas políticas vinculadas a projetos reformistas, não o identificamos enquanto um partido político tal qual a perspectiva gramsciana aponta.

Vemos a fundação do PTB como um instrumento na tentativa de difundir a perspectiva trabalhista, por meio da manutenção de um controle político pelo alto, sem participação direta dos movimentos sociais. Como revelam as próprias análises de Bodea no Rio Grande do Sul e de Bastitella no Paraná, o PTB acaba por se compor por uma variedade de integrantes, sofrendo, muitas vezes, um processo de “elitização”, como apontou Bastitella, com o ingresso de políticos profissionais,

⁷⁰ BASTITELLA, Alessandro. op. cit., 2013, p. 118.

⁷¹ Ibidem.

⁷² BODEA, Miguel. op. cit., 1992, p. 179

⁷³ LIGUORI, Guido. VOZA, Pasquale (Orgs). **Dicionário Gramsciano**. 1ª Edição. – São Paulo: Boitempo, 2017. p. 605.

empresários, profissionais liberais e culminando num afastamento dos sindicalistas dos postos do partido⁷⁴.

O pensamento trabalhista, portanto, não garantia ao partido uma organicidade na atuação de todos os integrantes, além de ter sido assimilado de formas diferentes por cada um dos que dele compartilhavam – como os próprios sujeitos envolvidos nos grupos, que teriam interpretado a concepção trabalhista de acordo com suas próprias vivências e interesses – tomando proporções mais amenas ou mais radicais até o ano de 1964.

Dessa forma também, por mais que o pensamento trabalhista apontasse para uma política de melhor distribuição de bens, reformas de base e defesa de direitos dos trabalhadores, não almejava a emancipação da classe trabalhadora na mesma perspectiva comunista, mas a melhoria de condições de vida dentro da lógica capitalista. Oferecia aos trabalhadores a possibilidade de lutar por seus direitos desde que dentro dos canais legais dentro do próprio capitalismo, na busca de um sistema “mais justo e mais humano”, no qual “os capitalistas ‘abrem mão’ de seus privilégios excessivos e, em contrapartida, os trabalhadores renunciam ao método negativo e destruidor da luta de classes”⁷⁵

Ainda de acordo com a análise de Bodea, compreende-se que as organizações vinculadas ao partido buscavam atuar na sociedade civil na busca do convencimento para dar respaldo à atuação via institucional, na sociedade política, ambos se correlacionando. No entanto, numa análise sobre a atuação do político petebista Alberto Pasqualini e Getúlio Vargas, Bodea aponta que o primeiro buscava atuar principalmente na esfera da sociedade civil, ou seja, sob o aspecto da mobilização das massas, enquanto Vargas era “obrigado” a atuar no nível do aparelho do Estado, na sociedade política, “salientando o aspecto da política de alianças e do compromisso entre as classes subalternas e um setor modernizante das elites”⁷⁶.

Podemos traçar um paralelo desta análise à atuação de Brizola e Goulart no período que antecede o golpe de 1964. Enquanto Brizola, mesmo inserido na via institucional, atuando enquanto deputado da Guanabara a partir de 1962, buscava respaldo nas mobilizações populares, preocupado em difundir seu projeto a partir de

⁷⁴ BASTITELLA, Alessandro. op. cit., 2016, p. 77.

⁷⁵ PIOZZI, Patricia. **Vargas e Prestes**: Uma comparação entre o trabalhismo e o comunismo no Brasil. Trans/Form/Ação, São Paulo 6: 25-36, 1983 .p. 26.

⁷⁶ BODEA, Miguel. op. cit., 1992, p. 186

organizações na sociedade civil, como fez na formação da FMP (Frente de Mobilização Popular) e na tentativa de formar os Grupos dos Onze.

Enquanto isso, João Goulart atuava principalmente no nível da sociedade política, na via institucional, buscando estabelecer alianças entre as frações da classe dominante e os interesses dos trabalhadores (ao menos até o comício de 13 de março). No entanto, quanto mais dificuldade encontra durante o período final de seu governo nas relações com as frações da classe dominante, mais se aproxima dos apelos à classe trabalhadora para encontrar respaldo à sua atuação.

Portanto, para respondermos nossa questão inicial, não ignoramos a historiografia que visa enquadrar o período que se estende do Estado Novo até o golpe militar de 1964 enquanto populista, mas a compreendemos a partir de uma leitura crítica, como apresentada pelo historiador Gilberto Calil. Além disso, identificamos trabalhismo desenvolvido neste contexto enquanto uma corrente de pensamento e atuação política que agrupou diferentes sujeitos a partir dos ideais disseminados por Getúlio Vargas, mas que foram apropriados e postos em prática de maneiras diferentes, de acordo com a atuação de cada político.

Neste sentido, partimos do pressuposto de que a atuação de Leonel Brizola no contexto pré-golpe baseava-se em elementos do pensamento trabalhista, e não comunista. No entanto, como apontado por Miguel Bodea, buscava respaldar seus ideais a partir da sociedade civil, na mobilização popular, para alcançar resultados no âmbito institucional, como a garantia de sua permanência em cargos políticos.

Concordamos com Pacheco que os Grupos dos Onze se formaram num período em que a ideologia trabalhista tinha bastante inserção entre os trabalhadores urbanos e rurais, e que possa ter tido uma grande influência durante a formação dos grupos – o que poderá ser melhor averiguado durante a análise das fontes – mas que não eram meros espectadores, “manipulados” por tal projeto, mas que assimilavam as propostas expressas de acordo com suas próprias vivências, não constituindo necessariamente uma organização atuante e homogênea.

No entanto, para concluir a análise sobre trabalhismo, é preciso compreender quais as propostas de desenvolvimento industrial e nacionalista estavam presentes, especialmente nos discursos de Leonel Brizola – idealizador dos Grupos dos Onze – e bastante usado para justificar a convocação dos grupos.

Compreender no que se constituía a proposta nacional-desenvolvimentista, permite perceber as diferenças em relação ao projeto comunista. Apesar dos

comunistas vinculados ao PCB aderirem à lógica nacional desenvolvimentista, estes tinham por objetivo subverter a ordem após o desenvolvimento econômico capitalista do país. Enquanto que o nacional-desenvolvimentismo caracterizava-se por uma saída de desenvolvimento dentro do próprio capitalismo, não pretendendo subverter a ordem através de uma revolução de cunho socialista.

A busca por desenvolver o país dentro de uma lógica nacionalista, que visasse diminuir as desigualdades no país, seguia a perspectiva de que as contradições sociais e a miséria eram espaços de proliferação do comunismo. Portanto, era preciso buscar uma alternativa capitalista.

O tópico a seguir nos permite compreender melhor o projeto nacional-desenvolvimentista.

1.3. Os “nacionalismos”

Como aponta Vânia Losada Moreira,

Entender o nacionalismo no Brasil implica em reconhecer sua diversidade. A compreensão dessa pluralidade requer, por sua vez, a reconstrução das trajetórias e conteúdos específicos dos nacionalismos nos diferentes contextos histórico-sociais e uma taxonomia que torne menos opaca as diferenças de cada exemplo.⁷⁷

Dessa forma, o caráter nacionalista da economia brasileira passa a ter destaque a partir dos anos 1930, relacionando-se com o “fim do Estado oligárquico e com a subsequente política de massas implantada no país”.⁷⁸

No contexto internacional, o capitalismo passava por uma grande crise, acentuada com a queda da bolsa de 1929. Essa crise geral permitiu que países no centro e na periferia do capitalismo passassem a redirecionar suas políticas “para proteger economias da instabilidade mundial e apoiar novos projetos de recuperação nacional”⁷⁹.

No Brasil, não foi diferente. Com a instauração do Estado Novo, o governo Vargas e seus aliados passam a elaborar suas próprias medidas nacionalistas, que visavam além da defesa dos interesses nacionais “contra reivindicações de corporações e credores estrangeiros”⁸⁰, intervir na economia nacional com o intuito de

⁷⁷ MOREIRA, Vânia Maria Losada. Nacionalismos e reforma agrária nos anos 50. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 18, n. 35, 1998, p.2.

⁷⁸ Ibidem;

⁷⁹ BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. A Construção do Nacional-Desenvolvimentismo de Getúlio Vargas e a Dinâmica de Interação entre Estado e Mercado nos setores de base. In: **Revista Economia** Dezembro 2006, p. 247.

⁸⁰ Ibidem, p, 249.

estimular o desenvolvimento de novas atividades produtivas, sobretudo industriais “reduzindo a dependência tradicional com o comércio exterior”⁸¹.

Neste sentido, formulou-se os primórdios do chamado nacionalismo brasileiro, que foi se estruturando ao longo do tempo, buscando fortalecer a industrialização (especialmente indústrias de base) e o mercado interno, com a crença de que se alcançaria a partir deste projeto o progresso e a modernização via industrialização.

Conforme o economista Pedro Paulo Bastos, tal perspectiva não rompe completamente com o capital estrangeiro, mas sim, almejava-se uma economia mais independente e de controle na “seleção das formas de associação externa pertinentes ao desenvolvimento nacional”⁸², ou seja, orientando os recursos externos para finalidades de desenvolvimento interno.

Mas esta perspectiva nacionalista, ao longo dos governos que sucedem Vargas, vai se modificando e acrescentando novas características. No governo Kubitschek, por exemplo, destaca-se a ideologia nacional-desenvolvimentista, que passa a ter respaldo nos estudos do chamado ISEB – Instituto Superior de Estudos Brasileiros, um órgão do Ministério da Educação e Cultura, criado em 1955. Os objetivos deste instituto era estudar, ensinar e divulgar as “ciências sociais, cujos dados e categorias seriam aplicados à análise e à compreensão crítica da realidade brasileira e deveriam permitir o incentivo e a promoção do desenvolvimento nacional”⁸³.

Para os intelectuais do ISEB, o Brasil alcançaria o desenvolvimento a partir da intensificação da industrialização, a partir de uma política nacionalista, na busca pela “plena soberania”. A implementação desta política nacionalista,

(...) introduziria mudanças no sistema político, determinando a substituição das antigas elites dirigentes do país. Em um país de economia desenvolvida, a nova liderança política deveria ser representada pela burguesia industrial nacional, que teria o apoio do proletariado, dos grupos técnicos e administrativos e da *intelligentsia*. Em oposição a esses grupos estavam os interesses ligados à economia de exportação de bens primários. O investimento de capitais e de técnica estrangeiros era considerado obstáculo ao desenvolvimento industrial nacional, já que o capital estrangeiro era visto como interessado não nos setores industriais, e sim nos setores extrativos e de serviços. A partir da identificação de dois grupos defensores de interesses divergentes, o ISEB propunha a formação de uma ‘frente única’ integrada pela burguesia industrial e seus aliados

⁸¹ Ibidem.

⁸² Ibidem, p. 252.

⁸³ Informações retiradas da página do CPDOC, verbete ISEBE e o desenvolvimentismo: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Economia/ISEB>> - acesso em abril de 2018.

para lutar contra a burguesia latifundiária mercantil e o imperialismo. A luta seria travada, em suma, entre os nacionalistas e 'entreguistas' – aqueles que tendiam a vincular o desenvolvimento do Brasil à potência hegemônica do capitalismo, os Estados Unidos.⁸⁴

Mais uma vez, isto não significa uma ruptura do governo com o capital externo, uma vez que JK buscava a “cooperação” internacional para o desenvolvimento brasileiro. Com isso, JK deu amplo apoio aos empresários brasileiros, exatamente por meio desta abertura ao capital externo.

O ISEB passará por conflitos internos no fim dos anos 1950, divergindo em relação ao financiamento do desenvolvimento industrial. Conforme Ribeiro⁸⁵ enquanto alguns defendiam que o Brasil deveria admitir e atrair a participação do capital estrangeiro, outros insistiam na radicalização da posição nacionalista de rechaça-los.

Mesmo divididos em relação as ações mais objetivas sobre o capital estrangeiro, um elemento em comum aparece na perspectiva nacionalista deste período: a crença de que os “vilões da então sociedade brasileira (senão o maior) era a elite rural historicamente comprometida com a produção de artigos agrícolas para o mercado externo”.⁸⁶ Levantava-se a necessidade de investir em uma economia aut centrada, voltada para o mercado interno, e para tal, incentivar a industrialização interna.

Moreira aponta que a perspectiva lbesiana elencava além de um vilão, um herói: a burguesia nacional. Assim, defendia-se a necessidade de uma “revolução democrático burguesa”, em que se fizesse presente a união entre

(...) burguesia nacional, proletariado, camponeses e nova classe média - os chamados setores sociais "dinâmicos" ou, em outras palavras, os segmentos sociais interessados na industrialização nacional – para combaterem os setores sociais "arcaicos", isto é, os latifundiários, o comércio exportador e a classe média tradicional.⁸⁷

Essa conjuntura manteve-se durante o governo de JK, no entanto, como já mencionado, articulando-se ao capital externo como forma de incentivar a industrialização nacional.

Uma concepção nacionalista mais radical passa a se formular ainda na década de 1950. Um nacionalismo caracterizado por Vânia Moreira como “econômico”, que:

⁸⁴ Ibidem.

⁸⁵ RIBEIRO, Renato Ferreira. **Nacional-desenvolvimentismo e a política externa brasileira: o pensamento político de San Tiago Dantas entre 1950 e 1960.** Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal de São Carlos, 2016.

⁸⁶ MOREIRA, V. op. cit. 1998, p.4.

⁸⁷ Ibidem. p.5

Reclama, por exemplo, uma posição clara do Estado a respeito da industrialização, exigindo investimentos em setores estratégicos e proteção contra a competição estrangeira. Suas oposições também são traçadas em termos econômicos, identificando os setores sociais internos e externos que ameaçariam o pleno desenvolvimento do capitalismo brasileiro, sem recorrer necessariamente a ideologias racistas e belicosas.⁸⁸

Este nacionalismo econômico encontraria no imperialismo estadunidense seu maior inimigo, uma ameaça externa ao desenvolvimento econômico brasileiro. Ainda dentro desta proposta nacionalista econômica, de acordo com Vânia Moreira, procurava-se:

(...) criar uma indústria livre do imperialismo tais como monopólio e investimentos estatais em setores considerados estratégicos, como energia e a indústria de base; controle sobre a entrada de capitais externos e as remessas de lucros; e o Estado como principal organizador do processo de desenvolvimento. Ser nacionalista significava, portanto, ser favorável à industrialização auto-sustentada e isso pressupunha um confronto com a oligarquia rural, no plano interno, e com imperialismo, no plano externo.⁸⁹

Em defesa de propostas reformistas mais radicais, forma-se a Frente Parlamentar Nacionalista⁹⁰, aglomerando membros das alas mais progressistas do PTB, UDN, PSD entre outros, possibilitando discussões sobre o desenvolvimento nacional fora de suas agremiações partidárias, nas quais nem sempre encontravam respaldo para suas propostas. O projeto da FPN baseava-se em duas propostas principais:

(...) a necessidade de combater o "imperialismo" e de realizar um conjunto de reformas nas estruturas sociais, políticas e econômicas, especialmente a reforma agrária. Os nacionalistas econômicos criticavam a nova tendência internacional que descartava os empréstimos de governo a governo substituindo-os por investimentos diretos de capital privado do exterior.⁹¹

É nesta conjuntura que aflora a figura de Leonel Brizola, com seus discursos inflamados e críticos em relação a atuação imperialista no país e a defesa de uma reforma agrária, que atuando enquanto governador do Rio Grande do Sul, levou adiante medidas discutidas dentro da conjuntura nacionalista econômica: projetos de

⁸⁸ Ibidem, p.6.

⁸⁹ Ibidem.

⁹⁰ Grupo que nas legislaturas entre 1956 e 1964 reuniu deputados de vários partidos políticos comprometidos em defender no Congresso Nacional políticas e soluções nacionalistas para os problemas do desenvolvimento brasileiro. In. Frente Parlamentar Nacionalista, CPDOC: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/frente-parlamentar-nacionalista-fpn>> acesso em julho de 2019.

⁹¹ MOREIRA, V. op. cit. 1998, p. 11.

reforma agrária e a encampação da Companhia de Energia Elétrica (CEE), filial da multinacional estadunidense Bond & Share, abalando as relações entre Estados Unidos e Brasil.

Neste sentido, Vânia Moreira aponta que o interesse do nacionalismo econômico, em uma perspectiva mais radical e de ruptura com o capital externo, entrava em colisão com os interesses do desenvolvimentismo de JK.

A aplicação das reformas de base propostas durante o governo de João Goulart, portanto, corroborava com a perspectiva nacionalista de visar a superação do subdesenvolvimento do país e alcançar a diminuição da desigualdade social. Ou seja, as reformas de base não estavam deslocadas dos interesses capitalistas, mas subordinadas à perspectiva de desenvolvimento econômico e industrial do país.

Afinal, para essa ala nacionalista, mais à esquerda, a concentração fundiária era responsável pelas condições precárias da população rural, bem como a incapacidade do país de produzir alimentos necessários à população e o latifúndio como um entrave à constituição do mercado interno consumidor, que sustentasse um desenvolvimento industrial voltado para o mercado interno.⁹²

Tais apontamentos são bastante presentes nos discursos de Brizola: a marginalização do povo brasileiro que tem de “lutar desesperadamente para sobreviver” e que “a nossa própria soberania se degrada, em consequência do monstruoso processo espoliativo”, que leva para fora os “frutos do trabalho e da produção do povo brasileiro”⁹³. Critica ainda uma “minoría poderosa e dominante sobre a vida nacional – desde o latifúndio, a economia e a finança(...)até aos negócios internacionais”⁹⁴, responsáveis pelas condições precárias em que vivia a maioria da população brasileira.

Compreende-se, portanto, que a retórica de Brizola não estava deslocada de um movimento mais amplo em defesa da soberania nacional, cujos principais elementos de atraso eram os vínculos com o capital externo e o latifúndio. O nacionalismo defendido por ele, mesmo trazendo elementos mais radicais do que o chamado nacionalismo liberal ou o nacional desenvolvimentismo, não parece propor uma ruptura com o modo de produção capitalista.

⁹² MOREIRA, V. op. cit. 1998, p. 14.

⁹³ Cartilha de Formação. Arquivo DOPS/PR, pasta: 1084.131.

⁹⁴ Ibidem.

A própria retórica nacionalista, que visa incluir no conceito de “nação” todos os brasileiros, sobrepondo-se às diferenças de classe, de modo a difundir uma perspectiva de que o Estado, trabalhando para o desenvolvimento do país junto aos brasileiros, servia como instrumento conciliador, pronto para satisfazer os interesses de todos, distanciando-se de uma perspectiva de socialização dos bens com caráter comunista, como apontavam os setores conservadores (especialmente vinculados ao complexo IPES/IBAD), que segundo Ricardo Antonio Mendes⁹⁵, relacionava o nacionalismo ao estatismo defendido pelos partidos comunistas, apresentados de forma negativa à opinião pública.

Segundo essa aproximação, o nacionalismo estatizante “podava a liberdade da iniciativa privada”, colocando em perigo um dos “principais alicerces da democracia”⁹⁶. No entanto, como já apontado, o nacionalismo buscava romper com a lógica da propriedade privada, mas fortalecer o desenvolvimento capitalista no país.

A partir desta exposição e análise, apontamos nossa compreensão sobre o período que antecede ao golpe militar, período em que se formaram os Grupos dos Onze. Identificamos aqui Leonel Brizola enquanto herdeiro político de uma perspectiva trabalhista, nacionalista e reformista, de acordo com as interpretações levantadas neste capítulo. Tais perspectivas aparecem nos discursos e propostas de Brizola na formação dos grupos.

Como elemento participativo da perspectiva nacionalista de Brizola estava a proposta da Reforma Agrária. É preciso, portanto, conhecer um pouco mais a questão agrária no Brasil, como veremos no tópico a seguir.

1.4. Questão Agrária no Brasil e no Paraná

A questão fundiária no Brasil remonta ao período colonial, no estabelecimento das capitanias hereditárias e das sesmarias, iniciando o processo de colonização a partir da doação de terras, beneficiando uma determinada camada social em detrimento das outras, gerando a dificuldade de acesso à terra a população mais pobre. .

Com a Lei de Terras de 1850, a posse da terra torna-se passível de legalização, no entanto, essa possibilidade só se tornava realidade para quem tivesse condições

⁹⁵ MENDES, Ricardo Antonio Souza. As direitas e o anticomunismo no Brasil: 1961-1965. In. *Revista Locus*. V.10, n.1 (2004).

⁹⁶ *Ibidem*, p. 85.

de efetivar a compra. Para a leva de imigrantes que chegava para substituir a mão de obra escrava que havia sido liberta, a compra e legalização da terra a partir da lei impedia “de certa forma, que os imigrantes se tornassem proprietários, permanecendo livres para trabalhar na grande lavoura cafeeira”⁹⁷. além dos preços serem colocados a “valores abusivos, para que mesmo se os imigrantes possuíssem economias, não conseguissem comprar terra”⁹⁸. A situação era ainda mais difícil para os negros recém-libertos.

A dificuldade de comprar terra leva grande parte da população a se tornar trabalhadores rurais para os grandes fazendeiros. Interesses políticos e econômicos subvertiam a lei, permitindo que posseiros e pequenos proprietários que já haviam se apossado de pequenas porções de terra, fossem despejados.

Com a constituição republicana de 1891, a propriedade legal e o controle político das terras devolutas são transferidos para os Estados. Segundo Priori (et al), “essa mudança favoreceu a concessão de terras para companhias privadas e para o capital particular”⁹⁹, pois no processo de modernização econômica “muitas terras devolutas foram utilizadas como forma de pagamento a empresas privadas, responsáveis pela construção de ferrovias”¹⁰⁰, gerando uma titulação desenfreada do território e disputas judiciais, já que as terras acabavam possuindo vários “donos”: União, Estado, companhias particulares e os posseiros que já haviam se fixado no território, e que não possuíam documentos de posse, relegando-os a uma situação ilegal.

No que tange à colonização paranaense a partir da ascensão do governo Vargas na década de 1930 e com a imposição dos primeiros interventores federais para controle dos estados, retornam ao patrimônio público áreas “até então desviadas através da prática de grilagem e objeto de concessão que por um motivo ou outro não estavam cumprindo as finalidades para as quais haviam sido destinadas”¹⁰¹.

A nova perspectiva de colonização passava a ser executada pelo Estado em parceria com a iniciativa privada. No entanto, os interesses das classes abastadas continuaria prevalecendo sobre os trabalhadores, gerando uma série de contradições

⁹⁷ PERISSATO, Emília Bandeira. **Projetos de Reforma Agrária no Noroeste do Paraná**: Disparidades estruturais e impactos locais; Dissertação/UEM. Maringá, 2009. p. 23.

⁹⁸ Ibidem.

⁹⁹ PRIORI, A., et al. História do Paraná: séculos XIX e XX. Maringá: Eduem, 2012. **A revolta dos posseiros de 1957 no Sudoeste do Paraná**. pp. p. 144.

¹⁰⁰ Ibidem.

¹⁰¹ SERRA, Elpidio. Conflitos Rurais no Paraná: Como foi que tudo começou. In: **Bol. geogr.**, Maringá, v. 28, n. 1, p. 75-89, 2010. p. 78.

no processo de (re)ocupação do território paranaense. Como aponta Serra, as contradições ganham corpo a partir dos anos 1940,

(...) principalmente nas regiões que passavam por uma ocupação desvinculada de um prévio planejamento e onde a valorização das terras se dava em função do trabalho anônimo e isolado dos pequenos posseiros, caso do Sudoeste e de algumas faixas do denominado Norte Velho paranaense. Na marcha da ocupação pioneira, áreas já apropriadas por posseiros são cobiçadas por grileiros e colonizadoras, com fortes ligações com o Estado, estabelecendo-se a partir daí as bases para uma fase de sangrentos conflitos envolvendo disputas pela posse da terra¹⁰².

Priori (et al) alerta ainda que o período mais tumultuado no Paraná foi durante os dois mandatos de Moysés Lupion (1947-1951 e 1956-1961), pois durante seu governo foram emitidos diversos títulos de terra de caráter duvidosos e que se encontravam, muitas vezes, “nas mãos de pessoas que residiam em outros Estados”, muitos dos quais “portavam títulos em branco, o que indica como a distribuição desses documentos foi feita à revelia”¹⁰³

Até o fim das terras devolutas pertencentes ao Estado, a ocupação do Paraná se deu em boa parte através da venda de pequenas propriedades por parte das colonizadoras, sendo estas “vendidas em suaves prestações que venciam ano a ano, exatamente de acordo com as modestas possibilidades financeiras dos compradores”¹⁰⁴. A situação dos pequenos proprietários se torna mais complexa com o processo de mecanização do campo e a necessidade de aderirem novas relações de produção baseadas no padrão de acumulação de capital, o que fez com que muitos destes proprietários fizessem dívidas para se inserirem em tal lógica.

No caso dos posseiros expulsos pelo setor privado, muitos acabavam se tornando trabalhadores temporários nas propriedades rurais. Destacam-se três formas de trabalho principais: colonato, camaradagem e a parceria.

O colonato corresponde a uma forma de organização do trabalho em que se empregam unidades familiares. O colono e sua família são remunerados de forma mista, por tarefa e por produção, com a autorização para que o trabalhador plantasse roças de subsistência. Parte do que o colono produzia em suas roças era entregue ao proprietário e parte era apropriada pelo produtor, sem a mediação do mercado¹⁰⁵.

¹⁰² Ibidem, p. 79.

¹⁰³ PRIORI, A. op. cit., 2012, p. 85.

¹⁰⁴ Ibidem.

¹⁰⁵ MOTTA, Márcia. (org). **Dicionário da Terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 95.

Assim como o colonato, a parceria foi uma das estratégias de trabalho empregada após o declínio do trabalho escravo no Brasil. Corresponhia a um contrato de parceria em que famílias (muitas vezes de imigrantes recém-chegados ao país) eram trazidos para trabalhar nas fazendas – primeiramente de café – ficando responsáveis pela produção.

Este contrato estipulava principalmente: o fazendeiro assumiria os gastos de deslocamento, num primeiro momento, além de adiantar os gêneros e instrumentos necessários ao colono, ceder um lote de terra para a cultura de alimentos das famílias, ceder uma casa aos colonos gratuitamente e contribuir para o beneficiamento do café. Na contramão, os colonos deveriam receber cotas em pagamentos correspondentes à metade do rendimento das vendas da cultura produzida, reembolsar o fazendeiro pelas despesas empreendidas, não deixar a propriedade até saldar as dívidas e entregar ao fazendeiro metade da economia de subsistência que excedesse o consumo da família¹⁰⁶.

Por fim, a camaradagem correspondia à relação de trabalho em que os sujeitos eram

(...) contratados por tempo: como diaristas, quando recebiam por dia de trabalho efetivo, e como mensalistas, quando recebiam por mês corrido. Auferiam salários a seco ou por comida e, quando a seco, além do salário monetário, podia ser remunerado parcialmente em espécie¹⁰⁷.

Segundo Piori (et al), com o processo de desestruturação do colonato – uma das formas de trabalho mais utilizada na primeira metade do século XX – o fim da agricultura de subsistência e a cobrança do aluguel de moradia, a vida deste trabalhador rural tornou-se ainda pior, pois com a impossibilidade de usufruir de uma porção de terra para a produção de gêneros alimentícios, esse colono passou a depender exclusivamente de seu salário, que não acompanhava o salário mínimo estipulado para os centros urbanos¹⁰⁸.

Apesar de decretada a Consolidação das Leis Trabalhistas em 1943, no governo Getúlio Vargas, sistematizando toda a legislação trabalhista existente no Brasil, os trabalhadores do campo não foram contemplados de maneira satisfatória. Conforme Piori (et al),

¹⁰⁶ Ibidem, p. 349.

¹⁰⁷ SALLUM JR., 1982, p. 104 apud. PRIORI, Angelo. A Revolta Camponesa de Porecatu. **Anais do XXV Simpósio Nacional de História** – ANPUH. Fortaleza, 2009, p.108.

¹⁰⁸ PRIORI et al, op. cit., 2012, p.160.

Além de excluir os trabalhadores rurais dos dispositivos da legislação, a CLT não reconhecia o ‘trabalhador rural’ como categoria profissional (Artigo 577). As únicas categorias de trabalhadores reconhecidas com funções vinculadas ao campo eram os empregados do setor industrial das usinas de açúcar e os trabalhadores rurais contratados por empresas reconhecidamente industriais¹⁰⁹.

Mesmo com a existência de leis que se referissem aos trabalhadores rurais, nenhuma tratava diretamente dos direitos sociais destes trabalhadores, permitindo-lhes melhores condições de vida. Referiam-se apenas à sindicalização¹¹⁰, não diferenciando trabalhadores de proprietários (Idem). Portanto, estes trabalhadores adentram a década de 1960 – sendo 1963 o ano que marca o início da formação dos Grupos dos Onze – vivenciando condições bastante precárias no campo.

Apenas em março de 1963 foi decretada a lei que instituía o Estatuto do Trabalhador Rural. Nesse meio tempo, propostas que buscavam a estabilidade ao trabalhador rural e limitação de jornada de trabalho foram enviadas ao Congresso, no entanto, os grandes proprietários rurais presentes nos cenários políticos e econômicos do Brasil barraram quaisquer possibilidades de mudança.

Diante dos constantes empecilhos ao avanço dos trabalhadores rurais, surgiram na década de 1950 importantes movimentos sociais no campo: a ULTAB (União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil) e as Ligas Camponesas.

A ULTAB foi fundada em 21 de setembro de 1954 em São Paulo, durante a II Conferência Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, contando com o apoio “do movimento sindical, dos trabalhadores agrícolas e com a ajuda dos militantes comunistas do Partido Comunista Brasileiro”¹¹¹, tendo como objetivo a organização desses trabalhadores, que como vimos, já demonstravam sinais de insatisfação com as relações de trabalho estabelecidas ao campo. As principais lideranças do movimento foram Geraldo Tibúrcio, Jofre Correia Neto, José Porfírio, Lyndolpho Silva, José Portela e Nestor Vera.

Conforme Assis¹¹², a ligação entre o PCB e a ULTAB corresponde ao período de mobilização dos trabalhadores em defesa do aumento do salário mínimo e a

¹⁰⁹ Ibidem, p. 112.

¹¹⁰ Não configuravam sindicatos de esquerda ou organizações mais ativas em prol dos interesses dos trabalhadores.

¹¹¹ ASSIS, Gleyson Nunes. Lyndolpho Silva e a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil – ULTAB (1954-1964). **Anais ANPUH**. Rio de Janeiro, 2008, p.1-8. In. http://encontro2008.rj.anpuh.org/resources/content/anais/1211399779_ARQUIVO_TrabalhoparaAnpuhRegional%28RJ%292008.pdf

¹¹² Ibidem.

extensão do mesmo para os trabalhadores do campo, abrangendo especialmente os trabalhadores do campo de São Paulo e do Paraná. Os objetivos da organização eram:

- a) Organizar os pequenos e médios produtores agrícolas, bem como empregados rurais, sem distinção de cor, sexo, raça, concepções políticas, filosóficas ou religiosas, em defesa dos seus interesses e direitos;
- b) Promover e estreitar os sentimentos de fraternidade entre todos os trabalhadores;
- b) Conceder, na medida das possibilidades, assistência jurídica, médica, dentária e outras;
- c) Colaborar com os poderes públicos e com as entidades de modo geral no estudo e solução dos problemas atinentes à vida rural ligados aos interesses de suas filiadas e da Nação;
- d) Promover e realizar congressos e conferências. Participar, quando for do interesse da entidade, de reuniões internacionais;
- e) Divulgar por todos os meios e modos ao seu alcance, conhecimentos e ensinamentos tendentes à melhoria da prática rural;
- f) Assistir e orientar as filiadas em matéria de ordem econômica, jurídica e técnica, bem como adotar medidas no sentido de facilitar a aquisição do material necessário ao exercício das atividades rurais¹¹³.

Já as Ligas Camponesas foram associações de trabalhadores rurais que surgiram em Pernambuco em 1947, espalhando-se para outros estados (a exemplo de Paraíba, Rio de Janeiro, Goiás e o próprio Paraná), passando a ser mais atuantes entre 1955 e 1964, quando ocorre o golpe militar e a instalação de um governo ditatorial.

A partir da aglomeração de trabalhadores rurais, fundava-se uma “liga”, a qual deveria possuir um estatuto e um registro em cartório. Sua finalidade deveria ser prioritariamente

(...) assistenciais, sobretudo jurídicas e médicas, e ainda de autodefesa, nos casos graves de ameaças a quaisquer de seus membros. As mais comuns eram aquelas que, contrariando o Código Civil, obrigavam à expulsão sem indenização pelas benfeitorias realizadas, e nesse sentido específico a ação das ligas parece ter sido bastante eficaz. As lideranças pretendiam também, a médio e longos prazos, fortalecer a consciência dos direitos comuns, que compreendiam a recusa em aceitar contratos lesivos, tais como o cumprimento do “cambão” (dia de trabalho gratuito para aqueles que cultivavam a terra alheia) e outras prestações de tipo “feudal”. (Ligas Camponesas. Verbetes CPDOC)¹¹⁴

Abarcavam uma série de trabalhadores de diferentes categorias, tanto os que trabalhavam em terras alheias como pequenos proprietários (os chamados

¹¹³ Ibidem, p. 2.

¹¹⁴ <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/ligas-camponesas>

minifúndios/pequenas propriedades), “que produziam uma cultura de subsistência e comercializavam os excedentes produzidos em terra própria ou em terra alheia”¹¹⁵.

Segundo o projeto Brasil: Nunca Mais, as ligas eram um esforço “liderado pelo advogado Francisco Julião nos estados do Nordeste, de estruturação junto ao meio rural, de entidades mais leves e menos burocráticas que os sindicatos”¹¹⁶ Era, portanto, uma organização autônoma, sem vinculações com o Estado, como era exigido dos sindicatos.

A sindicalização ganharia corpo a partir do início dos anos de 1960, com a própria fundação da ULTAB. No encontro que marca a fundação da organização, a questão da Reforma Agrária aparece como tema principal. Representantes das Ligas Camponesas apontavam uma saída mais radical – tendo em vista que se formaram no Nordeste, região cujas consequências da expansão do capitalismo foram especialmente cruéis para o campesinato¹¹⁷ – apontando para a tomada de “medidas enérgicas contra a concentração monopolista da terra, uma reforma agrária radical e expropriatória”¹¹⁸.

O PCB, apoiador das Ligas Camponesas em determinados momentos, almejava outra estratégia: aliar-se à burguesia nacional para pôr em prática os projetos de reforma, dentro da legalidade. Apesar das divergências de projetos para a efetivação da reforma, Sauer¹¹⁹ aponta que as lideranças das Ligas Camponesas “impuseram o seu ponto de vista”, aprovando a bandeira “de uma reforma agrária radical, contra medidas graduais, defendidas por outras organizações”.

A expressão “na lei, ou na marra”, para se referir à reforma agrária, torna-se palavra de ordem entre os trabalhadores do campo. Conforme a imagem a seguir:

Trabalhadores agrícolas pedem reforma agrária durante sessão do 1º
Congresso de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas.

¹¹⁵ Ibidem.

¹¹⁶ Projeto Brasil: Nunca Mais, tomo III. 1985, p. 176.

¹¹⁷ SAUER, Sérgio. **Reforma Agrária e o Sindicalismo Rural**: a luta pela terra no “entorno” de Brasília. Brasília, 1999, p. 15. Disponível em: <<http://www.contag.org.br/imagens/f783cartilhaprojetocutcontagalutapelaterranoentornodebrasil.pdf>>

¹¹⁸ Ibidem.

¹¹⁹ Ibidem, p. 16.



Fonte: Página: Memorial da Democracia. Disponível em: <<http://memorialdademocracia.com.br/card/reforma-agraria-na-lei-ou-na-marra>>

Em contrapartida, os grupos que se mantiveram apoiados nas ideias do PCB “passaram a enfatizar as lutas relacionadas com as reivindicações salariais e melhores condições de trabalho no meio rural”¹²⁰, bem como a “subordinação tática da luta agrária à questão nacional-democrática”¹²¹ enquadrando-se nas propostas defendidas por Brizola e Goulart.

Conforme Sauer,

Essas divergências levaram a um rompimento político e os movimentos se dividiram em três orientações distintas: a) a luta pela sindicalização sob o controle do PCB; b) a atuação isolada das Ligas e, c) o envolvimento da Igreja dirigindo o seu trabalho à organização sindical. O processo de sindicalização enfatizou a luta por direitos trabalhistas e melhoria das condições de trabalho através da aplicação do Estatuto do Trabalhador Rural¹²².

Neste contexto, a atuação das Ligas Camponesas foi ficando cada vez mais isolada, o que não significa que o intuito de alcançar a reforma agrária “na marra” não se fizesse presente entre os camponeses. No entanto, a atuação dos sindicatos acabou por prevalecer, dentro de uma atuação legal e burocratizada, atuação incentivada por João Goulart

¹²⁰ Ibidem.

¹²¹ Ibidem.

¹²² Ibidem.

É esse contexto de instabilidade nas relações de trabalho no campo e ascensão dos movimentos de luta que o Paraná vivenciava, aliás, como um território fértil para o surgimento de conflitos sociais no âmbito rural. Destacam-se entre os conflitos envolvendo a luta pela terra a “Guerra de Porecatu”, envolvendo posseiros e fazendeiros no final dos anos 1940 na região Norte, e o “Levante dos Posseiros”, envolvendo posseiros e colonizadores no final dos anos 1950 no Sudoeste paranaense.

O território que abrangeu o conflito de Porecatu está localizado na região norte do Paraná, sendo mais especificamente a cidade de Porecatu, na mesorregião Norte Central do estado. A (re)colonização do território ocorre especialmente entre as décadas de 1930 e 1940, durante o projeto *Marcha para o Oeste*, desenvolvido durante o governo Getúlio Vargas. Conforme Priori (2009), é nesse contexto que

(...) posseiros, pequenos proprietários, trabalhadores e colonos vindos, sobretudo do Estado de São Paulo, atraídos pela perspectiva de se conseguir melhores condições de trabalho e de vida e, principalmente, a posse de uma parcela de terra, vão se radicar naquele sertão quase que desconhecido do Norte do Paraná.¹²³

Priori alerta também sobre a presença de grileiros na região, que aos poucos foram expulsando os posseiros que ali haviam se estabelecido e passaram a estruturar suas terras com base no cultivo do café, criação de gado e plantação de açúcar, usufruindo do trabalho assalariado¹²⁴. O embate de interesses entre posseiros e grileiros permite a eclosão do conflito.

Para que pudessem usufruir da terra que estava sob uso dos posseiros, os grileiros se utilizavam de intensa violência: polícia, jagunços e pistoleiros. A resistência dos posseiros foi inevitável e logo aderiram ao uso de armas, com o apoio do Partido Comunista Brasileiro. Claudia Monteiro aponta que a luta armada já vinha ocorrendo antes da intervenção dos comunistas, não sendo uma iniciativa do partido, mas sim “dos próprios posseiros resistindo à violência perpetrada por jagunços e grileiros”¹²⁵

Segundo Priori¹²⁶, o “embrião” para a resistência armada dos posseiros de Porecatu estava na formação de Ligas Camponesas na região, que tem como marco uma liga formada em 1944, quando se inicia a articulação destes posseiros com

¹²³ PRIORI, Angelo. op. cit., 2009. p. 2.

¹²⁴ Ibidem.

¹²⁵ MONTEIRO, Claudia. **Política entre razão e sentimentos: a militância dos comunistas no Paraná (1945-1947)** – Curitiba: SAMP, 2017, p.39.

¹²⁶ PRIORI, Angelo. op. cit., 2009. p. 2.

objetivo principal de legalizarem suas terras¹²⁷. Enquanto se encontravam numa situação difícil, fragilizados pela falta de documentos que comprovassem a legalidade das terras, eram as Ligas que “agiam em defesa dos mesmos, apoiando, organizando e incentivando as centenas de famílias que se preparavam para a luta”¹²⁸.

Quanto ao envolvimento do PCB¹²⁹ na luta, de acordo com sua linha teórica em 1945, deu-se

(...) através do Comitê Municipal de Jaguapitã, do qual eram dirigentes Arildo, Ângelo, Miguel e Mercedes Gajardoni. A família Gajardoni exerceu papel fundamental na organização do movimento e nos conflitos que se sucederam. Aos poucos, conseguiram organizar os posseiros em grupos, “conscientizando-os” da importância de defenderem suas posses: primeiro legalmente, depois pelas armas.¹³⁰

A resistência, que ocorreu por duas frentes (uma armada e uma legal) teve seus maiores embates com os jagunços, os quais agiam com maior grau de violência contra os posseiros. Entre os objetivos estabelecidos pela resistência, estavam: entrega imediata das posses aos seus primitivos ocupantes e entrega, também imediata, dos títulos; distribuição das terras griladas, das chamadas “fazendas” e das terras devolutas aos camponeses pobres; Indenização pelo justo valor aos posseantes; anulação de qualquer processo ou perseguição contra os posseiros e trabalhadores; prisão dos jagunços e o reconhecimento dos direitos trabalhistas do campo¹³¹.

Apesar da resistência, a repressão foi intensa gerando a derrota do movimento, ocasionando a expulsão de dezenas de posseiros das terras pelas quais lutavam. Dessa forma, os problemas referentes à posse da terra e ao trabalho no campo permaneceram, possibilitando a formação de sindicatos – com aparatos legais – na região.

Referente ao conflito no Sudoeste do Paraná, trata-se de uma região em que houve a distribuição desenfreada de titulações sobre as terras, “com consequentes disputas judiciais”¹³², o que fez com que essas terras possuíssem vários donos: União, Estado, companhias particulares e os posseiros que pra lá migraram durante o projeto

¹²⁷ Ibidem, p. 3.

¹²⁸ Ibidem.

¹²⁹ Destacamos que a linha teórica de organização do PCB variou ao longo dos anos, aderindo desde posturas mais radicais como posturas mais conciliatórias, pautadas na aliança com a burguesia nacional.

¹³⁰ Ibidem.

¹³¹ Ibidem, p. 10.

¹³² AMÂNCIO,., et al. História do Paraná: séculos XIX e XX [online]. Maringá: Eduem, 2012. **A revolta dos posseiros de 1957 no Sudoeste do Paraná**. p.144.. ISBN 978-85-7628-587-8. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

Marcha para o Oeste do governo Vargas, se fixando nas propriedades, porém, sem possuir documentos que comprovassem sua legalidade.

Os conflitos judiciais tomaram corpo quando a Companhia de Estradas de Ferro São Paulo-Rio Grande do Sul (CEFSPRG), subsidiária da *Brazil Railway Company*, que havia recebido títulos de terras na região sudoeste do Paraná em troca da construção de estradas de ferro, passou a ser questionada por irregularidades nos contratos e teve suas concessões anuladas. A empresa entrou a justiça para a manutenção das propriedades¹³³.

Enquanto isso, buscando manter os interesses da União, Vargas incorporou os bens da *Brazil Wailway Company*. A pendência jurídica, portanto, “transferiu-se para o Governo Federal. Nesse sentido, Estado e União passaram a disputar o direito sobre as terras das glebas Missões e parte da Chopim.”¹³⁴.

Ainda conforme Amâncio,

Alheio a essa questão jurídica, dentro do contexto da ‘Marcha para o Oeste’, Vargas criou no Sudoeste paranaense, por meio do decreto nº 12417 de 12 de maio de 1943, a Colônia Agrícola Nacional General Osório (CANGO), visando à ocupação e à conseqüente integração da região às demais regiões do Estado. A CANGO trouxe para o local milhares de posseiros que buscavam melhores condições de vida, oriundos, principalmente, do Rio Grande do Sul. Além destes, havia os posseiros que vinham independentemente e se instalavam nessas terras. Em nenhum dos casos, pela condição *sub judice* da região Sudoeste, eram fornecidos documentos de posse, circunstância que, alguns anos depois, tornaria incerta a situação dos posseiros no local.¹³⁵

Pouco tempo depois, outro “dono” apareceu: a Clevelândia Industrial e Territorial Ltda (CITLA), a qual teve a titulação das terras favorecidas por Moisés Lupion, então governador e sócio da companhia. Assim,

(...) detendo praticamente todo o Sudoeste do Paraná, a Clevelândia Industrial e Territorial Ltda instalou-se na região em 1951, iniciando a venda de terras aos colonos ali instalados e gerando um clima de inquietação social entre os moradores¹³⁶.

A CITLA exigia o pagamento das terras por parte dos posseiros instalados na região, que já haviam pago por elas quando chegaram no território¹³⁷, obrigando-os a

¹³³ Ibidem.

¹³⁴ Ibidem.

¹³⁵ Ibidem, p. 145.

¹³⁶ Ibidem, p. 147.

¹³⁷ ORBEN, Tiago Arcanjo. A questão Agrária no Sudoeste do Paraná e as Relações Campo-Cidade. **Anais do 28º Simpósio Nacional de História (ANPUH)**. Florianópolis, 2015. p. 1. Disponível em: <http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1443649113_ARQUIVO_Artigo_ANPUH_Tiago_Orben_2015.pdf> acesso em abril de 2019.

assinarem contratos de compra e venda. Diante dessa conjuntura de irregularidades, os posseiros se negavam a assinar. Enquanto isso, a empresa buscava no uso da violência (com jagunços) impor seus interesses.

Diante do desprezo e negligência da polícia local e do governo, os posseiros também partiram para o uso da violência para poderem permanecer em suas terras. Após vários levantes e ocupações dos polos urbanos mais importantes na época (Pato Branco, Francisco Beltrão, Capanema, Santo Antônio do Sudoeste), os colonos conquistaram a legalização de suas terras¹³⁸.

A exposição desses conflitos – e de seus motivos – permitem uma maior compreensão sobre a conjuntura político social em que se formaram os Grupos dos Onze. A questão agrária era iminente para grande parte da população ameaçada pelos interesses de empresas privadas e latifundiários, sujeita às precárias relações de trabalho e a violência dos jagunços.¹³⁹

Desta forma, facilita-nos compreender porque tantas respostas ao chamado de Brizola, quando ele convoca a população para a luta, “porque sabemos que os preços sobem, que a inflação acelera, que não vem as reformas, que o nosso povo se marginaliza e tem de lutar desesperadamente para sobreviver” devido à atuação de uma

(...) minoria de brasileiros egoístas e vendilhões de sua Pátria, minoria poderosa e dominante sobre a vida nacional – desde o latifúndio, a economia e a finança, a grande imprensa, os controles da política, até aos negócios internacionais – associou-se ao processo expropriativo.¹⁴⁰

Marli Baldissera¹⁴¹ já nos alertava sobre formação dos Grupos dos Onze na região do Alto Uruguai, onde os pequenos proprietários acabaram aderindo aos chamados de Brizola por acreditarem que a Reforma Agrária lhes traria benefícios agrícolas como sementes, implementos, máquinas e até mesmo lotes de terras, reflexo das condições vivenciadas no campo.

Portanto, a realidade dos trabalhadores rurais e pequenos proprietários no Paraná, visto o processo histórico de colonizações irregulares e interesses das classes dominantes sobrepondo-se aos interesses dos trabalhadores, incentivou muitos sujeitos a defenderem a Reforma Agrária como uma possibilidade de mudança

¹³⁸ Ibidem, p. 2.

¹³⁹ Para maior compreensão sobre a perseguição no campo, ler: Comissão Pastoral da Terra: Relatório Final – Violações de direitos no campo (1946 a 1988). Sérgio Sauer ... (et al) organizadores. Brasília. Dex-Unb, 2015.

¹⁴⁰ Cartilha de Formação dos Grupos dos Onze. Arquivo Dops/PR. Pasta: Grupo dos Onze.

¹⁴¹ BALDISSERA, Marli de Almeida. op. cit., 2003.

para melhores condições de vida. Mesmo que não tivessem conhecimento sobre todo o seu significado (da reforma), vislumbrar a posse de terra ou a oportunidade de melhorar sua propriedade era tema caro aos sujeitos que dependiam ou tinham alguma relação com o campo neste período.

Assim, a pauta das Reformas de Base, em especial a Reforma Agrária, contida nos objetivos dos Grupos dos Onze, conforme a ata de formação, teve grande aceitação entre os sujeitos que se vinculariam aos grupos, possivelmente incentivados pela fama de Leonel Brizola enquanto governador do Rio Grande do Sul, onde a questão agrária foi uma das pautas de seu governo. É importante frisar que havia um grande contingente migratório do Rio Grande do Sul para o Paraná, sujeitos que tiveram influência – mesmo que de forma singela – da política trabalhista difundida por Brizola, como importante elemento de formação política.

Visto que Brizola consolidou sua carreira política na crítica ao latifúndio agrário-exportador associado ao imperialismo norte-americano¹⁴², em seus discursos na rádio com um linguajar acessível, dialogando com as reivindicações populares fazendo críticas à desigualdade social e à concentração de renda, compreendemos a sua importância nesta conjuntura de mazelas vividas pela maior parte da população, em especial no campo.

No capítulo a seguir, exploraremos o contexto histórico de formação dos grupos, tendo como elemento central a atuação de Brizola na política brasileira e fatores que contribuíram para a construção de sua fama nacionalmente.

¹⁴² RIGHI, Graziane Ortiz. op. cit., 2015. p. 205.

CAPÍTULO 2: O cenário nacional: a atuação de Brizola na política, a prática repressora da DOPS e identificação das fontes

Este capítulo tem por objetivo discutir o contexto histórico em que os Grupos dos Onze foram convocados, no período que antecede o golpe militar de 1964, explanando a discussão a partir da cartilha de formação dos grupos e seus três objetivos principais – especialmente a defesa das Reformas de Base – baseados no discurso de Brizola na rádio Mayrink Veiga e publicada na primeira edição do jornal *Panfleto*.

A cartilha se encontra entre os documentos arquivados no Arquivo Público Estadual do Paraná, em Curitiba, juntamente às demais fontes que serão analisadas neste trabalho. As características da cartilha serão apresentadas ao longo do capítulo.

Em novembro de 1963 inicia-se a formação do Grupo dos Onze, conforme a cartilha de formação e os pronunciamentos de Brizola na rádio Mayrink Veiga¹. Os interessados, ao requererem a cartilha e ata através do endereço da rádio (através de cartas) ou do jornal *Panfleto*², divulgados por Brizola, passam a recebê-la em suas casas.

Esta ata já vinha pré-elaborada, contendo os três objetivos principais especificados: Defesa das conquistas democráticas, realização imediata das reformas de base (principalmente a reforma agrária) e libertação da Pátria da espoliação internacional (do imperialismo). Os grupos precisavam apenas preenche-las com seus nomes. No entanto, é possível encontrar entre os documentos inúmeras atas feitas à mão, contendo de forma simples os objetivos narrados por Brizola nos seus discursos, revelando o interesse e a dedicação de alguns sujeitos na participação nos grupos, mesmo sem obter a cartilha e a ata.

¹ Sobre a Rádio Mayrink Veiga, conforme o verbete temático do Acervo CPDOC: “Emissora de rádio carioca inaugurada por Antenor Mayrink Veiga em 20 de janeiro de 1926, com o prefixo PRA-9. Começou a funcionar em 6 de março de 1926, à rua Municipal, depois rua Mayrink Veiga, sob as condições comuns às emissoras da época: funcionavam como associações ou clubes, sobrevivendo da contribuição financeira dos ouvintes, que também participavam emprestando discos” - Acesso em junho de 2019: <<http://www.fgv.br/Cpdoc/Acervo/dicionarios/verbetes-tematico/radio-mayrink-veiga>>. Também foi espaço para diferentes pronunciamentos políticos durante sua existência, inclusive o de Leonel Brizola nos anos de 1962 e 1963. Sofreu com as censuras no pós golpe militar, até ser fechada em 1965.

² *Panfleto* – o jornal do homem da rua iniciou sua circulação no dia 17 de fevereiro de 1964, “redigido e impresso no Rio de Janeiro e distribuído para todo o território nacional”, vinculado à Frente de Mobilização Popular (FPM). O jornal tinha como principal organizador Paulo Schilling, e era utilizado como difusor das propostas da frente, interligado ao programa de Brizola na rádio Mayrink Veiga, com o intuito de “organizar os movimentos de resistência ao imperialismo”, com ênfase na formação dos Grupos dos Onze. Para maiores informações, ver: SZATKOSKI, Elenice. O Jornal *Panfleto* e a construção do Brizolismo. – Porto Alegre: Editora Rigel, 2014.

Com a implementação do golpe de 1964, a Rádio Mayrink Veiga passa a sofrer intervenção dos militares. Nos primeiros dias após o golpe, ela sai do ar e voltaria com uma posição política completamente alterada até ter sua concessão retirada definitivamente em novembro de 1964, conforme informações da página *Memórias da Ditadura*³. Sendo assim, todo o conteúdo considerado “subversivo” foi apreendido pelos militares, especialmente as cartas e atas encaminhadas a Brizola, conforme seus pedidos.

Grande parte destas atas encontravam-se sob domínio dos Departamentos de Ordem Política e Social (DOPS) de seus respectivos estados de origem. Foram estas atas, juntamente com as cartas que os membros dos grupos enviavam à Brizola, encontrados no Arquivo Público Estadual, na cidade de Curitiba – Paraná, que nos permitiram ter acesso aos nomes e localizações dos sujeitos envolvidos. Somam-se a estas fontes outros documentos como pedidos de busca e apreensão, relatórios, telegramas, ofícios, aumentando o número de nomes vinculados aos grupos. Tais documentos são muitas vezes produzidos pelas delegacias das cidades de origem dos sujeitos, pela Secretária de Estado da Segurança Pública, pela própria DOPS, pelo Departamento de Segurança Pública do Paraná, Sub-divisões policiais. Mesmo sendo produzidos pelos órgãos oficiais, nos dão indícios de ações dos sujeitos analisados.

Dessa forma, pretende-se neste capítulo compreender primeiramente quais eram as questões presentes no jogo político neste momento, que incentivaram Brizola a compor os grupos e de que forma os objetivos difundidos por ele na convocação dos grupos aparece neste contexto histórico.

Pretende-se também explicar as fontes utilizadas durante a pesquisa, apresentando algumas características dos sujeitos e as cidades em que identificamos a formação dos grupos.

2.1. Brizola Convoca os Grupos dos Onze ou Comandos Nacionalistas

Em outubro de 1963, Leonel de Moura Brizola, importante político trabalhista vinculado ao PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), convoca em cadeia nacional através da Rádio Mayrink Veiga, na Guanabara, todos os brasileiros e brasileiras – chamados

³ <<http://memoriasdaditadura.org.br/eventos/o-fechamento-das-radios/index.html>> - Acesso em julho de 2018.

por eles de patriotas – a formarem os Comandos Nacionalistas ou Grupos de Onze Companheiros, com o objetivo de lutar em defesa das

(...) conquistas democráticas de nosso povo (luta e resistência contra qualquer tentativa de golpe, venha donde vier), pela instituição de uma democracia autêntica e nacionalista, pela imediata concretização das reformas, em especial da reforma agrária e urbana, e sagrada determinação de luta pela libertação de nossa pátria da espoliação internacional.⁴

Além de seu discurso de convocação, divulga também uma cartilha a qual era composta por dez páginas impressas, com as diretrizes gerais para a formação dos grupos, os quais deveriam enviar a ata de formação de cada grupo, cujo modelo constava no final da cartilha, e a lista com os nomes dos integrantes ao endereço da rádio, na Rua Mayrink Veiga, nº 15. Segue abaixo o modelo transcrito da ata presente na cartilha:

Modelo de Ata⁵

Nós, os 11 brasileiros abaixo assinados, constituímos nesta data um “Comando Nacionalista”

(Rua.....Nº.....Tel.....)

Escolhemos para líder e comandante o companheiro.....

E, nesta data estamos também comunicando nossa decisão ao líder nacionalista Leonel Brizola de nossos objetivos: Defesa das conquistas democráticas de nosso povo, realização imediata das Reformas de Base (principalmente a Reforma Agrária), e a libertação de nossa Pátria da espoliação internacional, conforme a denúncia que está na Carta-Testamento do Presidente Getúlio Vargas.

.....de.....de 19.....

- 1 -
- 2 -
- 3 -
- 4 -
- 5 -
- 6 -
- 7 -
- 8 -
- 9 -
- 10 -
- 11 -

⁴ Cartilha de Organização, Arquivo DOPS/PR. Pasta: 1084.131 :p. 8.

⁵ Cartilha de Formação. Arquivo DOPS/PR. Pasta: 1084.131

A intenção dos grupos, de acordo com a cartilha, era canalizar as forças inconformadas dos milhões de brasileiros, que, segundo Brizola, estavam prontos para agir, mas sofriam com a inexistência de uma organização.

A cartilha é dividida em nove tópicos. O primeiro refere-se a um desfecho que se aproxima, desfecho do período cruel que se iniciou desde o fim da última guerra (Segunda Guerra Mundial) e da morte de Getúlio Vargas. É neste momento que Brizola elucida os três objetivos (apresentados anteriormente). No segundo, aponta qual seria esse desfecho: o golpe e a ditadura de uma minoria, o enriquecimento de grupos em detrimento da pobreza do povo. O ponto três questiona o que fazer diante deste desfecho, apontando algumas organizações de resistência já existentes. No quarto e quinto tópico, Brizola indica como saída a organização do povo, pois “povo desorganizado é povo submisso”.

A partir do ponto 6, Brizola inicia sua explicação sobre o que seriam os Comandos Nacionalistas ou Grupos de Onze Companheiros, uma organização simples, mas que permitirá “articular e reunir imensos contingentes do povo brasileiro às organizações existentes”⁶. O ponto 7 retoma os objetivos, enquanto o 8 apresenta a denominação, e o 9 – o último elemento – apresenta esclarecimentos sobre a formação, liderança, sede, primeiras tarefas e articulação. É neste último ponto que se apresenta a ata e as descrições de como preenche-la e para onde enviá-la, bem como a sugestão do lugar para a sede: a casa de um dos companheiros.

Conforme a Cartilha de Organização - baseada, segundo Brizola, nas denúncias feitas por Getúlio Vargas em sua Carta Testamento – anunciavam a aproximação de um “desfecho”, ao qual relacionava com um golpe e uma ditadura, como já mencionado, e que diante deste “desfecho”, dever-se-ia fazer uma escolha: “Ou estaremos com o povo ou com o anti-povo”. Para Brizola, o “anti-povo” era uma “minoria de brasileiros e vendilhões da Pátria, minoria poderosa e dominante sobre a vida nacional”⁷, vinculado ao latifúndio, à economia internacional e a finança, a grande empresa, aos controladores da política até aos negócios internacionais, associados ao processo de espoliação do povo brasileiro.

É importante fazer um breve apontamento sobre a Carta Testamento de Vargas e sua inspiração para a política Brizolista. Demian Melo aponta que o “suicídio e a carta testamento de Vargas, que se tornariam a simbologia da mística trabalhista,

⁶ Cartilha de Formação. Arquivo DOPS/PR. Pasta: 1084.131

⁷ Ibidem.

seriam os instrumentos para que seu espectro continuasse a rondar na cena política brasileira, servindo de combustível à consolidação desta ideologia nacionalista”⁸. Para Jorge Ferreira⁹, “os trabalhistas tinham o texto como documento fundador de sua tradição política”¹⁰ – mesmo tendo sido escrita 12 anos depois da fundação do partido – especialmente para Brizola, que a partir de uma interpretação particular, inserida no processo de radicalização política dos anos 1960, via Vargas como um mártir, um líder “popular e nacionalista, que sacrificou a própria vida na defesa dos trabalhadores e dos interesses nacionais, evitando um golpe de Estado”¹¹.

Retornando aos grupos, organizados com 11 elementos, manifestavam o objetivo de Brizola de se assemelharem com a organização de um time de futebol, para que estivessem ao alcance da “compreensão e possibilidades de nossa gente”¹² já que o futebol era (e é) um esporte bastante difundido no país e entre as camadas mais populares. Para tanto, o grupo deveria ter um líder (capitão da equipe) e agir conjuntamente, pois uma “equipe pouco significa se cada um de seus integrantes age por si, isoladamente” no enfrentamento do adversário organizado¹³.

Assim se formaram os grupos por todo o país, pautados numa identificação com os discursos de Brizola, que “traduziam os anseios e necessidades da população para uma linguagem acessível”¹⁴, e portanto, angariavam inúmeros seguidores.

Essa atuação de Brizola em busca de uma alternativa de luta em 1963 está inserida num amplo contexto de crise política e social que o país e o mundo já vinham vivenciando antes daquele ano. É preciso compreender este contexto para melhor entender a iniciativa de Brizola e a constituição dos grupos.

Mundialmente, acontecia a Guerra Fria, em que as potências União Soviética e Estados Unidos disputavam em um conflito de ordem político, militar, tecnológico e, principalmente, ideológico, buscando por aliados entre os variados países do mundo, inclusive o Brasil em que os Estados Unidos persistiam na inserção do capital externo

⁸ MELO, Demian Bezerra de. op. cit., 2009. p. 38.

⁹ Salientamos que o uso do autor Jorge Ferreira nesta passagem implica em concordância sobre o uso da carta de Vargas para a difusão da imagem do trabalhismo e de Brizola na conjuntura anterior ao golpe. No entanto, reforçamos que Ferreira e Melo, citados no mesmo parágrafo exprimem posicionamentos diferentes em relação a perspectiva sobre a eclosão do golpe e da ditadura. Afirmamos que concordamos com a análise de Demian Melo, como já apontado no primeiro capítulo.

¹⁰ FERREIRA, Jorge. Brizola em panfleto: as ideias de Leonel Brizola nos últimos dias do governo de João Goulart. In: **Projeto História**, São Paulo, n.36, p. 103-122, jun. 2008, p. 105.

¹¹ Ibidem, p. 106.

¹² Cartilha de Formação. Arquivo DOPS/PR. Pasta: 1084.131, p. 8.

¹³ Ibidem, p. 7.

¹⁴ RIGHI, Graziane Ortiz. op. cit., 2015, p. 29.

no país, buscando cumprir um papel fundamental para a supremacia do capital monopolista sobre a sociedade brasileira, interrompendo:

O movimento antiautocrático desencadeado pelas classes trabalhadoras e suas organizações políticas e sociais no início dos anos 60 e repor a autocracia burguesa em bases atualizadas e apropriadas ao capitalismo monopolista dependente-associado¹⁵.

No cenário nacional, o Brasil apresentava, conforme Demian Melo, um

(...) quadro de efervescência social que afetou os vários níveis da vida nacional. Do esgotamento do modelo econômico, até o colapso do sistema político; da incapacidade do Estado e do regime em controlar um movimento sindical rebelde, à influência da Revolução Cubana (1959), juntamente com as rebeliões dos subalternos das Forças Armadas e a forte mobilização dos camponeses (...)¹⁶.

No campo social, os movimentos populares se intensificavam diante da necessidade de melhores condições de vida. A luta pela terra bastante representada na constituição das Ligas Camponesas, e o fortalecimento do movimento sindical, com a constituição da CGT (Comando Geral dos Trabalhadores) em agosto de 1962, assustavam os setores conservadores.

Setores estes representados politicamente pelas oligarquias agrárias, organizadas no PSD (Partido Social Democrático) e pelo empresariado, ligados aos interesses do comércio internacional e vínculos com o capital estrangeiro, organizados na UDN (União Democrática Nacional), partido que atuou fortemente na oposição à herança Vargasista, presente no PTB e representado em políticos como Leonel Brizola e João Goulart, o que desembocaria, como aponta Melo, numa regular prática golpista¹⁷.

Entre essas práticas golpistas, identifica-se ainda na década de 1950 a tentativa constante de derrubada do então presidente Vargas, numa crescente coalização entre antigetulistas civis e militares, que resultaria no suicídio de Vargas e em sua Carta Testamento, na qual fazia duras críticas aos opositores.

A morte de Getúlio Vargas alarmaria a população com manifestações e ataques à UDN – principal partido opositor à política Vargasista – bem como o governo norte-americano, acusado por Vargas de praticar a espoliação do território brasileiro. A carta e sua morte constituíram uma espécie de legado, a fundação de um “projeto político,

¹⁵ MACIEL, David. **Ditadura militar e capital monopolista**: estruturação, dinâmica e legado. In: Lutas Sociais, São Paulo, vol.18 n.32, p.64-78, jan./jun. 2014. p. 64.

¹⁶ MELO, Demian Bezerra de. op. cit., 2009, p. 16.

¹⁷ Ibidem, p. 39.

social ou ideológico”¹⁸, cujos principais herdeiros seriam João Goulart e Leonel Brizola.

Em 1956, vê-se novamente a organização dos oposicionistas na tentativa de impedir a chapa Juscelino Kubitschek como presidente e João Goulart como vice, numa comum aliança entre PSD e PTB, de assumir o governo em 1956. Jango, segundo Skidmore, era uma figura suspeita para a classe média, industriais e militares de inclinações conservadora¹⁹. Ele já havia atuado como Ministro do Trabalho durante o último governo Vargas e foi derrubado do cargo pelos setores oposicionistas.

Goulart enquanto vice recebeu mais votos que o próprio JK, sendo que na época, presidente e vice-presidente eram independentes, podendo ser eleitos em chapas distintas. Tal acontecimento alarmou os setores conservadores, que procuraram formas de barrar a ascensão dos candidatos. Carlos Lacerda, político vinculado à UDN que já vinha agindo contra a figura de Vargas, clamava ao povo contra os eleitos, acusando-o de compartilharem com a política comunista, apelando inclusive para a intervenção militar ²⁰

É preciso ressaltar que compartilhamos com a perspectiva de que o PTB, partido ao qual era vinculado Goulart, não tinha pretensões comunistas (discussão abordada no próximo capítulo). Ao contrário, criado por Vargas em 1945, tinha como objetivo mobilizar a classe operária em seu benefício, especialmente após o Partido Comunista Brasileiro (PCB) ser posto na ilegalidade. A tentativa, para Skidmore, era de arregimentar a classe trabalhadora afastando-a dos ideais comunistas²¹, ou como aponta Moniz Bandeira:

(...) não era socialista, apenas socializante e devia constituir uma opção para os trabalhadores que não integrariam nem o PSD nem a UDN, variantes da ‘oligarquia cindida’ (...) Funcionaria como um anteparo contra o avanço do PCB, organização mais avançada dos trabalhadores, até então reprimida pelo Estado Novo.²²

Num contragolpe ou “golpe preventivo” articulado pelo general Henrique Teixeira Lott, retorna-se ao regime constitucional normal, podendo então JK e Goulart assumirem seus postos.

¹⁸ HEYMANN, Luciana Quillet. **Vargas: para além da vida**. A Carta-testamento e o legado de Vargas. 2017. https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/artigos/AlemDaVida/CartaTestamento?fbclid=IwAR27kmPm7IRug33VqSTjql5ONBgHbzvxyTyM_rkRp7txKP7xcJAKFSxseo.

¹⁹ SKIDMORE, Thomas. **Brasil: De Getúlio à Castelo**. Editora Saga S/A. Rio de Janeiro, 1969, p.149.

²⁰ *Ibidem*, p. 189.

²¹ *Ibidem*, p. 94.

²² BANDEIRA, Moniz. **Brizola e o Trabalhismo**. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 1979, p. 54.

Durante o governo JK, os interesses multinacionais e associados defensores da abertura ao capital externo – responsáveis pela “espoliação” internacional, conforme a denúncia de Vargas – cresceram rápida e estavelmente, estimulados pelo presidente²³, permitindo que nos início dos anos 1960, esses interesses tomassem uma força sócio-econômica dominante ao mesmo tempo em que “um novo conjunto de agentes sócio-políticos aparecia na economia e na política brasileiras”²⁴ formando um aparelho civil e militar que visava espaço no processo administrativo político e econômico em oposição aos setores nacionalistas e reformistas, que cresceram em contrapartida.

Com a eleição de Jânio Quadros em 1960, o setor multinacional e associado, sentia-se satisfeito. Atuando tanto na sociedade civil – compreendida aqui enquanto “a esfera da atividade política por excelência, enquanto lugar em que aparecem em cena as organizações assim denominadas privadas (...), que tem como objetivo a transformação do modo de pensar dos homens”²⁵ quanto nos cargos institucionais intrinsecamente (corroborando com a perspectiva gramsciana de Estado Ampliado²⁶) buscavam conquistar também o poder Executivo.

Quadros expressaria bem “a nova relação das forças sociais e grupos econômicos de poder em ascensão, ao passo que suas diretrizes políticas compatibilizavam-se com as recomendações de grupos de interesses empresariais.”²⁷. No entanto, a vice-presidência ficava a cargo de João Goulart, o herdeiro da política de Vargas, que se posicionava publicamente por um governo “distributivo e reformista”²⁸, exaltando ânimos entre os setores oposicionistas.

O governo de Jânio optou por um poder Executivo que satisfizesse as forças “sócio-econômicas modernizante-conservadoras”, como definiu Dreifuss²⁹. Era composto por importantes membros do setor multinacional e associado, além de figuras de destaque da ESG (Escola Superior de Guerra), criada aos moldes da “War College” norte americana, sendo assistida e com íntimas relações com os Estados Unidos antes e durante a Ditadura Militar, a serviço dos interesses multinacionais e

²³ DREIFUSS, René A. op. cit., 1981, p. 71.

²⁴ Ibidem.

²⁵ LIGUORI, Guido. op. cit., 2017. p.733.

²⁶ Estado Ampliado ou Estado integral, refere-se à relação de unidade-distinção que Gramsci capta entre Estado e sociedade civil, para exprimir o que ele chama de Estado em sentido integral, ou seja, a distinção entre sociedade civil e sociedade política é puramente metódica, não orgânica, e, na vida histórica concreta, sociedade política e sociedade civil são uma mesma coisa. Ibidem, p. 261.

²⁷ DREIFUSS, René A. op. cit., 1981, p. 126.

²⁸ Ibidem.

²⁹ Ibidem.

associados, difundindo uma lógica que dará respaldo a estes grupos, vinculados a representantes do Exército, nas acusações direcionadas às mobilizações populares e ao próprio vice-presidente Goulart.

Mas os ânimos se exaltariam ainda mais quando em 21 de agosto de 1961, Quadros renuncia no que ficaria conhecido como um ato de interesses “bonapartistas”³⁰ de retornar ao poder com o clamor das classes dominantes. Como isto não aconteceu, Goulart ascende à presidência, ameaçando os interesses do bloco multinacional e associado com suas propostas nacionais-reformistas, que optariam por meios “extrapolíticos” de barrar esta ascensão.

Apesar do artigo 79 da Constituição da época garantir que no impedimento do presidente, o vice-presidente deveria assumir, a Constituição trazia também que em caso de ausência do vice, o presidente da câmara dos deputados seria o próximo na linha sucessória. Como Goulart se encontrava em missão econômica na então China Comunista, por ação da oposição, o deputado Ranieri Mazzili assume a presidência provisória. No entanto, o poder de fato estava nas mãos de três ministros militares: General Odílio Denys, ministro da guerra; Brigadeiro Moss, ministro da aeronáutica e Almirante Sílvio Heck, ministro da Marinha, declarando imediato estado de sítio³¹.

Neste contexto, a figura de Leonel Brizola toma destaque nacional, por isso, requer uma explanação e análise mais profunda sobre seu papel, como faremos a seguir.

2.1.2. Brizola e a Campanha da Legalidade

Para compreender a convocação dos Grupos dos Onze, é imprescindível conhecer o processo de defesa da democracia iniciado por Leonel Brizola, ainda como governador do Rio Grande do Sul, seu estado natal. Este movimento teria dado impulso aos setores populares na defesa pelo cumprimento da Constituição, da “legalidade”, visto que Goulart deveria assumir a presidência.

Ao nos remetermos ao contexto da Campanha da Legalidade, temos Brizola um então governador do Rio Grande do Sul, cujo governo se construiu sobre o

³⁰ Entende-se a pretensão de um ato Bonapartista por parte de Quadros, a partir da definição de Demian de Bezerra Melo: “é um termo ligado a uma forma de regime e/ou uma forma de governo caracterizado pela autonomização do aparelho de Estado frente às classes sociais, inclusive a classe dominante. Remete diretamente à personalidade histórica de Napoleão Bonaparte. No bonapartismo, uma parte da burocracia estatal assume as funções do Executivo, como das ditaduras militares latino-americanas, mas o fenômeno pode comportar a presença de lideranças políticas (civis ou militares) que exercem uma ditadura.” MELO, Demian Bezerra de. op. cit., 2009, p. 93.

³¹ SKIDMORE, Thomas. op. cit., 1969, p. 254.

aparente binômio educação popular e desenvolvimento econômico, além de desapropriar as subsidiárias de duas grandes corporações norte-americanas. Consolidava-se aí sua ação anti-imperialista, de oposição ao processo espoliativo que vivia não só o Rio Grande do Sul, mas o Brasil todo, por parte das empresas internacionais protegidas pelos governos de seus países de origem³².

De acordo com Moniz Bandeira, o governo de Brizola permitia abertura aos trabalhadores e seus problemas sociais, gerando créditos à Brizola com a população durante o processo golpista de 1961, que responderam ao seu chamado para defender o regime constitucional de forma intensa³³.

A perspectiva de Bandeira pode ser colocada em questionamento, já que era vinculado à POLOP (Organização Revolucionária Marxista Política Operária), grupo nacionalista³⁴ e apoiadora das propostas nacionalistas de Brizola na conjuntura que antecedia o golpe militar, além de ter dado assistência à Brizola durante o período de exílio deste no Uruguai, ou seja, mantinha laços intrínsecos com a política desenvolvida pelo ex governador do Rio Grande do Sul. Assim, a apresentação de uma imagem positiva de Brizola junto aos trabalhadores pode estar vinculada à intenção de construir-se uma memória sobre sua atuação política. Portanto, não desconsideramos a análise de Bandeira, mas a olhamos com criticidade.

Ainda sobre o movimento da Legalidade – sobre o qual reconhecemos que Brizola tinha uma grande inserção entre a população gaúcha – Felizardo aponta que Brizola não imaginava a força que teria o movimento da Legalidade organizado no Rio Grande do Sul, uma das raras “oportunidades em que a massa popular saiu às ruas em defesa de uma causa legal e para deter o golpe que se anunciava”³⁵, aglutinando pessoas de diferentes classes e segmentos sociais.

Seus pronunciamentos calorosos e dramáticos via rádio, dentro do Palácio Piratini, conclamavam o povo a se juntar à luta pró legalidade:

Povo de Porto Alegre, meus amigos do Rio Grande do Sul! Não desejo sacrificar ninguém, mas venham para a frente deste Palácio, numa demonstração de protesto contra essa loucura e este desatino. Venham, e se eles quiserem cometer esta chacina, retirem-se, mas eu não me retirarei e aqui ficarei até o fim. Poderei ser esmagado. Poderei ser destruído. Poderei ser morto (...) Ficaré o nosso protesto, lavando

³² BANDEIRA, Moniz. op. cit., 1979, p. 63.

³³ Ibidem, p. 32.

³⁴ Mesmo sendo de caráter revolucionário marxista, a POLOP mantinha apoio as propostas de Brizola, vistas como mais agressivas e radicais do que o próprio Partido Comunista naquele momento.

³⁵ FELIZARDO, Joaquim José. **A legalidade: o último levante gaúcho** – 4. Ed. – Porto Alegre: Ed. Da UFRGS, 2003. p.32.

a honra desta Nação. Aqui resistiremos até o fim. A morte é melhor do que a vida sem honra, sem dignidade e sem glória.³⁶

Contando com o apoio do general José Machado Lopes, comandante do III Exército, iniciou a partir do Rio Grande do Sul a campanha que teria alcance nacional. Formou-se a chamada “Cadeia da Legalidade”, rede que unificava mais de cem emissoras de rádio convocando a população à defesa da posse de Goulart.

Na capital rio grandense, a multidão crescia em volta do Palácio Piratini. Conforme entrevista de Brizola, presente no trabalho de Joaquim José Felizardo:

Juntamente com Neusa, minha mulher, lá estavam milhares de mulheres dentro e fora do Palácio, que se recusaram a se afastar. As crianças foram retiradas, mas o povo lá permaneceu. E a cada momento crescia a multidão. Deviam ser mais de 100 mil pessoas, naqueles momentos. (...) A partir deste momento começou a funcionar a Rede da Legalidade, com a integração de uma quantidade crescente de pequenas emissoras às transmissões da Rádio Guaíba. Centenas de jornalistas, nacionais e estrangeiros, sob a coordenação de Hamilton Chaves, desenvolveram um admirável trabalho que sensibilizou o povo brasileiro, civis e militares, por todos os quadrantes da Nação.³⁷

O discurso de Brizola, irradiado pela rádio Guaíba e pela cadeia da Legalidade gerava resultados. Na Base Aérea de Canoas e no Quartel general da V Zona Aérea, houve revolta contra as ordens do Ministério da Guerra para bombardear o Palácio Piratini, e os aviões não puderam decolar³⁸. Em São Paulo, as unidades militares também se recusavam a marchar contra o Rio Grande do Sul.

No âmbito institucional, os setores golpistas também encontraram obstáculos no Congresso. Governadores como Ney Braga, no Paraná, e Mauro Borges em Goiás, apoiavam a posse de Goulart³⁹, mas não sem apelo dos movimentos sociais pela tomada de um posicionamento por parte dos governadores, conforme demonstra o “Manifesto ao Povo”, documento difundido no Paraná e assinado por diferentes correntes sociais (associações, sindicatos e correntes estudantis) numa aliança operário-estudantil, como podemos observar na transcrição do documento abaixo:

Os estudantes e trabalhadores novamente vem perante o povo paranaense com a finalidade de fixar as suas posições assumidas em seus Congressos e Assembleias Gerais, a respeito da grave crise política que atravessa o país.

³⁶ Transcrição do discurso de Brizola via rádio, presente no trabalho de FELIZARDO, Joaquim José. op. cit., 2003, p. 45-46.

³⁷ Ibidem, p. 59.

³⁸ BANDEIRA, Moniz. op. cit., 1979, p. 83.

³⁹ DE PAULA, Cristiane Jalles. **Verbete:** O João Goulart Vice Presidente. 2017. <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/VicePresidenteJanio/O_segundo_mandato_e_a_crise_sucesoria> - acesso em 13 de fevereiro de 2018.>

ASSIM RESOLVEM:

1º - APOIAR integralmente os princípios constitucionais vigentes como a única forma de preservação da ordem e do regime democrático. Em consequência, defender intransigentemente a posse incondicional do Sr. JOÃO GOULART na Presidência da República.

2º EXIGIR do Sr. Janio Quadros uma denúncia taxativa sobre os grupos que o levaram à renúncia, a fim de que o povo brasileiro tome consciência das forças que o impedem o progresso da Nação.

3º REFERENDAR as atividades legalistas dos governadores JURACI MAGALHÃES, CARVALHO PINTO, MAGALHÃES PINTO, solidarizando-se com a posição desassomburada do Marechal Lott, no mesmo sentido e reconhecer no governador LEONEL BRIZOLA, o líder da resistência Democrática.

4º EXIGIR do governador Ney Braga um pronunciamento incisivo pelo respeito a Constituição e pela posse do Sr. JOÃO GOULART.

5º REPUDIAR as atividades do governador CARLOS LACERDA, um dos principais causadores da atual crise política que vem abalando o país.

6º DENUNCIAR as manobras que visam a implantação de uma ditadura no país, que viria a impedir a livre manifestação do pensamento e cercear as atividades estudantis, operárias e outras organizações populares.

Para que se possam efetivar as medidas tendentes a manutenção da ordem legal, dos princípios democráticos e Constitucionais, CONCLAMAMOS, em nome da ALIANÇA OPERÁRIO-ESTUDANTIL o povo paranaense para que, com calma e serenidade, mas com firmeza e vigilância, tome posição em defesa do regime e denominamos a sede da UPE e "A CASA DA LEGALIDADE", convidando todo o povo para participar de nossas deliberações e tomadas de posições.

Curitiba, 28 de agosto de 1961.⁴⁰

O documento revela a exigência de setores populares pelo cumprimento da "legalidade", apontando para a liderança de Brizola pela iniciativa do cumprimento da Constituição, em nome da democracia. Percebe-se, portanto, que o movimento convocado pelo então governador do Rio Grande do Sul tomou amplas proporções, alcançando o estado do Paraná e as consequentes pressões pelo apoio de Ney Braga ao movimento.

A fama de Brizola galgava degraus nacionalmente e diante das pressões nacionais, tomou-se então uma medida conciliatória: o parlamentarismo. Contra as pretensões de Brizola, no dia 2 de setembro de 1961 é aprovada a Emenda parlamentarista no Congresso, e no dia 7 de setembro, João Goulart é empossado presidente do Brasil. Tal emenda ainda propunha que no início de 1965 seria realizado um plebiscito que decidiria pela continuação ou não do parlamentarismo.

⁴⁰ Manifesto ao Povo. Arquivo DOPS/PR, Pasta: Campanha da Legalidade, 165.19.data: 28/08/1961.

Assim, as manifestações populares e os obstáculos institucionais dissolveram o que Bandeira chamou de a “máquina do golpe de Estado”⁴¹, golpe que parecia ser percebido pelos movimentos sociais, bem como a participação do político udenista Carlos Lacerda na articulação do mesmo. Como aponta Demian Bezerra de Melo, o parlamentarismo não passou de um “golpe branco”⁴², o golpe que se conseguiu dar, a tentativa de “solucionar” o conflito que se apresentava.

Apesar do movimento da Campanha da Legalidade tomar grandes proporções devido ao interesse da população de defender a democracia, não se pode negar que a atuação de Brizola na convocação popular foi de grande importância. Este, que já tinha grande prestígio no Rio Grande do Sul, devido suas posições e ações reformistas, viu ela alastrar-se pelo restante do país, tornando-se cada vez mais *persona non grata* para os setores golpistas, inclusive após a expropriação das subsidiárias norte-americanas⁴³ no Rio Grande do Sul, o que abalou as relações Brasil–Estados Unidos, e contrariou os interesses do bloco multinacional e associado.

A historiadora Flávia Maggi Bemfica, no entanto, questiona a caracterização que o governo de Brizola ganhou, como responsável por uma ruptura

(...) com práticas políticas que visavam beneficiar aos setores mais conservadores, instaurando projetos voltados para a distribuição de renda e o desenvolvimento com base em investimentos em infraestrutura e alterações na matriz produtiva do estado⁴⁴.

A partir da análise desenvolvida por Bemfica, que parte de documentos como os Anais da Assembleia Legislativa nos anos de 1958 a 1964, mensagens enviadas pelo Executivo ao Parlamento, roteiro de programas do governo de Brizola enquanto governador do RS, decretos governamentais, leis estaduais e federais (1959 a 1966) e dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), num processo de comparação entre as fontes, a autora defende a ideia de que Leonel Brizola atuou apenas dentro das regras do jogo político, não constituindo modificações radicais à estrutura do estado do Rio Grande do Sul. Conforme sua análise:

(...) o governo Brizola pode ser considerado como inserido dentro das práticas desenvolvidas no campo político e nas condições

⁴¹ BANDEIRA, Moniz. op. cit., 1979, p. 83.

⁴² MELO, Demian Bezerra de. op. cit., 2009, p. 96.

⁴³ Brizola teria discordado da atuação das empresas nos setores de energia e das comunicações, duas poderosas corporações internacionais a Bond & Share e a ITT. A meta do governo de Brizola consistia de dotar o Rio Grande do Sul de 1 milhão de kW e de um moderno sistema de comunicações, e as empresas não estavam atendendo as necessidades exigidas pelo governador. BANDEIRA, Moniz. op. cit., 1979, p. 61.

⁴⁴ BEMFICA, Flavia Cristina Maggi. **Governo Leonel Brizola no Rio Grande do Sul: Desconstruindo mitos.** Dissertação (mestrado) Programa de Pós Graduação em História – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2007. p. 10.

estabelecidas dentro do jogo político naquele momento da história do país, com todos os fatores aí incluídos, que vão de interesses individuais à conquista e manutenção do poder.⁴⁵

De acordo com sua análise, as propostas de reforma agrária e da encampação das subsidiárias no Rio Grande do Sul já eram processos em curso e “muito provavelmente, teriam prosseguimento com ou sem a interferência particular do governo”⁴⁶. Na sua concepção, o político teria se aproveitado “de maneira adequada de reivindicações que não diziam respeito apenas ao PTB ou às diretrizes do governo, mas sim, integravam solicitações de parcelas significativas da sociedade”⁴⁷. Righi⁴⁸ aponta que a discussão da reforma agrária não estava presente apenas no governo de Brizola, mas em outros estados também, visto a necessidade de desenvolver o capitalismo no país.

É preciso apontar também, que a candidatura de Brizola ao governo estadual se deu através da coligação com o PSP (Partido Social Progressista) e o PRP (Partido de Representação Popular), este último liderado por Plínio Salgado, grande representante do Integralismo brasileiro – movimento político de extrema-direita, inspirado no fascismo italiano. Essa coligação rendeu grandes questionamentos e críticas à Brizola e ao PTB gaúcho, mas petebistas e integralistas se defendiam afirmando que “os interesses do Rio Grande do Sul estavam acima das suas diferenças”⁴⁹.

Esta coligação representa para nós um distanciamento do Partido Comunista Brasileiro, por parte de Brizola – contrariando as acusações feitas por seus opositores – apesar de aderir pautas que eram também levantadas pelo PCB, como a reforma agrária e nacionalização da economia.

Bemfica reconhece que a Campanha da Legalidade deu grande notoriedade ao político trabalhista, e que após este movimento, teve uma aproximação maior com as pautas de esquerda e nacionalistas, mas a autora traz o questionamento: “Brizola voltou-se à esquerda porque perdeu o apoio dos setores mais conservadores ou de centro, se algum dia ele teve esses apoios” ou “após a projeção nacional obtida com a Legalidade ele vislumbrou a possibilidade de chegar rapidamente à presidência da

⁴⁵ Ibidem, p. 9.

⁴⁶ Ibidem, p. 11.

⁴⁷ Ibidem.

⁴⁸ RIGHI, Graziane Ortiz. op. cit., 2015.

⁴⁹ BEMFICA, Flavia Cristina Maggi. op. cit., 2007, p. 19.

República”⁵⁰, aproximando-se de bandeiras levantadas por comunistas, numa tentativa de conquistar as “massas”?

Não está em nosso campo de possibilidades responder a estes questionamentos, especialmente porque com o golpe militar, Brizola foi perseguido e obrigado a se exilar do país, não agindo diretamente contra o golpe ou tendo a possibilidade de concorrer às eleições próximas. Porém, sua atuação na Campanha da Legalidade e aproximação com as classes trabalhadoras, são essenciais para compreender o processo de convocação dos Grupos dos Onze no Contexto pré-golpe.

Harres e Brandalise, ao se questionarem sobre o tipo de mensagem que Brizola pretendia passar com a formação dos grupos, apontam a possibilidade de “reproduzir em ampla escala uma nova Campanha da legalidade, um movimento de reação ao golpismo”⁵¹. Ou seja, Brizola pretendia que com o golpe de 64, a população se tornasse presente massivamente nas ruas pela defesa da “legalidade”, assim como em 1961, numa pretensão de “demonstrar grande força e potência aos adversários”⁵².

O sucesso empreendido pela Campanha da Legalidade era uma prova da força que as propostas de Brizola tinham entre a população, no entanto, o que para Baldissera criou uma impressão de falso poder, que permitiria superestimar a força da mobilização no pré-golpe de 64, com a convocação dos Grupos dos Onze⁵³.

Ainda assim, para autores como Diego Pacheco, este movimento daria respaldo para a convocação dos grupos, configurando Brizola como um ícone pela luta nacionalista.⁵⁴.

2.1.2. O Governo Goulart e o Plebiscito de 1963: As pressões de Brizola pelas Reformas de Base

A Campanha da Legalidade não foi o único elemento a abalar as estruturas da época. Como já abordado, o país vivia séria crise política e econômica. O povo sofria com elevados índices inflacionários, intensificados com a própria instabilidade política abordada. O modelo parlamentarista dificultava a atuação de Jango na tomada de diretrizes para a política econômica do país.

⁵⁰ Ibidem, p. 11.

⁵¹ BRANDALISE Carla; HARRES, Marluza Marques. op. cit., 2016. p. 54.

⁵² Ibidem.

⁵³ BALDISSERA, Marli de Almeida. op. cit., 2003. p. 39.

⁵⁴ PACHECO, Diego. op. cit., 2012. p. 66.

Enquanto isso, o proletariado amadurecia politicamente enquanto classe, formando articulações intersindicais como a CGT (Comando Geral dos Trabalhadores), o Pacto da Unidade e Ação (PUA), além de outras associações regionais como sindicatos, “não somente para defender reivindicações econômicas, como também para influir nas decisões do poder público”⁵⁵ e pressionar a estrutura política.

No âmbito rural, as lutas também se fortificavam. As leis trabalhistas aplicadas aos setores operários durante o governo Vargas não se estendiam ao campo, regularizando a superexploração. Os conflitos rurais já vinham acontecendo há tempos, intensificando-se a partir da década de 1940, quando passam a assumir uma “nova feição”. Como aponta Grynzpan,

Tornou-se corrente, a partir dali, a ideia de que a questão agrária configurava um dos nossos problemas sociais mais sérios, resultado de um padrão concentrador da propriedade da terra instituído ainda no período colonial. Em uma ponta da hierarquia social, esse padrão acarretava riqueza, poder e privilégio. Na outra, produzia pobreza, analfabetismo, fome, doença, subordinação, isolamento.⁵⁶

Diante deste contexto, a necessidade de uma Reforma Agrária se tornava necessária e a mais polêmica das pautas discutidas no Congresso. Como aponta Natividade, “A crescente organização e a ação de movimentos sociais no campo funcionaram como um alerta de que mudanças imperiosas faziam-se necessárias no campo”⁵⁷. Espalhavam-se pelo país as chamadas Ligas Camponesas e a formação de associações e sindicatos de trabalhadores rurais, mobilizações populares que defendiam projetos diferentes de Reforma Agrária. Setores nacionalistas viam na Reforma Agrária uma possibilidade de industrialização e desenvolvimento econômico capitalista para o país, no entanto, o Congresso “reduto do conservadorismo rural”, segundo Bandeira⁵⁸, bem como o bloco multinacional e associado, recusava-se a aprovar os projetos apresentados.

Segundo Grynzpan,

Um dos empecilhos à realização de uma ampla reforma agrária no país era o dispositivo constitucional determinando que

⁵⁵ BANDEIRA, Moniz Luiz Alberto. O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil, 1961-1964. 7ª ed, In: **revista e ampliada**. – Rio de Janeiro: Revan; Brasília, DF: EdUnb, 2001. p. 77.

⁵⁶ GRYNZPAN, Mario. **Verbetes: A Questão Agrária no governo Jango**. 2017. <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/A_questao_agraria_no_governo_Jango>.

⁵⁷ NATIVIDADE, Melissa de Miranda. **A questão agrária no Brasil (1961-1964): uma arena de lutas de classe e intraclasses**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2013. p. 31.

⁵⁸ BANDEIRA, Moniz Luiz Alberto. op. cit., 2001.

desapropriações de terras deveriam se dar mediante prévia indenização em dinheiro. Alegando inexistência de recursos suficientes, o governo, por intermédio do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), passou a propor uma reforma constitucional que permitisse o pagamento das indenizações em títulos da dívida agrária. A solução da questão agrária articulava-se a uma série de outras mudanças constitucionais propostas pelo governo, as chamadas reformas de base, anunciadas como fundamentais para o desenvolvimento nacional. Sua aprovação, contudo, tratando-se de reformas constitucionais, demandava um apoio de 3/5 do Congresso, o que nunca chegou a ser conseguido.⁵⁹

Para Natividade,

A concentração da propriedade fundiária, traço contínuo de nossa história desde os tempos coloniais, era a base de todo um conjunto de problemas com os quais se deparava a grande maioria da população rural, como miséria, fome, isolamento, baixos níveis de escolaridade, precárias condições de moradia e infraestrutura, apenas para citar alguns”.⁶⁰

Forma-se, portanto, a concepção de que resolver a questão agrária poderia levar ao “pleno desenvolvimento capitalista”, como apontou Natividade⁶¹. O próprio Brizola, que no Rio Grande do Sul já havia desapropriado duas fazendas (Sarandi e Camaquã), perante lavradores sem terra⁶², pressionava Goulart para as reformas de base, especialmente a agrária.

Desde a segunda metade dos anos 1950, quando se deu início o debate sobre as reformas estruturais, variados setores da sociedade concordavam com a necessidade da Reforma Agrária, visto a presença de grandes latifúndios e a necessidade de desenvolvimento econômico capitalista do país; entretanto, o ponto de divergência girava em torno da forma pela qual essas reformas seriam alcançadas e, principalmente, entre os diferentes projetos agrários existentes. Ademais, os proprietários rurais, que atravancavam as reestruturações, não estavam dispostos a abrir mão de seu status quo.

O primeiro projeto de reforma agrária foi apresentado pelo PCB na constituinte de 1946, com uma perspectiva social e crítica ao latifúndio enquanto fator de atraso para a agricultura brasileira. A própria Igreja Católica apresentou um projeto, no entanto, a preocupação era da perda de mão de obra barata para a cidade, e da Igreja,

⁵⁹ GRZYNSZPAN, Mario. Verbete: op. cit., 2017.

⁶⁰ NATIVIDADE, Melissa de Miranda. op. cit., 2013, p. 31.

⁶¹ Ibidem.

⁶² BANDEIRA, Moniz Luiz Alberto. op. cit., 1979, p. 76.

a preocupação de que estes trabalhadores, ao irem para as cidades, tornassem-se comunistas, entre outros projetos apresentados por políticos, todos arquivados.⁶³

Em anos posteriores, novos projetos surgiam, como o Projeto Nº 4.389-A/54 apresentado ao plenário da Câmara em 18 de setembro de 1961, cuja linha de pensamento era “a penetração do capitalismo no campo, assim como já estava em andamento na indústria brasileira”, conforme aponta Natividade⁶⁴, numa clara intenção de barrar a ascensão dos movimentos sociais na defesa de uma reforma mais radical.

A autora, analisando outros projetos de reforma agrária desenvolvido neste período, traz ainda o projeto de Armando Monteiro, em 1962, cujos objetivos eram “a emancipação da agricultura das repartições do feudalismo intolerável”, na busca de “uma melhor distribuição de terra, substituindo os latifúndios e minifúndios por ‘propriedades com o dimensionamento adequado em função das potencialidades econômicas regionais e zonais’”⁶⁵

Na mesma perspectiva que o anterior, o projeto Milton Campos, 1963, pretendia estimular o aumento da produtividade, incentivando a criação de uma classe média rural, o desenvolvimento sua capacidade produtiva e aumentar seu poder de compra, além de implementar planos de industrialização rural⁶⁶. Para concluir, o projeto de Herbert Levy, afirmava como objetivos “

(...) reerguer o nível de vida das populações rurais, para que pudessem enfrentar com êxito a responsabilidade da gestão de propriedade sua; facilitar o acesso a terra; melhorar a produtividade e aumentar o volume da produção agrícola; assegurar assistência técnica e financeira; estipular movimentos associativos no meio rural, especialmente cooperativas de crédito, produção e consumo.⁶⁷

Esta rápida exposição nos remete à compreensão de que os projetos apresentados não tinham perspectivas radicais de subverter o status quo, mas sim, de buscar na melhoria das relações de trabalho no campo e no uso da terra o desenvolvimento econômico capitalista do país.

Neste mesmo sentido segue a proposta de Goulart, cujo anteprojeto apresentava:

⁶³ Estes projetos de Reforma Agrária podem ser encontrados no livro *A Questão Agrária no Brasil: Programas de Reforma Agrária (1946-2003)*, organizado por João Pedro Stedile. 2ª Edição, São Paulo – 2011.

⁶⁴ NATIVIDADE, Melissa de Miranda. op. cit., 2013, p. 70.

⁶⁵ *Ibidem*, p. 77.

⁶⁶ *Ibidem*, p. 85.

⁶⁷ *Ibidem*, p. 91.

(...) cinquenta e quatro artigos, divididos em sete capítulos e, apresentava como objetivos criar meios de acesso a terra; corrigir defeitos da atual estrutura agrária, eliminando formas 'antieconômicas' e 'antissociais' de propriedade e de uso da terra; aumentar o número das unidades agrícolas de tipo familiar através da colonização; ampliar e diversificar a oferta de produtos agrícolas com o objetivo de suprir o crescimento do mercado interno e externo."⁶⁸.

Conforme o terceiro artigo, no que tange à aquisição de terras para realização da Reforma Agrária, havia duas possibilidades: desapropriação por interesse social e doação. Ficava a cargo da união estimular por diversos meios os proprietários rurais realizarem doações de terras, sendo uma das formas através da prioridade na concessão de crédito.

Referente à distribuição de terras para a reforma, havia três maneiras: Compra, venda e arrendamento. Mas a ocupação de terras destinadas à reforma agrária deveria ser, preferencialmente, ocupada mediante projetos de colonização, que segundo a lei, "teriam o objetivo de criar unidades agrícolas de tipo familiar"⁶⁹, ou seja, "exploradas pessoalmente pelo agricultor e sua família" admitindo, não preponderantemente, o "trabalhador assalariado e que tenha capacidade de ser explorado em bases econômicas"⁷⁰.

Neste sentido, não constava na lei a pura e simples distribuição de terra, conforme os setores oposicionistas de Goulart – especialmente políticos da UDN e os setores multinacionais e associados – acusavam.

Em grande medida, a grande diferença que se destacava dos demais projetos apresentados ao Congresso, era sobre a indenização das terras desapropriadas. Conforme o anteprojeto de Goulart, este pagamento deveria ser feito mediante indenização em títulos especiais da dívida pública.

Diante destas propostas, Melissa Natividade acredita que o que de fato "alardeava" as frações da classe dominante brasileira, não era o projeto de Goulart em si, mas sim "o crescimento dos movimentos sociais rurais, aliado ao clima de guerra fria vivido à época e o crescimento do PTB nas áreas rurais, tradicionalmente redutos da classe proprietária de terras"⁷¹. A autora chega a esta conclusão devido ao fato de muitos elementos do projeto de reforma de Goulart terem sido anexados ao Estatuto da Terra, desenvolvido já no governo militar de Castelo Branco.

⁶⁸ NATIVIDADE, Melissa de Miranda. op. cit., 2013, p. 94.

⁶⁹ Ibidem.

⁷⁰ Ibidem.

⁷¹ NATIVIDADE, Melissa de Miranda. op. cit., 2013, p. 96.

Brizola também apresentou seu próprio projeto, que tinha como objetivos principais: Criar meios de acesso à terra própria aos trabalhadores rurais além de condições materiais e sociais de vida digna; criar condições para o aumento das unidades agrícolas do tipo familiar; proporcionar incentivo ao desenvolvimento nacional das empresas agropecuárias; ampliar e diversificar o mercado interno; estimular e promover a organização dos agricultores e suas famílias em formas associativas.⁷²

Assim como a proposta de Goulart, seu projeto não apresentava elementos que condiziam com a política comunista. Continha elementos que se identificavam com sua política nacionalista. Para ele, a execução dessa e das demais reformas em defesa do desenvolvimento econômico e social do país, só seriam possíveis com o “estancamento do processo espoliativo, à base de profunda revisão nos termos de intercâmbio com os Estados Unidos”⁷³.

Natividade aponta que de modo a combater os projetos até então apresentados, o próprio IBAD desenvolveu uma projeto de reforma, no qual “a terra jamais poderia ser doada, mas sim vendida, embora a baixos preços e a prazos longos” e quanto à desapropriação, “deveria ser feita com base no valor tributado com pagamento prévio em dinheiro”⁷⁴.

Por fim, nenhum dos projetos foi aprovado, e as políticas agrárias de Goulart foram intensamente rechaçadas pelos proprietários rurais organizados na Sociedade Rural Brasileira e na Sociedade Nacional de Agricultura, conforme aponta Natividade⁷⁵, que estavam intensamente envolvidos com o que Sonia Regina Mendonça chamou de a “tessitura do golpe” que se consolidaria em 1964, reafirmando a participação da burguesia agrária/industrial brasileira⁷⁶.

De qualquer forma, para que qualquer política reformista tivesse chances de ser aprovada, era preciso que se retomasse o sistema presidencialista. Não só Brizola, mas os setores da esquerda nacionalista viam no sistema presidencialista a possibilidade da realização das reformas de base. O próprio Goulart demonstrava seu interesse de lutar pela retomada do presidencialismo.

⁷² O anteprojeto de reforma agrária de Brizola encontra-se no livro: *A Questão Agrária no Brasil: Programas de Reforma Agrária (1946-2003)*, organizado por João Pedro Stedile. 2ª Edição, São Paulo – 2011.

⁷³ BANDEIRA, Moniz Luiz Alberto. op. cit., 1979, p. 112.

⁷⁴ NATIVIDADE, Melissa de Miranda. op. cit., 2013, p. 100.

⁷⁵ Ibidem.

⁷⁶ MENDONÇA, Sônia Regina. op. cit., 2014. p. 43.

As palavras que assustavam os setores conservadores, “Reformas de Base”, foram empregadas formalmente pela primeira vez, segundo Heloísa Menandro (2009) em março de 1958, ainda no governo JK, quando o PTB apresentou um documento que discutia as reformas (especialmente a agrária, urbana e constitucional), bem como a disciplina do capital estrangeiro no país, implicando uma nova Lei de Remessas de Lucro. Este documento serviria de base para a campanha de Goulart à vice-presidência em 1960, alcançando uma grande quantidade de votos entre os setores populares.⁷⁷

A luta pelo retorno ao presidencialismo envolveu uma grande campanha dos setores populares que viam no sistema a possibilidade da realização das reformas de base, resultando em duas grandes greves gerais ao longo do processo, bem como a articulação entre oficiais nacionalistas e como aponta Melo, “a habilidade de João Goulart para construir uma frente com políticos de diferentes matizes”⁷⁸, como o governador de Minas Gerais Magalhães Pinto (UDN), Juraci Magalhães (UDN) e Juscelino Kubitschek (PSD), que viam no sistema presidencialista possibilidades de satisfazer seus próprios interesses, como JK, que pretendia retornar a concorrer à presidência do país. Ainda segundo Melo⁷⁹, a frente parlamentarista era “extremamente débil e não conseguiu apresentar-se à altura dos acontecimentos”.

Diante desses elementos, de acordo com Bandeira⁸⁰, “não houve quem se movesse, publicamente, em defesa do parlamentarismo. Nem mesmo os parlamentaristas”. Assim, quatorze meses após assumir a presidência, retoma-se o sistema presidencialista através do plebiscito que rendeu a Goulart 9.457.488 votos a favor.

Neste contexto, Brizola já havia transferido sua atuação para o antigo estado da Guanabara, onde assumiu o cargo de deputado federal em 1962, num projeto nacionalista e antilacerdista (Carlos Lacerda, candidato da UDN e grande opositor da política trabalhista era o então governador da Guanabara). Segundo Righi,

Em linhas gerais, a plataforma de campanha de Brizola se pautava por questões nacionais como as Reformas de Base, a realização do plebiscito para a confirmação do parlamentarismo, ou a escolha pelo presidencialismo, e a aprovação da Lei de Remessa de Lucros, que controlaria o envio excessivo de altas quantias para o exterior. A data

⁷⁷ MENANDRO, Heloísa. **Verbetes**: Reformas de Base. 2009. <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/reformas-de-base>>

⁷⁸ MELO, Demian Bezerra de. op. cit., 2009, p. 105.

⁷⁹ Ibidem.

⁸⁰ BANDEIRA, Moniz Luiz Alberto. op. cit., 2001, p. 81.

do referendo foi ponto recorrente durante a campanha eleitoral de Leonel Brizola: objetivava pressionar o Congresso Nacional a aprovar o plebiscito para o mesmo dia das eleições, por vezes de forma muito radical (...)⁸¹

Esse radicalismo afrontava os setores conservadores, aumentando os ataques à sua figura e ao governo Goulart, pois além de serem do mesmo partido, herdeiros de uma política varguista, eram cunhados. Brizola, por exemplo, defendia a convocação de uma nova constituinte para que se alcançassem as mudanças desejadas.

Seus posicionamentos levaram à constante associação de sua pessoa ao comunismo, acalorando o clima de instabilidade política vivenciado.

2.1.3. A atuação de Brizola durante o governo Goulart e o Golpe de 1964

Mesmo com o retorno ao presidencialismo, os setores golpistas não desistiram. O bloco multinacional e associado, que já vinha se articulando em organizações de classe na sociedade civil como o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), fundado em 1959 e o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES), fundado em 1961, agindo enquanto um partido, na concepção gramsciana, ou seja, um aparelho moderno através do qual é exercida ação autônoma das classes, que passa a compreender organizações estruturadas da massa e que não apenas são expressão mecânica e passiva das classes, mas agem sobre elas para desenvolvê-las, consolida-las e energiza-las⁸².

O complexo IPES/IBAD era uma organização das frações da classe dominante, atuando no sentido de unificá-las sobre uma perspectiva política e econômica, bem representado pelos interesses multinacionais e associados que se envolveriam intensamente na articulação do golpe de 1964. De acordo com Sonia Regina Mendonça, promoveria um “sem número de iniciativas e campanhas contra o que considerava a ameaça de ‘bolchevização’ do país, tendo por dogmas a segurança interna e o desenvolvimento ‘racional’”⁸³.

⁸¹ RIGHI, Graziane Ortiz. op. cit., 2015. p. 49.

⁸² LIGUORI, Guido. VOZA, Pasquale. op. cit., 2017, p. 604- 605.

⁸³ MENDONÇA, Sônia Regina. op. cit., 2014, p. 42.

Esse bloco multinacional e associado, corporificado numa “intelligensia empresarial”⁸⁴ na perspectiva de intelectuais orgânicos⁸⁵ abordados por Gramsci. Estes eram:

- a) Diretores de corporações multinacionais e diretores e proprietários de interesses associados, muitos deles com qualificação profissional.
- b) Administradores de empresas privadas, técnicos e executivos estatais que faziam parte da tecnoburocracia;
- c) Oficiais militares;⁸⁶

Estes tecnoburocratas presentes na sociedade civil atuavam também no sentido institucional, nos aparelhos do Estado, buscavam a organização das frações de classe dominante agindo no sentido de barrar as forças populares que se organizavam no início da década de sessenta, tornando-se, segundo Dreifuss⁸⁷, “figuras centrais da reação burguesa” contra as propostas de Goulart e a possibilidades dessas forças populares, defensoras das reformas de base, colidirem com os interesses do capital⁸⁸.

Entre as propostas e medidas do governo Goulart, que se opunham aos interesses do bloco multinacional e associado, encontravam-se:

- a) Lei restringindo a remessa de lucros pelas companhias multinacionais às suas matrizes, o que, de certa forma, impedia a saída maciça do capital, e controle rigoroso das atividades do capital transnacional no Brasil.
- b) Limitações de remessas de royalties, que forçaram as companhias multinacionais investirem capital no país, reinvestindo seus próprios lucros;
- c) Tentativa de conquista do monopólio estatal da importação do petróleo e desapropriação de refinarias privadas no Brasil e rever concessões de mineração dadas às corporações multinacionais.
- d) Tentativa de reajustar salários mínimos, e o poder aquisitivo dos trabalhadores e empregados, estabelecendo uma política de controle de preços e supervisionar a distribuição de bens básicos de consumo.

⁸⁴ DREIFUSS, René A. op. Cit., 1981, p. 71.

⁸⁵ O intelectual orgânico esta presente em todo grupo social “que passa a existir no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, traz consigo organicamente uma ou mais camadas de intelectuais que proporcionam homogeneidade ao grupo, bem como a conscientização de sua própria função, não somente no campo econômico, mas também nos campos social e político” (HOARE;NOWELL-SMITH apud DREIFUSS, op. cit.1981. p. 107)

⁸⁶ Ibidem.

⁸⁷ Ibidem, p. 73.

⁸⁸ MELO, Demian Bezerra de. op. cit., 2009, p. 102.

- e) Decretou o primeiro estágio da Reforma Agrária, que visava à desapropriação, com compensação prévia e efetiva, das áreas não cultivadas localizadas a curta distância das ferrovias e rodovias.
- f) Objetivou limitar e controlar o redesconto bancário;
- g) Medidas para combater a especulação financeira;
- h) Objetivou reescalonar o pagamento da dívida externa, renegociando com os países credores.
- i) Propôs reestruturação do sistema tributário baseado na taxaçoão da renda;
- j) Propôs reforma eleitoral dando a analfabetos e soldados o direito a voto;
- k) Propôs reforma educacional, estendendo seus benefícios às classes populares⁸⁹.

Na contramão das propostas reformistas, o complexo IPES/IBAD atuava através de divulgação de publicações, palestras, simpósios, conferências de personalidades famosas por meio da imprensa, debates públicos, filmes, peças teatrais, desenhos animados, entrevistas e propaganda no rádio e na televisão, publicação de livros, panfletos, periódicos, jornais, revistas e folhetos⁹⁰. Os intelectuais do complexo difundiam uma imagem do governo como ineficiente e vinculavam Goulart e seus apoiadores ao comunismo, dentro de uma lógica que constituía o comunismo como “inimigo interno”, fortalecida por setores militares vinculados à ESG (Escola Superior de Guerra), que buscava convencer a população de que tudo o que se contrapunha aos seus interesses fazia parte do inimigo.

Enquanto isso, Brizola radicalizava seus discursos na tentativa de pressionar o governo a aprovar as reformas de base. Assim como Goulart, ele concordava com os pressupostos básicos do nacional-reformismo, mas ia além, buscando alternativas radicais e audaciosas⁹¹, como foi a convocação dos Grupos dos Onze.

Ele buscava, ainda conforme Righi⁹², uma “reestruturação no campo que realmente alterasse o status quo das classes dominantes, mas que também fortalecesse o capitalismo a exemplo dos grandes países desenvolvidos”. Portanto, acreditamos que Brizola não preconizava uma luta pela implantação do comunismo, mas baseava seus preceitos no nacionalismo e na redistribuição dos lucros menos concentrada. Entretanto, tanto os setores de oposição no período pré-golpe, quanto à

⁸⁹ DREIFUSS, René A. op. cit., 1981, p. 131-132.

⁹⁰ Ibidem, p. 232.

⁹¹ RIGHI, Graziane Ortiz. op. cit., 2015, p. 75.

⁹² Ibidem. p. 163.

repressão depois de 1964, pautaram-se na construção de uma imagem à Brizola relacionando-o com o comunismo.

Concordamos com a historiadora quando aponta que Brizola almejava que houvesse união e disposição para a luta popular, visto o que o correria em 1961 com a Campanha da Legalidade⁹³. Mas naquele contexto, qualquer medida que pendesse para as reformas era vista e difundida pelos setores conservadores como “comunismo”, e tendo em vista a articulação do bloco multinacional e associado para associar a imagem do comunismo ao inimigo interno, e conseqüentemente, ao governo Goulart, tudo que era visto como comunista se tornava “perigoso”.

Como apontado no primeiro capítulo, a perspectiva nacional desenvolvimentista, baseada nas reformas de base, almejava o desenvolvimento da economia capitalista no país. No entanto, a esquerda brasileira vinculada ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) neste momento, precisava criar a sua “concepção de progresso socialista”, conforme Ianni⁹⁴, seguindo as tradições teóricas e práticas do marxismo-leninismo para alcançar o objetivo final: a revolução. Diante do contexto que se apresentava, e vinculado a uma perspectiva “etapista”, o PCB adere um projeto reformista – especialmente no que tange à questão agrária – apoiado na “política de substituição de importações como principal artifício tático”⁹⁵, bem como a luta contra o imperialismo norte-americano.

Conforme Natividade⁹⁶, a partir do final da década de 30, após o frustrante levante de 1935, a estratégia pecebista se modifica:

(...) substituindo a perspectiva insurrecional baseada na aliança operário-camponesa ou na formação de uma frente popular que agregasse operários, camponeses e pequena burguesia urbana, pela proposta de união nacional com a burguesia industrial. Naquele instante, abandonava-se a ideia do assalto frontal ao poder do Estado, para se reforçar o caráter evolutivo do processo de mudanças a ser implementado, dentro da estratégia de união nacional para cumprimento da etapa nacional-democrática de revolução brasileira.

⁹⁷

Esta escolha estratégica do PCB aproximou-o da defesa pelas reformas de bases propostas por Goulart e reforçadas intensamente por Brizola, o que permitiu ao partido comunista a composição de um “amplo arco de alianças que apostava numa

⁹³ Ibidem, p. 53.

⁹⁴ IANNI, Octavio: **O Colapso do populismo no Brasil**. 3ª edição. Civilização Brasileira – Rio de Janeiro, 1975. p, 92.

⁹⁵ Ibidem.

⁹⁶ NATIVIDADE, Melissa de Miranda. op. cit., 2013, p. 53.

⁹⁷ Ibidem.

alternativa de desenvolvimento econômico anti-imperialista”⁹⁸. No entanto, enquanto o PCB buscava o desenvolvimento capitalista do país para depois subverter a ordem, a política defendida por Brizola não ultrapassava a busca pelo desenvolvimento capitalista do país, ou seja, não pregava uma “revolução comunista” no país.

A análise de Diego Pacheco indica que havia proximidades entre membros do PCB e os Grupos dos Onze, sendo que muitos membros do partido se vinculavam às listas. Isto porquê, segundo Pacheco,

A ideia dos grupos dos onze era vista, por parte da esquerda, como sendo uma oportunidade única para resolver um grande problema prático: o contato e a mobilização política das ‘massas populares’ e de operários que não se identificavam com o projeto comunista⁹⁹.

Segundo sua lógica, grupos mais à esquerda é que teriam se apropriado dos grupos para “torná-los comunistas”, pois ao contrário da ideologia comunista, as ideias e os pronunciamentos de Brizola atraíam muitas pessoas. Por isso, comunistas vinculados ao PCB viam nos grupos a possibilidade de se inserir entre as massas. Tal perspectiva poderá ser melhor discutida durante a exposição e análise das fontes.

Os grupos de oposição ao governo não diferenciavam suas críticas, colocando Brizola, Goulart e PCB como se tivessem os mesmos objetivos, acusando-os de subversão da ordem. Essas críticas tinham propósitos, e entre eles estava barrar os movimentos populares que lutavam por melhores condições de vida, muitos dos quais se identificavam com as proposições Brizolistas.

As pressões populares desencadeadas por estes movimentos se acirraram com a proposta do Plano Trienal de Goulart e do seu então ministro da Fazenda San Tiago Dantas. Conforme Sarmiento¹⁰⁰, o Plano visava uma nova orientação política econômica para o país, devido às dificuldades de gerenciamento das contas públicas e dos contatos externos. Tal plano pretendia estabelecer regras e instrumentos rígidos para o controle do déficit público e refreamento do controle inflacionário¹⁰¹.

No entanto, para alcançar os objetivos desejados, o governo tomou medidas impopulares como restrições salariais, limitação do crédito e cortes nas despesas governamentais, como a extinção de subsídios à exportação de trigo e do petróleo.

⁹⁸ NATIVIDADE, Melissa de Miranda. op. cit., 2013, p. 54.

⁹⁹ PACHECO, Diego. op. cit., 2012, p. 145.

¹⁰⁰ SARMENTO, Carlos Eduardo. **Verbete** Plano Trienal. 2017. <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/O_plano_trienal_e_a_politica_economica>

¹⁰¹ Ibidem.

Medidas que contribuíram num primeiro momento para o aumento imediato no custo de vida. Conforme Skidmore,

(...) o efeito inflacionário do déficit público em que se havia incorrido previamente, a fim de financiar os subsídios, foi substituído pelo efeito inflacionário dos preços mais altos que os consumidores tinham de pagar pelo pão e pelas passagens de ônibus sem subsídio.¹⁰²

Setores da esquerda como o PCB, e o próprio Brizola se colocaram terminantemente contra o Plano. Brizola chegou a acusar San Tiago Dantas de “congelar os salários e falar manso com os tubarões”¹⁰³, como ele chamava os grandes empresários do FMI.

O governo não resistiu às pressões, e abriu mão do Plano Trienal. Mas o alvoroço popular estava dado, e as medidas conciliatórias de Goulart não satisfaziam nem os setores oposicionistas nem seus apoiadores.

Entre as ações de Brizola para pressionar Goulart e o Congresso pelas reformas de base está a constituição da Frente de Mobilização Popular (FMP), que abarcava parlamentares, líderes sindicalistas, representantes de organizações camponesas e entidades estudantis como a União Nacional dos estudantes (UNE), a CGT e a PUA¹⁰⁴.

A FMP, tendo Brizola como principal líder, atuava na organização de comícios e passeatas nas comunidades de baixa renda do Rio de Janeiro na tentativa de chamar atenção para as reformas de base. Pretendiam lutar pelo aumento salarial real numa porcentagem não inferior a 70% tanto para civis quanto para militares, eram contra a ação financeira do governo submissa ao FMI, ao processo de espoliação econômico do país e em defesa da reforma agrária¹⁰⁵.

A FMP divulgava suas ideias no semanário Panfleto, editado no Rio de Janeiro e que teve apenas sete edições, sendo na primeira divulgada a cartilha de formação dos Grupos dos Onze. De acordo com Pacheco,

A fundação do jornal tornou-se necessária, para formar, juntamente com a rádio fluminense Mayrink Veiga, um amplo sistema de propaganda e difusão do ideário nacionalista, compondo uma rede de “combate” às grandes agências de comunicações do centro do país. Desde o final do ano de 1963, as forças ligadas à Frente de Mobilização Popular condenavam a forma com que o governo Jango coordenava a política nacional e, naquele momento, conclamava o

¹⁰² SKIDMORE, Thomas. op. cit., 1969. p. 292.

¹⁰³ RIGHI, Graziane Ortiz. op. cit., 2015. p. 99.

¹⁰⁴ MENANDRO, Heloísa. op. cit., 2009.

¹⁰⁵ RIGHI, Graziane Ortiz. op. cit., 2015. p. 118.

povo, através de um manifesto, a pressionar o executivo pela aplicação imediata das reformas de base.¹⁰⁶

Aos poucos Brizola foi se distanciando do Congresso Nacional, onde quase não aparecia, por não ver mudanças efetivas acontecendo. Sua atuação foi-se dando diretamente com seus eleitores e admiradores, mantendo um programa diário na rádio a partir de maio de 1963, “A voz da libertação do povo brasileiro”, na qual eram divulgadas as propostas do FMP, além de ter uma participação semanal na rádio Mayrink Veiga, todas as sextas-feiras das 22h30 à meia noite¹⁰⁷, programa pelo qual convocou os brasileiros e brasileiras a agirem, formando os Grupos dos Onze.

Os grupos foram bastante utilizados na construção do imaginário anticomunista. Conforme Righi¹⁰⁸, esse imaginário foi estimulado pelo papel da imprensa, e se “por um lado o rádio ajudou a formá-los (os grupos), por outro, os jornais impressos da grande mídia criaram o medo em torno de sua formação”, representando os Comandos Nacionalistas “como células comunistas que estariam se preparando para implantar a guerra revolucionária no Brasil”, relegando a estas organizações “um destaque muito além de suas reais possibilidades, contribuindo para ao clima de instabilidade daquele contexto.”

A autora, ao analisar matérias divulgadas pela grande imprensa, representada principalmente pela chamada “Rede da Democracia – formada pelos grupos de comunicação Diários Associados (O Jornal), O Globo e Jornal do Brasil – aponta que publicavam diariamente “notícias alarmistas sobre os *Comandos*, sempre os relacionando ao comunismo”¹⁰⁹, uma estratégia, que segundo ela, contribuiu para criar nas frações da classe dominante a associação entre as Reformas de Base e a tentativa de implantar o comunismo no Brasil.

O Jornal *Globo*, em matéria de 23 de janeiro de 1964, três meses antes do golpe militar, corrobora com a hipótese levantada por Righi em sua análise, caracterizando os grupos e Leonel Brizola como subversivos. Ao apresentar a versão do Secretário de Segurança do Rio Grande do Sul, o jornal representa os interesses e objetivos dos grupos políticos e econômicos a quem representa. Conforme a matéria:

Os “Comandos Nacionalistas” – ou “Grupos dos Onze Companheiros” – são uma organização de cunho para-militar, com atuação em todo o

¹⁰⁶ PACHECO, Diego. op. cit., 2012, p. 88.

¹⁰⁷ Ibidem. p. 133.

¹⁰⁸ RIGHI, Graziane Ortiz. op. cit., 2015, p. 143.

¹⁰⁹ Ibidem.

território nacional, e com ela o Deputado Leonel Brizola espera contar para a realização de seu velho sonho de liquidar com o regime democrático no país. E tanto é assim, que cada grupo, uma vez constituído recebe um impresso contendo “Princípios Gerais da Luta de Guerrilha”, que nada mais é que uma síntese do livro “Guerra de Guerrilha” de Chê Guevara.¹¹⁰

O referido impresso não é citado em nenhum dos trabalhos analisados sobre os Grupos dos Onze. Compete a esta pesquisa averiguar entre as fontes a presença de tal material. O único documento encaminhado aos grupos é a Cartilha de Formação, mencionada no início deste capítulo, a qual não faz referência à uma “guerra revolucionária”. No entanto, a caracterização dos grupos como opositores à democracia e sua vinculação ao comunismo pelo jornal é nítida. A matéria continua com as palavras do Secretário de segurança Antonio Pires: “O que representam estes “grupos de onze” senão uma organização para-militar? São núcleos do exército popular revolucionário, com o qual se pretende substituir o Exército de Caxias”¹¹¹.

Segunda a mesma matéria, a Secretaria de Segurança Pública no Rio Grande do Sul vinha coletando evidências que comprovassem o “desencadeamento de uma guerra revolucionária visando destruir a ordem político social vigente” por parte dos grupos, citando como evidência a Cartilha de Organização dos Grupos. A mesma não era divulgada de forma clandestina, e sim publicada pelo próprio jornal Panfleto e enviada aos grupos. Além disso, os nomes dos envolvidos nos grupos eram divulgados em rádio nacional. Se os grupos tinham objetivo de subverter a ordem estabelecida, por que produzir e divulgar materiais que os comprometessem de tal forma? – é possível que o objetivo apresentado pelo jornal não fosse o objetivo real dos grupos ou de Brizola, o que poderá ser melhor discutido nos próximos capítulos.

O *Correio do Povo*, em matéria de 8 de janeiro de 1964, publica a fala do Secretário do Interior José Antônio Aranha, vinculando os grupos a uma perspectiva de guerra revolucionária, conceito utilizado entre os setores das Forças Armadas para referir-se aos movimentos que objetivavam subverter a ordem estabelecida.

A organização dos ‘grupos dos 11’ é uma importante etapa **[da guerra revolucionária]** a que chegaram, especialmente pelo despiste que se revestem, tendo como finalidade declarada uma organização popular ante-golpe, quando na realidade é uma mobilização fácil de ser

¹¹⁰ A matéria completa do Jornal Globo, de 1964 pode ser encontrada no Arquivo da DOPS/PR, pasta “Grupos dos Onze”, 1084.131.

¹¹¹ Ibidem.

militarizada e armada para o desencadeamento do golpe final, que coroa e complementa a guerra revolucionária (...) ¹¹²

O jornal Tribuna da Imprensa também foi um dos meios de comunicação que mais divulgaram críticas ao governo João Goulart, e conseqüentemente, aos seus aliados. Sob o comando de Carlos Lacerda (político udenista e grande opositor da herança “getulista”) até 1962, quando se torna governador da Guanabara, mas mesmo assim, mantendo um claro apoio à sua figura.

Matérias como as divulgadas nestes jornais, alarmavam a população sobre o perigo comunista, revolucionário que se constituía a partir dos grupos, maximizando suas reais possibilidades e objetivos e servindo como justificativa para as posteriores repressões.

Enquanto isso, Brizola, em suas críticas aos deputados do Congresso Nacional, fazia acusações de que estes deputados eram controlados por uma maioria de “latifundiários, reacionários e privilegiados”, como os denunciou no comício do dia 13 de Março de 1964, o Comício da Central ¹¹³. Brizola ainda concluiu seu discurso apontando que a única saída pacífica era a decisão ser tomada pelo povo, através de uma Constituinte, que elegeisse um Congresso popular no qual participassem os trabalhadores, camponeses, sargentos e oficiais nacionalistas e que fossem eliminadas “as velhas raposas da política tradicional” ¹¹⁴.

Este mesmo comício, dias antes do golpe, reuniu cerca de 200 mil pessoas, arregimentadas por sindicatos e demais organizações populares, no qual Goulart, desgastado pelas medidas conciliatórias e sem temer o título de subversivo, proclamou a necessidade de mudanças na Constituição, esta que apresentava uma “estrutura econômica superada, injusta e desumana” ¹¹⁵. Anunciou ainda a adoção de medidas como a encampação de refinarias particulares, tabelamento de alugueis de imóveis desocupados e da desapropriação de terras valorizadas pelos investimentos públicos ¹¹⁶.

¹¹² Correio do Povo, 1964 apud BALDISSERA, Marli de Almeida. op. cit., 2003. p. 102.

¹¹³ TOLEDO, Caio Navarro de. O Golpe contra as Reformas. In: **Revista de Sociologia e Política**, nº2, 1994, p. 30.

¹¹⁴ Ibidem.

¹¹⁵ BANDEIRA, Moniz. op. cit., 2001, p. 163.

¹¹⁶ idem.

Goulart parecia “escolher” um lado. Para Righi¹¹⁷, a esquerda radical finalmente tinha atingido seu objetivo de convencer Goulart a desistir da chamada política de conciliação.

Após o comício, o jornal Tribuna da Justiça divulgou uma matéria que alarmaria os ânimos e realçaria as acusações que já vinham sendo feitas contra o governo e seus aliados, identificando no Comício e no posicionamento de Goulart e Brizola elementos propícios para reiterar o processo golpista em andamento.

Guerra civil, fechamento do Congresso, constituinte e até implantação da socialização crescente da economia do País foram os elementos essenciais utilizados pelos oradores do comício de ontem pelas reformas de base, do presidente João Goulart ao deputado Leonel Brizola (...). O Sr. João Goulart antecipou o quadro de revolução civil, ao creditar àqueles que se opõem às reformas um possível derramamento de sangue no País.

Falando à Tribuna logo após o Comício, o governador Carlos Lacerda acusou o Sr. João Goulart de ter, desta vez, furado a barreira da Constituição, e conclamou o Congresso a ‘levantar-se e defender o que resta de liberdade neste País’.

O comício – declarou o Sr. Carlos Lacerda – foi um assalto à Constituição, ao bolso e à honra do povo. O discurso do Sr. João Goulart é subversivo e provocador, além de estúpido. O pavor de perder o controle sobre as negociatas e escândalos de toda a ordem, que abafa com sua autoridade presidencial, fê-lo perder a cabeça. Esse homem já não sabe o que faz.¹¹⁸

De acordo com Caio Navarro de Toledo¹¹⁹, dois episódios seguintes ao comício do dia 13 e o próprio comício, levariam os militares golpistas e o bloco multinacional e associado a derrubar de fato o governo Goulart.

O primeiro dos acontecimentos foi a revolta dos marinheiros do dia 25 de março, na Guanabara, envolvendo mais de mil fuzileiros navais e marinheiros, reunidos na sede do Sindicato dos Metalúrgicos no Rio de Janeiro, em que exigiam o reconhecimento de sua associação, a melhoria da alimentação a bordo dos navios e quartéis, reformulação do regulamento disciplinar da marinha, além de se colocarem a favor das reformas de base¹²⁰, acarretando na emissão efetuada ministro Sílvio Mota de ordem de prisão aos organizadores. No dia 26 de março, o ministro do trabalho Amauri Silva entrou em um acordo com os marinheiros que abandonaram o prédio,

¹¹⁷ RIGHI, Graziane Ortiz. op. cit., 2015. p. 158.

¹¹⁸ DELGADO, Marcio de Paiva. **O “Golpismo Democrático”**: Carlos Lacerda e o Jornal Tribuna da Imprensa na quebra da Legalidade (1949-1964). Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2006. p. 120.

¹¹⁹ TOLEDO, Caio Navarro de. op. cit., 1994, p. 31.

¹²⁰ LAMARÃO, Sérgio. **Verbete**: A Revolta dos Marinheiros. 2017. <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/AConjunturaRadicalizacao/A_revolta_dos_marinheiros>

sendo presos e conduzidos à um quartel em São Cristóvão. No mesmo dia foram anistiados por Goulart, o que levou ao descontentamento da alta cúpula da Marinha.¹²¹

O segundo acontecimento foi no dia 30, em que Goulart compareceu a reunião de Associação dos Suboficiais e Sargentos da PM da Guanabara, em que transmitiu um discurso via rádio e TV em que denunciava as pressões que vinha sofrendo pela oposição, “apoiada e financiada pelo imperialismo e pela grande burguesia associada”¹²²

Na noite do dia 31 de março para o dia primeiro de abril, o golpe – que já vinha sendo articulado pelos setores oposicionistas, num projeto de constante desmoralização do governo Goulart – foi efetuado. Afinal,

(...) com as crescentes demandas nacionalistas e reformistas pressionando o Executivo e com o Congresso também funcionando como um foco de expressão dos interesses regionais e locais,” tornava-se imperativo para os interesses multinacionais e associados ter o comando político da administração do Estado¹²³.

Era preciso assumir a administração do Estado, barrar os movimentos e demandas populares, a serviço dos interesses do grande capital.

Brizola, diante dos acontecimentos, colocou-se à disposição para organizar uma cadeia de rádio que informaria os acontecimentos ao povo, acompanhado de um contingente do Exército a fim de assumir o controle das emissoras do Rio Grande do Sul, passando a conclamar o povo a resistir ao golpe¹²⁴. No entanto, como o próprio Brizola reconheceu em entrevista concedida à Moniz Bandeira, o clima já não era o mesmo de 1961, quando ele formou a cadeia da Legalidade¹²⁵. Ele não era mais o governador do estado, que estava nas mãos de Ildo Meneghetti pelo PSD, num posicionamento mais conservador e vinculado aos grupos golpistas.

Para Righi¹²⁶, o golpe defrontou-se com as esquerdas fragmentadas em diferentes correntes ideológicas, “isoladas das grandes massas e sem nenhuma estratégia política para resistir à ação deflagrada”. Os próprios Grupos dos Onze que Brizola havia convocado não agiram.

Mesmo assim, nos dias que se seguiram ao golpe, foram intensamente reprimidos pelo Estado.

¹²¹ Ibidem.

¹²² TOLEDO, Caio Navarro de. op. cit., 1994, p. 31.

¹²³ DREIFUSS, René A. op. cit., 1981, p. 37.

¹²⁴ BANDEIRA, Moniz. op. cit., 1979, p. 95.

¹²⁵ Ibidem, p. 96.

¹²⁶ RIGHI, Graziane Ortiz. op. cit., 2015. p. 32.

As reais intenções de Brizola na constituição dos grupos ainda causam inquietude entre os historiadores. Conforme sua própria definição em entrevista à Moniz Bandeira na década de 1970, ele aponta que deveria tê-los chamado de “Clubes de defesa a democracia”, ou algo parecido¹²⁷. Conforme esta mesma entrevista, Brizola afirma que:

“Eles não poderiam constituir um embrião de milícias populares. Não tinham esse conteúdo. Não tinham armas como depois se comprovou. Na verdade, tentei formá-los, a fim de arregimentar a sociedade civil contra o golpe de Estado, que a direita com o apoio externo articulava, preparando-se até mesmo para desencadear a guerra civil, para lutar contra as Forças Armadas, através de guerrilhas se elas sustentassem o Governo, Depoimentos públicos, dos próprios conspiradores, comprovam estas observações (...)”

Tentamos esmiuçar minimamente nos tópicos apresentados o contexto nacional vivenciado a partir dos elementos principais que rondavam a organização dos grupos presentes na Cartilha de Organização e como Brizola estava situado neste processo, em especial diante das Reformas de Base, identificando quais foram suas ações e estratégias de mobilização e atuação política.

Fato é que independente de suas intenções, não se pode construir um perfil exato para os sujeitos que formaram os grupos, como se tivessem todos os mesmos objetivos ou compreendessem as intenções de Brizola da mesma forma. São sujeitos variados, de origens de classe, intenções e regiões diferentes. É preciso conhecê-los mais atentamente para poder, além de tudo, compreender como os sujeitos “comuns” lidavam com o contexto político, social e econômico da época.

Considerando que os documentos analisados neste trabalho se encontram nos arquivos da DOPS/PR, acreditamos ser importante apresentar alguns elementos referentes ao funcionamento deste órgão no contexto ditatorial, bem como abordar a origem e os interesses presentes na produção destes documentos.

2.2. O DOPS e sua atuação política

O Departamento de Ordem Política e Social (no caso do Paraná, era chamada de Delegacia ao invés de Departamento) é um órgão do Estado responsável pelo controle e repressão dos “inimigos da ordem”, ou seja, aqueles que de alguma forma eram considerados criminosos. Segundo Motta, o surgimento da polícia política se

¹²⁷ BANDEIRA, Moniz. op. cit., 1979, p. 195.

deu no quadro da modernização burocrática dos Estados contemporâneos, e, com o aparecimento desse segmento especializado do aparato policial, sua faceta autoritária se revelou com mais intensidade¹²⁸.

A lógica dos inimigos mudou ao longo do tempo, sendo que na década de 1930 – especialmente após a Intentona Comunista – o comunismo se tornaria uma das principais “ameaças” a serem combatidas. Durante a Guerra Fria e a partir da criação da ESG (Escola Superior de Guerra), esse inimigo se tornou cada vez mais cristalizado.

Durante a ditadura militar, outros órgãos passaram a compor a rede de repressão da polícia política no país, em especial o SNI (Serviço Nacional de Informações), o principal órgão desta rede, pelo qual passavam todas as informações, e respondia diretamente ao presidente da República. Já os DOPS, “eram órgãos especiais existentes dentro das polícias civis, vinculados às secretarias estaduais de segurança pública de diversos estados brasileiros”¹²⁹.

Dessa forma, os Departamentos de Ordem Política e Social – os DOPS – respondiam diretamente aos governos estaduais, tendo vínculos com as regionais subdivisões policiais e delegacias dos municípios, o que explica a constante correspondência entre as delegacias e os responsáveis pelo DOPS no Paraná. Aliás, muitos documentos encontrados durante a pesquisa, encontram-se nas pastas específicas das delegacias dos municípios investigados, dentro do arquivo da DOPS/PR.

A abertura dos arquivos ocorreu na década de 1990, levando em consideração que não sabemos o que houve com a documentação nos anos em que estavam sob domínio dos órgãos responsáveis. O DOPS foi instituído originalmente em 1924, foi extinto apenas em 1983, cumprindo as funções específicas de cada período. Sendo assim, esteve ativo inclusive no período democrático no país.

Quanto aos acervos, contém documentos produzidos pelos suspeitos ou grupos considerados subversivos, que estavam sob vigilância dos agentes da polícia política, “informes produzidos pelos próprios agentes durante as ações de

¹²⁸ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O anticomunismo e os órgãos de informação da ditadura nas universidades brasileiras. In: **contemporanea Historia y problemas del siglo XX** | Año 3, Volumen 3, 2012, ISSN: 1688-7638. p. 55.

¹²⁹ BAUER, Caroline Silveira. **Avenida João Pessoa, 2050 – 3º Andar: Terrorismo de Estado e ação de polícia política do Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul (1964-1982)**. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2006, p. 52.

investigação e documentos produzidos por terceiros sobre os suspeitos, como por exemplo, matérias de jornais, ainda pouco utilizados em pesquisas”¹³⁰.

Os documentos produzidos pelo órgão tinham como objetivo mapear as ações políticas dos investigados, reprimir e “levar à prisão os agentes considerados como subversivos pelo Estado”¹³¹. Não podemos desconsiderar que esses documentos reproduzem uma visão unilateral daquele contexto e daqueles sujeitos por parte dos órgãos de repressão, no entanto, os documentos mais do que nos trazer a visão da repressão, nos trazem dados específicos sobre estes sujeitos, como por exemplo onde moravam, idade, profissão, se foram presos ou fichados, se tinham relação com movimentos sociais, enfim, dados concretos que nos permitem conhecer melhor os indivíduos e organizações analisados, especialmente quando contrapostos às fontes apreendidas pelo órgão repressor, produzidas por estes próprios sujeitos e organizações.

O DOPS, de forma geral, atuava sob o que se convencionou chamar de lógica da suspeição¹³², o que corresponde a uma prática de “prevenção”, na qual todos eram suspeitos até que se provasse o contrário. Dessa forma, o trabalho (muitas vezes elaborado por infiltrados) consistia em suspeitar, coletar e arquivar os dados obtidos. Em mãos da polícia, os dados seriam “classificados com palavras-chave extremamente sugestivas por caracterizarem uma gradação em que se colocava num extremo o inimigo mais perigoso, e em outro, aqueles que estariam provavelmente dispostos a cooperar”¹³³. Segundo Magalhães, essa “gradação” seguia tal ordem de arquivamento: *terrorista, fanático comunista, esquerdista ou socialista, subversivo, autor de atos indiretamente subversivos, inocente útil, idôneo ou confiável*¹³⁴.

Os suspeitos eram levados a prestar depoimentos, no entanto, Bauer expõe que esse processo se dava muitas vezes de forma arbitrária, sem seguir critérios legais¹³⁵. Ao invés de convocados legalmente, eram sequestrados, pois a detenção ocorria sem que os sujeitos tivessem contatos com suas famílias, as quais não tinham conhecimento sobre o paradeiro dos detidos.

¹³⁰ BRAGGIO, Ana Karine. FIUZA, Alexandre Felipe. Acervo da DOPS/PR: O Mapeamento dos dossiês sobre o exílio de brasileiros. Montevideo, 5, 6 y 7 de noviembre de 2014. sitio web: <http://jornadasexilios.fahce.unlp.edu.ar> - ISSN 2314-2898. p. 2.

¹³¹ Ibidem.

¹³² BAUER, Caroline Silveira. op. cit., 2006, p. 85.

¹³³ MAGALHÃES, Marionilde Dias Brepohl. A lógica da suspeição: sobre os aparelhos repressivos à época da ditadura militar no Brasil. In. **Rev. bras. Hist.** vol. 17 n. 34 São Paulo, 1997. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01881997000200011.

¹³⁴ Ibidem.

¹³⁵ BAUER, Caroline Silveira. op. cit., 2006.

Um caso notório desta situação é o do senhor Braulino Martins dos Santos, preso em Cidade Gaúcha em abril de 1964. Seu depoimento foi dado à Audiência Pública da Comissão Estadual da Verdade em Cascavel no Paraná em 20 de março de 2014. O senhor Braulino assinou uma das listas de formação do Grupo dos Onze e com o golpe, sofreu as consequências da repressão. Foi retido em Cidade Gaúcha – sem o conhecimento de sua esposa – onde posou “sentado dentro do banheiro, até amanhecer o dia”. No dia seguinte, foi encaminhado junto a cerca de 60 homens (conforme se lembra o depoente) para Cruzeiro do Oeste em uma “caçamba” e com os “pulsos *trelados*” (amarrados). A última parada foi em Curitiba, na prisão provisória de Ahú¹³⁶, onde foi “investigado” pelos militares (acredita-se que foi onde tomaram os depoimentos) e permaneceu por 104 dias.¹³⁷

O depoimento nos alerta sobre o processo violento e arbitrário pelo qual Braulino Martins passou, sendo sequestrado e levado de forma abrupta para prestar depoimento em Curitiba, onde ficou preso. Apesar dos documentos analisados da DOPS/PR não nos revelarem o percurso pelo qual os sujeitos acusados passaram até chegarem no local onde prestavam depoimentos, não descartamos que a vivência relatada tenha sido semelhante para outros presos.

Além da violência anterior, Bauer aponta que os próprios interrogatórios “não seguiam os regulamentos do código penal estabelecido pelo governo militar, mas por manuais internos que guiavam as ações. Eram geralmente manuais estrangeiros¹³⁸.”

Essa situação de violência e irregularidade deve ser levada em consideração no período da análise das fontes, em especial nos casos dos depoimentos tomados dos sujeitos envolvidos nos grupos, afinal, não sabemos até que ponto foram persuadidos (por meio de violência psicológica ou física) a confirmar certas suspeitas. Compreender como o órgão repressor funcionava é essencial para termos maior clareza sobre as fontes que serão apresentadas ao longo da análise. Dessa forma, passaremos à exposição quantitativa destas fontes.

¹³⁶ OFÍCIO. Arquivo de DOPS/PR. Dossiê: Grupo dos Onze.

¹³⁷ O depoimento completo de Seu Braulino encontra-se no livro COMBATENTES: Tempos de falar. Depoimentos da Audiência Pública da Comissão Estadual da Verdade do Paraná. Carla Lucina Silva e Alfredo A. Batista (org). EDUNIOESTE. Cascavel, Pr. P. 105 a 110.

¹³⁸ BAUER, Caroline Silveira. op. cit., 2006, p. 104.

2.3. As Fontes

A partir dos documentos analisados, foram levantados aproximadamente 395 nomes ligados à formação Grupo dos Onze no estado do Paraná, sendo que destes, 298 encontram-se fichados no DOPS. Encontram-se entre os fichados os sujeitos que tinham vínculos com o PTB, PCB, os definidos como “líderes” dos grupos, sindicalizados e os que enviavam cartas particulares para Brizola.

Destes nomes, apenas nove são de mulheres, sendo cinco fichadas na DOPS/PR e três possuindo o mesmo sobrenome de pelo menos um dos homens também presentes nas listas.

Muitos sobrenomes se repetem nas listas, o que nos remete ao apontamento de Marli Baldissera¹³⁹ de que a ânsia por formar os grupos fazia com que muitos preenchessem as atas com nomes de membros da família, inclusive de crianças e pessoas de idade, o que segundo a autora leva ao entendimento de que os grupos “não seriam para luta armada, pois se assim o fosse, as listas seriam preenchidas apenas com nomes de pessoas que pudessem arcar com essa responsabilidade”¹⁴⁰.

Salienta-se que muitos destes sujeitos tinham vínculos políticos com o PTB, como vereadores, prefeitos ou apenas adeptos do partido ou admiradores de Leonel Brizola. No Paraná, o PTB surgiu em 8 de julho de 1945, tendo sua origem “diretamente relacionada com o sindicalismo oficial, pois o partido surgiu da União dos Trabalhadores do Paraná (UTP) (...) intersindical que aglutinava diversas federações e sindicatos de todo o estado”¹⁴¹, surgindo como um partido fraco mas ganhando força ao longo do tempo e influenciando muitos trabalhadores que defendiam uma causa trabalhista e nacional, especialmente no que tange à discussão da terra e dos trabalhadores rurais, visto que grande parte dos sujeitos vinculados aos grupos no Paraná eram lavradores, pequenos proprietários de terra, e um dos principais objetivos delimitados por Brizola era a luta pela Reforma Agrária.

Foram muitas as cidades em que foi possível identificar a formação dos Grupos dos Onze. De acordo com as fontes analisadas, podemos citar: Ampére, Bandeirante, Cambara, Cambé, Capanema, Cascavel, Catanduva, Centenário do Sul, Cruzeiro do Oeste, Cidade Gaúcha, Curitiba, Foz do Iguaçu, Guarapuava, Ibaiti, Irati, Itambacara, Jacarezinho, Jaguapitã, Jataizinho, Jundiá do sul, Laranjeiras do Sul, Londrina,

¹³⁹ BALDISSERA, Marli de Almeida. op. cit., 2003.

¹⁴⁰ Ibidem, p. 66.

¹⁴¹ BASTITELLA, Alessandro. op. cit., 2016.

Mangueirinha, Maringá, Medianeira, Nova América da Colina, Nova Esperança, Ourizona, Paraíso do Norte, Paranaíba, Planalto, Ponta Grossa, Porecatu, Quatingá, Querência do Norte, Ribeirão Claro, Ribeirão do Pinhal, Rolândia, Santa Isabel do Ivaí, Santo Antônio da Platina, Telêmaco Borba, Terra Roxa, Umuarama,

Infelizmente, não foi possível encontrar materiais suficientes para análise de todos os grupos e nem de todas as cidades mencionadas, portanto, foram selecionados para a análise das fontes deste capítulo grupos, sujeitos e cidades específicas, das quais foi possível encontrar o maior número de fontes e informações. Também não se pretende fazer uma apresentação geral sobre as características de cada cidade, pois não é o foco do trabalho. Serão, portanto apresentadas características gerais por mesorregião, para melhor compreensão dos elementos que incentivaram a formação dos grupos.

O Paraná possui 10 mesorregiões, sendo que identificamos através das fontes a formação dos grupos. Vale ressaltar que esta divisão entrou em rigor no país a partir de 1989, portanto não corresponde a divisão utilizada na época da formação dos grupos.

Faremos uma rápida e quantitativa exposição sobre estes grupos identificados ao longo da pesquisa, bem como a presença dos mesmos nas diferentes mesorregiões do estado paranaense.

a) Tipos de documentos: Entre os documentos encontrados, foram identificadas 20 cartas e 8 telegramas endereçadas a Leonel Brizola, nas quais são direcionadas mensagens de apoio ao político bem como solicitações de instruções. Ao todo, foram 18 atas encontradas nas quais constam os nomes dos sujeitos que compunham os grupos. A maioria seguia o modelo encaminhado por Brizola, porém, algumas possuíam textos próprios, sem deixarem de seguir os objetivos estabelecidos na cartilha de formação. A própria cartilha de formação e o modelo de ata encontravam-se entre os documentos.

Para identificarmos melhor o perfil dos sujeitos analisados, utilizamos como fontes documentos produzidos antes da formação dos grupos, como por exemplo atas e manifestos de sindicatos ou organizações as quais eram vinculados.

Estes foram os principais documentos analisados, devido ao fato de representarem mais nitidamente os interesses e objetivos dos envolvidos. Pedidos de Busca, autos de declarações, informes, relatórios, ofícios, fichas e pastas individuais, ou seja, documentos produzidos pelos órgãos de repressão também foram utilizados.

Por fim, cerca de 11 recortes de jornais, nos quais constavam especialmente notícias sobre o julgamento e absolvição dos envolvidos, nos ajudaram a construir a análise.

Essas fontes, comparadas umas com as outras, permitiram maior profundidade na análise e alcance dos objetivos estabelecidos.

b) Quantidade de nomes encontrados: Foram identificados a partir dos documentos analisados – produzidos pela repressão ou apreendidos por ela – 399 nomes. Alertamos que nos pautamos na análise apenas dos documentos da Delegacia de Ordem Política e Social do Paraná e podem existir documentos referentes aos grupos em outros arquivos não investigados.

Alertamos também que em muitos documentos oficiais (produzidos pela repressão) não constavam os nomes de todos os membros do grupo, mas apenas daqueles que foram considerados “líderes”, responsáveis pela articulação do grupo, além de algumas cartas particulares enviadas a Brizola, em que constavam apenas o nome do assinante. Portanto, esse número pode ter sido consideravelmente maior.

Para analisarmos a quantidade de grupos por município, foi levado em consideração os nomes citados nos documentos produzidos pelos órgãos de repressão, partindo do pressuposto que pelo menos um grupo foi formado a partir destes nomes. Os nomes que aparecem nas cartas enviadas a Brizola também constam como pertencentes a pelo menos um grupo, caso eles não tenham aparecido em alguma das atas completas. Por fim, consideramos os nomes citados nas próprias atas de formação, muitas das quais encontravam-se completas (com onze assinantes).

c) Quantidades de sujeitos e grupos identificados por mesorregião geográfica e cidade

Como já apresentado, identificamos os 399 nomes por meio dos documentos produzidos pelos órgãos de repressão (pedidos de busca, relatórios, telegramas, ofícios) e produzidos pelos grupos (listas, cartas e telegramas). Junto aos documentos, foi possível identificar a localidade de 370 destes homens e mulheres, espalhados por 41 municípios paranaenses. Nos quadros a seguir, apresentaremos os municípios, a quantidade de nomes identificados neles e uma projeção de quantos grupos podem ter se formado a partir destes nomes.

TABELA 1. MESORREGIÃO GEOGRÁFICA NOROESTE PARANAENSE

Município	Qtd. De Nomes identificados	Projeção de quantos grupos possam ter existido
Umuarama	22	2
Cidade Gaúcha	17	2
Cruzeiro do Oeste	4	1
Santa Isabel do Ivaí	2	1
Paranavaí	1	1
Paraíso do Norte	1	1
Querência do Norte	1	1

TABELA 2: MESORREGIÃO GEOGRÁFICA NORTE CENTRAL PARANAENSE

Centenário do Sul	38	4
Maringá	28	3
Rolândia	14	4
Nova Esperança	12	2
Cambé:	12	2
Londrina	11	1
Ourizona	4	1
Jaguapitã	2	
Porecatu	2	1

TABELA 2: MESORREGIÃO GEOGRÁFICA NORTE PIONEIRO PARANAENSE

Jataizinho	17	2
Santo Antônio da Platina	16	2
Ibaiti	11	1
Itambacará	8	1
Ribeirão do Pinhal	8	1
Jundiá do Sul	4	1
Jacarezinho	3	1
Bandeirantes	2	1

Quatingá	2	1
Nova América da Colina	1	1
Cambará	1	1
Wenceslau Braz	1	1

TABELA 3: MESORREGIÃO GEOGRÁFICA CENTRO ORIENTAL PARANAENSE

Telêmaco Borba	9	1
Ponta Grossa	1	1

TABELA 4: MESORREGIÃO GEOGRÁFICA OESTE PARANAENSE

Medianeira	17	2
Foz do Iguaçu	13	2
Catanduvas	11	1
Terra Roxa	2	1
Cascavel	1	1

TABELA 5: MESORREGIÃO GEOGRÁFICA SUDOESTE PARANAENSE

Capanema	11	1
Planalto	11	1
Ampére	10	1

TABELA 6: MESORREGIÃO GEOGRÁFICA CENTRO-SUL PARANAENSE

Mangueirinha	14	2
Guarapuava	4	1

TABELA 7: MESORREGIÃO GEOGRÁFICA SUDESTE PARANAENSE

Irati	4	1
-------	---	---

TABELA 8: MESORREGIÃO GEOGRÁFICA METROPOLITANA DE CURITIBA

Curitiba	7	1
----------	---	---

As mesorregiões podem ser identificadas a partir do mapa a seguir.

FIGURA 1: Mesorregiões Geográficas do Paraná



Fonte: IBGE – Base Cartográfica: ITCG (2010).

Lembramos que a divisão do país em mesorregiões data do ano de 1989, não sendo correspondente a divisão dos anos de 1963 e 1964. Até 1969, o Brasil era regionalmente dividido em norte, nordeste, leste, sul e centro-oeste, com base apenas nas características físicas. Ao longo dos anos, foram sendo incorporadas as divisões elementos mais complexos, surgindo novas subdivisões.

Quanto aos nomes apresentados, os outros 29 nomes se encontram presentes nos documentos oficiais da repressão ou em cartas/atas enviadas para Brizola sem a identificação da localidade. No caso das cartas e listas com nomes, o endereço possivelmente encontrava-se no envelope do correio, os quais não estão inclusos, em

sua maioria, na documentação da DOPS/PR. A partir da proporção, pelo menos 3 grupos teriam sido formados por estes sujeitos.

Dessa forma, calculamos que pelo menos 61 grupos tenham sido formados no Paraná. Mas estamos trabalhando com números incertos, devido à dificuldade de acesso à documentação completa. Supomos que muitos grupos não chegaram a encaminhar a ata de formação ou após o golpe, ou puseram fim aos materiais que os pudesse comprometer.

Além disso, houve uma grande demora para a democratização dos acervos que abrangiam arquivos da ditadura (apenas nos anos 1990 houve a abertura dos arquivos do DOPS). Não sabemos dizer o que houve com os documentos no tempo em que estiveram nas mãos da polícia: foram danificados? Escondidos? Eliminados? Estão sob a tutela de alguém? Não sabemos dizer o que houve, porém, acredita-se que muitos documentos não se encontram necessariamente nos arquivos públicos.

Outro fator que prejudica o processo de pesquisa é a desordem temporal e temática dos dossiês, por mais que os arquivos tentem seguir uma ordem de organização. Muitos documentos referentes a um mesmo assunto encontravam-se em pastas diferentes e bastante variadas.

No entanto, estes documentos nos permitiram fazer um breve levantamento sobre a profissão, idade, vínculos sindicais e partidários dos sujeitos, ao menos os que foram fichados pela DOPS. Os dados não são suficientemente precisos, pois muitas fichas individuais estão incompletas. Além das fichas, os demais documentos analisados também nos permitiram identificar os dados que serão apresentados, como por exemplo os autos de declaração e as próprias cartas encaminhadas a Brizola. Dessa forma, tais documentos nos ajudam a ter dimensão maior sobre o perfil desses sujeitos.

TABELA 9: d) Profissões

Profissões	Quantidade
Lavrador	34
Comerciante	13
Político (vereadores, prefeitos e vices)	10

Funcionário Público	7
Operário/industrial	4
Farmacêutico	2
Alfaiate	2
Carpinteiro	2
Advogado	1
Engenheiro Civil	1
Engenheiro	1
Agrônomo	
Policia	1
Médico	1
Padeiro	1
Mecânico	1
Contador	2
Tabelião	1
Bancário	1
Dentista	1
Sargento	1
Auxiliar de pastor	1
Veterinário	1

Como podemos observar, a maior parte dos envolvidos (apesar do restrito número de profissões encontradas nas fontes) eram lavradores, ou seja, tinham relação com a terra – fosse em status de posse ou de trabalhador rural assalariado. Dez envolvidos têm relação com a política (com cargos de vereadores ou prefeitos), sendo a participação nos grupos uma importante ferramenta de difusão de seus ideais, além de possivelmente se identificarem com as pautas estabelecidas por Brizola.

As demais profissões, por mais que sejam de âmbito urbano, não eliminam a possibilidade de vínculo com a terra. No entanto, outros pontos relevantes no discurso de Brizola – como a luta pela democracia e contra a espoliação internacional, além das demais reformas de base – podem ser justificativas para a aproximação destes sujeitos.

f) Vínculos partidários e/ou sindicais:

TABELA 10: Sindical:

Quantidade	Característica
19	Rural
2	Construção Civil
2	Misto (urbano e rural)

TABELA 11: Partidário:

Quantidade	Partido
7	PTB (Partido Trabalhista Brasileiro)
1	UDN (União Democrática Nacional)
1	PTN (Partido Trabalhista Nacional)
1	PSB (Partido Socialista Brasileiro)
1	PCB (Partido Comunista Brasileiro)

g) Número de presos

Foram contabilizados 40 prisioneiros, identificados através das fichas pessoais e dos comprovantes da prisão provisória de Ahú, em Curitiba. No entanto, muitos dos indivíduos foram chamados a depor ou levados de forma arbitrária para as delegacias locais, permanecendo muitas vezes detidos por horas, conforme relatórios. Nestes casos, não aparecem nas fichas individuais ou nos comprovantes de prisão, sendo possível que este número seja muito maior.

Observamos que estes dados foram identificados nas 40¹⁴² fichas individuais analisadas, nos autos de declaração e cartas que continham informações pessoais. Não são dados referentes à totalidade de pessoas identificadas como membros dos grupos dos onze. Além disso, muitas fichas individuais não apresentavam todos os dados.

Após está exposição, salientamos que vamos ao encontro da análise de Diego Pacheco¹⁴³, cuja proposta é analisar a atuação das “pessoas comuns”, sujeitos que

¹⁴² Este número se refere aos 40 sujeitos que mais se destacaram durante a leitura das fontes.

¹⁴³ PACHECO, Diego. op. cit., 2012, p. 123.

diante das condições precárias que viviam, viam na atuação política “uma estratégia para garantir e aprofundar suas conquistas sociais, dentro ou fora dos partidos políticos”, sujeitos influenciados, em grande medida, pelo projeto trabalhista, dentro de uma perspectiva reformista e nacional-desenvolvimentista, e que no período “estiveram empenhados num projeto de sociedade que valorizasse as aspirações daqueles que dependem do trabalho para viver”¹⁴⁴.

Como apontando nos capítulos anteriores, o Brasil passava por uma crise econômica e política que atingia a vida dos brasileiros, especialmente da classe trabalhadora. Entre os elementos que mais agravavam a situação estava a questão agrária. Não é à toa que Brizola tinha apontado a Reforma Agrária como a principal entre as lutas reformistas incluídas nas pautas de luta dos Grupos dos Onze.

Apesar de ter se tornado fazendeiro, Brizola vinha de origem humilde, pertencente ao distrito de Carazinho-RS, onde seus pais viviam do trabalho da terra, posseiros de uma pequena propriedade sobre a qual não tinham nem se quer o título de propriedade bem definido, o que os deixava em uma situação de precariedade e instabilidade, conforme nos relata Moniz Bandeira¹⁴⁵, elementos que podem de alguma forma nos permitir compreender seu interesse pela defesa da Reforma Agrária. Foi responsável por desapropriações e distribuição de terra no Rio Grande do Sul, inclusive uma de suas propriedades, a fazenda Pangaré. Tal interesse também pode se justificar pela ampla camada popular vivendo em situações de instabilidade no campo – como observamos na discussão sobre a terra no primeiro capítulo – sendo, portanto, a luta pela terra, uma das pautas mais populares entre os trabalhadores, o que angariava grande número de seguidores a Brizola.

Na sequência, adentraremos detidamente na análise dos sujeitos envolvidos nos grupos formados no Paraná, especificados por localização, identificando a partir de suas cartas, depoimentos e atas (principalmente), os objetivos e interesses envolvidos nesta formação.

Por fim, lembramos que não serão analisados todos os municípios em que se identificaram a presença de grupos, mas sim aquelas que apresentaram maior quantidade de fontes para a compreensão do histórico dos sujeitos envolvidos e dos objetivos que levaram a formação dos grupos.

¹⁴⁴ Ibidem, p. 30.

¹⁴⁵ BANDEIRA, Moniz. op. cit., 1979, p. 41.

CAPÍTULO 3: Os diferentes sujeitos presentes na formação dos Grupos dos Onze no Paraná

Neste capítulo, pretende-se abordar a organização dos grupos nas cidades que se destacaram pela presença de fontes, permitindo uma melhor compreensão de quem eram os sujeitos envolvidos na formação destes grupos. Para isso, partimos da divisão os municípios de acordo com sua mesorregião paranaense.

As mesorregiões abordadas serão: Oeste, Sudoeste, Noroeste, Norte Central e Norte Pioneiro, de acordo com a divisão territorial atual. As especificidades do processo de (re)colonização também serão apontadas, pois os antecedentes históricos anteriores da formação destas regiões, ajudam-nos a perceber o contexto em que esses grupos estavam inseridos, além de nos ajudar também a investigar quais as condições de trabalho predominantes na região, os interesses políticos e sociais que se faziam presentes, que possam ter impulsionado de alguma forma a participação nos Comandos Nacionalistas.

3.1. Os Grupos dos Onze na Mesorregião Oeste do Paraná

A mesorregião do Oeste paranaense abarca a formação de alguns grupos. Dividida em 50 municípios e três microrregiões (Toledo, Foz do Iguaçu e Cascavel). Ao abordarmos esta região, é preciso levar em consideração seu processo de (re) colonização.

Desde a “independência” política da província do Paraná em 1853, “os governos do Estado tornaram-se responsáveis pela distribuição das terras tidas como devolutas e sempre o fizeram, beneficiando as grandes empresas colonizadoras, numa espécie de troca de benefícios”¹. Sendo assim, caboclos “pioneiros” e pequenos proprietários que habitavam ou se interessavam pelas terras, foram relegados ao segundo plano, pois a prioridade era a demarcação e revenda de terras, sujeitos ao interesse do capital, e não o acesso à terra pela população carente.

¹ PRIORI et al, op. cit., 2012, p. 79.

A atuação dessas empresas se intensificou a partir do projeto idealizado por Getúlio Vargas de levar o “desenvolvimento e o progresso” para o restante do país, que ainda não havia (segundo ele) se integrado aos “centros de decisões políticas e econômicas do país”², projeto este que tomou maiores dimensões a partir de 1940. Tal projeto ignorava as populações tradicionais já residentes nessa localidade, disseminando a ideia de um “vazio demográfico”, um território abandonado.

A empresa MARIPÁ (Industrial Madeira e Colonizadora Rio Paraná Ltda) foi a que obteve maior atuação no território, fixando sede na microrregião de Toledo. Privilegiou a venda das terras em pequenas propriedades e selecionava os compradores de forma bastante rigorosa, dando prioridade à gaúchos e catarinenses, sobretudo os descendentes de alemães³, em detrimento dos posseiros que já se encontravam no território e que foram expulsos por jagunços contratados pelas empresas. Dessa forma, verificamos a reocupação do espaço a partir do uso intensivo da violência, bem como atos de litígios e grilagens. Muitos destes sujeitos expulsos acabaram se tornando trabalhadores rurais a serviço dos “donos” da terra.

Outra característica eminente do Oeste do Paraná, é a presença da agricultura como principal atividade, o que nos permite a compreensão de que havia muitos trabalhadores rurais na região, estabelecendo relações de trabalho como o colonato, a parceria e a “camaradagem”. Era comum que mesmo aqueles que possuíssem outras profissões, tivessem algum vínculo com a terra, o que define uma posição de classe.

Tais características nos ajudam a compreender a formação dos grupos, incentivados pelo contexto social vivenciado e o interesse na temática da terra, em especial, sobre a Reforma Agrária, ou como sintetiza Piori (et al):

Diante da miríade de conflitos que envolve a posse de terras, podemos dizer que a colonização do Oeste do Paraná ocorreu de forma ‘irregular’. A ‘propriedade’, ‘posse’ e ‘titulação’ se tornaram questões importantes para a efetiva colonização dessa região. Tamanho interesse por terras no Paraná ocorreu num momento em que a questão agrária, principalmente da reforma agrária, estava no centro de uma discussão nacional. Havia o desejo dos posseiros de permanecerem na terra, os interesses maiores das empresas colonizadoras, a questão da ilegalidade da terra ocupada e também o direito de quem já havia pagado

² Ibidem. p.78

³ Ibidem. p. 82.

pela sua terra, além das disputas nos tribunais estaduais e federais em torno das denominadas terras devolutas. Todos esses interesses, muito contraditórios, se chocavam e acabavam inevitavelmente gerando conflitos, muitas vezes intensos e violentos.⁴

Representando essa violência, em 1960 é encaminhado pelo comandante da 5ª Região Militar um documento ao chefe de polícia com os seguintes dizeres:

“Este comando foi informado que os colonos da região de Santa Helena, a “W” de Cascavel, foram ameaçados por jagunços da região, os quais andam propalando que após as eleições de outubro, invadirão as terras dos referidos colonos a fim de expulsá-los, e os que resistirem, serão mortos⁵”.

Apesar de não ter sido identificado a partir dos documentos analisados nenhum grupo em Santa Helena, o ofício é representante da presença de jagunços atuando na expulsão de posseiros na região⁶. O ofício é encaminhado para a delegacia de Cascavel, possivelmente município central do Oeste na época. É em Cascavel também que identificamos o primeiro grupo, encabeçado pelo alfaiate Durval Hoff.

Cascavel

A migração para a região em que se formaria Cascavel foi incentivada pelo ciclo da erva-mate, até pelo menos meados da década de 1930. Após isso, iniciou-se a atividade de exploração de madeira, atraindo uma nova onda de migração. Conforme se extraía madeira, o espaço desmatado era ocupado pela agricultura e pela pecuária, atividades que já eram exercidas por posseiros e colonos que se estabeleceram na localidade antes do incentivo ao processo migratório. Fundada oficialmente em 1952, a cidade que hoje possui mais de 265 mil habitantes foi cenário de luta pela terra e por melhores condições de vida na década de 1960.

No dia 19 de fevereiro de 1964 é assinada por Durval Hoff uma carta manuscrita destinada à Leonel Brizola, com os seguintes dizeres:

Companheiro
Com esta solicitamos instruções

⁴ Ibidem. p. 87

⁵ Ofício nº 176/E2. Arquivo da DOPS/PR, PT: 667.199 nº data: 13/08/1960.

⁶ Sobre conflitos de terra na região de Santa Helena, ver: SILVA, Tatiane Karine Matos da. **Conflitos pela terra na Gleba Ponte Queimada: experiência de disputas por terras em narrativas (1960-1972)**. 194f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2016.

Faz seguramente 6 meses que enviei-vos uma ata feita por nós formando um grupo, como ainda não sabíamos dos comandos, a ata foi feita com um presidente, um vice e demais membros.

Agora, com novas instruções estamos organizados em. C. nacionalista. Pretendemos ser a primeira organização de Cascavel neste sentido.

Pergunto: **Poderei fundar mais de um 11 em cada local, cidade, etc?**

Como há falsos e traidores em todas as fileiras, perguntamos se compete aos comandos, vigiar os atos dos inimigos do povo, infiltrados para fins inconfiáveis no seio do nosso povo.

Pronto enviaremos as atas em formação dos Comandos Nacionalistas.

Confiamos nosso telegrama deste mês e carta pedindo instruções.

Nossos abraços nacionalistas

Durval Hoff ⁷

Durval Hoff indica ter escrito uma carta anterior, contendo a lista de formação do grupo seis meses antes da data desta, o que nos indica que ele formou o grupo assim que foi comunicado por Brizola, antes mesmo do envio da ata e da cartilha de formação, pois como ele mesmo diz, ainda não sabiam dos comandos. Não foi possível encontrar esta carta anterior, mas percebe-se, portanto que esta última foi escrita após o recebimento da cartilha, elaborada em 1963, e da ata de formação.

Observamos também as várias dúvidas expressas na carta e a falta de resposta após meses do envio da primeira, o que nos faz refletir sobre a falta de retorno por parte de Brizola às cartas enviadas. Salientamos, porém, que as cartas eram enviadas à emissora (Rádio Mayrink Veiga). Não podemos afirmar, portanto, que as cartas eram lidas pessoalmente por Brizola, como parecem acreditar os autores, que escrevem direcionados a figura dele, com o uso de palavras como “companheiro”, semelhante ao que fez Durval Hoff.

Não se descarta a existência de uma secretaria, funcionários responsáveis por receberem e responderem estas cartas – visto que as respostas eram geralmente o envio das cartilhas de formação – por mais que houvesse o aval de Brizola sobre estas respostas.

É comum encontrar pedidos de instrução em cartas e telegramas enviados à Brizola, indicando que após receberem as atas e a cartilha de

⁷ Carta. Arquivo DOPS/PR. Pasta: Grupos dos Onze.nº 1084.131. Data:19/02/1964 Grifos nossos

formação, não sabiam como agir. É baseada na própria cartilha que Durval Hoff pergunta se devem “vigiar os atos dos inimigos do povo”, os “falsos e traidores”. Traidores e inimigos do povo é como Brizola caracteriza a oposição em seu discurso transcrito para a cartilha de formação, caracterizando-os ainda como “anti-povo⁸”. Estes inimigos seriam compostos pela “minoridade privilegiada e dominante”, as “oligarquias privilegiadas” do país, que agiam a favor da espoliação nacional e contra a pátria, não estando verdadeiramente em defesa dos interesses do “povo” brasileiro.

Brizola é vago ao caracterizar o inimigo, assim como é vago ao caracterizar o “povo”, incluindo nesta definição todos aqueles que são “marginalizados”, “injustiçados”, “explorados”, “submissos”, permitindo uma vasta possibilidade de identificação entre aqueles que liam ou ouviam seus discursos. Compreendemos que é a partir da cartilha (além das falas na rádio) e dos elementos encontrados nela que Hoff teria formulado sua carta e seu questionamento sobre vigiar os “traidores”.

Finaliza sua carta com “abraços nacionalistas”, atentando para o fato de que neste momento ser nacionalista não era ilegal, conforme aponta Reggiani⁹. Apenas o Partido Comunista estava na ilegalidade. Portanto, caracterizar-se como nacionalista não parecia ser um ato suspeito, especialmente porque o próprio Brizola se identificava como “nacionalista” e grande opositor da “espoliação de nossa Pátria”.

Vânia Moreira alerta que ser nacionalista

(...) não era uma opção ideológica e política de conteúdo unívoco e os conceitos nação, nacionalismo e nacionalista tornaram-se rótulos nomeadores de realidades tão diversas entre si que pouco colaboram isoladamente para a compreensão do movimento.¹⁰

Desconhecemos estudos que discutam a relação entre nacionalismo e os membros dos Grupos dos Onze, permitindo a compreensão do “tipo” de nacionalismo defendido pelos sujeitos que participavam. Porém, compreendemos o termo nacionalista como um termo em disputa neste período, utilizado por correntes liberais, reformistas e até mesmo como pauta entre os

⁸ Cartilha de Formação, op. cit. 1963.

⁹ REGGIANI, João Paulo de Medeiros. op. cit. 2015.p. 137.

¹⁰ MOREIRA, V. op. cit. 1998, p. 2.

comunistas¹¹, como projeto de desenvolvimento para o Brasil – com diferentes estratégias - visto o contexto histórico da época de fim do Estado Oligárquico e de depressão econômica pós crise de 1929 (discutidos no primeiro capítulo).

Mas quem era Durval Hoff? – natural do Rio Grande do Sul e identificado em sua ficha individual como alfaiate, consta nos documentos de Hoff acusação de participar de “atividades comunistas” em 1936, quando habitava a cidade de União da Vitória. Não há na ficha explicitação sobre quais eram estas atividades, mas resultaram em sua prisão em Curitiba no mês de maio do mesmo ano¹². Sabemos que naquele período, ainda sob o governo de Getúlio Vargas, havia extensiva campanha anticomunista¹³, cuja marco mais importante foi a instituição da Lei de Segurança Nacional em 4 de abril de 1935.

Esse contexto marca uma intensa atuação da polícia política, classificando o comunismo como principal inimigo. Comunistas e simpatizantes das pautas foram perseguidos naquele momento. Nosso sujeito em questão, Durval Hoff, foi posto em liberdade em janeiro de 1937, poucos meses após a prisão, o que nos indica que a “atividade comunista” não tenha sido grave o suficiente para mantê-lo na prisão durante mais tempo. Também não há indicativos na ficha individual ser filiado ao PCB. Questiona-se sobre qual teria sido essa atividade que o enquadrou como comunista.

Porém, Durval Hoff realmente possuía vínculos com o partido comunista, de acordo com a página online do PCB Cascavel¹⁴, na qual aponta-o como um dos fundadores do partido na cidade. Assim, identificamos que o sujeito já possuía participação em atividades sociais antes mesmo do golpe militar de 1964.

Em 1962, já morando na cidade de Cascavel¹⁵, Durval Hoff envolve-se com o movimento de trabalhadores e a luta pela Reforma Agrária. O movimento ao qual Hoff era vinculado chamava-se União Geral dos Trabalhadores de

¹¹ Ler: COELHO, Eurelino. A Contradição principal: PCB e outros comunistas entre a classe e a nação (1956-1959). In. **Capítulos de história dos comunistas no Brasil**. Editora EDUFBA, Bahia, 2016. P. 231-260.

¹² Pasta individual Durval Hoff. Arquivo da DOPS/PR

¹³ Sobre o anticomunismo no Brasil na década de 1930, ver: SILVA, Carla. **Onda Vermelha: imaginários anticomunistas brasileiros (1931-1934)**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001

¹⁴ A história do PCB de Cascavel: <<https://pcbascavel.wordpress.com/about/>> - acesso em novembro de 2019.

¹⁵ Sobre a questão agrária no Oeste do Paraná, especialmente na cidade de Cascavel, ver: ADAMY, Irene Spies. **Formação e organização política da classe dominante agrária**: a Sociedade Rural do Oeste do Paraná, 2010: 173f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2010.

Cascavel, e em 1º de março de 1962 convoca todas as entidades de trabalhadores para uma grande assembleia geral, cujos temas principais eram: Problemas da terra, Reforma Agrária e Economia estadual/nacional.¹⁶

Para a assembleia geral, foram convidadas “supremas autoridades da Nação: o presidente João Goulart, Tancredo Neves, Leonel Brizola, Ney Braga, que era o governador do Paraná na época, o governador de Goiás Mauro Borges, Francisco Julião – grande liderança das Ligas Camponesas e deputado em Pernambuco - os deputados Waldemar Daros e Amauri de Oliveira Silva, além de representantes sindicais e estudantis.

Brizola e Mauro Borges, enquanto governadores, promoveram em seus estados projetos de reforma agrária, além de ambos participarem ativamente da Campanha da Legalidade em defesa da posse de João Goulart. Waldemar Daros e Amauri de Oliveira Silva eram deputados pelo PTB. O convite a estas figuras políticas sinaliza uma aproximação com suas pautas, entre elas a defesa da Reforma Agrária. Em especial o convite a Francisco Julião, político vinculado ao Partido Social Trabalhista e representante jurídico (era advogado) das Ligas Camponesas, que passaram a ter em 1961 uma maior aproximação com o Partido Comunista.

Cabe lembrar que neste período, o PCB (ainda que na ilegalidade) encontrava-se numa linha conciliatória com o governo, de aliança à burguesia e apoio as reformas de base, além da crescente inserção nos meios sindicais¹⁷. Portanto, não ignoramos a presença de comunistas dentro da própria organização à qual Hoff fazia parte, ou até mesmo que ele ainda tivesse vínculos mais profundos com o comunismo, como era caracterizado pelos órgãos de repressão, mas qual era o próprio posicionamento do PCB neste momento?

De acordo com a análise desenvolvida pelo projeto Brasil: Nunca Mais, as táticas de ação do PCB neste período eram:

(...) aliança com a burguesia nacional na defesa de medidas protecionistas e nacionalizantes, apoio à campanha pelas “Reformas de Base”, que se fortalece com a posse de João Goulart, fortalecimento da instituição parlamentar, insistência na conquista de legalidade para o partido, acumulação sindical calcada num esquema de mobilização-negociação, edificação

¹⁶ Panfleto União Geral dos Trabalhadores de Cascavel, Arquivo DOPS/PR. Pasta: Delegacia de Cascavel, nº 459.51, data: 01/03/1962.

¹⁷ Projeto Brasil Nunca Mais- Tomo 3, 1985. p.8

de aparelhos de mobilização popular mais fortes nas cúpulas que ao nível de base.¹⁸

Ou seja, não pareciam propor uma ação que indicasse uma “revolução” comunista, mas sim a defesa de propostas que já eram pautadas pelo próprio governo, como a defesa da reforma agrária. Podemos apontar aqui que a “revolução” que se fazia possível eram as reformas de base, que modificariam a estrutura econômica e social do país, porém, sem romper com a lógica capitalista.

Mas a articulação do movimento gerou questionamentos da polícia política na época, necessitando a explicação do delegado de polícia de Cascavel, afirmando que o evento não correspondia à formação de uma Liga Camponesa (visto sua vinculação com o PCB), mas sim que seria uma reunião da União Geral dos Trabalhadores de Cascavel.

Ainda conforme o documento: “Dado caráter um tanto suspeito da reunião e a fim de evitar perturbações da ordem, foram colocados postos de controle em todas as vias de acesso à cidade”¹⁹. Diante da conjuntura da Doutrina de Segurança Nacional, o comunismo era visto como o “inimigo interno”, portanto, a DOPS já atuava no sentido de vigiar e levantar possíveis provas, as quais foram utilizadas no processo contra Durval Hoff após o golpe militar.

Ainda em 1962, um convite é encaminhado ao delegado da DOPS/PR, o senhor Lício Bley Vieira, por parte do Sindicato de Trabalhadores da Indústria da Extração da Madeira (de Cascavel e região) e da União Geral dos Trabalhadores de Cascavel, para a participação das comemorações do dia 1º de maio (dia do trabalhador) organizadas pelos dois movimentos. Ao fim da carta, consta a assinatura do então presidente da UGTC, Durval Hoff. Esse convite pode ser compreendido com uma tentativa de manter boas relações com a polícia política e afastar quaisquer suspeitas de “ação subversiva”, visto que o próprio Hoff já havia sido preso por praticar “atividades comunistas”. O documento demonstra o convite ao delegado com os seguintes dizeres:

Para que seja emprestada maior grandeza cívica às referidas festividades e honra insigne aos trabalhadores e ao povo em geral desta cidade, temos a subida satisfação de convidar V. Exa e Ilustríssima família para delas (as comemorações) participarem, posto que tão ilustre presença, ao mesmo tempo

¹⁸ Projeto Brasil: Nunca Mais, Tomo 3, 1985:p. 18.

¹⁹ Ofício 92/62. Arquivo da DOPS/PR. Pasta: Delegacia de Cascavel, nº 459.51., data: 16/04/1962.

que as engrandecerá, sobretudo virá trazer aos trabalhadores e ao povo de Cascavel incentivo maior, uma confiança mais sólida nas lutas por melhores dias, pelo progresso do homem da cidade e do campo, nas lutas, enfim, por um futuro feliz.²⁰

A carta não impediu que as atividades fossem vistas de forma suspeitas, muito menos os sujeitos envolvidos. Em outro documento encontramos um pequeno relato produzido pela polícia política sobre a UGTC²¹:

Constituído de 380 associados sem finalidade definida, todavia evidencia os intuitos ideológicos. **O atual presidente desta entidade é o sr. Durval Hoff, comunista remanescente do extinto Partido Comunista, inclusive exerceu em 1945 a função de secretário de Divulgação de Comitê Municipal de Ponta Grossa. É necessário que frisemos de que o presidente em tela não é operário e nem sequer lavrador, mas sim ALFAIATE, consta que é natural de Barra do Ribeiro, estado do Rio Grande do Sul. Temos verificado de que nas suas estadas na nossa Capital, o alfaiate em tela tem participado de reuniões nas células, inclusive anda em companhia constante de elementos comunistas da nossa Capital.**²²

Diferentemente de sua pasta individual, em que a participação no partido comunista não aparece de forma direta, este documento aponta a vinculação de Durval Hoff com o partido, além de exaltar a profissão de alfaiate, e não lavrador, como a maior parte dos sujeitos relacionados à discussão da terra. No entanto, a organização presidida por Hoff abarcava dezenas de trabalhadores, independentemente de sua profissão, muitos dos quais tinham vínculos com a terra. Portanto, a defesa da reforma agrária se fazia necessária numa organização ampla como a UGTC, afinal, o presidente de uma entidade não deve ter como pauta apenas os assuntos de seu interesse próprio. Não há indícios de que Hoff não possuía vínculos com a terra, mas sua militância política poderia ir além de seus interesses particulares, seguindo a defesa dos interesses da classe trabalhadora de forma mais ampla, do campo e da cidade.

²⁰ Panfleto União Geral dos Trabalhadores de Cascavel, op. cit. : 01/03/1962.

²¹ Não identificamos indícios que vinculem a UGTC à figura de Brizola ou Goulart, bem como à algum movimento sindical mais amplo, no entanto, em 1962 havia sido criado o Comando Central dos Trabalhadores, no IV Congresso Sindical dos Trabalhadores, em São Paulo, apoiado por Goulart e por Brizola. Existe a possibilidade da UGTC ter algum vínculo ou inspiração neste movimento mais amplo, tendo em vista que as pautas defendidas pela CGT eram: “a revogação da Lei de Segurança Nacional, a extensão do direito de voto a todos os adultos, inclusive analfabetos e soldados, o aumento de 100% no salário mínimo, a reforma agrária, a reforma bancária, a promulgação do direito de greve e a limitação do direito à remessa de lucros para o exterior.” In. Verbete: Comando Geral dos Trabalhadores, CPDOC: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/comando-geral-dos-trabalhadores-cgt>> - Acesso em: junho de 2019.

²² Ofício nº 95/DRT. Arquivo da DOPS/PR. Pasta: Delegacia de Cascavel, nº 459.51. 03/04/1962.

Mais uma vez, o documento é vago ao apontar sua aproximação com “elemento comunistas”, visto que sujeitos de diferentes movimentos sociais eram enquadrados como comunistas pelos órgãos da repressão. Ainda assim, não se descarta a relação de Hoff com partidários do PCB, especialmente pela defesa de pautas semelhantes, como as reformas de base e por sua participação anterior no partido. Concluimos, porém, que Hoff se intitula “nacionalista” na carta endereçada à Brizola.

Essa relação com o PCB pode nos indicar um “deslocamento” dos comunistas para próximo a Brizola, como uma forma de ampliar sua ação, possibilidade apresentada por Diego Pacheco²³ em sua análise a formação dos grupos em Santa Catarina.

Comunista ou nacionalista, Durval Hoff parece não ter recebido instruções de Brizola, e assim como os demais sujeitos vinculados aos Grupos dos Onze, não agiu perante o golpe, o que não significa que não pudesse ter esperado por instruções para agir. No entanto, foi preso em abril de 1964 no Quartel da Polícia Militar Estadual, “ficando à disposição da DOPS”, conforme sua ficha individual. Na ficha não consta a data de sua saída da prisão, podendo ter sido apreendido para prestar depoimento, antes de haver um processo de fato.

Apesar de não termos encontrado a relação dos demais membros do grupo formado por Durval Hoff, vemos em sua trajetória elementos bastante expressivos da luta pela terra e pelas demais reformas de base naquele momento, luta que se fazia presente na vida de muitos trabalhadores e trabalhadoras do campo ou da cidade diante da conjuntura vivenciada.

Concluimos que sua vinculação com movimentos sociais desde sua juventude, foi elemento crucial no incentivo à formação do grupo, especialmente sua articulação com a temática da Reforma Agrária enquanto presidente da União Geral dos Trabalhadores de Cascavel.

Seu interesse em formar mais de um grupo pode estar vinculado à sua influência enquanto presidente da organização, o que facilitaria o acesso às pessoas que defendessem os mesmos interesses. Não sabemos se ele conseguiu formar mais grupos, pois não encontramos mais listas correspondentes à cidade ou ao nome de Hoff, também não encontramos

²³ PACHECO, Diego. Op. cit. 2012.

possíveis respostas de Brizola (ou dos responsáveis por responderem as cartas) aos seus questionamentos.

Sabemos que a partir da aprovação em 1995 do projeto de Lei 369/95, do então deputado estadual Beto Richa (PSDB), que autorizou o governo do estado a pagar indenização às pessoas que “entre 1961 e 1979 foram mantidas sob custódia de agentes públicos em prédios do Estado e que sofreram tortura psicológica ou física”²⁴, houve uma grande mobilização por parte dos segmentos sociais que vivenciaram tais situações em busca de reparações. Porém, não encontramos registros de que Durval Hoff tenha entrado com pedido de reparação, possivelmente porque já havia falecido dado a data de expedição da lei.

As indenizações são formas de repararem as prisões arbitrárias, os exílios, casos de perdas de emprego devido as perseguições políticas, transferências, aposentadorias compulsórias, torturas, homicídios, sequelas físicas e psicológicas, entre outros. Mas não se pode negar a possibilidade de que muitos que passaram por estas situações no período ditatorial, tenham escolhido o “esquecimento” dessas memórias, e por isso não tenham indo em busca de uma reparação por parte do Estado.

Foz do Iguaçu

Em Foz do Iguaçu, encontramos Antônio Nezgoada, que envia carta manuscrita para Leonel Brizola no dia 30 de janeiro de 1964. Apresenta-se como “brasileiro natural do Paraná, 29 anos, casado” e possuidor dos seguintes conhecimentos: “curso científico e preparatório para engenharia”, além de ter sido “2º tenente da reserva, formado pelo C.P.O.R e estagiado na ativa no 1º Batalhão de Fronteira” e exercer as funções de “professor de matemática e desenho”²⁵.

Mas o sujeito, que se encontrava desempregado, solicitava à Brizola “algum cargo de ordem pública”, pois tinha conhecimento de que no Instituto Brasileiro do Café existiam alguns cargos. O autor da carta ainda aponta que ele e sua família estavam passando por necessidades – situação comum no período

²⁴ CALCIOLARI, Silvia. Ex presos políticos e a memória social da tortura no Paraná (1964-1978). Dissertação (mestrado), Programa de Pós-Graduação em Sociologia na Universidade Federal do Paraná (UFPR). Curitiba, 2004. p.3.

²⁵ Carta. Arquivo da DOPS/PR. Pasta: Grupo dos Onze, nº 1084.131. Data: 30/01/1964.

em questão, visto a crise econômica instalada – o que o levava a tomar a liberdade de solicitar “esta pequena ajuda, se for possível”. Como parecendo uma justificativa, Nezgoada aponta no finalzinho da carta que era integrante do “Comitê de 11 elementos solicitado por V.S, eleito aliás, 1º Secretário, no qual estamos aguardando instruções mais detalhadas”²⁶

Diferentemente de Durval Hoff, não possui pasta individual, mas foi fichado no DOPS/PR após o recolhimento da carta encaminhada à Brizola por parte do órgão repressor. Não encontramos também na pasta da Delegacia de Foz do Iguaçu e demais pastas pesquisadas elementos que o enquadrem em “atividades comunistas” ou atividades sociais anteriores à sua participação no grupo, o que nos leva a elucidar que seu interesse maior em participar era conseguir um emprego – como solicitado na carta – com ajuda de Leonel Brizola. Porém, além de seu principal interesse descrito (o emprego), não necessariamente José deixava de ter afinidade com as pautas políticas, especialmente porque não era apenas mais um assinante, mas sim o “1º Secretário”, como ele menciona.

Apesar de na carta não haver relato sobre seu interesse nas reformas de base ou referências aos discursos de Brizola, identificamos na figura de José alguém que também estava passando por dificuldades financeiras naquela conjuntura. Desempregado e com família, vislumbrou na participação no grupo uma possibilidade de melhorar sua condição de vida, objetivo almejado por grande parte dos trabalhadores “submissos” e “marginalizados” por uma pequena minoria, conforme a descrição de Brizola na cartilha de formação. Essa hipótese nos direciona a refletir sobre como estes indivíduos viam o espaço político: uma possibilidade de mudanças.

Podemos perceber na figura de Nezgoada uma formação escolar avançada– como ele mesmo relata sobre seu curso “científico preparatório para engenharia” – percebida na escrita da carta, com o uso de termos formais e sem erros de português. Perfil diferente da carta encaminhada por Durval José Rodrigues, também de Foz do Iguaçu, na qual questionava:

Como poderei fazer para adquirir 10 alqueires de terra para fazer roça este ano, porque sai da escravidão dos cafeistas e já perdi um plantio nesta *piquenina* xácara de um alqueire. E vossa

²⁶ Carta. Arquivo da DOPS/PR. Pasta: Grupo dos Onze, nº 1084.131. Data: 30/01/1964.

Excia. dê uma resposta para ver o que faço porque tenho 6 filho e tem a terra aqui parada e quero trabalhar e não posso.
Satisfação,
De teu companheiro de luta
Durval José Rodrigues
Foz do Iguaçu²⁷

A carta é datada do dia 8 de fevereiro de 1964, pouco tempo antes do golpe. Rodrigues, diferente do anterior, não aparenta ter formação escolar mais avançada, o que pode ser percebido pela simplicidade de sua escrita e a presença de erros de português. Mas assim como o primeiro, o que o leva ao contato com Brizola é sua situação financeira e as condições precárias de vida que envolvem ele e sua família. Rodrigues foi responsável por encabeçar a formação de um grupo na cidade de Foz do Iguaçu. A lista não possui data de envio ou texto complementar além dos nomes, mas a carta nos revela elementos de sua intenção.

Como alertou Baldissera²⁸, muitos colonos na época em situação precária almejavam comprar ou expandir sua própria terra, além de adquirir os implementos agrícolas necessários para o plantio, já que nos casos em que conseguiam comprar uma pequena porção de terra, faltava-lhes dinheiro para produzir. Essa condição permitia que despertasse entre os trabalhadores do campo o interesse no discurso da reforma agrária.

Parece-nos ser o caso de Rodrigues, que como o próprio relata, havia saído da condição de “escravidão dos cafeistas” e almejava conquistar 10 alqueires de terra. As relações de trabalho nas fazendas de café englobavam basicamente três categorias, como já abordado: colonato, parceria e camaradagem.

Estas configuram relações de trabalho estabelecidas por contrato, nas quais as cláusulas ambíguas e as maneiras lesivas de calcular os ganhos por parte dos fazendeiros, “associadas à perda de direitos civis, não tardaram em resultar em conflitos e revoltas”²⁹

Não podemos nos esquecer também que até 1963, a CLT não reconhecia o trabalhador rural como uma categoria profissional, excluindo-os dos dispositivos legais. Portanto a fiscalização sobre as relações de trabalho no

²⁷ Carta. Arquivo da DOPS/PR. Pasta: Grupo dos Onze, nº 1084.131. Data:08/02/1964. Grifos nossos.

²⁸ (2003)

²⁹ MOTTA, Marcia. op cit. 2005, p. 350.

campo também não era comum, o que facilitava a exploração e constantes casos de abuso a este trabalhador. É nessa circunstância em que se enquadra o caso do senhor Rodrigues quando se refere à escravidão promovida pelos cafeicultores, que independente da relação estabelecida (camaradagem, colonato ou parceria), não cumpria com as obrigações mínimas esperadas.

Diante da possibilidade de reforma agrária, mesmo que não fosse compreendida inteiramente por esses sujeitos do campo, despertava-lhes o interesse e possibilidade de uma mudança em seus modos de vida. A própria cartilha de formação não explicitava como ocorreria esta reforma, o que nos permite levantar o questionamento sobre as próprias estratégias de Brizola com o uso desta pauta, porém, sem explicações mais objetivas sobre ela, com o intuito de abranger diferentes grupos que viam na reforma agrária uma mudança, assimilando-a de acordo com sua própria realidade.

Sem a efetivação de uma reforma agrária, e conseqüentemente, sem a conquista da terra, Durval Rodrigues foi fichado no DOPS/PR após o golpe militar e possivelmente chamado para prestar depoimento sobre sua relação com Brizola. Não consta em sua ficha se ele foi recolhido preso.

Outra carta que nos chama atenção, também de Foz do Iguaçu, porém sem identificação do emitente, é a seguinte:

(...) venho por meio desta pedir também V. Excia. que dê uma cutucada por aqui também porque aqui em Foz do Iguaçu as terras está **çendo grilladas** (...). **Tão vendendo mata em pé e dizendo que é direito**, e que tem pouca terra, aqui tem 1000 alqueire e cortando e vendendo caro que nós não podemos comprar, **eu tenho 6 filhinhos e eu e minha esposa 8 e ocupa 1 alquêr (alqueire) de terra contantas terras que tem**, tudo em mata, **mas estes tubarões querem dinheiro e eu não tenho, fico eu com vontade de trabalhar para combater contra a fome e a miséria, mas não poço porque a terra está nas mãos dos latifundiários, então peço que o companheiro Brizola que mande uma orientação.**³⁰

O documento é bastante representativo da situação agrária no país: a presença dos grandes latifúndios, intocáveis, em oposição à um grande conjunto de pessoas sem acesso à terra. No que diz respeito à mesorregião oeste do Paraná, Miskyw indica que durante o processo de povoamento do Paraná,

³⁰ Carta. Arquivo DOPS/PR. Pasta: Grupo dos Onze. Nº: 1084.131. Grifos nossos. Não é possível identificar a data.

principalmente a partir do projeto Marcha para o Oeste, em que as terras passaram por processo de comercialização titulada, um número

“(…) crescente de caboclos, agricultores e colonos pobres (meeiros, arrendatários, trabalhadores braçais) migravam para novas áreas de povoamento e faziam crescer o número de pessoas em áreas rurais na condição de posseiros, expostos a todo tipo de violência por parte dos negociantes de terras ou dos supostos proprietários”.³¹

Em busca de melhores condições de vida, estabeleciam-se nas terras ainda com “mata em pé”, derrubando a mata e preparando a terra para o plantio e para a construção da moradia, almejando a sobrevivência. Estes posseiros lidariam mais tarde com a presença de latifundiários e empresas colonizadoras interessados nas propriedades.

No aspecto jurídico, a situação se complicava. Segundo Myskiw,

“em relatório do Departamento de Geografia, Terras e Colonização (DGTC) do governo do estado, elaborado em 1966 (...) apontou que dos 1.449.436,84 hectares de terras que, naquele tempo, representavam geograficamente o Oeste do Paraná, 815.640,8 hectares possuíam dois ou mais títulos de terras legais expedidos sobre uma mesma área, mas com denominação da gleba ou colônia diferentes; 403.884,00 hectares de terras possuíam documentação de origem duvidosa, ou seja, titulação falsa ou suspeita; 313.280,7 hectares tinham protocolos de aforamentos, ou seja, concessão para uso ou exploração feita a pessoas ou a empresas pelo Governo Federal; 7.800,0 hectares estavam ocupados por posseiros. Em resumo: 1.540.705,5 hectares estavam livres de contestação, ou seja, 37,09% do total da área.”³²

Diante destes dados, verificamos um cenário extremamente irregular e propício para a ação de “grileiros, fazendeiros, empresários que desejavam lucrar com negociatas das terras”³³, cobrando preços que estes trabalhadores não podiam pagar, como parece ser o caso do autor da carta. A injustiça social vivenciada por estes sujeitos (a fome, a miséria) parece ser fator determinante para incentivá-los a buscar alternativas, à medida que percebiam a sua volta grandes propriedades sem o uso social e adequado da terra, passíveis de especulação imobiliária a serviço do capital. Uma dessas alternativas parecia ser a participação nos grupos formados por Brizola, o mesmo que se posicionava a

³¹ MISKIW, Antonio Marcos. Posseiros em luta no Oeste do Paraná. In. **Paraná Insurgente: História e lutas sociais – séculos XVIII ao XXI**. Joseli Maria N. Mendonça e Jhonatan U. Souza (Org.). São Leopoldo: Casa Leiria, 2018. p. 159.

³² Ibidem P. 159-160.

³³ Ibidem. 160

favor das reformas e pelo fim dos “privilégios antissociais e antinacionais”³⁴, e que inclusive, já havia levado adiante projetos de desapropriação de latifúndios enquanto governador do Rio Grande do Sul.

Para Miskiw³⁵, muitos posseiros e colonos pobres buscavam essas terras com situações jurídicas irregulares “visando conseguir na justiça a desapropriação de determinada área para fins de reforma agrária ou de assentamento em pequenas áreas”, sendo a reforma agrária um tema bastante debatido no Congresso, visto o “descompasso entre a agricultura e a indústria, tal como percebido na época” que “colocava em questão a importância de adequar as atividades agrícolas à nova etapa do desenvolvimento (industrial) do país”³⁶. Além disso, o caso do sucesso alcançado pelos posseiros do Sudoeste³⁷ do Paraná, em conflito contra as irregularidades jurídicas da região, poderia ser fator de influência para estes posseiros e colonos que se estabeleciam no Oeste.

Por não termos possibilidades de identificar o nome do autor da carta, não sabemos apontar as consequências sofridas por ele devido ao envio da correspondência a Brizola. Ser convocado para prestar explicações pode ter sido uma delas. Mas a carta nos traz algo muito mais relevante para este estudo, que são as condições de vida mencionadas pelo autor, motivos explícitos para sua procura por Brizola e identificação com seus discursos de justiça social. Os problemas sociais enfrentados por estas pessoas é um indicativo da simpatia e aceitação que nutriam pelos grupos dos onze.

3.2. Mesorregião Sudoeste Paranaense

A história do Sudoeste paranaense está intrinsecamente ligada à luta pela terra, seja pelos grupos dominantes na defesa de seus interesses políticos e econômicos, seja pelos trabalhadores do campo na busca da garantia de seu espaço de sobrevivência. Como já citado, a Revolta dos Posseiros na década de 1950 representa esta luta e o conflito de interesses.

³⁴ Cartilha de Formação. op. cit. 1963.

³⁵ MISKIW, Antonio Marcos. op. cit. 2018, p. 160.

³⁶ MEDEIROS, Leonilde Sérvo de. **História dos movimentos sociais no campo**— Rio de Janeiro FASE, 1989.

³⁷ Sobre a revolta dos posseiros de 1957, ler KOLLING, Paulo José. **A revolta de 1957 no Sudoeste do Paraná: A luta pela terra entre memórias e comemorações**. Guarapuava, Paraná. Ed. Unicentro, 2018.

A (re)colonização oficial do território inicia-se com o projeto “marcha para o oeste” de Getúlio Vargas e a criação em 1943 da CANGO (Colônia Agrícola General Ozório”, a qual tinha como objetivo “de instalar no Sudoeste do Paraná famílias de agricultores provenientes principalmente do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina”³⁸, em cerca de 15 alqueires com o objetivo de incentivar a agricultura no local.

Diante da preocupação do Estado em defender o território – visto que a região Sudoeste é fronteira com a Argentina – visava-se incentivar a migração para as regiões de baixa densidade demográfica³⁹, desconsiderando as populações indígenas e caboclas que ali habitavam.

Devido ao fato de os posseiros que ali se instalarem só receberem o direito à posse – e não a documentação legitimando-a – não demorou para que companhias colonizadoras passassem a intervir na região, especialmente a CITLA, a Comercial Agrícola Paraná e a Companhia Apucarana, com interesse em lucrar com as terras.

Estas companhias passaram a cobrar dos posseiros pelas terras já pagas, caso contrário, agiam com intensa violência por meio da atuação de jagunços e organizações paramilitares para expulsarem estes posseiros. A inércia do governo estadual perante tais ações se justificava pela presença de Moisés Lupion, acionista dessas empresas, como governador do Paraná⁴⁰.

Esse cenário permitiu a eclosão dos levantes dos posseiros no território, reivindicando seu direito à terra. Apesar de vitoriosos, a questão agrária não se esgota neste contexto. A precarização do trabalho no campo, ainda sem alcançar uma legislação trabalhista que regularizasse a atuação destes trabalhadores e a falta de recursos por parte dos posseiros para o investimento na agricultura também são fatores presentes na região, o que incentivará a formação de outros movimentos de luta pela terra e a formação de sindicatos rurais.

Capanema

³⁸ ZATTA, Ronaldo. A colonização oficial do sudoeste paranaense e mito do “vazio demográfico” **Anais do XV Encontro Regional de História (ANPUH)**. Curitiba. 2016. p. 1.

³⁹ Ibidem. p. 7.

⁴⁰ ORBEN, Tiago Arcanjo. O Sudoeste do Paraná e as Transformações na Agricultura Brasileira nas décadas de 1950-1960. **Anais do Encontro Estadual de História**. Rio Grande do Sul, 2016. p. 3. Disponível

em:<http://www.eeh2016.anpuhrs.org.br/resources/anais/46/1468955105_ARQUIVO_Artigo_Tiago_Orben_ANPUH-RS.pdf>

No município de Capanema encontramos nosso primeiro sujeito: Antonio Rossin, agricultor e vinculado ao Sindicato dos Pequenos Proprietários na cidade. Em 27 de fevereiro de 1964, encaminha carta para Leonel Brizola, na qual expõe o seguinte:

Prezado companheiro

Atendendo as solicitações formuladas na sua última correspondência, *cumpreme* informar a V. Excia, de que, aqui em Capanema, **a luta nacionalista não tem sido das mais fáceis**, pois tenho enfrentado toda a sorte de desconfiança e porque não dizer coação e perseguição **por parte das autoridades locais, inclusive, o clero** que se manifesta abertamente contra a Rádio Mayrink Veiga e contra V. Excia. **tachando-os de púlpito de comunistas de traidores da Pátria e todos aqueles que se filiarem ao “grupo dos 11” estará traíndo seu toarão natal**, fato em todas as práticas levadas a efeitos aqui no Sudoeste do Paraná, pelos vigários Belgas Pe. Roberto Weislisaer e Marcelo de Tal.

Ora senhor deputado, **pertenço ao pequeno Sindicato dos Pequenos Proprietários que estão se organizando em Capanema, sob a orientação do Padre Roberto**, no qual fui incluído na diretoria provisória, na qualidade de Tesoureiro, entretanto, quando da minha viagem à Guanabara, a fim de verificar “in loc” o movimento nacionalista, já vitorioso, liderado por V. Excia., fui alvo das mais severas críticas pelas autoridades públicas, **sendo interrogado por várias vezes e advertido de que se continuasse a liderar o movimento do “grupo dos 11” seria enquadrado num processo de crime contra a segurança nacional**, e mais, tentaram me expulsar do sindicato, que diga-se de passagem, ainda não está legalizado, todavia, encontrei a solidariedade dos demais companheiros que não aceitam imposição exigindo assim, uma assembleia regular para tal.⁴¹

A partir de Myskiw e Adamczyk, que se dedicaram a pesquisa sobre os Grupos dos Onze no Sudoeste do Paraná, identificamos que Antonio Rossin, era um pequeno proprietário, possuindo “em torno de 20 alqueires de terras no ‘Lageado Pavão’ (ou Linha Pavão), interior do município de Capanema/PR”⁴². O mesmo também teria participado dos conflitos de posseiros de 1957, destacando-se como enquanto uma das lideranças “que integraram grupos de resistência contra jagunços de empresas colonizadoras que obrigavam a colonos e posseiros a entregar suas posses de terras ou assinar documentos se comprometendo a pagar por elas”.⁴³

⁴¹ Carta. Arquivo da DOPS/PR. Pasta: Grupo dos Onze, nº 1084.131. Data:27/02/1964.

⁴² MYSKIW, A. M. ADAMCZYW, G. L. op. cit. 2018, p. 145.

⁴³ Ibidem.

Por intermédio de sua carta, verificamos que Rossin se identificava como nacionalista. Como observamos no primeiro capítulo, a discussão sobre o nacionalismo (em suas diferentes manifestações), era bastante comum no cenário político pré golpe militar, inclusive entre os partidários do PTB, partido ao qual Rossin era filiado desde 1960⁴⁴. No entanto, o autor da carta aponta a perseguição que vinha sofrendo por parte das “autoridades públicas”, inclusive ameaçado de ser enquadrado num processo crime contra a segurança nacional por liderar o Grupo dos Onze na cidade.

Os discursos inflamados de Brizola e as propostas reformistas defendidas por ele e João Goulart não eram bem vistos pelos setores conservadores, sendo taxadas como sendo práticas comunistas, conforme propagado pela oposição, especialmente pela UDN e setores da mídia empresarial, pois conforme Righi:

Todavia, a grande mídia, que detinha maior poder de influência, estava imbuída do liberalismo econômico e se identificava com as propostas da UDN. Assim, era quase unânime em não apoiar o avanço reformista que o presidente João Goulart visava implantar.⁴⁵

Para Righi, “Brizola concordava com os pressupostos básicos do nacional-reformismo, mas ia além deles e, diferentemente de João Goulart, adotava uma estratégia mais radical e audaciosa”⁴⁶. Essa audácia de Brizola, percebida em seus discursos e na própria cartilha de formação dos grupos, causava pânico entre os meios mais conservadores, especialmente aqueles que mantinham vínculos com o capital externo e com o latifúndio, os principais “inimigos” do Brasil, segundo Brizola, a quem ele caracterizava como “anti-povo”.

Antonio Rossin, no final da carta, faz uma observação interessante: diz que para o padre Roberto (aparentemente, colaborador do sindicato), Brizola estaria vendendo o Brasil para a Rússia, chamando-o de traidor, bem como a Rádio Mayrink Veiga, que difundia seu programa semanalmente. Relacionar Brizola ao comunismo era algo comum nesta conjuntura. Atentemos para o fato de que o movimento nacionalista contava com a presença de partidários do PCB, devido sua aproximação estratégica com a pauta nacionalista. No entanto, como aponta Vânia Moreira,

⁴⁴ Ibidem.

⁴⁵ RIGHI, Graziane Ortiz. op. cit., 2015. p. 15)

⁴⁶ Ibidem. p. 75)

(...) nem todos os nacionalistas econômicos pertenciam ou haviam pertencido aos quadros do PCB. **Outros, além disso, estavam longe de almejar o regime socialista ou o comunista para o país.** O nacionalismo econômico tinha certas características particulares, mas não formava um bloco monolítico do ponto de vista político-partidário. Possuía também significativas diferenças ideológicas. A preocupação com o destino das camadas populares e com os efeitos do capitalismo internacional sobre a economia nacional criava entre eles um universo comum de diálogo. **Adotaram uma posição reformista diante dos problemas que enfrentavam e isso rendia-lhes a alcunha de vermelhos.**⁴⁷

Apesar da aproximação de pautas entre o reformismo de Brizola e as propostas do PCB da época, como mencionado acima, não podemos afirmar que Brizola almejava a implantação de um regime comunista ou socialista para o país. No entanto, caracterizá-lo como comunista, que estaria “vendendo” o Brasil para a Rússia, numa conjuntura de Guerra Fria e difusão de uma suposta ameaça comunista, servia para descaracterizar a atuação de Brizola.

Concordamos com Righi de que apesar de seu discurso “agressivo e audacioso”, muitas vezes apresentando questionamentos sobre “seu apreço pelo processo democrático”⁴⁸, representava muito mais um capitalismo nacionalista do que a tentativa de romper com a ordem estabelecida e a busca por uma nova forma de sociedade. No entanto, essas vinculações com o comunismo e a Rússia soviética, era uma constante não só contra Brizola, mas seus apreciadores e seguidores.

Outro elemento de destaque em sua carta é a presença dos membros da Igreja Católica no meio sindical. De acordo com Priori (et al), desde o século XIX a Igreja Católica vinha se aproximando da estruturação de organizações sociais de trabalhadores, “influenciada principalmente pela publicação da encíclica papal Rerum Novarum, do Papa Leão XIII, no ano de 1891”⁴⁹.

Na tentativa de “educar” os trabalhadores de acordo com a fé cristã, foram criadas no Brasil organizações que facilitassem isso, como é o caso dos Círculos Operários (1930), A Ação Católica Brasileira (1935), a Ação Católica Rural e a Juventude Operária Católica (1948). A partir da Ação Rural, surgiu a FAP (Frente Agrária Paranaense, 1961), iniciada na região norte do estado.

⁴⁷ MOREIRA, V. op. cit. 1998, p.9. Grifos nossos.

⁴⁸ RIGHI, Graziane Ortiz. op. cit., 2015. p. 81.

⁴⁹ PRIORI et al, op. cit., 2012, p. 179.

O objetivo destes movimentos era “açambarcar o movimento de trabalhadores rurais (...) a fim de privar os comunistas da expectativa de dominar este movimento”⁵⁰. A formação de sindicatos rurais estava entre as medidas propostas pela FAP, no entanto, a visão da FAP em relação aos sindicatos era uma visão “conservadora, majoritária no seio da Igreja no início dos anos 1960, ou seja, de se preservar a ordem estabelecida legalmente”⁵¹.

Esse posicionamento da Igreja nos ajuda a compreender as críticas feitas a Antonio Rossin pela participação nos Grupos do Onze. O agricultor termina a carta dizendo:

Isto é em resumo, Senhor Deputado, a nossa luta, nestas circunstâncias, gostaria de receber de V Excia. **toda a orientação necessária para desarmarmos aqueles que taxam uma emissora e uma autoridade de esquerda**, e bem assim, tudo o mais que me possa auxiliar, a fim de poder tranquilizar os demais companheiros que a qualquer preço, querem o *tom* desde Brasil que é nosso. Ao aguardo de suas determinações, deixo o meu abraço bem nacionalista.⁵²

De acordo com o que é indicado na carta, Rossin não compactua com as críticas e acusações de que Brizola fosse uma “autoridade de esquerda”, visto seu pedido de instruções para “desarmar os críticos” e acalmar seus companheiros, que possivelmente, temiam as acusações. Ao fim, reforça seu posicionamento de “nacionalista”.

Vemos na participação de Rossin no sindicato dos pequenos proprietários e sua identificação enquanto nacionalista de forma articulada aos interesses e propostas difundidos por Brizola, inclusive na cartilha de formação do grupo e em suas falas na rádio Mayrink Veiga, a qual tudo indica que o autor da carta era ouvinte.

Independentemente de sua concepção de nacionalismo, ele teria sido denunciado por um vizinho de comunidade de nome Eloy Frohlich, responsável por prestar queixa na Delegacia de Polícia de Capanema em 22 de dezembro de 1963 devido suas “ações subversivas”, descontente com uma situação que ocorrera na casa do irmão de Antonio, Santo Rossin, em que no momento de

⁵⁰ PRIORI et al, op. cit., 2012, p. 180.

⁵¹ Ibidem. p. 181.

⁵² Carta. Arquivo da DOPS/PR. Pasta: Grupo dos Onze, nº 1084.131. Data:27/02/1964.

formação do grupo, Frohlich não teria aceitado assinar a ata, sendo ofendido e expulso do local por Antonio⁵³.

A denúncia de Frohlich teria garantido o início da investigação na região, mesmo antes do golpe militar e no envio delegado “especial” da polícia à Capanema para auxiliar na investigação. Foi solicitado também reforço a Subdivisão policial de Pato Branco “no mínimo de oito soldados e um sargento, a fim de se reagir qualquer eventualidade a respeito”⁵⁴. Preparava-se uma ação para lidar com os grupos formados na região, constatados pela investigação policial.

As investigações contra Antonio Rossin no período anterior e pós golpe, identificaram-no como figura subversiva. As ações do governo militar não demoraram a se iniciar, e em abril de 1964 foi redigido um relatório referente à região sudoeste paranaense, pelo Delegado Especial de Polícia, Ayrton Ferreira da Silva, destinado à Secretaria de Segurança Pública do Estado do Paraná, sendo o primeiro responsável por

(...) desarticular o movimento que se formou, naquele rincão Paranaense, que leva as denominações de “GRUPOS DE ONZE COMPANHEIROS”, “GRUPOS DE ONZE PRÓ BRIZOLA” e “COMANDOS NACIONALISTAS”, que outros objetivos não tinham a não ser a subversão da “SEGURANÇA NACIONAL” enraizados na estrutura comunista, conhecida como formação de “LIGAS CAMPONESAS” (...) ⁵⁵.

A relação que os órgãos de repressão faziam entre os Grupos dos Onze/Brizola e o comunismo não é novidade, como já observado. Quanto a relação com as Ligas Camponesas e os Grupos dos Onze, identificamos a questão da terra e a luta pela reforma agrária como objetivo comum. Aliás, como já abordado, o próprio conflito estabelecido na região de Porecatu tem suas origens nas Ligas Camponesas no norte paranaense.

Além de objetivos em comum, e da possível presença de sujeitos vinculados às Ligas Camponesas nos Grupos dos Onze, não há elementos nas fontes que comprovem uma vinculação mais concreta, entre o próprio Brizola (convocador dos grupos) e as lideranças das Ligas⁵⁶, bem como não foram

⁵³ MYSKIW, A. M. ADAMCZYW, G. L. op. cit. 2018, p. 145 - 146.

⁵⁴ Ofício 59/64. Arquivo da DOPS/PR, Pasta: Delegacia de Pato Branco, nº: 586.65. Data: 05/03/1964

⁵⁵ Relatório s/nº. Arquivo DOPS/PR. Pasta: Grupo dos Onze, 1084.181, 04/1964.

⁵⁶ Sobre o conflito de Porecatu e as Ligas Camponesas no norte paranaense, ler: PRIORI, Angelo. A Guerra de Porecatu. In: **Diálogos**, DHI/PPH/UJEM, v. 14, n. 2, p. 367-379, 2010.

encontrados estudos sobre uma relação mais intrínseca destes dois movimentos.

Mas não podemos negar a hipótese de que a DOPS agia com base em suposições e interpretações equivocadas, apontando suspeitos e “culpados” sem que houvessem provas suficientemente concretas para tal.

No que diz respeito à Antonio Rosin:

Com a chegada deste delegado militar ao município, os comandantes de grupos, do seu trabalho visível, passaram ao sigiloso, mas sempre sob o controle e observação desta autoridade. **O líder aparente de toda a região, ANTONIO ROSSIN (...) encontrava-se no Rio Grande do Sul,** possivelmente em Uruguaiana, onde tinha ido manter contatos com o Ex-Deputado Federal LEONEL DE MOURA BRIZOLA.⁵⁷

Aqui percebemos pela primeira vez algo que será constante: o apontamento de um líder. Neste caso, Rosin foi tido como o grande responsável por articular a formação dos grupos. Essa liderança também pode ser atribuída devido a participação do acusado na revolta dos posseiros no Sudoeste, em 1957, como apresentado. A propósito, o histórico de luta pela terra na região poderia causar intranquilidade aos órgãos repressores, temendo a articulação de um novo movimento, o que pode ter impulsionado a vinda de mais policiais preparados para agir em caso de resistência.

Dando continuidade ao relatório,

Com a eclosão do movimento político militar ideológico do dia trinta e um de março, esta autoridade fez o possível para manter sob **severa vigilância o movimento de cem grupos presumivelmente, constituídos em Capanema e municípios adjacentes, os quais mantiveram-se em completa inércia. No dia dois de abril Antonio Rossin chegou ao Rio Grande do Sul.** Uma hora após a chegada do mesmo, com parte do destacamento, dirigi-me ao local de seu quartel general, Linha Pavão, com o intuito de não lhe dar tempo de organizar e levantar seus Grupos.⁵⁸

O relatório indica a “completa inércia” dos grupos, ou seja, não houve mobilização por parte dos suspeitos após o golpe. No entanto, devido ao início da perseguição, Rossin fugiu para o Rio Grande do Sul, para onde foram também os policiais. O número de cem grupos formados em Capanema é questionável, tendo em vista que era um município pequeno. Sabe-se que os irmãos Rossini

⁵⁷ Ibidem.

⁵⁸ Relatório s/nº. Arquivo DOPS/PR. Pasta: Grupo dos Onze, 1084.181, 04/1964.

buscaram articular mais de um grupo, abrangendo inclusive pessoas dos municípios vizinhos, mas não há confirmação de que havia cem números. Não encontramos uma relação com 1.100 nomes vinculados aos grupos na mesorregião sudoeste. Na sequência do relatório:

Quando de encontro que se deu, Antonio Rossin, (e os sujeitos) que o acompanhavam **esboçaram uma emboscada, a qual foi percebida. Quando deste encontro mandei que se abrisse fogo por sobre as cabeças dos revoltosos, atitude esta que surtiu o efeito desejado (...)**. Após o mencionado passei a efetuar a prisão de todos os comandantes de grupos identificados (...). ANTONIO ROSSIN, até a presente data encontra-se foragido, possivelmente na Argentina (...).⁵⁹

De acordo com o que indica o relatório, Rossin e outros sujeitos que se encontravam com ele (possivelmente fugindo) apresentaram resistência à prisão, “esboçando uma emboscada”. Lauro Adão Rossini⁶⁰, irmão de Antonio, o acusado teria ido para Porto Alegre com o estourar do golpe, levando a “papelada dos grupos formados e as cartilhas⁶¹ da reforma agrária⁶²” e ao retornar teria encontrado a viatura (da brigada/militar) que teria “saltado a metralhadora”. Nisso, Antonio Rossin e mais dois “companheiros” teriam corrido para o mandiocal “até um riozinho, aonde ele conseguiu escapar do tiroteio”⁶³

As palavras de Lauro Rossini, transcritas após a Audiência Pública do Oeste do Paraná em 2014, na cidade de Cascavel, nos trazem uma outra perspectiva do que teria ocorrido neste dia. Ao contrário de uma emboscada, o depoente aponta que os membros do grupo – incluso seu irmão – teria sido recebido com tiroteios ao se depararem com a polícia militar gaúcha. O depoente (Lauro Rossini) ainda menciona que estava dando aula numa escola primária que existia há “uns 50 metros de distância apenas” de onde começara o tiroteio, e diante do mesmo, havia encaminhado os alunos para um mandiocal onde mandou “tudo deitar para não pegar bala”⁶⁴

⁵⁹ Ibidem.

⁶⁰ A variação do sobrenome “Rosin” para “Rossini” pode estar relacionado a um erro de escrita presente nos documentos da DOPS, o que acontecia com frequência. Ao longo da pesquisa, percebemos nomes de acusados escritos de formas diferentes.

⁶¹ Não identificamos como eram estas cartilhas, mas segundo Lauro Rossini, elas eram preenchidas conforme as opiniões dos participantes de como deveria ocorrer a reforma agrária.

⁶² SILVA, Carla L. BATISTA, Alfredo A. EDUNIOESTE (org). **Combatentes: tempos de falar. Depoimentos da Audiência Pública da Comissão Estadual da Verdade do Paraná**. Cascavel, PR. EDUNIOESTE, 2016.

⁶³ Ibidem. p. 76.

⁶⁴ Ibidem.

Lauro Rossini menciona que durante o tiroteio teria encontrado seu irmão “todo molhado, mas não estava ferido”⁶⁵. Este irmão, apesar de não ter seu nome mencionado, parece ser Antonio Rossin, que segundo ele “era coordenador de todos os grupos” e teria ficado fugido por seis ou oito meses “primeiro no mato ali e depois para a Argentina”⁶⁶. Confirmamos a fuga de Antonio a partir dos documentos oficiais da DOPS. No entanto, há duas versões sobre o início do tiroteio: os tiros teriam começado como resposta a uma suposta emboscada feita por Antonio e seus companheiros (dois homens que o acompanhavam, também membros dos grupos), ou havia se iniciado no encontro entre a brigada e os procurados.

Caroline Bauer⁶⁷ nos alerta sobre o descumprimento de leis e regras que regiam os processos de investigação durante o período de repressão como prisões arbitrárias, o sequestro como método de detenção de suspeitos, torturas físicas e psicológicas, falsificação de laudos de mortos pelo Estado. Dessa forma, colocamos em dúvida o relatório do Delegado Especial de Polícia Ayrton Ferreira sobre os tiros terem se iniciado após uma emboscada. Como teria ocorrido esta emboscada? O relatório do delegado apenas menciona que houve o encontro e estes teriam esboçado “uma emboscada, a qual foi percebida”⁶⁸ e na sequência, mandou-se abrir fogo sobre as “cabeças dos revoltosos”. Não encontramos novos elementos que confirmassem a ocorrência de uma emboscada.

O depoimento do senhor Lauro Rossini nos ajuda a completar algumas lacunas que não puderam ser respondidas pela análise das fontes do arquivo da DOPS, sobre a prisão do senhor Antonio, por exemplo. Segundo o depoente, seu irmão se apresentou para a polícia, conforme a sugestão de um advogado. Prestou depoimento em Francisco Beltrão e depois o liberaram. Porém, após aproximadamente um ano, ao tentar vender lenha no quartel do município, teriam identificado que havia uma “preventiva”. Na sequência, levaram-no para Curitiba onde foi condenado.

Intitulado de “agitador comunista-brizolista”. Condenado a 6 meses de reclusão pela 5ª RM, por “fomentar a organização dos chamados ‘Grupos de

⁶⁵ Ibidem.

⁶⁶ Ibidem.

⁶⁷ BAUER, Caroline S. op. cit. 2006, p.114.

⁶⁸ Relatório s/nº, op. cit 04/1964.

Onze' e de promover agitação subversiva nos municípios de Capanema, Dionízio Cerqueira e Santo Antonio" (Ficha Individual de Antonio Rossini. Arquivo DOPS/PR). Permaneceu foragido até 1969, quando foi preso. Antes disso, constava na lista da chamada "operação arrastão". Esta operação tinha como objetivo fazer a "detenção de qualquer pessoa que, por algum motivo, não tivesse o documento de identificação ou que não pudesse provar sua inocência"⁶⁹.

Lauro Rossini, a partir de seu depoimento, menciona que se não houvesse acontecido o golpe naquele dia, a ordem era de se manifestarem com bandeiras, cartazes e faixas e que o objetivo principal da formação dos grupos – ele e os irmãos foram ativos na formação de vários grupos pela região – era a reforma agrária.

Essa organização mais ativa dos membros dos grupos nesta região nos possibilita compreender a articulação prévia da polícia na busca de indícios de "subversão", também por ser uma região fronteira com a Argentina, para onde os acusados poderiam fugir – a exemplo dos conflitos agrários de 1957, como alerta Myskiw e Adamczyk⁷⁰. Esta articulação também pode ter evitado alguma reação mais radical por parte dos grupos. Não podemos afirmar que haveria alguma outra ação além das manifestações com cartazes e faixas contra o golpe, mas o fato é de que a forte presença de militares certamente acuou os envolvidos nos grupos, resultando como visto na tentativa de fuga por parte deles.

Lauro Rossini defende que as práticas não visavam "derramamento de sangue", mas que prevalecesse "a ordem jurídica constitucional, em favor da democracia, que não se desse o Golpe, para ver se o Exército se recuava como se recuou quando Jânio Quadros renunciou"⁷¹. Sua fala, apesar de muitos anos depois da efetivação do golpe e do processo ditatorial, retrata uma forte possibilidade: a crença de que poderia ocorrer um episódio semelhante ao que houve com a Campanha da Legalidade, em que a pressão popular incitada por Brizola levou à posse de Goulart.

⁶⁹ SCARPARO, Helena Beatriz Kochenborger (et al). Psicologia e ditadura civil-militar: reflexões sobre práticas psicológicas frente às violências de estado. **In. Rev. Epos** vol.5 no.1 Rio de Janeiro jun. 2014.

⁷⁰ MYSKIW, A. M. ADAMCZYW, G. L. op. cit. 2018, p. 148.

⁷¹ SILVA, Carla L. BATISTA, Alfredo A. EDUNIOES (org). Op. cit. 2016, p. 78

Brandalise e Harres⁷² denotam a pretensão de Brizola construir uma “nova” campanha da Legalidade, mais ampla, demonstrando sua força entre a população aos adversários. Os grupos dos onze seriam, portanto, uma reação ao golpismo que se apresentava. A inspiração da Campanha da Legalidade ainda estava fresca na memória, acontecendo apenas a menos de três anos antes do episódio de convocação dos grupos.

Na fala de Waldemar Rossini, irmão de Antonio e Lauro, também em depoimento para a Comissão Estadual da Verdade, aparece a procura dos repressores por armamentos. Waldemar menciona que “chegou um policial e me botou o fuzil no peito, bateu”⁷³ pedindo sobre as armas, as quais ele negou a existência.

Não há menção de armas na ficha individual de Antonio Rossini (ou Rossini) e no relatório do delegado, o que nos leva a crer que elas realmente não existiam, impossibilitando uma reação mais radical por parte dos membros.

De acordo com as investigações, o relatório escrito pelo Delegado Especial de Polícia, Ayrton Ferreira da Silva, aponta que:

(...) **foi explorado o baixo índice de alfabetização e conhecimento do povo.** Foi pregado que reformas de base eram leis que viriam dar maior preço aos produtos que os colonos cultivavam e por outro lado menor aos que os mesmos adquirem, que a reforma agrária viria legalizar suas posses de terra, bem como aumentar suas áreas, que os mesmos seriam soldados de uma democracia nacionalista.⁷⁴

O relatório reforça a condição de classe vivenciada por este “povo”. O baixo índice de alfabetização retrata o difícil acesso à educação, muito provavelmente devido à necessidade do trabalho desde muito cedo e a falta de escolas. Porém, a falta de educação formal não os caracteriza como alienados a condição precária que viviam.

Como apontou Marionilde Magalhães⁷⁵, entre as classificações da DOPS para os suspeitos, existia a de “inocente útil”. Afirmar que estes colonos foram ludibriados pelo discurso da reforma parece aponta-los como se fossem inocentes utilizados para servir aos interesses de Brizola, e mais

⁷² BRANDALISE, Carla. HARRES, Marluza M. op. cit. 2016. p. 54.

⁷³ SILVA, Carla L. BATISTA, Alfredo A. EDUNIOESTE (org). Op. cit. 2016, p. 82.

⁷⁴ Relatório s/nº. Arquivo DOPS/PR. Pasta: Grupo dos Onze, 1084.181, 04/1964.

⁷⁵ MAGALHÃES, Marionilde. op. cit. 1997.

especificamente, de Rossin, apontado como liderança. No entanto, discordamos desta perspectiva.

Como já mencionado, havia incompreensão sobre o que a reforma agrária poderia trazer para esses sujeitos. Eram vários os projetos encaminhados ao congresso e várias as proposições difundidas sobre a reforma. Não há como cobrar maior compreensão destes sujeitos, se nem sequer entre os políticos havia acordo sobre como pôr em prática a reforma.

De fato, como alerta Baldissera ao analisar o caso dos colonos do Alto Uruguai (RS), a baixa escolaridade dos sujeitos e a precária compreensão sobre a política vigente, além da possível credibilidade a que era conferida à Brizola⁷⁶, garantiam aos colonos uma certa ingenuidade e a possibilidade da reforma agrária lhes trazer benefícios (implementos agrícolas, terras, maquinário) lhes chamava a atenção, sem ter dimensão das possíveis consequências. Porém, vincularem-se aos grupos era uma escolha, pois de alguma forma seus modos de vida lhes incentivavam a buscar possibilidades de melhora.

Segundo a opinião do “delegado especial de polícia” (como assina o policial), Rossin teria “ludibriado” o povo simples daquela região, que “quase os levou a uma causa inglória”. Visto sua posição de agricultor e pequeno proprietário e sindicalista, bem como sua origem gaúcha (o que lhe confere um possível conhecimento sobre o governo de Brizola no estado), sua aparente admiração pelo deputado da Guanabara, Rossin também parece ver nas reformas e na formação dos grupos uma forma de alcançar uma vida melhor. Cumprir as orientações de Brizola poderia ser uma forma de alcançá-la.

Além da prisão de Antonio Rossin e de outros irmãos (eram onze irmãos e irmãs, mas não temos exatidão do número de presos), Waldemar e Lauro mencionam ainda que ficaram taxados como comunistas, discurso difundido pelo padre da igreja católica que existente no município, talvez o mesmo “padre Roberto” citado na carta de Antonio.

3.3. Mesorregião Noroeste, Norte Central e Norte Pioneiro.

A exposição do processo recolonizador destas mesorregiões será apresentada de forma conjunta, pois correspondem a um mesmo projeto.

⁷⁶ BALDISSERA, Marli de Almeida. op. cit. 2003. p. 17.

Tradicionalmente, a divisão do território norte paranaense é apresentada da seguinte forma: Norte Velho ou Pioneiro (vai da divisa nordeste com São Paulo até o rio Tibagi), Norte Novo (delimitado pelos rios Tibagi, Ivaí e Paranapanema) e Norte Novíssimo (estende-se do rio Ivaí ao Paraná e ao Piquiri).

O território correspondente ao chamado Norte Pioneiro representa o mais antigo em termos de (re)colonização. No século XIX, o café começa a aparecer “timidamente” em “algumas grandes fazendas e constitui uma primeira frente pioneira que se estende lentamente”⁷⁷, despertando interesse de pessoas que vinham especialmente de Minas Gerais e São Paulo. Mas a instalação dessas grandes fazendas não foi pacífica, “pois a região já era habitada por índios que lutaram contra a invasão de seu território”⁷⁸.

Ao longo do tempo, com a ascensão do café no mercado e a necessidade de incentivar a produção na região, o estado passa a incentivar a vinda de migrantes. Como salienta Serra, devido à falta de recursos do estado para financiar uma política de imigração estrangeira visando a extensão da produção cafeeira (como no caso do sistema de parceria estabelecido em São Paulo), “procurou-se unir colonização e povoamento sem ônus para o poder público”⁷⁹

Sendo assim, a alternativa foi “atrair companhias e capitais privados para o processo de (re)ocupação das terras consideradas devolutas (Idem). Portanto, o norte pioneiro do Paraná passou por um processo “uniforme” (de acordo com um mesmo projeto) durante as primeiras décadas do século XX, favorecendo a instalação de pequenos e médios proprietários.

Entretanto, esta colonização dirigida, não evitou a ocupação irregular e precária da terra. Com a possibilidade de se estabelecerem numa região cuja principal atividade (o café) encontrava-se em ascensão, incentivados por propagandas sobre o “El Dourado” Paranaense, a migração se intensificou ao longo dos anos 1940. Conforme Swain, “os baixos preços das terras praticados no Paraná, comparados aos de São Paulo, assim como a alta das cotações do café sobre o mercado internacional contribuem para este movimento”⁸⁰

⁷⁷ SWAIN, T. N. **Fronteiras do Paraná: da colonização à migração**. Curitiba: Iparde, 1992, p.26.

⁷⁸ TOMAZI, 1997:139.

⁷⁹ Ibidem. p.146.

⁸⁰ SWAIN, T.N. op. cit. 1992. p. 27.

A partir da década de 1950, o acesso à propriedade se reduzia – muitos fazendeiros aproveitavam os preços baixos, compravam terras, mas deixavam como “reserva para futuros empreendimentos” ou para especular⁸¹ e grande parte desses migrantes era sujeita ao trabalho nas terras de outros. As relações de trabalho precário se multiplicavam, e a mão de obra “ligada às áreas rurais, assalariada ou não (empregados permanentes ou temporários, parceiros), dobra nesta época”⁸².

Além da escassez de terra, conforme o café decaía enquanto produto de grande valor no mercado internacional, a necessidade de mão de obra em abundância para trabalhar nos campos de café, também decaía. Inúmeros trabalhadores perdiam seus empregos. Somado a isso, os métodos de mecanização no campo eram implementados, substituindo a mão de obra humana aos poucos e ainda aumentando a necessidade de investimento por parte de pequenos produtores, para darem conta das demandas do mercado que exigia novos produtos e em grande escala.

Diante dessa conjuntura, era muito comum que muitos sujeitos migrassem para outras regiões em busca de trabalho e de terra. Sendo assim, as lavouras de café e outras culturas que atingiram primeiro o norte velho ou pioneiro (Jacarezinho, Santo Antônio da Platina, Siqueira Campos, Cambará, Venceslau Braz, entre outras cidades), aos poucos alcançou o Norte Novo (Londrina, Cambé, Apucarana, Rolândia, Ivaiporã, Maringá), e finalmente o “norte novíssimo” de Paranavaí e Umuarama. Segundo Yokoo e Chies, este processo se deu principalmente em função da ação de algumas companhias colonizadoras, cuja mais representativa e com maior área de atuação foi a Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP)⁸³.

No entanto, a ação dessas colonizadoras não ocorreu sem conflito. Já existiam no território posseiros que haviam se instalado e desenvolvido suas roças no local, incentivados pelo projeto varguista Marcha para o Oeste. Para a instalação dos novos proprietários, que obtinham a concessão das terras a partir das companhias colonizadoras, muitos destes posseiros tiveram de sair. Para

⁸¹ TOMAZI, op. cit. 1997. p. 173.

⁸² SWAIN, T.N. op. cit. 1992. p. 28.

⁸³ CHIES, Cláudia. YOKOO, Sandra Carbonera. Colonização do norte paranaense: avanço da cafeicultura e problemas decorrentes deste processo. In: **Rev. GEOMAE** Campo Mourão, PR v.3-n.1 p.27 - 44 1ºSem 2012. p. 34.

onde foram? De que forma foram retirados dali? Foram indenizados? O uso de pistoleiros, jagunços e grilagens de terra não são descartados nessas circunstâncias. Especialmente num contexto em que o governo estadual facilitava a ação dessas companhias.

Não à toa, o norte paranaense, mais especificamente a região em que se localiza a cidade de Porecatu e cidades fronteiriças, foi palco do que ficou conhecido como revolta de Porecatu, entre posseiros e grileiros. A presença dos grileiros e a busca pela permanência nas terras são os principais elementos motivadores da resistência armada que se formará.

Dessa forma, apesar dos aparentes preços baixos das terras, que facilitaram a aquisição por parte de muitos que migravam para a região, as companhias lucraram muito em cima destes camponeses, visto os baixíssimos preços que pagavam pelas terras⁸⁴. Além disso, para terem acesso a estas terras baratas e vendê-las mais caras, as companhias usaram das mais variadas formas e irregularidades.

E ainda que os preços baixos facilitassem o processo de posse, não significava que os pequenos proprietários tivessem capital para o cultivo e a manutenção destas terras, o que fazia com que estes pequenos proprietários muitas vezes tivessem que trabalhar em outras propriedades maiores.

Portanto, as regiões norte e noroeste do Paraná, assim como as demais terras do estado, vivenciaram problemas vinculados à posse e a propriedade efetiva, como salienta Tomazi, devido à presença de posseiros que lutavam pelo “domínio pleno da terra que ocupavam, desde há anos, contra terceiros”⁸⁵.

A exploração dos trabalhadores rurais e as constantes ameaças a sua permanência na terra, sendo esta, espaço de sobrevivência destes trabalhadores, impulsionava-os a se organizarem e lutarem pela conquista de direitos. A formação de espaços de discussão, como os que deram início ao conflito de Porecatu, não eram raros. A exemplo disso, um panfleto divulgado no processo de formação das Ligas Camponesas no norte do Paraná, organizado pelas Comissões de Reivindicações dos Trabalhadores Rurais de Mandaguari, Rolândia, Londrina, Sertanópolis, Jataizinho e Porecatu, fazia um apelo aos trabalhadores da roça destes e de outros municípios:

⁸⁴ Ibidem. p. 39.

⁸⁵ TOMAZI, op. cit. 1997. p. 220.

- 1) Não aceitem e não retornem seus contratos de serviço para o próximo ano agrícola se não a Cr\$ 2.000,00 (dois mil cruzeiros) pelo trato de cada mil és de café.
- 2) Considerando que mil pés de café dão uma média de cem sacas que, vendidas a 150 cruzeiros dão um total de 15 mil cruzeiros pagando a 2 mil cruzeiros para o colono sobram para os proprietários 10 mil cruzeiros.
- 3) Do contrato deve constar que a apanha de café será a 20 cruzeiros por saca de 100 litros, e nunca de 110 litros.
- 4) Levando em conta que as mudanças só dão prejuízos, não devem sair dos lugares onde estão, a não ser por sua conveniência; unirem-se pra resistir as ações reacionárias de despejos; e exigir ordenados para os que trabalham por dia, nunca inferior ao dos ambulantes.
- 5) Quando não lhe for permitido plantar dentro da lavoura, exigir terras suficientes para plantar cereais.

Para os arrendatários

- 1) Não reformar seus contratos de terra de cultura a não ser na base de 10 por cento para o proprietário e 90 por cento para o lavrador. Quando se tratar de café nunca menos de 60 por cento para o lavrador e 40 por cento para o dono da terra.
- 2) Do contrato deverá constar as obrigações e os direitos tanto do dono da terra, como do arrendatário e as assinaturas dos dois.
- 3) Ter preferência para o novo arrendamento da terra onde se encontre estabelecendo como condição do arrendatário não sair da terra onde estejam a não ser de sua livre e espontânea vontade, ou conveniência, e si unirem contra as expulsões das terras.
- 4) Não assinarem nenhum contrato sem consultar a sua organização ou as pessoas de sua inteira confiança, afim de não ser ludibriado como tem sido milhares de camponeses em nosso estado.

(...)

Para os pequenos proprietários:

Chamamos a atenção dos pequenos proprietários para que se unam e lutem afim de conseguirem credito nos estabelecimentos bancários, afim de incrementarem a sua lavoura, para que não aconteça que sejam abrigados a abandonar suas propriedades por lhes faltar recursos como está acontecendo nas zonas de Maringá, que dado o fracasso da lavoura estão quase para entregar suas terras a troco de nada para os tatuíras, aumentando assim a propriedade do latifúndio.

CHAMAMOS A ATENÇÃO DE TODO SPARA QUE SE UNAM
–SOMENTE A UNIÃO FAZ A FORÇA.⁸⁶

O documento antecede a formação dos Grupos dos Onze, bem como a própria efetivação do Estatuto do Trabalhador Rural, de 2 de março de 1963. Sendo assim, a regularização e fiscalização adequadas ao trabalho no campo eram inexistentes (ainda hoje frágeis), cabendo aos próprios trabalhadores do campo e pequenos proprietários lutarem pela implantação de uma regulamentação que lhes fosse favorável. Por meio de comissões, sindicatos, articulação das Ligas, os camponeses pressionavam o governo para a

⁸⁶ Panfleto: Apelo aos camponeses do Paraná. Arquivo DOPS/PR. Pasta: Questões de Terra – Oeste e Sudoeste, nº 1667.199, sem identificação de data.

promulgação de leis que permitissem melhores condições de vida. Até que medidas adequadas fossem implantadas, os trabalhadores buscam articular estratégias próprias para a defesa de seus interesses, como podemos ver nas sugestões apontadas no panfleto.

Pagamentos exíguos, despejos/expulsões, especialmente pela presença de grileiros ou empresas colonizadoras, precárias condições de trabalho e moradia, impossibilidade de plantar dentro dos espaços de sobrevivência, nos casos dos agregados e parceiros, sendo obrigados a comprarem seus alimentos, acordos fajutos que traziam mais prejuízos do que benefícios aos arrendatários e trabalhadores, a manutenção do latifúndio intocável, são motivos que instigaram esses trabalhadores a se organizarem das mais variadas formas, sejam elas mais radicais ou mais amenas.

É esta a conjuntura que antecede e permanece durante o processo de formação dos Grupos dos Onze na região Norte/Noroeste do Paraná, como em todo o estado, alguns com maior ou menor intensidade dos itens citados acima. Iniciaremos por Jaguapitã e Centenário do Sul, berço do conflito de Porecatu⁸⁷, discutido de forma mais abrangente no capítulo um.

Destacamos que a migração comum para estas regiões não era de origem do Rio Grande do Sul, como na região Oeste e Sudoeste do Paraná, por exemplo. Sendo assim, acreditamos que o histórico do governo de Brizola naquele estado não era o principal elemento aglutinador dos Grupos dos Onze, mas talvez a memória de luta e conquista dos conflitos de terra existentes no estado, como o conflito de Porecatu que mesmo não sendo majoritariamente vitorioso, possibilitou o assentamento de algumas famílias. A memória de luta pela terra, portanto, pode ser apontado como elemento de incentivo para a formação dos grupos, especialmente na região Norte Central e Norte Pioneiro.

3.3.1. Norte Central

Jaguapitã

Seguindo a tendência colonizadora da época no norte paranaense, a cidade de Jaguapitã também foi área de interesse da CTNP, que almejava

⁸⁷ Sobre o conflito de Porecatu, ler: PRIORI, A., et al. História do Paraná: séculos XIX e XX [online]. Maringá: Eduem, 2012. **A revolta camponesa de Porecatu**. pp. 129-141.. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/k4vrh/pdf/priori-9788576285878-11.pdf>> acesso em julho de 2019.

comercializar pequenos lotes para migrantes com o objetivo de desenvolver a agricultura na região, em especial a produção do café. Também foi esta cidade palco de um violento conflito de posseiros (Conflito de Porecatu) junto a outras cidades da região: Centenário do Sul, Porecatu e Guaraci.

Essas terras, em que muitos posseiros vinham se fixar e prepara-las para o cultivo, tornaram-se cobiçadas por grandes fazendeiros que almejavam ampliar suas posses. Grileiros e jagunços passaram a fazer parte desde cenário de interesses, atuando em defesa do lucro e contra os trabalhadores que ali viviam, que passaram a sofrer com pressões e violências físicas e psicológicas, para serem expulsos do local.

Com o fim do movimento de Porecatu devido ao intenso nível de força policial utilizado para conter os trabalhadores do campo, “os comunistas remanescentes serviriam de elo para o desenvolvimento posterior das ‘uniões gerais de trabalhadores’, que dariam origem aos primeiros sindicatos de trabalhadores agrícolas”.⁸⁸

É este o contexto que antecede a formação dos Grupos dos Onze nestas cidades, nas quais já expressava um histórico de luta pela sobrevivência. Foi aqui que a luta armgada e formação de Ligas Camponesas se fizeram presentes, apoiadas pelo PCB. É também em Jaguapitã, Porecatu e Centenário do Sul que encontraremos figuras vinculadas à defesa das reformas de base propostas por Brizola, especialmente a defesa da reforma agrária, visto o conflito de interesses presente na região e os casos de violentas expulsões comandadas por grandes proprietários.

Já em janeiro de 1951 encontramos a presença da DOPS/PR investigando o movimento de luta pela terra que se formará nestas cidades. Conforme relatório redigido pelo delegado Walfredo de Miranda Assy, enviado pelo órgão policial para investigar os acontecimentos na região, a justificativa para o conflito era:

A colonização das terras de Porecatú, Jaguapitã, Centenário, Guarací e localidades vizinhas, não está sendo feito pelo antigo plano, isto é, em pequenos sítios e sim em grandes fazendas. (...) Assim, dada a exuberância do solo e o afluxo de pessoas vindas de outros estados, a procura de terras é grande. **Sobem vertiginosamente os preços, alguns colonos, encontrando terras sem administração, pensando ser devolutas, alí**

⁸⁸ CONTAG. *As lutas camponesas no Brasil*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1981.

constroem suas casas. Esse número de pessoas mais ou menos bem intencionada, é pequeno⁸⁹.

De fato, grandes fazendeiros compravam vários lotes de terras, indo na contramão do plano das companhias de difundir pequenos lotes. Diante da impossibilidade de legalizar as terras e o processo de expulsão destes posseiros com base no uso da violência, partiram para o uso de armas.

O documento continua:

O extinto P.C.B., aproveitou-se dessa situação e procurou incentivar esse estado de coisas, por intermédio da Liga Camponesa. (...) O menosprezo à autoridade, o armamento dos posseiros e a forte distribuição de propaganda subversiva (...) são índices da mesma atuação vermelha. (...) estamos certos de que o P.C.B., é verdade, não criou a situação. Mas, não menos verdade é que, aproveitando-se d'ela, incentivou-a, aumentou-a, coordenou e bolchevizou os intrusos⁹⁰.

Posseiros e partido comunista estiveram num processo de ajuda mútua, os primeiros recebendo treinamento, armas, alimentos, remédios, etc., e o partido colocava em prática o projeto ideológico do período, vinculado à luta armada e a união com os trabalhadores do campo para a conquista da terra.

O movimento dos posseiros não saiu vitorioso, mas encontramos nele as raízes da luta pela terra na região. Encontramos em Jaguapitã a formação de pelo menos um Grupo dos Onze, articulado pela figura de Rivaldo Claudino de Oliveira. Nascido em 1924, Claudino teria cerca de 18 anos no início do conflito de Porecatu, ou seja, teria vivenciado o momento em sua fase adulta. Não encontramos registros de sua participação direta no conflito, mas acreditamos que tenha tido conhecimento sobre ele.

Claudino de Oliveira, segundo sua ficha individual, era funcionário público, ocupando o cargo de agente de impostos e taxas, mas isso não elimina a possibilidade de ter vínculos com o meio rural. Afinal, como aponta Gryszpan (1987:66), a ida do camponês para a cidade poderia ser “apenas um trecho de sua trajetória, onde ele acumula recursos para depois adquirir um novo pedaço de terra”. Sendo assim, não descartamos o interesse deste e de outros participantes dos Grupos dos Onze na questão agrária, fosse por motivo pessoal ou por defesa de interesses coletivos.

⁸⁹ Relatório. s/nº Arquivo DOPS/PR. Pasta: Delegacia de Jaguapitã, nº1282.150, data: 10/1951.

⁹⁰ Ibidem.

Em 14 de abril de 1964, o delegado regional de polícia Salvador Sanina confirma em rádio telegrama encaminhado para o Secretário de Segurança Pública em Curitiba, que Rivaldo Claudino de Oliveira era um dos chefes organizadores dos Grupos dos Onze em Jaguapitã, junto à Juarez Torres de Oliveira, serventário de justiça pública e chefe do sindicato rural da cidade. Seriam eles responsáveis por “incentivar na massa popular sua ideia subversiva contra as autoridades”⁹¹

Quais eram estas ideias subversivas pregadas por eles? Não encontramos elementos que apontem a relação dos dois em nenhuma outra situação ou movimento além do sindicato e dos Grupos dos Onze, menos ainda em alguma tentativa de resistir ao golpe ou ao regime instaurado. No entanto, lembremos que a polícia política neste período atuava sob a lógica da suspeição, identificando os sujeitos “subversivos” e atuar “preventivamente contra essas pessoas consideradas perigosas”⁹²

Neste caso, terem participado do Grupo dos Onze como organizadores e terem vínculo com o sindicato rural – numa região com agressivo histórico de luta pela terra – poderia ser “perigoso” para o novo regime.

Em 13 de julho de 1964 é decretada a prisão de Rivaldo Claudino de Oliveira pelo general Dario Coelho, para “averiguações”⁹³. Já nos alertara Baldissera⁹⁴ que os organizadores dos grupos (das listas) eram os principais atingidos pela repressão, e os que permaneciam mais tempo na prisão. Também identificamos nos relatórios dos agentes responsáveis por investigar os grupos a procura por um “culpado”, o(s) sujeito(s) que teria(m) “enganado” os demais membros “inocentes” com promessas e mentiras para que compusessem os grupos.

Salientamos que não identificamos os sujeitos como “inocentes úteis”, mas sim, pessoas que ao lidarem com os problemas do cotidiano (miséria, fome, baixos salários, exploração, ameaças às suas terras e sua sobrevivência) encontravam elementos de identificação que permitiam a arregimentação para os grupos, e não por meio de promessas ou de uma “doutrinação” ideológica.

⁹¹ Rádio nº 177 Telegrama. Arquivo DOPS/PR. Pasta: Delegacia de Jaguapitã, nº1282.150. 14/04/1964

⁹² BARBOSA, Júlia L. Camargos. **Conhecendo o inimigo: criminalidade política e subversão, o dops mineiro na ditadura militar (1964-1973)**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de São João Del Rei. São João Del Rei, 2012. p. 83.

⁹³ Ofício 141/64. Arquivo DOPS/PR. Pasta: Delegacia de Jaguapitã, nº 1282.150. 28/07/1964

⁹⁴ BALDISSERA, Marli de Almeida. op. cit. 2003. p. 122.

No entanto, Claudino de Oliveira foi inserido no processo de investigação vinculado ao IPM aberto no dia 8 de julho de 1964, de responsabilidade do Major Dalmo Boson. No início da investigação, o acusado não se encontrava na cidade, sendo tido como foragido. O acusado também foi punido com a perda de seu cargo público, sendo compulsoriamente aposentado (com apenas 40 anos) – conforme sua ficha individual – a partir do Ato Institucional nº 1, instituído no dia 9 de abril de 1964, que determinava a concessão ao comando revolucionário (responsável pelos primeiros meses de administração) as prerrogativas de cassar mandatos legislativos, suspender direitos políticos pelo prazo de dez anos e deliberar sobre a demissão, disponibilidade ou a aposentadoria dos que tivessem “atentado” contra a segurança do país – ou seja, contra o regime instituído⁹⁵.

Foi preso em 27 de julho de 1964, conforme Ofício da Delegacia de Polícia de Jaguapitã e encaminhado para a Prisão Provisória de Curitiba (Ahú), “à disposição da Justiça Militar”⁹⁶ Conforme seu depoimento, era membro do Grupo dos Onze em Jaguapitã, “réu confesso” incurso no artigo 2, item IV (subverter, por meios violentos, a ordem política e social, com o fim de estabelecer ditadura de classe social, de grupo ou de indivíduo); e artigo 4, item I (atos destinados a provocar a guerra civil se esta sobrevém em virtude deles) da lei nº 1802⁹⁷ de Segurança Nacional.

Em janeiro de 1970, conforme sua ficha individual, o fichado encontrava-se preso na Prisão Provisória de Curitiba novamente. Não sabemos dizer se estava preso desde 1964, ou se havia sido posto em liberdade e depois preso novamente. Mas acreditamos ser esta prisão referente à condenação de 23 de maio de 1969, pela auditoria da 5ª CJM, cuja sentença seria a pena de 1 ano de detenção para Rivaldo Claudino de Oliveira (artigo 33, inciso I) e de 1 ano de detenção (artigo 36); e de Juarez Torres de Oliveira à pena de 1 ano de detenção (artigo 33, incisos I e IV).⁹⁸

⁹⁵ Verbete: Atos Institucionais. In. CPDOC < <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/atos-institucionais>>.

⁹⁶ Ofício 141/64. Op. cit. 28/07/1964.

⁹⁷ Lei nº 1.802, de 5 de janeiro de 1953. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-1802-5-janeiro-1953-367324-publicacaooriginal-1-pl.html>> - Acesso em julho de 2019.

⁹⁸ Informações retiradas do acervo digital do projeto Brasil Nunca Mais, disponível em: <<http://bnmdigital.mpf.mp.br/sumarios/300/240.html>> acesso em julho de 2019.

Não há referência na ficha individual sobre a primeira prisão além do ofício encaminhado pela delegacia de Jaguapitã Mas sabe-se, ainda de acordo com a ficha individual, que foi posto em liberdade em junho de 1970 “em virtude de ter sido absolvido do crime capitulado nos artigos 33-I e 36- do Dc. Lei. 314/67, pelo juiz auditor da 5ª RM/DI”⁹⁹

Pouco consta sobre Juarez Torres de Oliveira, mas sabemos que o mesmo também foi posto em liberdade mediante alvará de soltura da 5ª Região Militar em 1971, conforme sua ficha individual¹⁰⁰.

Constatamos que Rivaldo Claudino de Oliveira entrou com pedido de reparação referente à ação repressiva do Estado durante os anos de ditadura. Encontramos um documento que apresenta um recurso, datado de 2014, encaminhado pela União referente ao pedido de reparação de Claudino de Oliveira. A União tentou recorrer da decisão do pagamento efetivado à Oliveira, que ultrapassaria 100 mil reais.

De acordo com a lei federal 10.559¹⁰¹ de 13 de novembro de 2002 sobre o Regime do Anistiado Político, o valor estipulado para indenização aos perseguidos políticos durante a ditadura não deveria ultrapassar mais de 100 mil reais. No entanto, o pedido de reparação de Rivaldo Claudino de Oliveira foi feito tardiamente, em 2014. O autor do pedido alegava não apenas os danos morais sofridos, mas os danos materiais, já que foi compulsoriamente aposentado de seu cargo como funcionário público na época, consequências da Operação Limpeza e do Ato Institucional nº 1 ainda em 1964.

O valor acima de 100 mil reais, portanto, equivaleria aos danos causados pela aposentadoria e pela violência do Estado, já que Claudino de Oliveira foi julgado e preso na época. A União ainda alegara no recurso que se a reparação fosse efetivada, não deveria receber pelos danos materiais, pois Oliveira já recebia o valor de indenização referente a Lei da Anistia (Lei nº6.683, de 28 de agosto de 1979). No entanto, como alegou o advogado do autor do pedido, uma reparação não está condicionada a outra.

⁹⁹ Ficha Individual de Rivaldo Claudino de Oliveira. Arquivo DOPS/PR

¹⁰⁰ Ficha Individual de Juarez Torres de Oliveira. Arquivo DOPS/PR.

¹⁰¹ Lei Federal 10.559, 13 de novembro de 2002: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10559.htm> - acesso em julho de 2019.

Por fim, o recurso da União foi negado e Rivaldo Claudino de Oliveira recebeu os valores reparatórios correspondentes aos danos morais e materiais sofridos por ele, ultrapassando o valor de 100 mil reais.¹⁰²

Centenário do Sul

Semelhante ao processo de reocupação de Jaguapitã, encontramos a cidade de Centenário do Sul –mesorregião norte central, mais especificamente, microrregião de Astorga – que também foi palco dos conflitos entre posseiros e grileiros conhecido como Conflito de Porecatu.

Aqui encontramos uma carta datilografada, simples e objetiva, na qual os camponeses da Fazenda Ibiúna enviam a Brizola sua solidariedade e uma lista com onze nomes assinados. A carta dizia:

Exímio senhor Deputado Federal Sr. Leonel Brizola
Os abaixo assinados, cidadãos e cidadãs camponeses da Fazenda Ibiúna, município de Centenário do Sul, Estado do Paraná, na qualidade de grandes admiradores **dos programas de aumento salarial(...)**, e testemunhas desde há muito, das manifestações de V. Excelência, **vem hipotecar-lhe a sua solidariedade e declarar-se prontos para segui-lo para onde quer que haja de por bem orientar-lhes, de vez que não tivemos jamais conhecimento de nenhum líder que lutasse com tanta pugnacidade e tanta energia pelos direitos do povo de que somos – os trabalhadores- a porção maior.**¹⁰³

Apesar de não estar datada, sabemos pelo período de convocação e fim dos grupos, que esta carta foi enviada entre novembro de 1963 e março de 1964. Não foi elaborada de acordo com o modelo de ata padrão, encaminhado por Brizola, portanto, é possível que não tenham solicitado ou não tenham esperado chegar.

Algumas palavras tomam destaque na carta: primeiramente, identificam-se como camponeses e, portanto, a relação com o campo pode vincular-se ao interesse de defesa da Reforma Agrária, pois apesar de não mencionarem diretamente, dizem-se testemunhas de suas manifestações, sendo a defesa das reformas de base – em especial da reforma agrária – elemento frequente em seus discursos. Enquanto trabalhadores – *“a maior porção”* – deslumbravam-se pela defesa do aumento salarial, como mencionado, bem como os demais

¹⁰² As informações apresentadas sobre o processo foram encontradas na página online do Superior Tribunal de Justiça, no ano de 2017: <<https://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/514329159/recurso-especial-resp-1506326-pr-2014-0329264-3>> Acesso em julho de 2019.

¹⁰³ Carta. Arquivo DOPS/PR. Pasta: Grupo dos Onze, nº 1084.131. Sem identificação de data.

direitos defendidos por Brizola, que vinha de uma tradição política trabalhista e assim, buscava responder a interesses dos trabalhadores por meio de uma legislação trabalhista minimamente adequada, mas que não fugia à lógica capitalista. Sendo assim, os signatários se identificavam com elementos presentes nas falas de Brizola, considerando que a legislação trabalhista, mesmo levada a cabo por Goulart em 1963, não garantia o cumprimento efetivo no campo.

Mas o que mais nos chama a atenção na carta é o fato de se declararem *“prontos para segui-lo onde quer que haja por bem orientar-lhes”*. O que queriam dizer com isso? Pegariam em armas para lutar caso Brizola pedisse? Pretendiam radicalizar suas ações? De fato, não houve reação por parte dos grupos formados, além disso, as cartas e os nomes eram lidos em cadeia nacional na Rádio Mayrink Veiga, o que nos leva a ter dúvidas sobre as intenções radicais dos grupos. Afinal, se pretendiam subverter a ordem estabelecida, por que enviar seus nomes para serem lidos em cadeia nacional, para que todos tivessem conhecimento de quem eram? Mas é preciso olhar atentamente outros documentos sobre este caso para nos permitir ter uma visão mais ampla sobre este caso.

Os nomes assinados na lista eram os seguintes: Joaquim Lopes Sobrinho, João Temates dos Santos, Abdias Augusto da Silva, Augusto Guilherme, José Guilherme, Alfredo Guilherme, Sebastião Lopes, João Batista Ferreira Silva, João Guilherme, João J. de Oliveira, Antônio Soares Filho. Dos nomes citados, apenas Sebastião Lopes e João Batista Ferreira da Silva não se encontram fichados. No caso deste documento, foi possível compreender a escrita de todos os nomes, pois se encontravam datilografados. No entanto, foi comum durante o processo de análise a dificuldade de leitura dos nomes, especialmente quando escritos à mão, o que também dificultava encontrar mais documentos correspondentes ao mesmo caso. Quanto a este grupo formado em Centenário do Sul, iniciou-se após o golpe militar um longo processo de investigação sobre os sujeitos envolvidos.

De acordo com o Ofício da Sub-divisão policial de Londrina, iniciou-se no dia 5 de maio de 1964 – pouco mais de um mês após o golpe – o Inquérito Policial Militar Zona-norte que buscava averiguar os “crimes” cometidos na região. Entre eles, estava a formação dos Grupos dos Onze. A partir deste

processo, cujos depoimentos puderam ser encontrados no arquivo da DOPS/PR, foi identificado outro grupo formado em Centenário do Sul, também “liderados” por Joaquim Lopes Sobrinho que aparece na carta enviada à Brizola. Não se encontrou entre os documentos lista ou carta deste outro grupo, no entanto, a partir das fontes analisadas visualizou-se que estes foram diretamente denunciados pelo prefeito e por um grupo de vereadores na cidade.

O documento, encaminhado por seis vereadores e o prefeito no dia 17 de abril de 1964, solicita providências e pede punição para os “elementos subversivos”. Conforme o documento:

Sr. Delegado

Em face dos últimos acontecimentos verificados em nossa Pátria, que graças ao todo Poderoso, venceu a Democracia contra o comunismo e politiqueiros corruptos e face ao empenho das forças armadas em varrer de vez os **elementos comunistas ou simpatizantes**, tomamos a liberdade de solicitar a V.S. medidas enérgicas contra os elementos abaixo: -

José Pedro Ribeiro de Lima, José da Silva Ribeiro, Rubens Benetti, José Maciel, Sebastião Costa, Boaventura José de Araújo, **Joaquim Lopes Sobrinho (Faz. Ibiandê)**, Armando de Tal (Faz. Primavera), Pedro Siqueira (Faz. Primavera), Emiliano Romanos, Sebastião Peixoto (diarista da Prefeitura), **Regino de Tal**, Antonio Queiroz, Alberto Pascoim, **Francisco Brigido Dutra** e outros. -

Esses elementos por nós apontados, **são comunistas confessos e devem, de acordo com a Lei, serem autuados e processados devidamente, para garantia e sossego da população ordeira que habita este município.** ¹⁰⁴

A denúncia feita por figuras políticas de destaque da cidade permitira a inclusão dos elementos citados na investigação referente ao norte do Paraná. Na denúncia não consta os partidos aos quais os denunciantes são vinculados, no entanto, é preciso refletir que após o golpe foram perseguidos todos aqueles que “estivessem em afinidade com o pensamento do governo deposto”¹⁰⁵, sendo assim, é possível que os denunciantes pertencessem a partidos que se identificavam como oposição ao partido ou às propostas do governo deposto, como era o caso da UDN.

A hipótese de que políticos faziam denúncias à repressão contra seus opositores é levantada por Elenice Szatkoski¹⁰⁶ quando discute as disputas

¹⁰⁴ Carta. Arquivo DOPS/PR. Pasta: Grupo dos Onze, nº 1081.131. Data: 17/04/1964.

¹⁰⁵ REGGIANI, João Paulo de Medeiros. op. cit. 2015.p. 85.

¹⁰⁶ SZATKOSKI, Elenice. op. cit. 2003.

políticas no município de Frederico Westphalen, no Rio Grande do Sul, e de como elas levaram a denúncias “pela direita representada pelos partidos conservadores como PDC, PSD e UDN” aos membros do PTB de serem subversivos. Piori também alerta que as denúncias feitas ao DOPS podiam vir de pessoas “inusitadas” para os militares ou suspeitos, prática que poderia ser forjada por “motivos de vingança e, muitas vezes, eram baseadas em informações desencontradas ou especulações”¹⁰⁷. O documento assinado pelos vereadores pode estar em consonância com as hipóteses apontadas pelos demais pesquisadores.

O processo desencadeado no Norte do Paraná está inserido no processo chamado “Operação Limpeza”, “tendo como objetivo reprimir aquilo que foi considerado ‘crime’ antes do golpe civil-militar”¹⁰⁸, estando inclusos os sujeitos vinculados aos Grupos dos Onze, membros de sindicatos, políticos do PTB, entre outros que demonstrassem admiração ou defesa ao governo de João Goulart e suas propostas.

Entre os nomes citados no documento acima, muitos estavam vinculados ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Centenário do Sul. Neste contexto, era comum a participação de trabalhadores e pequenos proprietários rurais (muitos dos quais trabalhavam para proprietários maiores, visto que nem sempre possuíam condições de desenvolverem sua própria terra) em sindicatos, almejando melhores salários e uma legislação trabalhista digna para o campo, como pautas mais urgentes do que a própria reforma agrária¹⁰⁹

Conforme a ata para sua fundação do sindicato de Centenário, foi realizada uma assembleia geral no dia 26 de maio de 1963, cujo edital de convocação, dizia:

Francisco Brigido Dutra, brasileiro, casado, residente nesta cidade, CONVOCA a todos os trabalhadores da lavoura, porcentageiros, colonos, arrendatários de terras, a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, com a finalidade de organizar o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Centenário do Sul (...).¹¹⁰

¹⁰⁷ A História do Paraná Revisitada/Angelo Piori, et al (org) – Maringa: EDUEM, 2014. p. 98.

¹⁰⁸ REGGIANI, João Paulo de Medeiros. op. cit. 2015.p 85.

¹⁰⁹ PRIORI et al, op. cit., 2012, p. 183.

¹¹⁰ Ata de Assembleia Geral Extraordinária. Arquivo DOPS/PR - Pasta Delegacia de Centenário do Sul, n°462.52. Data: 26/05/1963.

Francisco Brígido Dutra é citado na denúncia dos vereadores por suas ações “subversivas” e por ser quem convoca e preside a reunião de fundação do Sindicato. A ata inclusive é anexada aos documentos da DOPS, possivelmente porque servia como “prova” da “subversão”. Na continuação da ata,

Precisamente as quatorze horas, o Snr. Francisco Brígido Dutra, constatando a grande afluência de interessados, **trabalhadores da lavoura**, declarou iniciada a Assembleia. (...) O secretário expôs aos presentes a finalidade e o objetivo daquela reunião, lendo em sua íntegra o modelo de Estatuto que poderá em futuro ser aprovado pelo sindicato em organização. O Snr. Presidente, em improviso, fez **uma profunda explanação sobre o sindicalismo e a política trabalhista brasileira**. (...) Em seguida procedeu-se a escolha da primeira Diretoria Provisória, ficando desde já deliberado que apesar do Snr. Francisco Brígido Dutra não ser **assalariado da lavoura nem tampouco o secretário**, ficariam os mesmos incumbidos da parte burocrática e legal para o Registro deste sindicato no Ministério do Trabalho e Previdência Social, como é de Lei.

Ficaram constando como a diretoria provisória, os snrs.

Regino Alves de Almeida	Presidente Provisório
Sebastião Julio da Costa	Secretário Provisório
Armando Souza	Tesoureiro Provisório
Juvenal de Oliveira	Conselho Fiscal Provisório
Joaquim Lopes Sobrinho	Idem
João Siqueira de Oliveira	Idem ¹¹¹

A ata representa a luta dos trabalhadores rurais pela sindicalização e conseqüentemente, pela busca de melhores condições de trabalho no campo, elemento aglutinador para a formação dos Grupos dos Onze. Além disso, o senhor Brígido Dutra faz uma “*explanação sobre a política trabalhista brasileira*”, apontando uma proximidade com a política brizolista e de Goulart.

Entre os membros da primeira diretoria, estão os de Regino Alves de Almeida e Joaquim Lopes Sobrinho, também citados na denúncia dos vereadores. Também assinam a ata, por estarem presentes na Assembleia, Alfredo Guilherme e Sebastião Lopes, cujos nomes se encontram na ata de formação de um Grupo dos Onze, citada anteriormente. Sendo assim, esses homens tinham em comum a problemática do trabalho rural. O sindicato foi aprovado pelo Ministério do Trabalho que outorga a Carta Sindical.

Brígido Dutra e o senhor Sebastião Julio da Costa não eram “assalariados do campo”, como descrito na ata, mas ao que indica possuíam relação com o trabalhismo partidário o que indica seus interesses políticos em participar do

¹¹¹ Ibidem.

sindicato, inclusive interesses próprios, como o de se autopromover politicamente no meio sindical e alcançar apoiadores. Esse interesse político, por vezes partidário, poderia justificar a denúncia dos vereadores da oposição em relação às figuras participantes do sindicato e do Grupo dos Onze.

Essa explanação sobre os antecedentes dos sujeitos envolvidos nos Grupos dos Onze auxilia na compreensão do que os teria motivado a se vincularem aos grupos. Na sequência, veremos as declarações prestadas pelos envolvidos à Delegacia de Polícia de Centenário do Sul, cujo responsável pela investigação era o delegado de polícia da cidade Henrique Keppen, a quem a carta dos vereadores e do prefeito foi encaminhada.

No dia oito de maio de 1964 comparece à Delegacia de Centenário do Sul o senhor Alberto Pascuini, de profissão lavrador e com trinta anos de idade, prestando as seguintes declarações:

Que a mais ou menos três anos, conhece José Pedro Ribeiro de Lima e Boaventura José de Araújo, **dois líderes comunistas, residentes nesta cidade; que ele, declarante, pertencia ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), Diretório desta cidade,** mas simpatizava com a direção do senhor José Pedro Ribeiro de Lima; que certa vez **a mais ou menos seis meses assinou e concordou com uma lista apresentada pelo senhor José Pedro Ribeiro de Lima, para organização do “Grupo do Onze”, que tinha como finalidade instruir militarmente os seus adeptos;** que acostumava ele declarante receber visitas do senhor José Pedro Ribeiro de Lima, altamente subversivas (...).¹¹²

Primeiramente, não sabemos as questões feitas a Pascuini pelo agente da repressão, mas suas respostas são bastante significativas para a pesquisa. É comum que sejam apontados “líderes” na formação dos grupos, especialmente aqueles que convocaram tal formação. Neste caso, Pascuini aponta para José Pedro Ribeiro de Lima e Boaventura José de Araújo, “comunistas”, “subversivos”, mas fora caracterizá-los de tal forma, não aponta elementos concretos que os enquadrem em tais definições, além da participação no Grupo dos onze, o que nunca foi clandestino.

Ao se referir aos Grupos, aponta como tendo o intuito de “instruir militarmente”, configuração dada aos grupos pela própria repressão, o que nos leva a refletir se o declarante não estaria apenas reproduzindo o discurso oficial,

¹¹² Auto de declaração de Alberto Pascuini. Arquivo DOPS/PR. Pasta: Delegacia de Centenário do Sul, nº462.52. Data: 08/05/1964.

tendo em vista o medo da repressão, a necessidade de concordar com tal discurso para não ser repreendido. Afinal, por que ele teria assinado tal lista se o objetivo era subverter a ordem? – O declarante ainda se diz vinculado ao diretório do PTB na cidade, assumindo sua proximidade com a política trabalhista, difundida por Brizola.

Sebastião Costa, que conforme a ata de formação do sindicato era secretário provisório, dá seu depoimento em sete de maio de 1964, apontando que

Há três anos e oito meses, que ele declarante é Secretário do **Diretório do Partido Socialista Brasileiro, diretório desta cidade, que tem como seu Presidente o senhor Boaventura José de Araújo; que praticamente, quem mandava no Diretório do Partido era o senhor José Pedro Ribeiro de Lima, chefe comunista nesta cidade;** que ele declarante, **em janeiro deste ano, assinou um memorial dirigido ao sr. Leonel Brizola, para fazerem os “Grupos de Onze”, e aguardavam instruções para poder agir de acordo com as ordens vindas de cima;** que logo nos dias da vitória da Democracia, o senhor Boaventura José de Araújo fugiu desta cidade, sem deixar aviso e sem pedir renúncia de seu cargo de vereador na Câmara de vereadores desta cidade; que ele declarante acha que Boaventura fugiu, porque era comunista praticante e teve medo de ser preso ¹¹³

Mais uma vez, as figuras de Boaventura Araújo e José Ribeiro de Lima são colocadas como lideranças, apontando ainda o primeiro como sendo comunista por ter fugido da cidade. É preciso levar em consideração que todos os sujeitos que demonstraram discordância com o governo imposto, ou apoiavam o governo deposto, foram repreendidos de alguma forma. Sendo Boaventura Araújo e José Ribeiro de Lima ativos na vida política, formadores dos Grupos dos Onze por se identificarem com as pautas propostas e a defesa do governo de Goulart, não era difícil visualizar que seriam reprimidos, o que pode ter influenciado a fuga.

Ao contrário do que se difundiu, sobre a possibilidade de uma reação por parte dos membros dos Grupos dos Onze, o que houve foi a fuga destes membros, temendo as ações da polícia.

Quanto a aguardarem instruções de Brizola após ter assinado o “memorial” – o que indica a incompreensão muitas vezes presente entre os

¹¹³ Auto de declaração de Sebastião Costa. Arquivo DOPS/PR. Pasta: Delegacia de Centenário do Sul, nº462.52. Data: 07/05/1964.

assinantes da lista sobre o seu real significado – demonstra que havia interesse de luta, apesar de não saberem quais seriam estas instruções e de as mesmas nunca terem chegado. Não há também menção em sua fala sobre o recebimento de armas ou treinamentos para alguma ação, apesar de o uso de armas no campo ser muito comum neste período, para caçar ou proteger a propriedade.

Francisco Brígido da Silva, figura que convocou a Assembleia de formação do sindicato dos Trabalhadores Rurais em Centenário do Sul – também denunciado pelos vereadores como sendo subversivo – presta seu depoimento no dia seis de maio de 1964. Ele se declara “Presidente do Diretório do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) nesta cidade há quase três anos” e que fundou o Sindicato dos Trabalhadores Rurais **“por ordem do mesmo Partido e por confirmação do Ministério do Trabalho”** ¹¹⁴

(...) foi vereador nesta cidade e candidato (derrotado) a Prefeito, onde entre outros, **tinha como seu correligionário o Sr. Boaventura José de Araújo, o qual pertencia ao Partido Socialista Brasileiro, do qual era presidente, mas que Boaventura se dizia ser NACIONALISTA;** que com referência ao **Sr. José Pedro Ribeiro de Lima**, um chefe comunista que residia nesta cidade (...) em conversa com este, sempre ouvia do mesmo, conversas nestes termos, **“olha Chico, você parece que tem medo de mim, por que?, eu sou da esquerda, mas os do Partido Trabalhista são nossos parentes, porque também está na esquerda.** ¹¹⁵

Brígido afirma que Boaventura era nacionalista, enquanto que José Ribeiro de Lima, “um chefe comunista”, mas também não apresenta elementos suficientes que comprovem sua posição política, apesar de se identificar com a esquerda. Mesmo com a falta de elementos que comprovem seu “comunismo”, segundo a suposta fala de Ribeiro de Lima, ele aponta que “os do Partido Trabalhista são nossos parentes”, aparentemente se referindo a proximidade entre os dois partidos na perspectiva política, lembrando que neste momento comunistas vinculados ao Partido Comunista Brasileiro defendiam as pautas nacionalistas – como já apresentado – muitas vezes se aproximando do PTB e até mesmo participando da formação de Grupos dos Onze.

O senhor Alfredo Guilherme, assinante da lista advinda da Fazenda Ibianê, filho de São João Guilherme (também assinante da lista) e membro do

¹¹⁴ Auto de declaração de Francisco Brígido da Silva. Arquivo DOPS/PR. Pasta: Delegacia de Centenário do Sul, nº462.52. Data: 06/05/1964.

¹¹⁵ Ibidem. Grifos nossos.

Sindicato dos Trabalhadores Rurais, conforme sua assinatura na Ata da Assembleia de formação, também prestou seu depoimento. Guilherme era lavrador, e foi recolhido preso à Cadeia Pública de Centenário, intimado a falar com o delegado de polícia que o interrogou sobre fazer parte do Partido Comunista e por assinar uma lista que “ocorria nesta cidade em mãos de um tal de Lima”, referindo-se à lista de formação do Grupo dos Onze, sob “liderança” de Ribeiro de Lima, ao que Guilherme respondeu

(...) que havia assinado em tal lista em virtude de o portador dar a esperança de futuramente receber dez alqueires de terras que o Governo de Estado ia presentear aos colonos trabalhadores rurais, que sem maldade assinou a referida lista, não sabendo de um resultado funesto que o iria implicar, sendo ele declarante um pobre trabalhador, não tendo tempo para tomar parte em ideias subversivas, pois acha-se atarefado para dar sustento a oito filhos que vivem a sua (incompreensível), nunca pensou e não teve ideias para pertencer a partidos que trouxessem miséria para seu lar, como seja o partido Comunista Brasileiro.¹¹⁶

A fala do senhor Alfredo Guilherme retrata um dos principais elementos que impulsionaram a participação nos grupos: o discurso da possibilidade de receber terras, a partir da Reforma Agrária. Nem a população nem mesmo os políticos pareciam saber ao certo de que forma ocorreria esta reforma, visto os vários projetos encaminhados ao congresso, porém, vislumbrar a possibilidade de melhorar sua condição de vida, incentivava os trabalhadores rurais a se juntarem a causas como a formação dos grupos, afinal, como apontou Reggiani:

A montagem dos “Grupos de Onze” em 1963 estava atrelada às condições políticas que o país estava inserido. Sua proposta se embasava em torno de uma justiça social de maior evidência. As reformas de base apresentavam em seu conteúdo o melhor acesso das camadas subalternas aos direitos democráticos e a uma melhor distribuição da riqueza social por todo o país.¹¹⁷

Diante destas possibilidades de mudanças levadas pelo “portador” (o formador dos grupos) – bastante significativa na vida destes trabalhadores – Alfredo Guilherme assina a lista, sem saber o “resultado funesto que iria implicar”. Como aponta Baldissera, Brizola e suas propostas tinham muitos seguidores “conscientes ou não do delicado momento político e das possíveis

¹¹⁶ Auto de declaração de Alfredo Guilherme. Arquivo DOPS/PR. Pasta: Delegacia de Centenário do Sul, nº462.52. Data: 05/05/1964.

¹¹⁷ REGGIANI, João Paulo de Medeiros. op. cit. 2015.p. 82.

implicações da formação desses grupos dentro de uma época de intensa campanha anticomunista e de enfrentamento com as forças da direita”¹¹⁸

Guilherme, como apontou “nunca pensou e não teve ideias” para pertencer a partidos como o Partido Comunista Brasileiro, portanto, ele tinha conhecimento sobre a rejeição que havia ao comunismo, mas não parecia ter dimensão sobre as consequências de participar do grupo, pois não o via como uma ação comunista, assinando as listas “sem saberem que seus nomes seriam utilizados como prova evidenciando que haviam cometido um ‘crime’ contra a ordem política e social”¹¹⁹.

Sendo assim o “resultado funesto” não imaginado por ele é relatado na denúncia:

(...) ao dar entrada na Cadeia Pública de Centenário, foi barbaramente espancado, nas plantas dos pés, palmas das mãos e nádegas, tendo recebido em violência soco no ouvido esquerdo do Tenente Delegado de Polícia que se encontra até hoje ensurdecido, além do mais tiraram a camisa do declarante amordaçando e espancando em sua cabeça com cassetete, que no cubículo depois de trancafiado, era ameaçado constantemente pelo Soldado Valente, que o dizia ser jogado na água e Ilhas onde bichos ferozes iriam devorá-lo; que seus filhos imploraram ao Delegado e Policiais para visita-lo e eram amedrontados, declarando que o mesmo já havia desaparecido e os bichos haviam devorado; **que constantemente era visitado na Delegacia o tenente pelos patrões do declarante, não sabendo qual era o interesse dos mesmos, pois estes homens são verdadeiramente carrascos para os colonos e possivelmente estivessem de acordo com aquelas barbaridades(...).¹²⁰**

Não é novidade que aos opositores do governo eram cometidas todo tipo de atrocidade nos processos interrogatórios. Mas não se pode deixar de refletir sobre a violência que acometeu os membros dos Grupos dos Onze, mesmo os que menos tinham de participação política. Mas a fala do senhor Guilherme nos leva a pensar sobre os interesses que estavam presentes nesse processo repressor. Ele menciona a presença de seus patrões na Delegacia várias vezes e os caracteriza como sendo “verdadeiramente carrascos para os colonos”. Lembremo-nos que a reforma agrária era uma das pautas que aproximavam os trabalhadores rurais dos grupos, reforma que muitas vezes ameaçava os

¹¹⁸ BALDISSERA, Marli de Almeida. op. cit. 2003. p. 64.

¹¹⁹ REGGIANI, João Paulo de Medeiros. op. cit. 2015.p. 84.

¹²⁰ Denúncia. Arquivo DOPS/PR. Pasta: Delegacia de Centenário do Sul, nº462.52. Data não identificada.

interesses dos grandes proprietários de terra. O vínculo dos patrões de Seu Guilherme com a repressão policial não é uma possibilidade a se descartar.

Maria Lúcia Fittipaldi¹²¹ após estudar a formação dos grupos no município de Além Paraíba (MG), ao entrevistar um antigo morador e arrendatário da cidade na década de 1960, o senhor Darcy Lopes, observa que os proprietários de terra da região se preocupavam com as “invasões” que os Grupos dos Onze poderiam gerar, tinham medo de que tomassem suas terras no “grito”, a “marra, mesmo que tal possibilidade fosse muito mais radicalizada pela grande mídia do que real. De qualquer forma, alguns sujeitos vinculados aos grupos eram mais radicais que outros.

Na sequência dos depoimentos está Joaquim Lopes Sobrinho, figura de destaque nas atividades do sindicato e assinante de uma das listas. Lavrador, com 43 anos de idade na época, declara apenas que foi até a cidade a chamado de José Pedro Ribeiro de Lima, que entregara a ele

(...) três cartas dirigidas ao ‘LÍDER TRABALHISTA LEONEL BRIZOLA’ as quais deviam ser assinadas por moradores (camponeses), residentes na Fazenda Ibianê, deste município, para formação dos GRUPOS DOS ONZE; que ele depoente levou as três cartas, em referência e mandou que trinta e três pessoas, inclusive ele declarante, assinassem as mesmas e devolveu-as ao senhor José Pedro Ribeiro de Lima, para que esse as encaminhasse ao seu destino (...).¹²²

Em seu curto depoimento, Joaquim Lopes Sobrinho parece projetar a responsabilidade da formação dos grupos também a José Pedro Ribeiro de Lima, que se encontrava então foragido e portanto, não havia sido interrogado.

Projetar a culpa ou a responsabilidade nas figuras que participaram mais assiduamente da organização dos grupos ou de outras ações políticas parece ser uma “saída” para aqueles tinham assinado seus nomes nas listas. Como já mencionado, a violência estava presente nos interrogatórios, portanto, não sabemos até que ponto as declarações foram direcionadas pelos agentes da repressão, utilizando da coerção física e mental.

Assim como apontar “culpados”, era comum que os indivíduos negassem ou amenizassem sua participação nos grupos ou em outras atividades de cunho político, como apontou Reggiani, era natural que

¹²¹ FITTIPALDI, Maria Lúcia Lopes. op. cit. 2012.

¹²² Auto de declaração Joaquim Lopes Sobrinho. Arquivo DOPS/PR. Pasta: Delegacia de Centenário do Sul, nº462.52. Data: 05/05/1964.

(...) frente às autoridades policiais as pessoas temendo algum tipo de represália por parte dos agentes do Estado, se defendam contrariando sua participação em algum engajamento político maior em meio à agremiação ou associação que faziam parte.¹²³

Com o fim do processo, de acordo com o relatório final, entre os depoimentos prestados estão os de trinta e duas pessoas, sendo vinte e duas apenas como testemunhas enquanto “dez se apresentaram como vítimas oriundas de prisões arbitrárias, espancamentos e sevícias de todo gênero praticadas pelo Tenente da Polícia Militar do Estado, Henrique Keppen, cabo e soldados do destacamento policial daquela localidade”¹²⁴ O relatório também aponta que as testemunhas ouvidas indicavam um clima de “pavor gerado pelas arbitrariedades procedidas na Delegacia de polícia (...) relativo às pessoas ali recolhidas e tidas como comunistas ou simplesmente simpatizantes do regime esquerdista”

O relatório conclui que “as vítimas (dos espancamentos) constantes do presente inquérito são todas pessoas paupérrimas, trabalhadores rurais, e sem instruções algumas”¹²⁵. Mais uma vez aparece a caracterização dos sujeitos envolvidos de forma simplista, apontados como sujeitos sem instrução. Identificá-los assim, vai de encontro com a ideia de que as “lideranças” os teriam enganado para que assinassem a lista, tirando qualquer protagonismo destes sujeitos em escolher participarem por acreditarem de alguma forma estar defendendo seus interesses. O relatório é concluído da seguinte forma:

A maioria das vítimas foram apontadas como pessoas subversivas, por terem os mesmos colocado suas assinaturas em uma lista que percorria a cidade de Centenário do Sul com a promessa de que seus signatários receberiam, com o decorrer do tempo, por parte do governo, uma área de terras estipulada em 10 alqueires. Tal lista todavia, pelo que consta dos depoimentos colhidos, **não constituía de forma alguma elemento comprobatório de professamento da ideologia política de caráter comunista.**¹²⁶

A partir dos depoimentos, destacam-se pessoas “comuns”, atuantes de partidos, sindicalistas e agricultores, que viram nos grupos alguma possibilidade de melhoria e defesa de seus interesses. Conforme o relatório, conclui-se que

¹²³ REGGIANI, João Paulo de Medeiros. op. cit. 2015, p. 104.

¹²⁴ Relatório de inquérito Policial – Delegacia Regional de Polícia. Arquivo DOPS/PR. Pasta: Delegacia de Centenário do Sul, nº462.52. Data: 12/06/1964.

¹²⁵ Ibidem.

¹²⁶ Ibidem.

foram liberados – não antes de passar por um processo de prisões para a coleta do depoimento, somados a interrogatórios arbitrários – por não ser encontrado nada que os condenasse.

Rolândia

Há aproximadamente 70 quilômetros de Centenário do Sul encontra-se a cidade de Rolândia, cuja empresa responsável pelo projeto colonizador foi a CTNP (Companhia de Terras Norte do Paraná), responsável também por difundir a imagem de uma terra rica e fértil para o plantio do café, incentivando a vinda de muitos migrantes.

Nesta cidade encontramos Pedro Silva Polon, operário e admirador de Brizola. Em carta datilografada, encaminhada ao político no dia 12 de março de 1964, Polen explica que:

Em 1961/62 tivemos nesta cidade um jornal de âmbito regional, que por **motivos bastante conhecidos** não teve prosperidade, tratava-se de um **órgão que sempre defendia a maioria, bem como todos os interesses da classe operária**, tivemos então dificuldades de angariar anúncios, que nesse regime é a artéria de qualquer jornal, e principalmente no interior.

Como idealista que sou, nacionalista e de modo mais comum e dizer “elemento de esquerda”, tenho vontade de fazê-lo outra vez, para isso é que estou entrando em contato com o companheiro, para ver quais são as possibilidades de ajuda, que nos oferece e como nos ajuda.

Nosso campo de ação é bastante grande, além do município de Rolândia, que tem dois patrimônios, ainda temos os de Jaguapitã, Coronel, Colorado, Centenário do Sul e Lupionópolis. **Estes fazem parte da nossa região a ser “atraída” por nós, também deixo claro que esta região é puramente agrícola, sendo que em Rolândia há um número pequeno de operários.**

Se o companheiro dispor de um pouco de tempo e se for de interesse da Campanha de esclarecimento a edição do jornal, que nos responda com clareza objetiva. **Para maior informação, sou membro do Grupo dos 11 companheiros de Rolândia, facilmente averiguado nos documentos deste na Rádio Mayrink Veiga.** ¹²⁷

Polon diferencia-se dos sujeitos analisados até aqui, pois não aponta seu vínculo com a terra, e sim com a indústria, pois é operário¹²⁸, apesar de apontar que a região é “puramente agrícola”. Cabe lembrar que neste período não eram apenas os trabalhadores rurais que sofriam com condições precárias de trabalho

¹²⁷ Carta de Pedro Polon. Arquivo DOPS/PR. Pasta: Grupo dos Onze, nº 1084.131. Data: 12/03/1964.

¹²⁸ Conforme: Ficha Individual de Pedro Polon, Arquivo DOPS/PR.

e buscavam se organizar em movimentos de luta. Como aponta Badaró Mattos, o período que compreende a segunda metade dos anos 1950 até os primeiros anos de 1960, “os movimentos grevistas tomam um rumo ascendente significativo, com saltos sucessivos no número de paralisações, que configuram uma das fases mais dinâmicas do movimento operário brasileiro”¹²⁹, sendo a questão salarial uma das principais pautas dos movimentos.

Diante da crise política e econômica que o país vivenciava, não era apenas no setor rural – apesar da frágil legislação atribuída ao campo neste momento – em que encontrávamos movimentos de luta por melhores condições de vida. Considerando que as pautas levantadas por Brizola para a convocação dos grupos abrangiam a “imediata concretização das reformas, em especial das reformas agrárias e urbana” (conforme a cartilha de formação), compreendemos que os interesses do operariado também estavam contemplados.

Numa conjuntura de luta por mudanças sociais e econômicas, as relações entre trabalhadores do campo e urbanos são intrínsecas, especialmente porque muitos trabalhadores urbanos neste período eram decorrentes do processo de expulsão das áreas rurais devido às dificuldades financeiras de se manter no campo, em concorrência com latifúndios, e a busca por melhores oportunidades na cidade.

Fitipaldi¹³⁰, em sua análise sobre os Grupos dos Onze na cidade de Carmo, no Rio de Janeiro, já apontava a aliança entre trabalhadores urbanos e rurais, buscando solidariedade. Compreendendo que Rolândia e cidades limítrofes tinham principalmente um caráter rural, vemos na figura de Pedro Polon e na tentativa de rearticular um jornal de causa operária, “órgão que sempre defendia a maioria”, a possibilidade de difundir propostas das reformas, inclusive a agrária.

A própria participação no grupo aparece como uma justificativa para o apoio na reformulação do jornal, visto que pedidos de auxílios pessoais não eram escassos nas cartas.

¹²⁹ MATTOS, Marcelo Badaró. Greves, sindicatos e repressão policial no Rio de Janeiro (1954-1964). **Rev. Bras Hist.** vol.24 no.47 São Paulo, 2004. In. <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882004000100010>-Acesso em julho de 2019.

¹³⁰ FITTIPALDI, Maria Lúcia Lopes. op. cit. 2012.p. 46.

Como de praxe, Polon se identifica como nacionalista, “elemento de esquerda”, como o próprio Brizola era caracterizado. É preciso ressaltar que além de se identificar como nacionalista nesse período não constar como crime, caracterizar-se como tal pode ser uma forma de “aproximação” com Brizola, uma possibilidade de criar um espaço de intimidade com o político.

Não encontramos registros da reformulação do jornal, o que acreditamos não ter acontecido, principalmente porque menos de 20 dias depois o golpe já estava consolidado. Polon, por sua vez, foi fichado na DOPS/PR, apesar de não ter articulado nenhum movimento de resistência ao golpe. Em 1970, volta a ser investigado, tido como “agitador”, conforme consta em sua ficha individual. Em 1971, é indiciado em inquérito “com fatos relacionados ao PCBR”. Sem maiores detalhes nos documentos encontrados, não sabemos se ele foi julgado e condenado, mas percebemos que sua atuação política não se limitou ao Grupo dos Onze, adentrando um âmbito mais radical de luta, pois o PCBR (Partido Comunista Brasileiro Revolucionário) era uma dissidência do PCB, que almejava a luta armada como caminho para a derrubada da ditadura militar brasileira.

Não encontramos novas referências a Pedro Polon nos documentos pesquisados, não sendo possível confirmar suas relações com o PCBR. Sua ficha individual não indica uma prisão decorrente deste inquérito. Mas não descartamos a participação num movimento mais radical, pois o próprio se identificava como defensor dos interesses da classe operária¹³¹, já difundidos no jornal que havia organizado na cidade de Rolândia.

Mas Polon não foi o único sujeito de Rolândia que buscou se comunicar e pedir ajuda à Brizola. Uma carta a qual não conseguimos identificar a assinatura do emitente nos chama atenção. Com muitos erros de português e num linguajar simples, a carta faz o seguinte pedido:

Somos brasileiro de todos os nossos corações com *cenceridade* com amor a nossos filhos e tão cara está custando aqui a vida para nós. Esperamos que urgente vos *fasa* que venha uma investigação Federal **neste Recanto** que ansiosos esperamos desde dias atrás, que nós estamos vendo que está de hora a **instante *sojeito* um caso fatal.** Se nos for merecedor de vossa atenção e do **dirigente trabalhista, somos *muinto* espiados e pouco valorizado, mas pedimos que não mencione nossos nomes para nós não ser *aperseguido*.**

¹³¹ Carta de Pedro Polon. Arquivo DOPS/PR. Pasta: Grupo dos Onze, nº 1084.131. Data: 12/03/1964.

Pode ficar *serto* do que se passa por aqui. Vos fica atemorizado se ver tudo o que estamos passando, tenho certeza disso.¹³²

A carta, apesar de bastante vaga em relação ao que ocorre naquele “Recanto”, revela um grande medo e preocupação. O autor da carta parece ser conhecedor dos discursos de Brizola, provavelmente um ouvinte da rádio, pois a inicia alegando que vivem ali “brasileiros de todos os nossos corações”. A defesa do patriotismo, dos “verdadeiros” brasileiros, os trabalhadores que sofrem com as injustiças do país e com a espoliação internacional, são elementos comuns nas falas do político gaúcho. Não inocentemente, reafirmar essa posição é uma forma de identificar-se com essas falas e legitimar seu pedido de ajuda.

A palavra “recanto” refere-se a um lugar mais afastado, longínquo. Acreditamos que ao usar o termo, o autor da carta esteja se referindo à um espaço rural afastado, possivelmente seu local de trabalho e moradia, já que a maior parte da região neste período ainda era ruralizada. A relação com o trabalho fica mais clara quando mencionado que ele e outros sujeitos são “muito espiados e pouco valorizados”, apontando uma intensa supervisão de suas funções e a precariedade do trabalho. Presumimos que assim como outros, encontra-se com sua família numa relação de parceria, colonato ou camaradagem, num momento cujas regras trabalhistas para o campo, ainda muito recentes, eram também muito precárias e pouco efetivadas.

Diante dessa situação, a busca por melhores condições de trabalho se faziam presentes entre os trabalhadores rurais, na articulação de movimentos como as Ligas Camponesas, a ULTAB e sindicatos. Movimentações que causavam pânico entre os latifundiários e setores conservadores. O autor da carta não estava alheio a esta movimentação, visto seu contato com Brizola, a participação nos Grupos e o próprio pedido por uma investigação federal no local.

Ao nos expor as condições vivenciadas por estes sujeitos, a carta também nos permite compreender a proximidade com as pautas defendidas por Brizola ao almejar reformas. Ao ouvirem as propostas do “líder trabalhista”, era comum que se apropriassem do discurso por direitos e exigissem que fossem cumpridos, aproveitando-se dos canais disponíveis de organização. Brizola, ao dispor um

¹³² Carta. Arquivo DOPS/PR. Pasta: Grupo dos Onze, nº 1084.131. Sem identificação de data.

endereço para envio de cartas e propor a articulação dos grupos para alcançar as reformas, possibilitava aos sujeitos uma forma de alcançar tão esperadas mudanças, para que fossem mais “valorizados”.

O que nos chama atenção é o pedido para que não divulgassem os nomes. Era comum que Brizola lesse os nomes encaminhados nas atas no seu programa na rádio Mayrink Veiga. Os sujeitos que assinaram esta lista tinham pleno conhecimento da perseguição que poderiam sofrer, não dentro de um governo militar, mas ainda numa democracia, em que jagunços e forças policiais atendiam a interesses privados de grandes fazendeiros, e no qual a exploração do trabalho já se fazia presente.

Diferente desta carta citada acima, cujo medo é o principal elemento motivador de seu envio, encontramos na carta de Francisco de Assis Carvalhode 15 de março de 1964, também em Rolândia, a admiração por Brizola se faz presente. Conforme o documento:

Prezado companheiro,
Em meu nome e em nome do Comando Rolandense de Divulgações nacionalistas, quero saudar o ilustre companheiro pelo **vigoroso pronunciamento do último dia 13.**

Foi com (...) satisfação que **os nacionalistas desta cidade acompanharam pelo rádio** através da Agência Nacional o pronunciamento histórico, a exposição clara, objetiva e esclarecedora de sua posição perante o povo brasileiro. Se restasse alguma dúvida no espírito do povo sobre a condição de líder do companheiro, tal dúvida, temos certeza, iria se desfazer por ocasião daquele vibrante pronunciamento. **A receptividade tributada naquela data às suas palavras prova que o companheiro é incontestavelmente o líder das massas trabalhadoras do Brasil.**

Quero também comunicar-lhe que recebemos as instruções enviadas e que estamos arregimentando mais elementos para nossa causa, afim de que nosso movimento se expanda o mais rápido possível. **Nosso comando já se reuniu por diversas vezes e cada companheiro componente do mesmo, recebeu a tarefa de difundir os ideais de nossa causa**, de propagar nosso movimento e em cada reunião trazer mais um amigo ou conhecido para engrossar as fileiras **nacionalistas**. Outrossim **queremos que o companheiro nos envie instruções e exemplares de nosso jornal “PANFLETO”** para que possamos difundi-lo e angariar assinaturas e proventos para a campanha da imprensa livre.

Na expectativa de nossas instruções, apresento-lhe,
Saudações Nacionalistas
Francisco de Assis Carvalho ¹³³

¹³³ Carta. Arquivo DOPS/PR. Pasta: Grupo dos Onze, nº 1084.131.Data: 15/03/1964.

Como podemos perceber na carta, o Senhor Assis Carvalho parece acompanhar de perto os pronunciamentos de Brizola pela rádio. Quando fala no “último dia 13”, refere-se ao Comício da Central (ou Comício das Reformas), ocorrido no dia 13 de março de 1964 em frente à estação ferroviária Central do Brasil, no Rio de Janeiro. O comício reuniu cerca de 150 mil pessoas, entre sindicalistas e membros de organizações de trabalhadores, servidores públicos e militares, estudantes, entre outras categorias¹³⁴.

Leonel Brizola foi um dos políticos que discursaram no comício, ocupando na época o cargo de deputado federal pela Guanabara e sendo o mais aplaudido do evento. Em sua fala, encorajava Goulart a “abandonar a política de conciliação” e “instalar uma Assembleia Constituinte com vistas à criação de um Congresso popular, composto por camponeses, operários, sargentos, oficiais nacionalistas e homens autenticamente populares”¹³⁵. Radicalizando suas propostas, Brizola apontava o fechamento do Congresso eleito como uma das alternativas para a situação política do país. Conforme Righi¹³⁶, seu pronunciamento no comício serviu como forte munição para os setores golpistas.

No entanto, serviu também como elemento aglutinador entre aqueles que viam suas propostas como uma saída. Como aponta Brandalise e Harres¹³⁷, Brizola sabia converter em oratória figurativa os momentos de crise pelos quais passava a política brasileira, propondo ações para além de estruturas estatais e partidárias. Concordando com as autoras, essa habilidade retórica e de interlocução, aproximando-se dos interesses da classe trabalhadora, era um dos fatores de adesão aos grupos, e evidenciada no trecho da carta em que o autor aponta que “a receptividade tributada naquela data às suas palavras prova que o companheiro é incontestavelmente o líder das massas trabalhadoras do Brasil”.

Não há pedidos pessoais como um emprego, uma porção de terra ou ajuda para a rearticulação de um jornal como no caso de Pedro Polon, mas a demonstração de um intenso interesse pela organização do grupo e difusão das

¹³⁴ Verbete: Comício das Reformas. CPDOC. In: https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/AConjunturaRadicalizacao/Comicio_das_reformas

¹³⁵ Idem.

¹³⁶ RIGHI, Graziane Ortiz. op. cit., 2015. p. 163.

¹³⁷ BRANDALISE, Carla. HARRES, Marluza M. op. cit. 2016. p. 62.

propostas, conforme o próprio pedido de Brizola na cartilha de formação, em que alerta que:

(...) o ponto de partida deve ser o entendimento entre dois ou três companheiros, perfeitamente identificados e entendidos. Depois desse entendimento é que devem partir para novos contatos e para o recrutamento dos demais companheiros.¹³⁸

Para que,

(...) qualquer brasileiro que tenha sua consciência de patriota queimando de inconformidade com os sofrimentos e injustiças que aí estão esmagando nosso povo, onde quer que se encontre, pode e deve tomar a iniciativa junto aos seus companheiros e amigos, de sua vizinhança (em qualquer lugar), de fábrica, de escritório, da sua classe, do rincão onde vive, pelas lavouras e pelos campos, para a organização de um “Grupo dos Onze” (...).¹³⁹

Outro elemento que nos chama atenção na carta é o fato de o comando ter se reunido “por diversas vezes”. Era muito comum que os comandos se reunissem apenas para a formação, e que sem novas instruções, não possuíam elementos a serem discutidos. A maior parte das cartas analisadas indicam apenas a reunião de formação do grupo e o pedido por novas instruções, não havendo menção sobre outras reuniões. Baldissera em sua análise também aponta que a maior parte dos grupos, geralmente formados por colonos (no interior), não se reuniam para discutir política¹⁴⁰.

As reuniões eram mais comuns entre grupos que possuíam membros com um engajamento político mais intenso e não apenas dentro dos grupos. Dessa forma, a fonte nos indica que os membros (ou ao menos alguns dos membros) deste grupo deveriam ter uma atuação política maior, possivelmente partidária ou sindical.

O pedido de exemplares do jornal *Panfleto* também é uma novidade em meio aos documentos analisados. Segundo Szatkoski, o jornal foi uma estratégia de Brizola que via na imprensa escrita e falada a oportunidade de se manifestar “sobre as questões políticas e econômicas tanto de cunho nacional como internacional, no intuito de informar os brasileiros sobre a situação política de 1963 e 1964, bem como reafirmar o brizolismo”¹⁴¹.

O Panfleto: o Jornal do homem da rua, constituiu-se numa

¹³⁸ Cartilha de Formação. Op.cit. 1963.

¹³⁹ Ibidem.

¹⁴⁰ BALDISSERA, Marli de Almeida. op. cit. 2003. p. 125.

¹⁴¹ SZATKOSKI, Elenice. op. cit. 2003.p. 25.

(...) alternativa de imprensa de caráter partidário – PTB, brizolista, que totalizou sete edições, contendo, em média, 32 páginas cada, totalizando em 230 páginas. O veículo divulgou as ideias e ideais brizolistas entre fevereiro e março de 1964, sendo editado e impresso no Rio de Janeiro, na Editora Panfleto, e distribuído para todo o território nacional pelos diretórios do PTB ou pelos movimentos sociais, como Ligas Camponesas, União dos Estudantes (UNE), Movimentos dos Agricultores Sem Terra (Master), e por movimentos alternativos, como foram os Grupos dos Onze, organizados por Leonel Brizola¹⁴².

A cartilha de formação também foi divulgada no jornal, bem como alguns grupos se formaram e se mantiveram informados através dele e não da rádio, como o caso dos bancários de Laguna, em Santa Catarina, citados por Pacheco¹⁴³ em sua análise sobre a formação dos grupos em Santa Catarina. É a única carta que menciona o jornal, sendo o aceso ao programa de Brizola na rádio o principal aglutinador dos grupos no Paraná.

Por não ser um jornal comercial e optar pela “autonomia financeira”, precisavam de um bom número de assinantes para mantê-lo, por isso o pedido de exemplares para poderem difundir “e angariar assinaturas e proventos para a campanha da imprensa livre”, mantendo-se “independente de empresas e organizações financeiras”¹⁴⁴.

Apesar do recebimento da cartilha de formação com as instruções, conforme mencionado na carta, acreditamos que o grupo não chegou a enviar a lista com os nomes. Nenhum documento foi encontrado, além de Francisco de Assis Carvalho (autor) ter sido fichado apenas no dia primeiro de novembro de 1966 pelo envio da carta, e não pela formação do grupo. Não há elementos em sua ficha individual que indiquem sua prisão ou novas atividades políticas.

Cambé

Atualmente, o município de Cambé corresponde à região metropolitana de Londrina, possuindo em média 105 mil habitantes. Passou por um processo de ocupação muito parecido aos territórios já citados na região norte, por meio da atuação da Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP), cujo projeto era difundir pequenos lotes e incentivar a agricultura local. Nela, encontramos a figura de José do Prado. Lavrador, Prado escreve carta, numa linguagem

¹⁴² Ibidem. p. 27.

¹⁴³ PACHECO, Diego. Op. cit. 2012. p. 129.

¹⁴⁴ Ibidem. p. 131.

simples, para Brizola no dia 19 de março de 1964, na qual alerta ter recebido as instruções (a cartilha de formação):

Entre Amigos
Prezado Senhor Brizola, *oje* com muito prazer eu pego na pena para dar as minhas *notisia* eu recebi a sua estimada carta e a qual fiquei muito satisfeito de suas boas propostas. O grupo de Onze Companheiro já está quase completo.¹⁴⁵

Após ouvirem as convocações de Brizola na rádio, era comum que os sujeitos interessados encaminhassem cartas à Rádio Mayrink Veiga pedindo pelas instruções, recebendo então a cartilha de formação e o modelo de ata.

A carta de José do Prado nos traz um breve relato sobre as condições vivenciadas pelos sujeitos formadores do grupo:

Que estes onze companheiros que será registrado na Federação. Que **deverá ganhar o seu ordenado para manter a sua família**. Todos os que tem menos, tem dois filhos. **Creio nenhum dos companheiros não tem *deproma* primário, mas todos homens que compreende um pouco, que todos lutam com a vida. Dos onze companheiro não tem *nem um rico*, são todos pobres. (...) Tenho visto muita coisa errada mas nunca pude agir porque nunca tive força pra agir (...) Nunca trabalhei na *vestigação* mas tenho *golpe de vista*. Este grupo de Onze homem, pra comparecer em Brasília devem ter a passagem de ida e volta, toda a despesa da viagem, que não podemos fazer esta viagem por nossa conta.** Aguardamos as suas sugestões. Breve para apresentar pros companheiros.¹⁴⁶

Apesar da intenção de se desenvolver no local uma política voltada para uma “organização agrária que tinha como princípio a pequena e a média propriedade, com base em núcleos coloniais, com vista à produção de alimentos e matérias primas para atender a uma demanda interna”¹⁴⁷, não demorou para aparecerem latifundiários com práticas de grilagem e expulsarem os posseiros, estruturando “suas propriedades com base no cultivo da cultura do café, na criação de gado, na plantação de cana-de-açúcar, associadas ao trabalho assalariado.”¹⁴⁸

Trabalhadores desprovidos de terra ou pequenos proprietários sem condições de investir na produção, passaram a servir como mão de obra

¹⁴⁵ Carta. Arquivo DOPS/PR. Pasta: Grupo dos Onze, nº 1084.131. Data:19/03/1964.

¹⁴⁶ Ibidem.

¹⁴⁷ PRIORI, Angelo. Porecatu, um cenário de conflito. In. **Paraná Insurgente: História e lutas sociais – séculos XVIII ao XXI**. Joseli Maria Nunes Mendonça e Jhonatan Uewerton Souza (Orgs). Casa Leiria, São Leopoldo – RS, 2018. p. 124-135

¹⁴⁸ PRIORI, Angelo. op. cit. 2018. p. 124.

assalariada para esses latifundiários. Seu José do Prado, ao mencionar “ordenado” que devem ganhar para manter suas famílias, possuindo pelo menos “dois filhos”, está se referindo ao salário que precisam para se sustentar. Já apontamos que a década de 1960 foi essencial para o surgimento de sindicatos rurais tendo como uma de suas principais pautas a questão salarial, devido à grande miséria que se encontravam esses trabalhadores do campo, responsáveis pela produção, porém, sem ter acesso à própria terra ou quando tinham, limitavam-se a pouquíssimos alqueires.

Prado menciona essa pobreza na carta, pobreza que para Brizola era responsabilidade dos grandes latifúndios e da espoliação internacional, como aponta na cartilha de formação enviada aos grupos. A possibilidade de lutarem “com a vida” contra os agentes causadores dessa pobreza, incentivava os sujeitos a articularem um grupo, a vislumbrarem uma possibilidade de romper com ela.

O autor da carta parece estabelecer um vínculo com os elementos apresentados por Brizola na cartilha de formação. Ao apontar que tem “visto muita coisa errada”, mas que não tinha forças para agir sozinho, Prado parece ver na articulação dos grupos, na ação coletiva uma saída. Não à toa Brizola faz o seguinte pedido na cartilha¹⁴⁹ aos “milhões” de brasileiros que já “despertaram e já adquiriram a necessária compreensão sobre as causas e as verdadeiras origens de nossos males, dos sofrimentos e injustiças que vem recaindo sobre nosso povo”, que estão “mais do que prontos para agir”, que canalizassem suas forças em uma organização que viria “representar o povo brasileiro mobilizado”.

A linguagem acessível e motivadora de Brizola para a articulação dos grupos em busca de lutar contra os “inimigos da pátria”, somadas à precária vivência dos sujeitos que sofriam com a exploração do trabalho, a miséria e a falta de acesso à terra, parecem uma rica combinação neste contexto histórico. As pautas levantadas por Brizola em seus discursos expõem necessidades vivenciadas por esses homens e mulheres em seu cotidiano, em busca de melhores salários, melhores moradias, que buscavam nos espaços possíveis formas de lutar por uma vida melhor.

¹⁴⁹ Cartilha de formação. op. cit. 1963.

Sendo Brizola um político de destaque no cenário nacional da época, a admiração por sua figura também surge como uma motivação, como aponta Brandalise e Harres¹⁵⁰, e os grupos vistos enquanto uma forma de alcançar o objetivo destes trabalhadores, especialmente os vinculados ao campo.

Prado não se identifica como nacionalista, não expõe nenhum motivo particular para a participação nos grupos, mas demonstra seu interesse em lutar, fosse na capital Brasília ou no Rio de Janeiro, onde Brizola exercia a função de deputado, intenção manifesta no pedido de auxílio financeiro para a viagem.

Trabalhadores como o senhor José do Prado não estavam alheios ao cenário político e social, interpretando-as de acordo com as condições precárias em que viviam e com suas próprias necessidades. Mas a luta pela qual esperavam não aconteceu. Poucos dias depois o golpe foi efetivado e seu José, fichado pela DOPS/PR e convocado a prestar depoimento, não alcançando as melhorias que tanto almejava.

3.3.2. Norte Pioneiro

Jataizinho

Integrando a região metropolitana de Londrina, Jataizinho possui hoje cerca de 12 mil habitantes. Aqui houve a formação de comissões em defesa das reivindicações dos trabalhadores rurais.

Desta cidade parte a carta enviada (aparentemente) no dia 4 de fevereiro de 1964 por João Santana, lavrador, endereçada ao governador Leonel Brizola, contendo cópia escrita à mão da ata de formação dos Grupos dos Onze (enviada junto à Cartilha de Formação), contendo 6 nomes apenas. A carta/ata também indica que foi escolhido o seu nome (de João Santana) como “comandante” do grupo. Conforme o modelo da ata de formação, a ata manuscrita reforça os objetivos: defesa das conquistas democráticas de nosso povo, realização imediata das reformas de base (principalmente a reforma agrária) e liberação da pátria da espoliação internacional ¹⁵¹

Sem maiores elementos apresentados sobre o grupo, e tendo a carta como prova de “subversão”, é instaurado “rigoroso” inquérito policial militar, baseado “no que dispõe a Lei de Segurança Nacional nº 1802, de janeiro de

¹⁵⁰ BRANDALISE, Carla. HARRES, Marluza M. op. cit. 2016. p. 78.

¹⁵¹ Carta. Arquivo DOPS/PR. Pasta: Delegacia de Jataizinho, nº 536.59.. Data:

1953 e que prevê sanções penais àqueles que subvertem a ordem política e social¹⁵²” O delegado de polícia de Jataizinho, responsável pelo documento, ainda aponta “de antemão” que o articulador do movimento (do Grupo dos Onze na cidade) é o vereador pelo PTB Guilherme Silvério dos Santos, que teria “exibido” durante o governo passado cartas com Leonel Brizola, “idealizador” do movimento¹⁵³.

Já observamos nas análises apresentadas que era comum apontar um “líder”, um responsável pela articulação dos grupos. Neste caso, o político Guilherme Silvério, vinculado ao PTB – partido de Leonel Brizola e do presidente deposto João Goulart – é tido como este responsável. Como apontar “de antemão”, sem investigação alguma anterior, o responsável pela articulação dos grupos?

Observamos no caso do grupo formado em Centenário do Sul que a oposição política surge como um dos motivos de denúncia dos sujeitos “subversivos”, vinculados aos Grupos dos Onze, denunciados por vereadores da cidade. A denúncia contra opositores políticos num cenário em que a DOPS atuava sob a lógica da suspeição, em que a denúncia era incentivada pelos próprios órgãos de repressão, tornava-se algo comum. Sendo o PTB representante de uma política reformista combatida pelos setores golpistas, este foi o partido sobre o qual recaiu de forma “mais dura a repressão, o que se expandiu também para o seu braço sindical¹⁵⁴.

Diante desta conjuntura, tendo sido ainda os políticos vinculados ao PTB os maiores atingidos pela “Operação Limpeza”, que visava destituir de cargos públicos figuras que apoiaram o governo anterior ao golpe, compreende-se de forma mais clara a acusação “de antemão” do delegado João Alves Homem contra Guilherme Silvério, especialmente se sua atuação política fosse bastante ativa no cenário local.

Instaurado o inquérito, logo no dia 2 de maio de 1964, Guilherme Silvério da Silva é convocado para prestar depoimento na delegacia de Jataizinho. O depoente não compareceu no dia 2, tido como foragido, prestando depoimento

¹⁵² Ofício. s/nº. Arquivo DOPS/PR. Delegacia de Jataizinho, nº 536.59. Data: 02/05/1964.

¹⁵³ Ibidem.

¹⁵⁴ GOMES, Ângela de Castro. **Uma breve história do PTB**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2002. Trabalho apresentado na Palestra no I Curso de Formação e Capacitação Política, realizado na Sede do PTB. São Paulo, 13.jul.2002. p. 13

apenas no dia 5 de maio. Silvério da Silva possuía 48 anos na época, aposentado, ocupando o cargo de vereador na cidade pelo PTB.

Conforme seu depoimento, teria entregue uma correspondência a “um dos irmãos Santana” (João, José e Raimundo Santana, ambos assinantes da carta/ata mencionada acima), e “que a mesma era resposta a uma correspondência do sr. Brizola e calcula que seja uma lista de assinaturas angariadas naquela seção (onde moravam) para a formação do ‘grupo dos onze’”¹⁵⁵

Ao que indica o declarante, a carta teria sido redigida por ele, e que teria escrito a pedido do próprio Santana. É possível que tal afirmação tenha sido uma forma de desviar-se das acusações do delegado como responsável pela articulação do grupo, no entanto, a carta endereçada a Brizola com os nomes dos membros do grupo formado, foi assinada por João Santana, e não por Silvério. O nome de Silvério nem sequer aparece nesta carta, o que nos leva a crer que o restante dos nomes (faltavam cinco) tenham sido enviados em outro momento.

O próprio Silvério da Silva menciona o recebimento da cartilha de formação com o modelo de ata após a escrita da correspondência, nos levando a crer que após a formulação da primeira carta (assinada por Santana) é que Silvério da Silva teria se correspondido com Brizola (em carta endereçada à Rádio Mayrink Veiga), como apresentado na declaração: “que o declarante recebeu uma carta subscrita pelo sr. Leonel Brizola – endereçada ao próprio declarante – junto à qual existia (...) uma espécie de caderneta na qual estava o modelo de ata”.¹⁵⁶

Considerando que a primeira ata foi manuscrita, e não datilografada (como o modelo de ata original encaminhado aos grupos), acredita-se que tenha sido encaminhada antes do recebimento desta cartilha.

Como alerta Myskiw, em análise aos conflitos de terra no Oeste do Paraná e repressão desencadeada pela polícia política, que os autos de declaração devem ser observados com cautela, pois

(...) muitas informações foram excluídas nessa passagem da linguagem oral para a escrita, isto é, as entonações, dúvidas,

¹⁵⁵ Auto de Declaração de Guilherme Silvério da Silva. Arquivo DOPS/PR. Delegacia de Jataizinho, nº 536.59. Data: 05/05/1964.

¹⁵⁶ Ibidem.

silêncios, gestos entre outras coisas. O delegado transformou-se em agente de filtragem das informações, visto que lhe era conferida uma espécie de poder de definir o que entraria no relato escrito, bem como na forma tempo-verbal que os depoimentos eram transcritos.¹⁵⁷

Além da possível manipulação das informações oferecidas pelos depoentes aos delegados, os depoimentos ocorriam “num ambiente inibidor, numa sala onde apenas se encontravam o delegado e o escrivão”, prejudicando, certamente, a narrativa e “inibindo ainda mais a organização mental das informações e detalhes dos depoentes¹⁵⁸”. Considerando tais reflexões, os autos de declaração ainda conseguem nos transmitir informações, que comparadas a outras, permitem construir interpretações.

Ainda de acordo com suas declarações ao delegado de polícia de Jataizinho, Silvério da Silva – possivelmente questionado sobre as reuniões feitas entre os membros do grupo – aponta que eram para “reestruturar o partido”, já que o PTB não tinha sede fixa e assim “as reuniões são feitas em locais diversos”¹⁵⁹. Dentre os documentos de outros grupos formados, é possível perceber que as reuniões ocorriam principalmente (muitas vezes apenas) no momento de formação, para a assinatura da ata e definição dos “cargos”. De acordo com o que foi apresentado por Silvério, não há indícios de atividades que transcendessem as orientações da Cartilha de Formação.

Quando ocorriam novas reuniões, era comum que fossem vinculadas às discussões políticas e partidárias, como o próprio depoente menciona. Esse apontamento também nos faz perceber a importância do partido para estes sujeitos, que de alguma forma se identificavam com as diversas pautas propostas. O próprio Silvério menciona ainda que um dos irmãos Santana, responsável por procurar pessoas para a assinar a ata, “procurou apenas homens do PTB”, devido a “afinidade que tem com eles”¹⁶⁰, comportamento reproduzido pelo depoente na elaboração da nova ata. Conforme Silvério, Santana justificava as assinaturas em defesa das “Reformas de Base”, discurso reproduzido por Silvério, conforme seu depoimento.

¹⁵⁷ MISKIW, Antonio Marcos. **Colonos, Possesiros e Grileiros: Conflito de Terra no Oeste Paranaense (1961-1966)**. Dissertação de Mestrado UFF/UNIOESTE. Niterói, 2002. p. 92

¹⁵⁸ Ibidem.

¹⁵⁹ Auto de Declaração de Guilherme Silvério da Silva. Op. cit. 05/05/1964.

¹⁶⁰ Auto de Declaração de Guilherme Silvério da Silva. Op. cit. 05/05/1964.

Identificamos no depoimento de Guilherme Silvério da Silva dois elementos importantes: a defesa das reformas de base e a vinculação com o PTB. De modo geral, a defesa das reformas de base – especialmente a agrária – eram pautas comuns entre os movimentos sociais que ascendiam na época, e mais comum ainda entre os membros do PTB que defendiam uma bandeira de desenvolvimento nacionalista para o país. Não podemos descartar os interesses políticos, tanto de Silvério da Silva como dos irmãos Santana, vinculados ao PTB, de se utilizarem das pautas para angariar apoiadores, visto que Jataizinho era uma região predominantemente agrícola e de condições precárias de trabalho e moradia no campo, despertando nos sujeitos o interesse pela temática da reforma agrária.

O vínculo com o partido apontado evidencia a teoria levantada por Pacheco¹⁶¹, de que estes sujeitos ligados aos grupos, em sua maioria, vivenciaram o processo de criação do trabalhismo no país, o que os influenciara diretamente na formação política. Tavares¹⁶², concordando com Pacheco, conclui que os integrantes dos grupos “assumiam o trabalhismo que Brizola carregou como estandarte durante sua trajetória política”.

Ao fim do depoimento, Guilherme Silvério da Silva sugere que só ouviu falar que “existia em mira planos para eliminar pessoas influentes em cada cidade e pelos grupos dos onze”¹⁶³ após a deposição de Goulart. A acusação de que havia um documento secreto destinado para os grupos, determinando instruções de subversão e assassinatos por parte dos grupos, tomou corpo nos meios de comunicação vinculados à mídia empresarial, usado para legitimar a repressão aos envolvidos. No entanto, a aparição deste documento se deu de forma muito suspeita, além de nunca ter se confirmado sua veracidade. Baldissera, ao falar sobre a região do Alto Uruguai, aponta que os envolvidos com a formação dos grupos manifestavam “total ignorância sobre quaisquer instruções” referente ao documento¹⁶⁴.

De acordo com Baldissera, o documento indicava que,

Os alvos de ação dos Grupos de Onze, seriam as autoridades públicas como prefeitos, juizes, delegados de polícia, vereadores (...)e pessoas de alguma projeção social, os quais

¹⁶¹ PACHECO, Diego. op. cit. 2012. p. 126.

¹⁶² TAVARES, Tânia dos Santos. op. cit. 2015. p. 13.

¹⁶³ Auto de Declaração de Guilherme Silvério da Silva. Op. cit. 05/05/1964.

¹⁶⁴ BALDISSERA, M. op. cit. 2003. p. 83

deveriam ser presos em cada localidade “recolhendo-as a locais apropriados, preferencialmente no meio da mata, sob guarda armada e permanente.”¹⁶⁵

Apesar de não encontrarmos nenhuma menção a este documento nos arquivos da DOPS/PR, incluindo os documentos produzidos por ela ou os materiais produzidos pelos próprios membros dos grupos, sabe-se que as informações deste suposto “guia subversivo” foram utilizadas pela mídia, incentivadas pelos órgãos de repressão, para criminalizar os grupos e influenciar a população a denunciar os envolvidos. Ao ter conhecimento sobre estas “instruções”, era comum que sujeitos como Silvério, diante da conjuntura repressiva, negassem ou “amenizassem” a participação nos grupos, temendo as consequências.

João Santana, também lavrador e com 30 anos na época, suposto assinante da carta e escolhido como líder/comandante do grupo de 6 nomes, direciona seu discurso de modo diferente do que foi apresentado por Silvério. Perante o delegado, apresenta um texto, escrito a mão, pelo vereador Guilherme Silvério da Silva, em que segundo o depoente, o teria mandado assinar “duas vezes na relação que delegaria a si mesmo poderes de ‘líder’”¹⁶⁶.

De fato, identificamos a presença de duas letras diferentes, como podemos observar a seguir no documento original:

¹⁶⁵ Ibidem. p. 85.

¹⁶⁶ Auto de declaração de João Santana. Arquivo DOPS/PR. Delegacia de Jataizinho, nº 536.59. Data: 05/05/1964.

Figura 2: Ata de Fundação

Ata de fundação de um Comando Nacionalista na Seção Baqueiro, Município de Patagônia, Estado do Paraná.

Nós, os onze brasileiros abaixo-assinados, constituímos nesta data um "Comando Nacionalista" Seção Baqueiro município de Patagônia, Estado do Paraná o qual foi pela vontade unânime escolhido para líder e comandante o companheiro João Santana, nesta data estamos também comunicando nossa decisão ao líder nacionalista Deciel Prigola de nossos objetivos: defesa das conquistas democráticas de nosso povo, realização imediata das Reformas de Base (principalmente a Reforma Agrária), e a libertação de nossa Pátria da exploração internacional, conforme a denúncia que está na carta Testamento do Presidente Getúlio Vargas.

João Santana
Patagônia 4 de Fevereiro, de 1964
João Santana

Fonte: Ata de fundação, Arquivo DOPS/PR. Pasta Nº 536.59., data: 04/02/1964

Se observarmos atentamente, podemos identificar traços diferentes entre o corpo do texto e as assinaturas com o nome e "João Santana". As palavras que possuem o sinal gráfico "til" são escritas de forma diferentes quando nas assinaturas com o nome, bem como a letra "J" também aparece escrita de forma diferente. As diferenças podem indicar, de fato, que o texto tenha sido escrito por Silvério da Silva ou outra pessoa, enquanto que o nome João Santana tenha sido escrito pelo próprio.

No entanto, quando Santana acusa Silvério da Silva de "manda-lo" assinar o documento dos "pretensos reformadores"¹⁶⁷ (palavras do depoente), quase que como uma obrigação, levanta-nos suspeitas. De que forma Santana foi obrigado a assinar? Não havia concordância com as pautas? Se não havia, por que assinou três vezes o mesmo documento e aceitou ser indicado como "comandante"? Por que seus irmãos, José Santana e Raimundo Santana teriam

¹⁶⁷ Auto de declaração de João Santana. op. cit. Data: 05/05/1964.

assinado também? Segundo o depoente, teria sido “iludido pelo vereador”, que disse que era “para defender os filhos do comunismo”, e que assim “pela amizade que tem, outras pessoas assinaram a seu pedido, sendo inocentes, pois que foi levado a isso pela insistência de GUILHERME que declarou ser o ‘encarregado do sr. Brizola’ em Jataizinho”¹⁶⁸

Entre os depoimentos do inquérito, identificamos outros sujeitos que teriam assinado a ata a pedido de Guilherme Silvério da Silva, conforme apontam. Alberto Guemra¹⁶⁹, também lavrador e com 50 anos de idade à época, alerta que assinou a ata porque Antonio Moreno Egéia e Guilherme Silvério da Silva, “mentores” da reunião, disseram que era para apoio da reforma agrária e que somente depois soube que era “coisa subversiva”. Antonio Viana Junior¹⁷⁰, funcionário público, apontou que Silvério da Silva o procurou para assinar a lista, disse ser “nacionalista” e que era “para cooperar com o governo”. Viana Junior relata que não teve instruções, não foi convidado para reunião e que teria “caído na conversa de Guilherme”. Antonio Moreno Egeia¹⁷¹, por sua vez, depõe que Silvério da Silva teria apresentado a lista, enviada por Brizola, e que teria assinado a ata em reunião do diretório do PTB, mas que não recebeu nenhuma outra instrução (além da cartilha de formação) e que não houve mais reunião após a queda do governo Goulart.

Por meio dos depoimentos, constatamos de fato a organização de dois grupos, sendo um formado na região onde Guilherme Silvério morava - a ata manuscrita assinada por João Santana – e outra em reunião do diretório do PTB, já com o modelo de ata datilografada enviada junto à cartilha de formação, ao que tudo indica – apesar de não ter sido encontrada entre os documentos. Ambos os contextos envolvem menção às reformas de base, especialmente a reforma agrária – visto que a maioria dos depoentes são lavradores – e o vínculo com o PTB.

Os pontos de discordância entre Silvério da Silva e João Santana referente à primeira ata, nos traz a reflexão de que diante do contexto político e

¹⁶⁸ Auto de declaração de João Santana. op. cit. Data: 05/05/1964.

¹⁶⁹ Auto de declaração de Alberto Guemra. Arquivo DOPS/PR. Delegacia de Jataizinho, nº 536.59. Data: 05/05/1964.

¹⁷⁰ Auto de declaração de Antonio Viana Junior. Arquivo DOPS/PR. Delegacia de Jataizinho, nº 536.59. Data: 02/05/1964.

¹⁷¹ Auto de declaração de Antonio Moreno Egeia. Arquivo DOPS/PR. Delegacia de Jataizinho, nº 536.59. Data: 05/05/1964.

social que surgia, marcado por cassações e prisões logo nos primeiros meses do governo militar, é compreensível que neguem ou contrariem suas ações e engajamento político, temendo alguma represália.

Os assinantes procuram se defender afirmando que não teriam assinado se soubessem as “reais intenções”. Mas que intenções eram estas? O que foi difundido entre os assinantes – ao menos entre aqueles que remetiam cartas à rádio Mayrink Veiga – era a cartilha de formação já apresentada, em que os objetivos se resumiam à luta contra a espoliação internacional, em defesa das reformas de base e pela democracia. A defesa das reformas de base, inclusive, são as mais presentes nos depoimentos apresentados. As acusações de subversão vieram depois, com o golpe e a repressão, distorcendo ou superestimando as reais intenções e ações dos grupos.

A falta de instruções mencionada por Antonio Viana Junior ocorria inclusive entre os próprios sujeitos que recebiam a cartilha, pois além dela, não se constatou o recebimento de nenhum outro documento ou correspondência enviada por Brizola, e as instruções enviadas se resumiam à formação de um grupo com onze pessoas, assinantes de uma ata encaminhada ao endereço da rádio Mayrink Veiga. Fora os objetivos mencionados na cartilha, não houve concretamente outras propostas de ação para os grupos, o que não elimina o interesse dos envolvidos em agir.

Na tentativa de evitar as consequências de ter apoiado o governo deposto, podiam também negar o envolvimento ou o conhecimento do que estavam assinando.

Também por meio dos depoimentos, no entanto, o delegado João Alves Homem, responsável pela investigação, determinou os culpados: Brizola, que “conclamou o povo a cerrar fileiras em torno de um ‘nacionalismo’ disfarçado, e que (...) viria transformar o país em uma segunda Cuba, em que o ‘paredon’ seria o seu apanágio”¹⁷² (não há estudos concretas que evidenciam tal pretensão de Brizola), Guilherme Silvério da Silva, “homem que exibira – com orgulho e ostensivamente- cartas de Brizola, ao próprio prefeito local, e que fizeram reuniões secretas e distribuía cópias da ‘ata’ recebida” e João Santana, “sob a pecha de estar em função do partido (maneira como fez a maioria assinar).

¹⁷² Relatório s/nº, Arquivo DOPS/PR. Pasta: 536.59, data: 20/08/1964;

Destacamos o termo “nacionalismo disfarçado”, mencionado pelo delegado ao se referir aos interesses de Brizola. Já nos atentamos ao fato de não haver apenas um projeto nacionalista na política brasileira da época, mas sim, projetos diferentes de como incentivar o desenvolvimento nacional. Identificamos em Brizola um projeto nacionalista reformador, ou como caracterizou Vânia Moreira¹⁷³, um nacionalismo econômico. No entanto, a acusação do delegado tem o intuito de descaracterizar a atuação Brizola, vinculando-o aos interesses comunistas, Cubanos, como era de praxe nas práticas do sistema opressor da época. Portanto, sob essa ótica, ser comunista é ser traidor da nação, o inimigo interno, o que não condiz com a defesa nacional.

Quanto a acusação à Silvério da Silva, o próprio relatório determina que os documentos encontrados com os acusados foram as atas e as menções a reuniões, apontadas como sendo reuniões dos políticos do PTB, elementos que não eram considerados criminosos no período democrático no qual viviam antes do golpe militar. Reunir-se para discutir e articular ações políticas só se tornaria crime após o golpe, o que não se confirma que tenha ocorrido.

Santana e Silvério foram os únicos julgados pela organização dos dois grupos em Jataizinho, sendo os demais representados como “inocentes”, que teriam assinado as listas por terem sido ludibriados, manipulados pelos dois. Essa nos parece ser uma prática comum entre os agentes da repressão, visualizada em casos anteriores. Na prática, os sujeitos não agiram diante da instauração do golpe, assim como não apresentaram – aos olhos de uma democracia – elementos que os criminalizassem. Mas era preciso reprimir quaisquer possibilidades de questionamento ou articulação contra o regime. Dar uma “lição” em uns, era uma forma de instalar o medo nos outros. Para isso, os que agiram de forma mais ativa e próxima aos interesses da oposição (Brizola, Goulart), arcariam com as consequências.

Enquanto Brizola se exilou, os participantes dos Grupos dos Onze lidaram com a repressão. Santana e Silvério foram julgados de acordo com a Lei de Segurança Nacional nº1802, de 1953, em seu artigo 11: Fazer publicamente propaganda, letra a: de processos violentos para a subversão da ordem política

¹⁷³ MOREIRA, V. op. cit. 1998.

e social, cuja pena determinava 1 a 3 anos de prisão. Não encontramos nos documentos o tempo de prisão determinado aos dois acusados.

3.3.3. Noroeste

Cidade Gaúcha

O último município a ser abordado é Cidade Gaúcha, possuindo atualmente cerca de 12 mil habitantes. Na época de sua fundação, em 1961, era pequeno o número de moradores, sendo a maioria vinculados à zona rural. O que correspondia ao princípio a uma região habitada por posseiros e caboclos que se estabeleceram ali, aos poucos foi sendo substituída pelo projeto de ocupação da Imobiliária Ypiranga de Boralli & Held, que já explorava o local desde 1952. Os moradores que já se encontravam no território antes da ação da imobiliária, não foram inclusos neste projeto de ocupação.

A presença de jagunços a serviço da companhia, atuando de forma violenta para com os posseiros, era constante, não destoando do processo de colonização do restante do estado. Aos poucos, o território foi sendo ocupado satisfazendo os interesses do grande capital, comercializando pequenos lotes para agricultores, o que não evitou a presença e o domínio de grandes latifundiários interessados nas propriedades e nem as precárias relações de trabalho. Pequenos proprietários que não tinham condições de desenvolver sua terra, buscavam trabalhar para outros proprietários, com melhores condições.

Como aponta Leonilde Medeiros, além dos arrendatários e meeiros que trabalhavam em terras alheias, sob condições precárias (redução de terras de arrendamento, permanência na terra, etc.), que muitas vezes, levados por tais condições, buscavam atuar em defesa de seus interesses, gerando conflitos, a outra frente de lutas era “

(...) em torno da expansão da fronteira agrícola, com posseiros se enfrentando, muitas vezes de forma violenta, com os grileiros que lhes queriam tirar a terra. Esse tipo de luta verificava-se em diversos pontos do país, com suas marcas características: plantações destruídas, casas queimadas, jagunçagem etc. Eram frequentes no Paraná (norte e sudoeste), São Paulo (extremo oeste), Goiás, Rio de Janeiro (Baixada da Guanabara, Cabo Frio, São João da Barra), Espírito Santo.¹⁷⁴

¹⁷⁴ MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de. op. cit. 1989. p. 25

A agricultura e a pecuária sempre fizeram parte do contexto histórico desta pequena cidade, e são nessas circunstâncias que se forma o Grupo dos Onze no município. José Feliciano Araújo; Antônio Rodrigues Brandão; Américo Aleixo Chaveiro; Santo Constantino; Carlos Machado; Antônio Bispo Piaba; Olmiro Martins dos Santos; Baltazar Pires da Silva; Nestor Pires da Silva; Manoel Pereira de Souza: todos identificados por suas fichas individuais como lavradores e vinculados a União dos Trabalhadores Rurais de Cidade Gaúcha.

Não encontramos a ata encaminhada por eles, nem nenhum outro documento produzido pelo grupo, apenas documentos do órgão repressor. Em telegrama¹⁷⁵ encaminhado no dia 7 de abril de 1964 pelo o major Alceu Hilberg ao general Gaspar Peixoto, afirma-se que na cidade a situação era “tensa”, porém, “sob controle”, alertando que teriam sido presos diversos “elementos comunistas”.

São muitas as lacunas identificadas nos documentos (ou pela falta deles), mas elas podem ser preenchidas por meio do depoimento de Senhor Braulino Martins dos Santos, 50 anos depois, na Audiência Pública da Comissão Estadual da Verdade do Oeste do Paraná, em 2014¹⁷⁶.

Enquanto o telegrama refere-se à versão dos repressores, encontramos na fala do senhor Martins dos Santos, a versão da vítima. Não partimos do pressuposto de que eles reproduzem uma verdade absoluta sobre os fatos, mas por meio da análise crítica, podemos identificar características que nos ajudem a compreender esse contexto de forma objetiva. Na fala de seu Braulino, por exemplo, identificamos que os presos foram primeiramente encaminhados para a Comarca de Cruzeiro do Oeste.

Braulino Martins dos Santos menciona, em seu depoimento, que de Cidade Gaúcha até Cruzeiro do Oeste, foram conduzidos numa caçamba, com os braços “trelados”, permanecendo por “não sei quantos dias¹⁷⁷”. O telegrama mencionando a prisão foi enviado dia 7 de abril, sendo que segundo informe¹⁷⁸

¹⁷⁵ Telegrama nº 84. Arquivo DOPS/PR. PT. U78.54, Data: 07/04/1964.

¹⁷⁶ O depoimento de Seu Braulino pode ser encontrado no livro: *Combatentes: tempo de falar – Depoimentos da Audiência Pública da Comissão da Verdade do Paraná*. Carla Luciana Silva; Alfredo A. Batista (Org.). EDUNIOESTE – Cascavel-PR, 2016. Ele se apresentou à audiência de forma autônoma, sem haver convite prévio, como no caso dos demais membros dos grupos dos onze que deram depoimento neste dia.

¹⁷⁷ *Combatentes: tempo de falar – Depoimentos da Audiência Pública da Comissão da Verdade do Paraná*. Carla Luciana Silva; Alfredo A. Batista (Org.). EDUNIOESTE – Cascavel-PR, 2016. P. 106

¹⁷⁸ Informe nº 22/64. Arquivo DOPS/PR. PT. 592, data: 23/04/1964.

assinado pelo Delegado Hermes Machado Matos, os sujeitos foram recolhidos à prisão provisória de Ahú, em Curitiba, no dia 21 de abril de 1964. Calcula-se que os prisioneiros tenham permanecido em Cruzeiro do Oeste, pelo menos 14 dias.

O Informe indica que a prisão teria sido por motivos de “pertencerem ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais na localidade de Cidade Gaúcha”, enquanto que as fichas individuais indicam que as prisões foram por motivos de participarem dos Grupos dos Onze. Ocorre que neste momento, ambas as atividades eram vistas como “subversivas”.

Não há menção, nos documentos, ao uso de armas ou de atividades pós o golpe de 1964, bem como nenhuma ação efetiva no dia do golpe. Inclusive, os sujeitos ficaram presos por cerca de dois meses, sendo postos em liberdade por ofício¹⁷⁹ assinado em 4 de junho de 1964, pelo General Dário Coelho, Comandante da 5ª Região Militar, por “não terem obtido novos informes contra os mesmos”. Mas se a situação era tão “tensa” como mencionada pelo major Hilberg, por que foram mantidos apenas 2 meses na prisão? Por que não foram encontrados novos elementos sobre os sujeitos?

Conforme presente nas fichas individuais, e confirmado por Seu Braulino dos Santos no depoimento, eram todos lavradores, que inclusive sofreram com as consequências de sua ausência no campo enquanto estavam presos, não podendo trabalhar para manter suas famílias. Seu Braulino afirma que assinou porque um “compadre que tinha um armazém de secos e molhados” o convidou, ou seja, que teria assinado por “coleguismo”. Mas questionamos sua fala: não havia nenhum elemento de interesse na formação dos grupos que atraísse o senhor Braulino Martins? Não à toa ele já compunha o sindicato dos trabalhadores rurais da cidade. A discussão sobre a temática da terra já era algo presente no seu cotidiano, tendo sua sobrevivência intrinsecamente vinculada à ela, como ele mesmo menciona no depoimento, referente à sua prisão:

(...) tive prejuízo porque eu trabalhava na lavoura naquela época. Então, perdi de trabalhar, porque fiquei esse tempo sem trabalhar. E tinha dois filhos. E os filhos e a mulher ficaram passando necessidades. A gente trabalhava na lavoura, trabalhava de diarista, por dia, então o prejuízo foi esse daí.¹⁸⁰

¹⁷⁹ Ofício nº 191/E2. Arquivo DOPS/PR. Pasta: 1341.158. Data: 04/06/1964.

¹⁸⁰ Combatentes: tempo de falar...p. 110.

Desde ocorrida a organização da ULTAB, as reivindicações dos trabalhadores do campo já eram expostas de forma ampla, tais como:

(...) salário mínimo, extensão e aplicação de toda legislação social existente para os trabalhadores da cidade ao campo, visando obter jornada de oito horas, pagamento de horas extras, férias e descanso semanal remunerados, estabilidade no emprego, aviso prévio e indenização no caso de dispensa, seguro e previdência social. Indica também que sobressaíam as reivindicações de caráter mais imediato, tais como a baixa das taxas de arrendamento; apoio estatal à produção, através do fornecimento de insumos, concessão de títulos de propriedade aos posseiros, redução de impostos, etc.¹⁸¹

Essas não eram reivindicações isoladas, mas sim relativas à situação dos trabalhadores do campo no território brasileiro, mesmo que houvesse especificidades de cada região e de cada categoria. A possibilidade de uma Reforma Agrária representava a resolução destes problemas, mesmo que a interpretação destes trabalhadores sobre esta reforma variasse de acordo com seus conhecimentos e interesses próprios. Ainda assim, era a proposta mais mencionada nos discursos de Brizola.

O senhor Martins dos Santos menciona inclusive, em seu breve depoimento na Audiência Pública, que ele e seu irmão “de vez em quando” iam para o Rio Grande do Sul, onde seu irmão tinha uma granja, e iam nos comícios de Brizola, nos quais tiravam fotografias, que foram encontradas e apreendidas pelos agentes da repressão e possivelmente usadas como provas. Apesar de não mencionar mais nenhuma relação com o político, infere-se que para frequentarem os comícios havia algum interesse, alguma admiração, que pode ter motivado os dois irmãos (Braulino e Olmiro) a participarem do grupo.

Brizola, como já mencionado, foi governador no Rio Grande do Sul entre 1959 e 1963 e durante seu governo proporcionou a desapropriação de terras para fins de reforma agrária no estado. É bastante possível que suas “conquistas” fossem mencionadas em seus comícios, assim como sua grande oposição ao “latifúndio agrário-exportador associado ao imperialismo norte-americano”, tido como “grande inimigo dos nacionais-reformistas”, como ele se identificava.¹⁸²

¹⁸¹ MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de. op. cit. 1989. p. 30.

¹⁸² RIGHI, Graziane Ortiz. op. cit. 2015. p. 74.

Tendo consciência de sua realidade e condições de vida, não se descarta que tenham despertado o interesse de Braulino e Olmiro Martins, já que as propostas do político iam ao encontro – ao menos no discurso – com as reivindicações de muitos trabalhadores do campo e pequenos proprietários de terra, que diante a presença de latifundiários e a demanda agroexportadora do país, temiam por suas propriedades e a perda da autonomia na produção (pela falta de incentivos agrícolas que os permitissem desenvolver essa produção).

Seu Braulino Martins, em sua fala na audiência – o único que tivemos a possibilidade de ouvir, mesmo que 50 anos depois – não expressa seus interesses em participar do grupo de forma clara. Devemos levar em consideração que sua fala se deu num espaço em que muitos desconhecidos o assistiam, o que pode possibilitar um certo constrangimento, além de ser ele um senhor de idade avançada, em que a própria memória poderia lhe trair. O mesmo afirma, ao ser perguntado se lembrava sobre comentários de que o governo corria perigo, que “Isso aí faz 50 anos. Então, eu não me lembro, mas não era comentado. Só me apresentaram esse Grupo dos 11, e eu assinei¹⁸³”.

Por mais que se lembrasse mais claramente do ocorrido, talvez o constrangimento pelo qual passou ao ser preso e ter sofrido torturas como ficar “em cima de latinhas” e ser colocado no pau de arara, como ele menciona no depoimento, tenham gerado medo de falar e limites em suas lembranças sobre o período.

A análise de seu discurso e da memória relacionada a ele não é nosso foco neste trabalho, no entanto, a possibilidade de preencher as lacunas da documentação encontrada da época com suas falas na Audiência, parece-nos um fator importante para compreender a relação deste sujeito com os Grupos dos Onze. Além disso, não poderíamos deixá-lo de fora deste trabalho, visto que sua fala na Audiência Pública em 2014 foi o que nos despertou interesse sobre os Grupos dos Onze no Paraná e sobre estes sujeitos e suas trajetórias.

De modo geral, todo o grupo foi posto em liberdade e absolvido das denúncias, por não terem encontrado elementos que os condenassem por crime de “subversão”. Mas as sequelas da prisão e das torturas sofridas se fizeram presente por toda a vida.

¹⁸³ Combatentes: tempo de falar...p. 108.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar do pouco tempo entre a formação dos grupos e sua dissolução por meio do golpe militar e da instalação da ditadura, a ação dos Grupos dos Onze despertou uma grande repercussão no imaginário popular, intensificada pela ação da mídia e dos setores da repressão. Dentro da lógica da “Guerra Revolucionária” foram tidos como células comunistas, paramilitares, revolucionários, subversivos da ordem, justificando em certa medida a ação repressiva do Estado. Eles foram objeto de perseguições, prisões arbitrárias, processos, torturas, constrangimentos e traumas no imediato pós golpe.

A partir da pesquisa, constatamos que não houve uma ação de resistência organizada ao golpe militar por parte dos grupos. É possível que esperassem resistir, porém as ordens não vieram e a repressão se efetivou.

A partir da cartilha de formação dos grupos, percebemos que Leonel Brizola já apontava a aproximação de um “desfecho”, uma “crescente reação” por parte do “anti-povo”, uma “minoridade privilegiada e dominante”¹⁸⁴ contra o povo, cada dia mais manifestantes de sua inconformidade (por meio de greves, protestos). O golpe, portanto, apesar de não se saber como aconteceria, já era algo esperado. As reações de setores conservadores militares e empresariais contra a mobilização social em defesa das reformas de base, já eram sentidas. Questionamos, portanto, porque Brizola organizou os grupos objetivando a resistência se não os convocou com a implementação do golpe?

Brizola, ao convocar a formação dos grupos elencava seus objetivos, entre eles a luta pelas “conquistas democráticas”. Este discurso ressoava entre a população brasileira e o temor sobre o desfecho crescia entre seus seguidores, tensionados pela conjuntura nacional. Para aqueles que ouviam as falas de Brizola, a possibilidade de um golpe ameaçava as possibilidades destas conquistas, difundidas pelo líder trabalhista como o acesso as reformas de base.

Neste sentido, constatamos um dos fatores incentivadores da formação dos grupos era o apoio aos direitos e conquistas democráticas

Mas o fator determinante percebido era a defesa das reformas de base, em especial a reforma agrária. Por intermédio das fontes, observamos que a maioria dos indivíduos possuíam algum vínculo com a terra. Trabalhadores

¹⁸⁴ Cartilha de Formação, op. cit. 1963.

rurais, pequenos proprietários, “lavradores” como se identificavam. Tendo em vista as condições agrárias da época, com a ineficiência da legislação perante a exploração do trabalho no campo, a prática abusiva de latifundiários, empresas colonizadoras e seus jagunços perante os pequenos posseiros, a crescente sindicalização no campo – o que pode significar uma maior participação e compreensão política – vemos um fator de identificação e incentivo a formação dos grupos no Paraná. Ademais, buscamos seguir por este caminho, explorando os conflitos agrários no estado e o processo de formação territorial desigual.

Identificamos nos protagonistas dessa pesquisa que muitos já possuíam uma participação política anterior aos grupos, como é o caso de Antonio Rosin, que teria encabeçado a resistência durante o conflito de posseiros no Sudoeste do Estado, ou mesmo como lideranças sindicais em sua região ou município, como Regino Alves de Almeida e Joaquim Lopes Sobrinho, membros do grupo fundador do Sindicatos dos Trabalhadores Rurais de Centenário do Sul,

A atuação partidária também é relevante, especialmente vinculados ao partido trabalhista PTB, o mesmo de Brizola. Alberto Pascuini, de Centenário do Sul, Antonio Rosin de Capanema e Guilherme Silvério dos Santos de Jataizinho. Compreendemos e concordamos com a proximidade de muitos sujeitos com o trabalhismo, como influência e elemento de formação de suas atuações políticas, muitas vezes resinificados por estes de acordo com suas próprias vivências. No entanto, não vemos o trabalhismo como único elemento aglutinador, inclusive devido à presença de possíveis ex-militantes comunistas, como o caso de Durval Hoff e ao fato de reconhecermos o trabalhismo como uma articulação de elementos vinda de cima e não diretamente da classe trabalhadora, mas resinificada por ela.

O principal fator de identificação entre os participantes – além da terra – é o termo “nacionalista”. Como apontado ao longo do trabalho, o termo nacionalismo é amplo e disputado por diferentes correntes políticas, utilizado quase como uma arma argumentativa para a manutenção ou alcance do poder. O fato é que a pauta nacionalista estava em voga nos anos 1960. A defesa do desenvolvimento capitalista nacional se colocava como necessária, mas como isso seria feito – de forma autossustentada ou vinculada ao capital externo – era disputada entre as correntes.

Crescia, no entanto, a “máxima do movimento nacionalista segundo a qual sem a efetiva emancipação econômica não haveria independência nacional”¹⁸⁵, corrente à qual Vanda Moreira chamou de nacionalismo econômico – anti-imperialista e reformista – cujas características se fazem presente nas declarações de Leonel Brizola.

Esse nacionalismo anti-imperialista, fundamentado nas reformas de base – em especial a reforma agrária – e na conseqüente ruptura com o sistema latifundiário predominante no país, parecem despertar nos diferentes sujeitos abordados ao longo deste trabalho interesses diversos: a possibilidade de um trabalho, a conquista de um pedaço de terra, a ruptura com a condição de exploração, a luta contra jagunços e grilagens, acesso a créditos bancários para o incentivo da pequena propriedade, maior fiscalização sobre as relações de trabalho, contra despejos arbitrários das terras.

Não podemos afirmar que todos os indivíduos que aderiram aos grupos tivessem o mesmo entendimento sobre o discurso nacionalista e as propostas de reforma agrária. Compreendemos que tais elementos foram absorvidos e interpretados de acordo com as condições reais de vida de cada um, com seus próprios interesses e necessidades.

Recuperar estas vivências nos mostra como estes trabalhadores buscavam, dentro de suas possibilidades de luta, alcançar melhores condições de vida, interferir em seus destinos, aproveitando o caminho apresentado por Brizola. A organização dos grupos poderia simbolizar para eles uma forma de alcançar essas melhores condições.

Os homens citados neste trabalho não estavam inertes a sua realidade. Buscavam se tornar sujeitos de sua própria história, interferindo na dinâmica social, fossem nos sindicatos, como membros de partidos, e até mesmo na formação dos Grupos dos Onze que Brizola convocara para lutar “contra a espoliação internacional”, as conquistas democráticas e as reformas de base.

As situações de precariedade, de inconformidade com a conjuntura vivenciada, podem desencadear reações individuais ou coletivas de resistência. Somadas ao incentivo das falas de Brizola na rádio e seu histórico de reformas

¹⁸⁵ MOREIRA, V. op. cit. 1998, p.3.

no Rio Grande do Sul, cria-se o espaço para a formação dos grupos em defesa daquilo que consideravam legítimo.

Como apontou Reggiani,

A montagem dos “Grupos de Onze” em 1963 estava atrelada às condições políticas que o país estava inserido. Sua proposta se embasava **em torno de uma justiça social de maior evidência. As reformas de base apresentavam em seu conteúdo o melhor acesso das camadas subalternas aos direitos democráticos e a uma melhor distribuição da riqueza social por todo o país.**¹⁸⁶

A possibilidade de justiça social e maior distribuição de riqueza sintetizam bem o que vislumbravam neste momento.

No entanto, sem serem consideradas suas trajetórias ou objetivos, a mídia empresarial logo tratou de apresenta-los como um “avanço comunista”. Conforme Baldissera,

Era uma tentativa, que se revelou bem-sucedida, de criar uma representação de que a guerra revolucionária estava em curso e que o comunismo havia irremediavelmente se infiltrado em entidades como os sindicatos, a União Nacional dos Estudantes, as Ligas Camponesas, os Grupos de Onze e outras organizações de esquerda. A grande imprensa preocupou-se, inclusive, em cobrar punições aos participantes dos Grupos. Na fase posterior ao golpe militar, publicou-se grande número de notícias que apresentavam as “provas da subversão” (...)¹⁸⁷

As reformas de base eram reproduzidas como ameaças, interpretadas como elementos revolucionários, alardeando os setores conservadores.

Não há garantias de que haveria resistência por parte dos grupos. Não podemos negar a existência do interesse na luta, evidenciado nos pedidos de instruções, como é o caso da carta de Durval Hoff, de Antonio Rosin e ainda do grupo de Centenário do Sul, resumidas nas palavras “seguir-lo para onde quer que haja de pôr bem orientar-lhes”¹⁸⁸. Mas as orientações nunca vieram e a resistência ao golpe não se efetivou.

Também não é possível dinamizar como se daria esta resistência se ocorresse. As fontes nos revelam pessoas comuns, que exploravam as oportunidades que tinham para lutar contra suas condições precárias de vida e por aquilo que acreditavam ser o melhor para si e para o país. Na busca por

¹⁸⁶ REGGIANI, João P. de Medeiros. op. cit. 2015. p.83, grifos nossos.

¹⁸⁷ BALDISSERA, Marli de Almeida. op. cit. 2003, p.148.

¹⁸⁸ Carta. Arquivo DOPS/PR. Pasta: Grupo dos Onze, nº 1084.131. Sem identificação de data

realizar seus objetivos, incentivados por um sentimento nacionalista e pelas reformas de base – que como percebemos era identificação comum entre os membros – criava-se um ambiente fértil para o desenvolvimento de uma luta mais radical, que pudesse acarretar mudanças políticas e econômicas para o país – com a efetivação das reformas, por exemplo – o que não significa uma ruptura com o sistema capitalista.

O cenário político movido pela agitação social no campo e na cidade pode ser visto como um estímulo à insurreição dos membros dos grupos, e por que não a uma revolução? Salientamos, porém, que não há uma revolução única, de caráter marxista-leninista. O próprio Brizola utilizava a palavra revolução em seus discursos na rádio Mayrink Veiga apesar de dizer não se identificar com o comunismo. Não identificamos também o comunismo como elemento de aproximação entre os membros dos grupos por meio das fontes analisadas.

Portanto, vemos estes indivíduos como dispostos à luta pela manutenção de sua sobrevivência e pelo alcance de melhores possibilidades de vida, sem que houvesse uma ideologia predominante entre eles ou uma organização rigidamente estruturada para esta luta, como difundiram os grandes meios de comunicação e os aparelhos repressores.

Mas e se houvesse reação? E se fossem de fato comunistas? Legítima a repressão a que foram submetidos? – Partimos do pressuposto de que a liberdade de posicionamento político deve ser mantida e respeitada. Estar vinculado a um partido político de orientação comunista em períodos de democracia, é legítimo. Portanto, se os grupos tivessem tal orientação e considerando que foram formados no período anterior ao golpe, não se enquadrava como um crime.

Para além disso, ressaltamos que diante de um golpe militar ao Estado democraticamente eleito e a instalação de um governo autoritário e de suplantação dos direitos estabelecidos, reconhecemos a resistência como necessária. Como mencionado, não podemos afirmar que os grupos resistiram de fato, mas evidenciamos que a luta pela manutenção do Estado democrático de direito é legítima.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADAMY, Irene Spies. **Formação e organização política da classe dominante agrária: a Sociedade Rural do Oeste do Paraná**, 2010: 173f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2010.

AMÂNCIO. et al. História do Paraná: séculos XIX e XX [online]. Maringá: Eduem, 2012. **A revolta dos posseiros de 1957 no Sudoeste do Paraná**. pp. 143-158. ISBN 978-85-7628-587-8. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

ARQUIDIOCESE de São Paulo (org.). **BRASIL NUNCA MAIS**. Petrópolis, 1990.

ASSIS, Gleyson Nunes. Lyndolpho Silva e a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil – ULTAB (1954-1964). **Anais ANPUH**. Rio de Janeiro, 2008, p.1-8. In. http://encontro2008.rj.anpuh.org/resources/content/anais/1211399779_ARQUIVO_TrabalhoparaAnpuhRegional%28RJ%292008.pdf

BALDISSERA, Marli de Almeida. **Onde estão os grupos dos onze?: Os grupos nacionalistas na região do Alto Uruguai – RS**. Dissertação (mestrado). Universidade de Passo Fundo, Rio Grande do Sul, 2003.

_____. Memórias de uma Desilusão: os Grupos de Onze Companheiros. **Anais do XII Encontro Nacional de História Oral: História Oral, Práticas Educacionais e Interdisciplinaridade**. Rio Grande do Sul, 2016.

BANDEIRA, Moniz Luiz Alberto. **Brizola e o Trabalhismo**. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 1979.

_____. O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil, 1961-1964. 7ª ed, In: **revista e ampliada**. – Rio de Janeiro: Revan; Brasília, DF: EdUnb, 2001.

BARBOSA, Júlia L. Camargos. **Conhecendo o inimigo: criminalidade política e subversão, o dops mineiro na ditadura militar (1964-1973)**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de São João Del Rei. São João Del Rei, 2012.

BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. A Construção do Nacional-Desenvolvimentismo de Getúlio Vargas e a Dinâmica de Interação entre Estado e Mercado nos setores de base. In: **Revista Economia** Dezembro 2006.

BASTITELLA, Alessandro. **O Partido Trabalhista Brasileiro no Paraná (1945-1965)** – Curitiba: Ed. UFPR, 2016.

_____. O trabalhismo-reformista do antigo PTB e o “novo-trabalhismo” do PDT: continuidades e descontinuidades. In: **Aedos** no 12 vol. 5 - JAn/Jul 2013

_____. O Partido Trabalhista Brasileiro no Paraná. In: **Topoi** (Rio J.) vol.17 no.32 Rio de Janeiro Jan./June 2016

BAUER, Caroline Silveira. **Avenida João Pessoa, 2050 – 3º Andar:** Terrorismo de Estado e ação de polícia política do Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul (1964-1982). Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2006.

BRANDALISE, Carla. HARRES, Marluza M. O povo nas ruas: Brizola chama à organização dos Comandos Nacionalistas. A propósito da militância. In. **A razão indignada: Leonel Brizola em dois tempos (1961-1964 e 1979-2004)**. Américo Ferreira e Jorge Ferreira (org). Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 2016.

BEMFICA, Flavia Cristina Maggi. **Governo Leonel Brizola no Rio Grande do Sul:** Desconstruindo mitos. Dissertação (mestrado) Programa de Pós Graduação em História – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2007.

BRAGGIO, Ana Karine. FIUZA, Alexandre Felipe **Acervo da DOPS/PR: O Mapeamento dos dossiês sobre o exílio de brasileiros.** Montevideo, 5, 6 y 7 de noviembre de 2014. sitio web: <http://jornadasexilios.fahce.unlp.edu.ar> - ISSN 2314-2898

BRANDALISE Carla; HARRES, Marluza Marques. O “povo nas ruas”: Brizola chama à organização dos Comandos Nacionalistas: A propósito da militância. In. **A razão indignada: Leonel Brizola em dois tempos (1961-1964 e 1979-2004)**. Américo Freire e Jorge Ferreira (Org) 1ª edição. Civilização Brasileira – Rio de Janeiro, 2016

BODEA, Miguel. Trabalhismo e populismo no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Ed. Da Universidade/UFRGS, 1992. In: **Setores de Base**. Selecta, Brasília (DF), v.7, n.4, p.239–275, dezembro 2006.

CALCIOLARI, Silvia. **Ex presos políticos e a memória social da tortura no Paraná (1964-1978)**. Dissertação (mestrado), Programa de Pós-Graduação em Sociologia na Universidade Federal do Paraná (UFPR). Curitiba, 2004. p.3.

CALIL, Gilberto. O Populismo e a Hegemonia Burguesa na América Latina. In: **Revista História & Luta de Classes** , v. 4, p. 27-33, 2007.

CHIES, Claudia. YOKOO, Sandra Carbonera. Colonização do norte paranaense: avanço da cafeicultura e problemas decorrentes deste processo. In. **Rev. GEOMAE** Campo Mourão, PR v.3-n.1 p.27 - 44 1ºSem 2012. p. 34.

COELHO, Eurelino. Dois golpes, duas ditaduras. In: **Hist. R.**, Goiânia, v. 20, n. 1, p. 120–141, jan./abr. 2015.

_____. A Contradição principal: PCB e outros comunistas entre a classe e a nação (1956-1959). In. **Capítulos de história dos comunistas no Brasil**. Editora EDUFBA, Bahia, 2016. p. 231-260.

CONTAG. **As lutas camponesas no Brasil**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1981.

D'Araújo, Maria Celina Soares; GOMES, Angela Maria de Castro. **Getulismo e Trabalho**: tensões e dimensões do Partido Trabalhista Brasileiro. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro – 1987.

DELGADO, Lucília Neves de Almeida. Brasil: 1954 – Prenúncios de 1964. In: **VARIA HISTORIA**, Belo Horizonte, vol. 21, nº 34: p.484-503, Julho 2005.

DELGADO, Marcio de Paiva. **O “Golpismo Democrático”**: Carlos Lacerda e o Jornal Tribuna da Imprensa na quebra da Legalidade (1949-1964). Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2006.

DREIFUSS, René A. **1964: A conquista do Estado**. Ação Política, Poder e Golpe de Classe. 3º Ed. Vozes, Petrópolis, Rio de Janeiro, 1981.

FELIZARDO, Joaquim José. **A legalidade**: o último levante gaúcho – 4. Ed. – Porto Alegre: Ed. Da UFRGS, 2003.

FERREIRA, Jorge. Brizola em panfleto: as ideias de Leonel Brizola nos últimos dias do governo de João Goulart. In: **Projeto História**, São Paulo, n.36, p. 103-122, jun. 2008.

FIGUEIREDO, Argelina. **Democracias ou Reformas?** – Alternativas Democráticas a crise política. São Paulo. Editora Paz e Terra, 1993.

FITTIPALDI, Maria Lúcia Lopes. **Um golpe e duas cidades**: memórias dos moradores de Carmo e Além Paraíba sobre o golpe civil-militar. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História. Niterói, 2012

GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

GOMES, Ângela de Castro. **Uma breve história do PTB**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2002. Trabalho apresentado na Palestra no I Curso de Formação e Capacitação Política, realizado na Sede do PTB. São Paulo, 13.jul.20k

GOMES, Angela Maria de Castro. **Brizola e o Trabalho**. Anos 90, Porto Alegre, v. 11, n. 19/20, p.11-20, jan./dez. 2004

_____. **A invenção do trabalhismo**. Editora Vertice. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1988

IANNI, Octavio: **O Colapso do populismo no Brasil**. 3ª edição. Civilização Brasileira – Rio de Janeiro, 1975

KOLLING, Paulo José. **A revolta de 1957 no Sudoeste do Paraná**: A luta pela terra entre memórias e comemorações. Guarapuava, Paraná. Ed. Unicentro, 2018.

LIGUORI, Guido. VOZA, Pasquale (Orgs) .**Dicionário Gramsciano**.. 1ª Edição. – São Paulo: Boitempo, 2017.

MATTOS, Marcelo Badaró. Greves, sindicatos e repressão policial no Rio de Janeiro (1954-1964). **Rev. Bras Hist.** vol.24 no.47 São Paulo, 2004. In. <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882004000100010>-Acesso em julho de 2019.

MAGALHÃES, Marionilde Dias Brepohl. A lógica da suspeição: sobre os aparelhos repressivos à época da ditadura militar no Brasil. In. **Rev. bras. Hist.** vol. 17 n. 34 São Paulo 1997. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01881997000200011.

MACEDO, Michele Reis de; **Recusa do passado, disputa no presente: Esquerdas revolucionárias e a reconstrução do trabalhismo no contexto da redemocratização brasileira (década de 1970 e 1980** Tese (Doutorado) apresentada ao Curso de Pós Graduação em História na Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2012.

MACIEL, David. Ditadura militar e capital monopolista: estruturação, dinâmica e legado. In: **Lutas Sociais**, São Paulo, vol.18 n.32, p.64-78, jan./jun. 2014.

MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de. **História dos movimentos sociais no campo**. — Rio de Janeiro FASE, 1989.

MELO, Demian Bezerra de. **O plebiscito de 1963**: inflexão de forças na crise orgânica dos anos sessenta. Dissertação apresentada ao programa de pós-graduação e história na Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2009.

MENDES, Ricardo Antonio Souza. As direitas e o anticomunismo no Brasil: 1961-1965. In. **Revista Locus**. V.10, n.1 (2004).

MENDONÇA, Sônia Regina. O Campo vai ao Golpe. In. **Trabalhadores e ditaduras: Brasil, Espanha e Portugal: Marcelo Badaró e Rúben Veiga (Org.)** – 1. Ed. – Rio de Janeiro, Consequência, 2014.

MISKIW, Antonio Marcos. **Colonos, Posseiros e Grileiros: Conflito de Terra no Oeste Paranaense (1961-1966)**. Dissertação de Mestrado UFF/UNIOESTE. Niterói, 2002.

_____. Posseiros em luta no Oeste do Paraná. In. **Paraná Insurgente: História e lutas sociais – séculos XVIII ao XXI**. Joseli Maria N. Mendonça e Jhonatan U. Souza (Org.). São Leopoldo: Casa Leiria, 2018.

MONTEIRO, Claudia. **Política entre razão e sentimentos: a militância dos comunistas no Paraná (1945-1947)** – Curitiba: SAMP, 2017

MOREIRA, Vânia Maria Losada. Nacionalismos e reforma agrária nos anos 50. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 18, n. 35, 1998

MOTTA, Márcia. (org) **Dicionário da Terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá O anticomunismo e os órgãos de informação da ditadura nas universidades brasileiras. **In: contemporanea Historia y problemas del siglo XX** | Año 3, Volumen 3, 2012, ISSN: 1688-7638

NATIVIDADE, Melissa de Miranda. **A questão agrária no Brasil (1961-1964): uma arena de lutas de classe e intraclasse**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2013.

ORBEN, Tiago Arcanjo. O Sudoeste do Paraná e as Transformações na Agricultura Brasileira nas décadas de 1950-1960. **Anais do Encontro Estadual de História**. Rio Grande do Sul, 2016.

_____. A questão Agrária no Sudoeste do Paraná e as Relações Campo-Cidade. **Anais do 28º Simpósio Nacional de História (ANPUH)**. Florianópolis, 2015. Disponível em: <http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1443649113_ARQUIVO_Artigo_ANPUH_Tiago_Orben_2015.pdf. > acesso em abril de 2019.

PACHECO, Diego. **Ecos da Resistência: Os Grupos dos Onze e os trabalhistas em Santa Catarina (1961-1964)**. Dissertação (mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

PAULO, Diego Martins Dória. **Leonel Brizola e a Rede do Esclarecimento (1963-1964)**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, RJ, 2016.

PERISSATO, Emília Bandeira. **Projetos de Reforma Agrária no Noroeste do Paraná: Disparidades estruturais e impactos locais**; Dissertação/UEM. Maringá, 2009.

PIOZZI, Patricia. Vargas e Prestes: Uma comparação entre o trabalhismo e o comunismo no Brasil. **In: Trans/Form/Ação**, São Paulo p: 25-36, 1983.

PRIORI, A., et al. História do Paraná: séculos XIX e XX. Maringá: Eduem, 2012. **A revolta dos posseiros de 1957 no Sudoeste do Paraná**. pp. 143-158.

PRIORI, Angelo. A Revolta Camponesa de Porecatu. **Anais do XXV Simpósio Nacional de História** – ANPUH. Fortaleza, 2009.

_____. A Guerra de Porecatu. **In: Diálogos**, DHI/PPH/UEM, v. 14, n. 2, p. 367-379, 2010.

_____. História do Paraná: séculos XIX e XX [online]. Maringá: Eduem, 2012. **A revolta camponesa de Porecatu**. pp. 129-141.. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/k4vrh/pdf/priori-9788576285878-11.pdf> > acesso em julho de 2019.

_____. Porecatu, um cenário de conflito. **In. Paraná Insurgente: História e lutas sociais – séculos XVIII ao XXI.** Joseli Maria Nunes Mendonça e Jhonatan Uewerton Souza (Orgs). Casa Leiria, São Leopoldo – RS, 2018. p. 124-135

QUADRAT, Samantha Viz. A preparação dos agentes de informação e a ditadura civil-militar no Brasil (1964 – 1985). **In: Varia História**, Belo Horizonte, vol. 28, nº 47, p. 19-41, jan/jun 2012.

REGGIANI, João Paulo de Medeiros. **Repressão aos “Grupos dos Onze” na região norte do estado do Paraná (1963/1964).** Dissertação – Universidade Estadual de Maringá (UEM). Maringá – 2015.

RIBEIRO, Renato Ferreira. **Nacional-desenvolvimentismo e a política externa brasileira: o pensamento político de San Tiago Dantas entre 1950 e 1960.** Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal de São Carlos, 2016.

RIGHI, Graziane Ortiz. **Leonel Brizola: O deputado federal da Guanabara e o Golpe civil militar (1962-1964).** Dissertação. UFGS, Porto Alegre – RS, 2015.

SAUER, Sergio. **Reforma agrária e o sindicalismo rural: a luta pela terra no “entorno” de Brasília.** Brasília, 1999.

SCARPARO, Helena Beatriz Kochenborger (et al). Psicologia e ditadura civil-militar: reflexões sobre práticas psicológicas frente às violências de estado. **In. Rev. Epos** vol.5 no.1 Rio de Janeiro jun. 2014.

SERRA, Elpídio. Conflitos Rurais no Paraná: Como foi que tudo começou. **In: Bol. geogr.**, Maringá, v. 28, n. 1, p. 75-89, 2010

SILVA, Carla. **Onda Vermelha: imaginários anticomunistas brasileiros (1931-1934).** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001

SILVA, Carla L. BATISTA, Alfredo A. EDUNIOEST (org). **Combatentes: tempos de falar. Depoimentos da Audiência Pública da Comissão Estadual da Verdade do Paraná.** Cascavel, PR. EDUNIOESTE, 2016.

SILVA, Tatiane Karine Matos da. **Conflitos pela terra na Gleba Ponte Queimada: experiência de disputas por terras em narrativas (1960-1972).** 194f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2016.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: De Getúlio à Castelo.** Editora Saga S/A. Rio de Janeiro, 1969.

STEDILE, João Pedro (org). **A questão agrária no Brasil: Programas de reforma agrária (1946-2003).** 2ª Edição. Expressão Popular - São Paulo, 2012;

SHILLING, Paulo. **Como se coloca a direita no poder.** Global Editora. São Paulo – 1979.

SWAIN, T. N. **Fronteiras do Paraná: da colonização à migração**. Curitiba: Iparde, 1992

SZATKOSKI, Elenice. **Os Grupos dos Onze: Política, Poder e Repressão na região do Médio Alto Uruguai – RS 1947/1968**. Dissertação – Passo Fundo, 2003.

TAVARES, Tânia dos Santos. Grupo dos Onze: a esquerda brizolista: (1963-1964). **Anais XXVIII do Simpósio Nacional de História**. Florianópolis, 2015

TOLEDO, Caio Navarro de. O Golpe contra as Reformas. **In: Revista de Sociologia e Política**, nº2, 1994.

TOMAZI, Nelson D. Norte do Paraná: história e fantasmagorias. (Tese de Doutorado). Curitiba: UFPR. 1997.

VANINI, Ismael A. ZATTA, Ronaldo. Sudoeste do Paraná – 1964: “Grupo dos Onze” no contexto da instauração do regime militar no Brasil. **Anais do XVI Encontro Estadual de História da ANPUH: História e Movimentos Sociais**. Santa Catarina, 2016. Disponível em: <http://www.encontro2016.sc.anpuh.org/resources/anais/43/1464572621_ARQ_UIVO_Trabalhocompleto.pdf> Acesso em Julho de 2019.

ZATTA, Ronaldo. A colonização oficial do sudoeste paranaense e mito do “vazio demográfico” **Anais do XV Encontro Regional de História (ANPUH)**. Curitiba. 2016.

Sites consultados

DE PAULA, Cristiane Jalles. **Verbetes**: O João Goulart Vice Presidente. 2017. <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/VicePresidenteJanio/O_segundo_mandato_e_a_crise_sucessoria> - acesso em 13 de fevereiro de 2018.>

GRYNSZPAN, Mario. **Verbetes**: A Questão Agrária no governo Jango. 2017. <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/A_questao_agraria_no_governo_Jango>

HEYMANN, Luciana Quillet. **Vargas: para além da vida**. A Carta-testamento e o legado de Vargas. 2017. https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/artigos/AlemDaVida/CartaTestamento?fbclid=IwAR27kmPm7IRug33VqSTjql5ONBgHbzvxyTyM_rkRp7txK P7xcJAKFSxseo

LAMARÃO, Sérgio. **Verbetes**: A Revolta dos Marinheiros <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/AConjunturaRadicalizacao/A_revolta_dos_marinheiros>

MENANDRO, Heloísa. **Verbetes**: Reformas de Base. 2009. <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/reformas-de-base>>

PCB CASCAVEL. A história do PCB de Cascavel:
<<https://pcbcascavel.wordpress.com/about/>>.

SARMENTO, Carlos Eduardo. **Verbete** Plano Trienal. 2017.
<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/O_plano_triennial_e_a_politica_economica>